



LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

QUESTÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E LINGÜÍSTICAS

Silvana Silva de Farias Araujo
Manoel Crispiniano Alves da Silva
Jean Marcel Oliveira Araujo
(Organizadores)



Todos os direitos desta edição reservados à Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Editora. Os infratores estão sujeitos às penas da lei. A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

PARECER E REVISÃO POR PARES
Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663l Araujo, Silvana Silva de Farias; Silva, Manoel Crispiniano Alves da;
Araujo, Jean Marcel Oliveira (org.).
Lusofonia Afro-Brasileira: questões sócio-históricas e linguísticas /
Organizadores: Silvana Silva de Farias Araujo, Manoel Crispiniano Alves da Silva e
Jean Marcel Oliveira Araujo.
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2025; gráfs.; tabs.; quadros; fotografias.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-217-0594-9.

1. Língua Portuguesa. 2. Linguística. 3. Lusofonia.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores

Bibliotecário Pedro Anízio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística. 410
2. Língua portuguesa. 469
3. Língua portuguesa: variações regionais. 469.709

LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

QUESTÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E LINGUÍSTICAS

**Silvana Silva de Farias Araujo
Manoel Crispiniano Alves da Silva
Jean Marcel Oliveira Araujo**
(Organizadores)



UEFS
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE FEIRA DE SANTANA

Esta obra faz parte do projeto *O português falado em comunidades rurais afro-brasileiras no Recôncavo Baiano*, com Portaria CONSEPE 097/2021. CAAE 53110321.7.0000.0053, Parecer 5.328.428 do CEP-UEFS e contou com financiamento do Edital interno nº 001/21 – Auxílio Financeiro a Projetos de Pesquisa e Inovação FINAPESQ – UEFS – Termo de Outorga 039/2021.

Copyright © 2025 - Dos organizadores representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Revisão: Yumi T. Melo
Capa: ACESSA Design

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)
Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)
Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)
Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)
Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)
Glais Sales Cordeiro
(Université de Genève - Suisse)
José Carlos Paes de Almeida Filho
(UnB – Brasília)
Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)
Suzete Silva
(UEL – Londrina)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 - Jd. Chapadão
Campinas - SP - 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA: QUESTÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E LINGÜÍSTICAS..... 7

PESQUISAS COM DADOS DO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA-ANGOLA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS 15

Silvana Silva de Farias Araujo

O DESAFIO DE ANALISAR VARIÁVEIS SOCIOLINGÜÍSTICAS FRENTE A UM MOSAICO DE ETNIAS E LÍNGUAS: O CASO DO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE..... 45

Silvia Rodrigues Vieira

Silvia Figueiredo Brandão

A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DA CONSTITUIÇÃO DE *CORPORA* DE VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS: BREVES RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA..... 71

Claudia Roberta Tavares Silva

CABO VERDE: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E SOCIOLINGÜÍSTICOS... 103

Emilly Sampaio Silva Veloso

Silvana Silva de Farias Araujo

ANGOLA: BREVE PANORAMA DO PERFIL MULTILÍNGUE E SÓCIO-HISTÓRICO 131

Paula Freitas de Jesus Torres

Silvana Silva de Farias Araujo

Jean Marcel Oliveira Araujo

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS FRENTE AO MULTILINGUISMO EM MOÇAMBIQUE..... 167

Alexandre António Timbane

Raquel Meister Ko Freitag

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E GUINÉ-BISSAU: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS SOCIOLINGÜÍSTICAS	197
Gabryella Fraga de Oliveira	
A CONCORDÂNCIA VERBAL NA COMUNIDADE RURAL AFRO-BRASILEIRA: MUSSUCA – LARANJEIRAS - SE	221
Juliete Bastos	
Silvana Silva de Farias Araújo	
O ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMO EM DUAS VARIEDADES NÃO EUROPEIAS DO PORTUGUÊS	257
Silvana Silva de Farias Araújo	
Matheus de Araújo Azevedo	
O ESTUDO DO GERÚNDIO E DO INFINITIVO GERUNDIVO EM LUANDA-ANGOLA: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS COM O PB E O PE.....	279
Abimael Ferreira dos Santos	
Norma Lúcia Fernandes de Almeida	
A ATUAÇÃO DAS VARIÁVEIS SOCIAIS NA ORDEM DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA-ANGOLA	307
Manoel Crispiniano Alves da Silva	
ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO SOBRE O MULTILINGUISMO E A CONCORDÂNCIA VERBAL EM VARIEDADES MOÇAMBICANAS.....	327
Karen Cristina da Silva Pisurno	
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE TRÊS VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS: UM OLHAR SOBRE O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO	363
Daniela Paula de Lima Nunes Malta	
Claudia Roberta Tavares Silva	
SOBRE OS AUTORES E AUTORAS.....	397

APRESENTAÇÃO

LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA: QUESTÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E LINGUÍSTICAS

Este livro resulta das atividades desenvolvidas por alguns dos pesquisadores que integram a equipe do projeto de pesquisa intitulado *O português falado em comunidades rurais afro-brasileiras no Recôncavo Baiano*, com Portaria CONSEPE 097/2021. CAAE 53110321.7.0000.0053, Parecer 5.328.428 do CEP-UEFS e que conta com Financiamento interno da própria UEFS (Termo de Outorga 039/21 - Edital interno nº 001/21 – Auxílio Financeiro a Projetos de Pesquisa e Inovação FINAPESQ – UEFS). Também foram convidados a escrever capítulos para este livro alguns dos pesquisadores que integram a equipe executora do projeto de pesquisa *Em busca das raízes do português brasileiro: Fase III - estudos morfossintáticos*, também sediado no Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP/UEFS).

As questões, as hipóteses, os objetivos e a justificativa dos estudos que compõem este livro são pautados no entendimento de que a presença massiva de africanos escravizados durante mais de três séculos, que, na Bahia, muitas vezes, suplantou em número a dos colonos portugueses e seus descendentes, desempenhou um papel que não pode ser minimizado nos estudos históricos e descritivos do português brasileiro (PB).

Assim, considerando o profundo contato linguístico da população de origem africana com o português na história sociolinguística do Brasil, os estudos sobre a realidade linguística de países africanos têm atraído muitos linguistas brasileiros como um meio para recolher evidências empíricas que ampliem a compreensão sobre a formação histórica do português brasileiro, além da compreensão acerca da própria realidade sociolinguística nos países africanos. Nessa perspectiva, este livro reúne análises sobre fenômenos linguísticos em correlação com o binômio Brasil/África. Algumas questões têm proeminência, tais como: (i) os paralelos ou contrastes entre o português de variedades africanas e o português brasileiro e/ou o português europeu; (ii) o cotejo entre as características morfosintáticas, lexicais e fonético-fonológicas típicos de línguas africanas e as mudanças que caracterizam o português popular brasileiro; (iii) o reflexo de propriedades de línguas africanas trazidas para o Brasil na gramática das variedades populares do português brasileiro. No enfrentamento dessas questões, as análises estabelecem relações entre os fatores de ordem interna que condicionam os usos linguísticos e os fatores de ordem externa, ou ainda discutem as relações entre os diversos fatores de variação social (geográfica, de classe, de idade, de gênero) e de variação estilística. Portanto, está na base da proposição deste compêndio, a reflexão sobre questões teóricas relativas ao contato entre línguas, seja em África, seja no Brasil.

Uma visão mais abrangente sobre questões referentes à Sociolinguística de Contato e à realidade atual e sócio-histórica de algumas variedades do português é focalizada na Seção I do livro, composta por sete capítulos, assim distribuídos:

No capítulo 1, Silvana Araujo discorre sobre dificuldades na formação de *corpora* orais em África, apresentando procedimentos necessários para minimizar problemas com os quais se deparam os pesquisadores. A autora também explicita critérios

que nortearam a constituição da amostra de fala constituída na cidade de Luanda-Angola.

No capítulo 2, Silvia Vieira e Silvia Brandão, centrando-se no português de Moçambique, discutem questões relativas à análise de variáveis sociolinguísticas em áreas multilinguísticas e multiculturais. Após uma breve caracterização da sociedade moçambicana, apresentam, com base em resultados de estudos quantitativos sobre concordância verbal, procedimentos teórico-metodológicos relativos ao controle de variáveis adicionais e ao comportamento linguístico individual que foram testados para complementar as análises quantitativas realizadas, de modo a contribuir para a superação de desafios inerentes à investigação de variedades africanas do português, e melhor detectar as normas em uso das comunidades de fala que as constituem.

No capítulo 3, Claudia Roberta Silva centra a atenção no relato de uma experiência de campo cuja pesquisa realizada em 2018 em Moçambique teve como objetivo norteador realizar a coleta de dados de produção (orais e escritos) e de percepção linguística de moçambicanos em três cidades, a saber: Maputo, Nampula e Cuamba, tendo em mente não apenas o contexto multilíngue em que se insere o português moçambicano, mas também a perspectiva dos *continua*: o continuum de urbanização (Bortoni-Ricardo, 2004) e o continuum do nível de instrução (Brandão, 2011). A autora discute também alguns desafios que se apresentaram durante a fase da coleta dos dados, culminando, por exemplo, na grande diversidade da estratificação da amostra.

No capítulo 4, Emilly Veloso e Silvana Araujo apresentam um breve panorama sócio-histórico e sociolinguístico de Cabo Verde. No nível metodológico, o trabalho foi feito com base na revisão de bibliografias sobre a situação histórica e linguística de Cabo Verde e de estudos que abordam de forma específica a língua portuguesa (língua oficial) e os desafios para a oficialização da língua caboverdiana (língua materna).

No capítulo 5, Paula Torres, Silvana Araujo e Jean Araujo discutem sobre a situação de multilinguismo no território angolano. Para essa discussão, mesmo que de forma breve, o perfil multilíngue e sócio-histórico de Angola é apresentado por meio de uma contextualização dos principais troncos de famílias linguísticas da África, com ênfase nos povos de origem banta. É debatida a importância dos povos bantu na diversidade linguística de Angola e também discutida como se deu a chegada da língua portuguesa no território angolano, que provocou o massacre linguístico das línguas nativas devido a um sistema de exploração colonial de mais de 500 anos. Os autores fizeram ainda um levantamento dos principais povos que vivem em Angola e as variadas línguas utilizadas por eles, sem perder de vista as relações de multilinguismo intenso. Além disso, são apresentados alguns resultados de pesquisas desenvolvidas em/sobre Angola na tentativa de conhecer melhor a situação sociolinguística do país atualmente.

No capítulo 6, Alexandre António Timbane e Raquel Freitag centram a discussão em torno de questões referentes à política linguística em Moçambique. Os autores debatem sobre as políticas linguísticas de Moçambique sob o ponto de vista crítico face ao multilinguismo que caracteriza os contextos locais no país. Desenvolvendo um estudo bibliográfico, se concluiu que o multilinguismo não constitui um problema para os povos bantu. Mas há necessidade de políticas linguísticas que favoreçam essas línguas, que ainda são menosprezadas.

No capítulo 7, Gabryella Fraga de Oliveira aborda algumas similaridades e diferenças sociolinguísticas entre São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, fazendo, pois, uma análise sociolinguística, buscando destacar as particularidades linguísticas e as variáveis sociais que moldam a comunicação em ambas as nações. Ressalta o papel crucial da linguagem na construção da identidade cultural e na coesão social. Na análise, identificou que, embora os dois países vivam em contextos multilíngues decorrentes de

uma colonização semelhante, há grandes diferenças no trato com a língua oficial, a língua portuguesa. Essas diferenças resultam de alguns fatores, como o contato com outras línguas, escolarização e democratização do ensino e a identidade cultural que é dada a algumas línguas nativas.

A Seção II, constituída por seis capítulos, está dedicada a variáveis morfossintáticas em variedades do português.

No **capítulo 8**, Juliete Bastos e Silvana Araujo tratam a variação da concordância verbal em uma comunidade rural afro-brasileira: Mussuca, em Laranjeiras, Sergipe. Foi analisado o comportamento do fenômeno em relação à variação estilística, frente às comunidades de práticas e às personas que compõem tais práticas. Em síntese, foi confirmado o mesmo padrão de movimento da variação do fenômeno de concordância verbal encontrado em outras variedades do português brasileiro, em relação às variáveis dependentes. As autoras explanam, por meio dos resultados encontrados, a possibilidade de a composição da persona fomentar a direção de variação no uso da regra de concordância verbal em comunidades rurais afro-brasileiras.

No **capítulo 9**, Silvana Araujo e Matheus Azevedo analisaram a variação sintática ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores de Luanda, capital de Angola, e da comunidade quilombola Mussuca. A pesquisa desenvolveu-se a partir da hipótese geral de que Luanda e Mussuca possuem padrões divergentes no que se refere ao uso do artigo definido diante de antropônimos por conta de seus diferentes períodos de colonização e formação sócio-histórica. Os resultados apontam o fator função sintática do antropônimo na sentença como o mais relevante para a comunidade de Luanda, enquanto a forma prece-dida de qualificativo do antropônimo na sentença mostrou--se relevante para a comunidade da Mussuca. Observa-se a confirmação da hipótese de que as duas cidades possuem padrões divergentes em relação à variação estudada, visto que, em Luanda, a presença

do artigo definido diante de antropônimo é a estrutura preferida pelos falantes, ao contrário da Mussuca, onde a ausência é que constitui a estrutura predominante.

No capítulo 10, Abimael dos Santos e Norma Lúcia Almeida pesquisaram a variação no uso do gerúndio e do infinitivo gerundivo, com dados orais do português falado em Luanda (PL). Os resultados mostraram que há um uso mais frequente do infinitivo gerundivo entre os falantes entrevistados, isto é, o verbo auxiliar mais preposição *a* + infinitivo é amplamente utilizado. A partir desses resultados, constata-se uma convergência linguística ao português europeu (PE), ao contrário do que ocorre no português brasileiro (PB), o qual faz o uso categórico do gerúndio, segundo pesquisas já realizadas.

No capítulo 11, Manoel Crispiniano da Silva focaliza a colocação pronominal, contrastando o português europeu, o brasileiro e o luandense. A pesquisa trouxe um novo olhar a respeito desse fenômeno, ao analisar a atuação de fatores socioculturais no condicionamento da colocação pronominal no português falado em Luanda-Angola. Em síntese, os resultados mostram que, diferentemente da variedade europeia, no português urbano falado na capital de Angola, o fenômeno é condicionado por fatores linguísticos e sociais, sendo relevantes o nível de escolaridade do sujeito e a língua de intercomunicação utilizada no dia a dia.

No capítulo 12, Karen Pissurno aborda a concordância verbal de 3ª pessoa do plural no português oral de Moçambique, considerando amostras de fala de indivíduos de áreas urbanas e rurais, com especial relevo à situação de multilinguismo. Seguindo os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança, foi possível verificar que a situação multilíngue de Moçambique estabelece uma pluralidade de normas num continuum de padrões de concordância, a depender, especialmente, de fatores sociais (mais salientes do que os geográficos), todos relacionados, direta ou in-

diretamente, à aquisição e ao contato com o emprego do português e/ou línguas bantu, fatores determinantes para as configurações dos falares moçambicanos.

No capítulo 13, Daniela Paula Malta e Claudia Roberta Silva objetivaram analisar o comportamento de sujeitos nulos e plenos na modalidade escrita em três variedades africanas do português, a saber: o português angolano (PA), o português guineense (PGB) e o português são-tomense (PST), tomando como base o Modelo de Princípios e Parâmetros, mais precisamente, o Parâmetro do Sujeito Nulo. Os resultados mostram que a estratégia preferida no PA e no PST é o uso de sujeitos nulos (51% e 53%, respectivamente), ao contrário do que se observa no PGB (20%). Esse contraste pode ganhar suporte explicativo se observado o contexto multilíngue de cada país.

Por fim, fazemos os agradecimentos:

- à Profa. Dra. Eliana Pitombo, que idealizou e coordenou o projeto *Em busca das raízes do português brasileiro* e que, com o seu entusiasmo e generosidade, nos inseriu no mundo das pesquisas com dados do português de Angola, arduamente coletados em Luanda por ela;
- aos colegas autores, que compartilham o interesse pelo estudo das variedades do português, aceitando, prontamente, o convite para participar desta publicação;
- aos estudantes de graduação engajados, com ou sem bolsa, em atividades de Iniciação Científica e/ou em trabalhos de conclusão de curso nos diferentes projetos que deram origem a este livro;
- aos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS), tantos aos que desenvolveram estudos sobre o contato linguístico África/Brasil quanto aos que cursaram a disciplina Estudos de Variedades do Português, em diferentes semestres letivos pelo diálogo profícuo;

- À UEFS, que, por meio do FINAPESQ (2021-2023), concedido à organizadora da obra, tornou possível esta publicação; e
- à Capes, CNPq, FAPESB, UEFS pelas bolsas de estudos que financiaram pesquisas para a Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado.

Referências

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. Linguagem; 4 ed. São Paulo: Parábola, 2004.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Veredas*, n. 1, p. 164-178, 2011.

Silvana Silva de Farias Araujo
Manoel Crispiniano Alves da Silva
Jean Marcel Oliveira Araujo

PESQUISAS COM DADOS DO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA-ANGOLA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Silvana Silva de Farias Araujo
(UEFS)

1. Considerações iniciais

Os estudos comparativos entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE), como também entre o PB e algumas línguas africanas e crioulas, tiveram e têm um importante papel na discussão sobre a gênese e a caracterização do PB. No entanto, julga-se que esse debate se enriquece com o cotejo dessas variedades com o português usado em outras ex-colônias portuguesas. Nesse sentido, o objetivo central deste texto é contribuir com a consolidação de campos de pesquisas que não somente comparem o PB e o PE, mas que também estabeleçam um paralelo entre o PB e outras variedades históricas da língua portuguesa, formadas em África em decorrência das expansões colonialistas portuguesas. Desse modo, busca-se ampliar a compreensão sobre as variedades não europeias do português, bem como sobre a formação do PB, especialmente, no tocante à importância do contato do português com línguas africanas.

A constituição de *corpora* linguísticos (com o rigor hoje requerido para as pesquisas sociolinguísticas), gravados em países

africanos é o primeiro grande passo para a consolidação do campo de estudos que focalize variedades africanas do português. Nesse sentido, a metodologia empregada na constituição de *corpora* linguísticos deve ser alicerçada em uma sólida base teórico-metodológica. Desse modo, julgamos que seria importante, antes de tratar especificamente da tarefa de constituição de *corpora* (o que é feito na Seção 6), abordar, neste texto, questões como a aquisição do português em situações de intensos contatos multilinguísticos e multiétnicos (Seção 2), as situações de multilinguismos presentes em países africanos, especificamente, em Angola (Seção 3), a contextualização sócio-histórica em espaços coloniais marcados por contatos linguísticos (Seção 4) e o cenário de pesquisas com foco em variedades africanas do português (Seção 5).

2. A formação de variedades africanas do português em contexto multilíngue: considerações teóricas

A África é marcada pela pluralidade. Em termos linguísticos, existem mais de duas mil línguas autóctones coexistindo nesse território, um terço do número das existentes no mundo (Eberhard *et al.*, 2022), de modo que é praticamente impossível encontrar um indivíduo monolíngue em África. O empreendimento colonial português aumentou ainda mais essa diversidade, na medida em que levou a língua portuguesa para esse continente, desencadeando, desde os anos finais do século XV, diferentes situações de contatos linguísticos, ora possibilitando o surgimento de línguas crioulas — como ocorreu em São Tomé e Príncipe, em Cabo Verde e em Guiné-Bissau —, ora dando ensejo à reestruturação da língua portuguesa, como ocorreu, por exemplo, na formação das variedades angolana e moçambicana do português.¹

1 Devido ao escopo deste texto, não estamos nos referindo, obviamente, à presença de outras línguas europeias em África, por conta da colonização de outras nações europeias, a exemplo da francesa ou inglesa.

Nesse sentido, estamos considerando que, para além das duas variedades linguísticas amplamente estudadas e apontadas como portadoras de características lexicais, fonético-fonológicas, morfosintáticas, e pragmáticas próprias, a saber, o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE), há outras variedades da língua portuguesa em países africanos, as quais, devido às suas particularidades sócio-históricas e linguísticas, não devem ser erroneamente rotuladas de “português africano”. Admitimos, contudo, que todas as variedades do português, exceto o PE, têm algo em comum: a transplantação da língua portuguesa, sendo variedades transatlânticas (Negrão; Viotti, 2014) que emergiram em situações de contatos linguísticos e resultaram na formação de variedades não nativas da língua do colonizador, ou seja, são marcadas por processos típicos de aquisição de segunda língua (L2).²

Esse entendimento embasa-se, pois, na concepção de que o contexto de colonização gerou a formação de variedades modificadas da língua portuguesa, não devendo essas serem vistas como simplesmente continuidades do PE, mas como variedades do português emergidas graças ao contato entre línguas diversas e ininteligíveis, para o que houve a participação ativa dos povos colonizados e das línguas de substrato. Assim, embora este texto trate prioritariamente de questões metodológicas, cabe, ainda que de forma sucinta, uma explanação sobre a abordagem teórica que embasa grande parte das pesquisas sobre a formação de variedades africanas do português, o que fazemos nesta seção.

Como já exposto, entendemos que as condições socioculturais dos processos de colonização levaram a que a língua portuguesa fosse adquirida por milhões de africanos em situações particulares nas ex-colônias portuguesas, mas, em alguns países, essas par-

2 No caso do Brasil, a situação foi ainda mais complexa, pois houve, no período colonial, a aquisição do português como segunda língua (L2) por milhões de falantes nativos de diversas línguas indígenas, além dos nativos de cerca de duzentas línguas africanas que vieram para o Brasil com os africanos escravizados durante aproximadamente três séculos e meio (Castro, 2005).

particularidades não foram tão intensas a ponto de reestruturarem totalmente a língua de superstrato, como ocorre na formação de línguas *pidgins* e crioulas. Nesse sentido, postulamos que há nuances nas variedades linguísticas que surgem nos processos de contatos linguísticos decorrentes das especificidades desses contatos, sendo, pois, necessário considerar aspectos que definem os processos de interações sociolinguísticas, a exemplo das atividades socioeconômicas e, conseqüentemente, “o tipo” de ocupantes, “o tipo” de contato entre as pessoas envolvidas na ocupação, para além de questões numéricas que envolvem a proporção de falantes da língua europeia e das línguas faladas pelos escravizados.³

Assinalamos que, nos casos em que as condições sócio-históricas não possibilitam a formação de uma língua crioula, não deixa de existir uma série de modificações na estrutura da língua europeia ou língua alvo. Isso se dá por ocorrer, em todos esses casos de contato linguístico, uma transmissão linguística irregular, uma transição geracional da língua alvo, adquirida como segunda língua (L2), para a nativização como língua materna (L1). Assim, o processo de aquisição linguística pela criança, que, em condições normais, se dá pela aquisição de um quadro estrutural bem definido, não obstante a presença de variações, é diferente do que ocorre no processo de aquisição da língua alvo nas situações de contato entre línguas.

Nessas situações de contato entre línguas, as características estruturais da L2 influenciam fortemente os dados linguísticos primários (PLD) na aquisição da língua alvo nativizada, como L1. Essas tendências estruturais da L2 são o reflexo de restrições psicolinguísticas que atuam sobre a aquisição de uma L2 por adultos, e, portanto, vão ter sérias conseqüências para as subseqüentes

3 O entendimento do processo de crioulação como um processo variável e complexo vem sendo defendido por alguns autores, a exemplo de Bickerton (1984), Arends (2008) e Singler (2008), o que pode ser aplicado também às variedades da língua portuguesa, como, aliás, vem sendo proposto, no que se refere ao PB, por Baxter (1992), Lucchesi (2000, 2015), Lucchesi e Baxter (2009).

gerações de falantes da L1 em situações de transmissão linguística irregular. As modificações na língua alvo ocorrem em virtude do fato de os adultos envolvidos nessa situação de multilinguismo não terem mais acesso aos dispositivos inatos que atuam naturalmente no processo de aquisição de língua materna, além de que não há um ideal normativo. A esse respeito, pronunciam-se Lucchesi e Baxter (2009, p. 102):

Tal processo de nativização da língua dominante ocorre de maneira irregular no sentido de que os dados linguísticos primários de que as crianças que nascem nessas situações dispõem para desenvolver a sua língua materna provêm praticamente de versões de segunda língua desenvolvidas entre os falantes adultos das outras línguas, que apresentam lacunas e reanálises em relação aos seus mecanismos gramaticais. Tal processo diferencia-se da situação de transmissão linguística geracional normal das línguas humanas, em que as crianças dispõem de dados linguísticos mais completos fornecidos pela língua materna dos seus pais.

De tal modo, em linhas gerais, postula-se que, nos casos de contato linguístico, origina-se uma aprendizagem “imperfeita” do português, gerando uma terceira modalidade linguística, isto é, nem seria uma língua africana (L1), nem a língua portuguesa (L2), e sim uma “L3”, uma espécie de “*interlanguage systems*”. Ou seja, nesses casos de contato entre línguas, surge uma segunda variedade da língua alvo (Lucchesi, 2003, p. 273), a qual fornece os dados linguísticos primários para os seus descendentes,⁴ momento em que ocorre um incremento das funções comunicativas, havendo, conseqüentemente, uma expansão gramatical do código

4 Atente-se para a teoria de Lightfoot (1979, 1991) a respeito da explicação para as mudanças linguísticas. Segundo o estudioso, essas ocorreriam no momento da aquisição, em que as crianças mudariam de parâmetros gramaticais a partir da presença ou ausência de *dados robustos*.

emergencial. Assim, acredita-se que, em todo e qualquer processo de transmissão linguística irregular desencadeado pelo contato entre línguas, estarão presentes estruturas típicas em processos de aprendizado assistemáticos de segunda língua, a exemplo da variação ou perda da morfologia flexional (Lucchesi, 2000).

Desse modo, os processos de gramaticalização e/ou transferências de estruturas gramaticais das línguas de substratos, que garantem a originalidade da gramática das línguas *pidgins* e criou-las frente as suas línguas lexificadoras, praticamente não ocorrem na formação de variedades não europeias da língua portuguesa. As línguas crioulas apresentam como características estruturais simplificações gramaticais, permanecendo, apenas os itens lexicais de maior transparência semântica e de maior funcionalidade para o ato comunicacional, ocorrendo ou uma “otimização” de itens gramaticais ou a gramaticalização de itens lexicais. Já nas variedades não europeias do português, parte-se do princípio de que o contato entre as línguas africanas e a língua portuguesa não deixou de influenciar a formação dessas novas variedades do português. Segundo Lucchesi e Baxter (2009, p. 110), as línguas que passaram por um processo de transmissão linguística irregular apresentam, em maior ou menor grau, alterações nas marcações morfológicas das categorias gramaticais de caso, número, gênero, pessoa, tempo, modo e aspecto, e nas relações sintáticas de regência, concordância, coordenação e subordinação, bem como nos processos de ligação anafórica e de movimento no âmbito da sentença.

Assim sendo, concluímos que, dado o ambiente multilíngue em África, houve, no processo de formação das variedades africanas do português, uma dificuldade de acesso a dados primários decorrente das dificuldades de exposição à variedade culta local ou ao padrão europeu, pois havia uma preponderância quantitativa de falantes não nativos do português, estando estes, na verdade, muito mais expostos, quando se trata da aquisição da língua eu-

ropeia, a um input com estruturas da “nova gramática”, isto é, o português de contato.

Estudar a língua portuguesa falada em países africanos, bem como no Brasil, é, portanto, estudar uma língua transatlântica (Negrão; Viotti, 2014), cujas instâncias de mudança linguística estão relacionadas à velocidade com que ocorrem os fenômenos de mudança devido à atuação de fatores sócio-históricos (DeGraff, 1999).

3. A variedade angolana do português em contexto multilíngue

Como destaca Faraco (2016, p. 360), a língua portuguesa é hegemônica apenas em Portugal e no Brasil. Nos países africanos, ela coexiste paralelamente com milhares de línguas locais, sendo, no entanto, língua oficial nos países onde ela é falada. Nesse sentido, embora não seja hegemônica em África, observa-se que a presença da língua portuguesa está aumentando em alguns países devido a fatores como políticas governamentais, aumento da urbanização, o alcance dos meios de comunicação de massa e a dinâmica sociolinguística que envolve o português e as demais línguas nacionais, principalmente em sociedades multiétnicas e multilíngues como são as africanas.

No caso de Angola, foco de discussão neste texto, coexistem várias línguas, entre elas, o português e as línguas nacionais, principalmente, do grupo bantu. Como é regra em África, a língua europeia apresenta, em razão do processo sócio-histórico de colonização, maior prestígio e poder, já que possui funções burocráticas, sendo usada na administração e no sistema educacional. Segundo Inverno (2009), o uso do português consolidou-se, sobretudo, a partir da independência política do país, aumentando o número de falantes em todos os espaços, com, inclusive, a nativização dessa língua. Nas áreas rurais, os habitantes resistem

à política de silenciamento das línguas nacionais, de modo que o percentual de falantes do português é menor do que em áreas urbanas, apenas 51% da população usa o português (Bernardo, 2018, p. 45).

O Quadro 1 apresenta, panoramicamente, a realidade socio-linguística em Angola.

Quadro 1: Línguas mais usadas e língua oficial em Angola

País	Línguas mais faladas	Língua oficial
Angola	Línguas do grupo bantu (família benue-congo ocidental): a) <i>um-bundu</i> (língua materna falada por cerca de um terço dos angolanos — 22,96%); b) <i>kimbundu</i> (língua falada pela quarta parte da população — 7,82%); c) <i>kikongo</i> (8,24%); d) <i>côkwe</i> (6,54%); e) <i>ganguela</i> (3,11%) e f) <i>cuanhama</i> (2,26%).	Português L1 ou L2 falada por 71% dos angolanos. ⁵

Fonte: Adaptada de Petter (2015).

Além dessas línguas mais utilizadas, há outras, havendo, segundo informam Timbane *et al.* (2021, p. 06) mais de vinte línguas, “das quais se assinalam as línguas do grupo bantu, do grupo khoisan e de sinais/gestual; línguas essas que, infelizmente, podem ter o número de falantes reduzido devido às políticas linguísticas que privilegiam apenas o português”.

Dados de recenseamentos (INE, 2016) e de estudos linguísticos (Figueiredo; Oliveira, 2016; Inverno, 2009; Miguel, 2003; Mingas, 2000; Petter, 2008, entre outros) demonstram, além da coexistência da diversidade de variedades locais (línguas nativas

5 Nos dados divulgados do recenseamento realizado em 2016, o Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE) não disponibiliza como foram formuladas as questões relacionadas às línguas nacionais, a exemplo de especificar o uso do português ou das línguas nacionais como língua materna ou segunda língua.

africanas), que essas são as línguas maternas da grande maioria dos habitantes das áreas rurais, especialmente daqueles com idade superior a 60 anos de idade, população essa que adquiriu a língua portuguesa anteriormente à independência do país.

Nos últimos anos, especialmente depois da criação do Instituto Línguas Nacionais, tem crescido o número de ações de valorização das línguas nacionais, com a produção de dicionários e gramáticas dessas línguas para o uso sistemático no espaço escolar. Contudo, a presença da língua portuguesa, como exposto anteriormente, é crescente, continuando, de certa forma, a valorização historicamente construída, por conta das ações colonialistas, em que se proibia o uso das línguas locais e se consentia privilégios aos falantes do português.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a variedade do português angolano (PA) não pode ser considerada uma simples reprodução do PE, pois, como assinalam Figueiredo e Oliveira (2016), há uma identidade própria atribuída a essa variedade, considerando a existência de diversos fenômenos morfossintáticos divergentes em relação ao uso europeu. Assim, embora Silva e Araujo (2020) argumentem que o português angolano ainda esteja em formação, devido a questões sócio-históricas, como a recém independência do jugo português, ou linguísticas, como a oscilação de usos linguísticos no PA (ora convergindo para o PE ora divergindo), vale considerar que a variedade angolana do português é uma variedade de contato formada em situações de aquisição de L2.

Defendemos, assim, uma variedade emergente em construção no que se refere ao português falado em Angola, especificamente em Luanda, variedade que já vem mostrando suas mudanças desde os primeiros contatos linguísticos. Como atesta Undolo (2014, p. 35), “Em Angola coexistem de facto duas normas, sendo uma, real (a do PA), e a outra ideal (a do PE), correspondente à língua oficial do Estado angolano”. Para Miguel

(2008, p. 40), o contato linguístico do português com as diferentes línguas presentes em Angola seria um fator de marcação de uma identidade linguística, pois:

Já não se trata, por conseguinte, de uma língua estrangeira, pois, quando nos apropriamos dela, modificamo-la, adaptamo-la à nossa mundividência, submetemo-la às nossas necessidades comunicacionais, em consonância com a nossa idiossincrasia. Necessariamente, inevitavelmente, está a ficar impressa nela, a nossa angolanidade. A Língua Portuguesa está a angolanizar-se como, também, já se abrandou.

Assim, como estamos defendendo que a formação da variedade angolana do português se deve a questões externas, julgamos que se fazem necessárias algumas colocações sobre a sócio-história do português angolano, o que é feito na próxima seção.

4. Breves apontamentos sobre a sócio-história de Angola

No contexto da expansão colonial portuguesa, Portugal buscou estabelecer novas relações comerciais e expandir o seu território. Assim, a Coroa Portuguesa chegou à África, à Ásia e à América. Em Angola, os portugueses aportaram por volta do século XV e permaneceram até a Independência Política dessa nação em 1975, tendo havido dois momentos dessa ocupação: o inicial, do século XV a fins do século XIX (Partilha da África) e o segundo do século XIX a 1975.

A chegada dos portugueses ao continente africano desencadeou profundas consequências sociodemográficas, políticas e linguísticas. Nesse sentido, no antigo Reino do Congo e Ndongo, que dá origem à delimitação geopolítica chamada Angola, conforme postula Caregnato (2011, p. 118), a organização social era

coletiva e não existia propriedade privada, sendo a terra utilizada de forma comunitária como um meio de sobrevivência. Porém, o advento dos europeus acabou modificando essa organização, visto que surgiu a figura de um líder político e as pessoas passaram a pagar impostos. Além disso, houve a institucionalização da fé cristã por meio do Catolicismo. Para além dessas consequências, houve uma significativa diminuição da população desse reino em virtude do tráfico de escravizados que vieram para a América servir ao projeto colonial.

A história de Angola é marcada por sucessivas guerras contra a colonização portuguesa. O primeiro movimento armado que tinha como objetivo a libertação política de Angola teve início em 15 de março de 1961, tendo como protagonista o grupo nacionalista UPA (União dos Povos de Angola). Esse movimento passa a ser chamado, em 1963, de Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Além desse, havia o grupo liderado, inicialmente, pelo poeta Mário Pinto de Andrade e, posteriormente, por Agostinho Neto. Na segunda metade da década de 1960, surge o terceiro movimento independentista: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Externamente, o mundo assistia ao desenrolar da Guerra Fria. Os movimentos buscaram, de acordo com suas afinidades políticas e ideológicas, ajuda bélica e financeira. Nesse contexto, a FNLA alinhou-se aos países capitalistas, recebendo como recompensa auxílio dos Estados Unidos e da África do Sul. O MPLA, de formação marxistaleninista, buscou apoio do campo soviético e cubano.

Um ponto em comum unia esses movimentos: a luta contra o jugo português. No entanto, eles tinham bases ideológicas diferentes e objetivos distintos, fatores que trouxeram grandes vantagens às forças portuguesas, o que contribuiu para que a Guerra perdurasse quatorze anos. O reconhecimento da Independência de Angola foi facilitado pela Revolução dos Cravos que colocou fim ao regime ditatorial de Salazar. Nesse período,

fatores como (i) a política de descolonização das colônias, por parte do Movimento das Forças Armadas que tomou o poder; (ii) as pressões internacionais que o país passou a sofrer, inclusive da ONU e (iii) o desejo de deixar Angola era muito grande entre os oficiais e os soldados alistados contribuíram para a libertação política de Angola (Agostinho, 2011, p. 28-29). A Independência de Angola foi reconhecida (proclamada) em 11 de novembro de 1975.

Paradoxalmente, o fim da guerra pela independência não trouxe paz ao território angolano, posto que os três movimentos começaram uma disputa interna pelo domínio do poder, levando o país a uma Guerra Civil que perdurou 27 anos (1975-2002), trazendo inúmeras consequências sociais e, sobretudo, socio-lingüísticas.

A Guerra Civil desenvolveu-se, sobretudo na zona rural, o que fez com que os moradores, em busca de melhores condições de vida, migrassem para os centros urbanos. Em sua maioria, esses eram falantes de línguas africanas e tiveram que se adaptar à nova realidade, essa adaptação requeria a aquisição da língua portuguesa, que se tornou a língua de compreensão mútua. As crianças que nasciam nesse contexto já começaram a ter o português como L1, fazendo com que este, paulatinamente, nos meios urbanos, se tornasse a língua veicular.

Assim, Luanda que já abrigava uma grande diversidade lingüística: o português, a língua oficial do país, convivendo com diversas línguas africanas do grupo bantu, a exemplo do kikongo, do kimbundo e do umbundo, passa, a partir desses movimentos populacionais internos, a ter também diversos contatos dialetais como uma tônica no município, pelo fato de ter recebido muitas pessoas de diferentes partes do país, em busca de segurança e de trabalho, principalmente a partir das lutas pela independência e da Guerra Civil. Nesse sentido, segundo informam Teixeira e Almeida (2011), nos dias atuais, em decorrência desses fluxos migratórios,

“é difícil lá encontrar um falante monolíngue de qualquer das línguas nacionais em meio aos seus 5 milhões de habitantes” (Teixeira; Almeida, 2011, p. 06). Desse modo, a complexidade que envolve a realidade sociolinguística angolana tem chamado a atenção de linguistas, que vêm, no âmbito de diversas instituições de pesquisa, realizando investigações a fim de desvendar as especificidades do português nesse contexto africano.

No que concerne às relações comerciais e socioculturais entre Brasil e Angola, durante o período colonial e imperial do Brasil, a partir do século XVII e, principalmente, do século XVIII, este país exerceu um papel centralizador no tráfico de homens negros que seriam escravizados no Brasil (Bonvini, 2013). Nesse período, Luanda, atual capital dessa nação, tornou-se um local fixo de embarque de negros que vinham do interior para o trabalho escravocrata na América. Eles passavam meses nos conhecidos “barracões” e, inevitavelmente, por falarem línguas diferentes, mas que apresentavam semelhanças tipológicas, acabavam interagindo entre si e adotando uma língua veicular, conforme aponta Bonvini (2013, p. 32, grifo do autor): “[...] falantes de línguas africanas diferentes, mas tipologicamente próximas, o que pôde conduzir, no caso de Angola, à adoção do *quimbundo* como língua veicular, falada em Luanda [...]”.

Diante desse contexto, fica evidente que a sócio-história do português falado no Brasil e a sócio-história do português falado em Angola entrecruzam-se, pois foram marcadas por intenso contato entre línguas, sobretudo, da língua portuguesa com as línguas africanas, já que, durante o período colonial e imperial, o número de negros africanos e seus descendentes suplantou a etnia branca no Brasil (Mussa, 1991) e em Angola, o número de africanos sempre foi superior ao de portugueses. Porém, apesar desses fatos sócio-histórico-culturais de contatos linguísticos ininterruptos, a investigação sobre o impacto da presença africana só começou a vir à baila de forma sistemática, no cenário

dos estudos linguísticos do Brasil, recentemente. Antes disso, a pesquisa brasileira centrava-se, majoritariamente, na comparação do português brasileiro com o europeu.⁶ No caso angolano, os estudos sobre o contato linguístico para formação do PA são incipientes, pois até bem pouco tempo também se restringiam à comparação do português angolano com o europeu.

À vista dos dados apresentados, para uma compreensão efetiva das realidades sociolinguísticas brasileira e angolana, não se pode apenas contrastar aspectos dessas variedades à europeia, mas contrastá-las com outras variedades formadas por meio do intenso e maciço contato linguístico. Assim, as discussões apresentadas neste texto contribuem para a agenda de estudos que investigam a língua portuguesa falada em países africanos. São, assim, oportunos os trabalhos sobre variedades africanas do português, como os que são apresentados na Seção 5, a seguir.

5. O projeto *Em busca das raízes do português brasileiro*

Considerando o profundo contato linguístico das populações de origem africana com o português na história sociolinguística do Brasil, os estudos sobre a realidade linguística de países africanos têm atraído muitos linguistas brasileiros como um meio de recolha de evidências empíricas que ampliem a compreensão sobre a formação histórica do português brasileiro.

Em termos dos estudos linguísticos com dados de variedades de ex-colônias portuguesas, a realidade linguística angolana é incontestavelmente salutar para os estudos sobre a formação do PB, tendo em vista a vinda de negros africanos escravizados durante

6 Sobre a superação dessa forma, que julgamos limitada para a compreensão da diversidade da língua portuguesa, bem como da formação do PB, julgamos que o trabalho de Petter (2008) exerceu papel decisivo, pois a autora demonstrou que, embora pertinentes, as pesquisas que apenas contrastam dados do PB, PE e línguas crioulas de base portuguesa, trazem análises parciais, por deixarem de situar o PB num conjunto maior — o dos países de fala portuguesa.

mais de três séculos para o Brasil, sobretudo, de Angola. Por isso, as pesquisas sobre a variedade angolana devem ser reforçadas, como explica Teixeira (2008, p. 02):

Nos primeiros séculos de colonização do Brasil, a mão-de-obra escrava africana provinha majoritariamente da área onde ficam hoje a República do Congo e Angola — região em que predominam as línguas nativas do grupo banto. Por outro lado, a interação de brasileiros e angolanos em Luanda, desde o século XVII, quando as relações comerciais entre eles se estabeleceram de forma intensa e continuada, corrobora a necessidade de uma guinada nessa direção.⁷

O projeto de pesquisa *Em busca das raízes do português brasileiro* está sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tendo sido oficializado em 2009, por meio da portaria 036/2009 expedida por seu Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Portaria CONSEPEP/UEFS 13.04.2009). É também certificado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UEFS), com o número de Parecer favorável 140.511 e de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE: 15582219.1.0000.5546.

A pesquisa foi idealizada pela Professora Dra. Eliana Pitombo Teixeira, que coordenou o projeto até o ano de 2016, quando se aposentou da UEFS. A partir de 2017, passou a ser coordenado por mim, Silvana Silva de Farias Araújo, que, até então, estava como professora pesquisadora do projeto. A justificativa para o projeto assenta-se no fato de que as relações históricas e culturais entre Angola e Brasil são inegáveis. Considerando que esses dois países são marcados por sucessivos contatos linguísticos e que as variedades linguísticas são formadas pela interação do linguístico com o social, pressupôs-se também que há um paralelo forte entre esses dois países.

7 A autora refere-se à implementação dos estudos sobre o português falado na África.

A execução do projeto, que ainda está em curso, deu-se em três etapas, que denominamos “fases”. Na fase 1, que compreende o período de 2009 a 2012, foi realizada a pesquisa de campo para a constituição do corpus de língua falada na cidade de Luanda, cujo objetivo geral foi o de realizar estudos, nos diversos níveis da gramática, e compará-los às descrições e análises já realizadas do português brasileiro. Como o próprio título do projeto indica a motivação principal da pesquisa esteve na busca de pistas para um melhor entendimento da formação do PB, considerando o cenário de intensos e duradouros contatos linguísticos presentes na sua sócio-história, ponderando as relações sociais e de trabalho que a população de origem africana e seus descendentes tiveram com os portugueses e luso-brasileiros durante mais de três séculos. A Professora Eliana Pitombo realizou, ela própria, a coleta de dados em Luanda, contando com o auxílio de estudantes angolanos do curso de Letras da Universidade Agostinho Neto (localizada em Luanda). Como explanaremos com mais detalhes na Seção 6 deste texto, foram construídas duas amostras: uma de falantes nativos do português e outra de falantes do português como segunda língua, a fim de surpreender as estratégias de nativização da língua portuguesa e observar o grau de espraiamento das novas variantes no português dito culto. Ainda em Luanda, a Professora Eliana Pitombo iniciou o trabalho de transcrição das entrevistas, contando novamente com o auxílio de estudantes angolanos. Tão logo retornou ao Brasil (foram seis meses de estadia em Luanda), deu seguimento às transcrições juntamente com estudantes de graduação e de especialização da UEFS (alguns bolsistas de iniciação científica e outros voluntários). Ainda no ano de 2009, surgiram os primeiros trabalhos com resultados das análises com os dados coletados, sobre diferentes aspectos da gramática do português de Luanda (PL), que trouxeram resultados que contribuiriam para um maior entendimento de gramáticas oriundas de línguas em contato,

especialmente, do português com as línguas do grupo bantu e, assim, lançaram novos olhares sobre a questão das origens do português brasileiro.

Na fase 2, de 2012 a 2016, as atenções dos pesquisadores do projeto voltaram-se para o estudo de léxico e de preposições, embora tenham sido mais efetivamente publicados resultados referentes ao uso de preposições no português luandense. Os principais resultados da pesquisa foram publicados em Teixeira e Araujo (2017). Nessa coletânea, há, além da apresentação e introdução, dez capítulos, assim denominados: “As línguas africanas no Brasil: O papel do quimbundo na formação do português brasileiro”; “Sentenças relativas”; “Queísmo e dequeísmo”; “Variação na expressão dos dativos”; “Objeto indireto anafórico na escrita angolana”; “Um estudo sobre a regência do verbo *ir*”; “A expressão do futuro verbal em língua portuguesa: confrontando Angola, Brasil e Portugal”; “Português brasileiro e português angolano: variação na concordância nominal de número”; “O objeto direto anafórico em amostras do português falado em Luanda e em Matinha”; “A concordância nominal de gênero em Luanda: novos dados”. É digno ressaltar que, no ano de 2012, o projeto foi contemplado com um financiamento da Fundação de Amparo de Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), algo que possibilitou que a sua então coordenadora voltasse a Luanda para realizar algumas entrevistas que faltavam para compor o corpus.

A terceira e atual fase do projeto intitula-se “Em busca das raízes do português brasileiro: Fase III - estudos morfossintáticos”. Com a nova coordenação, o projeto continua a ter como foco de suas ações a realização de pesquisas empíricas sobre o português de Luanda, contudo o tema dos estudos ampliou-se, incluindo qualquer aspecto da morfossintaxe e não aqueles que estão diretamente relacionados à variação no uso das preposições. Esses estudos têm revelado traços importantes da gramática do português luandense e têm sido comparados com outros já

realizados com dados do português do Brasil (PB) e de Portugal (PE), trazendo ainda mais contribuições para o debate acerca da formação do PB.

Partimos do pressuposto de que as similaridades observadas entre as variedades linguísticas das duas ex-colônias portuguesas ocorrem devido a causas exógenas, como o contato com línguas africanas e a transmissão linguística irregular do português (Lucchesi, 2003). Sustentamos, pois, que fatos da história externa dos países onde se formaram as diferentes variedades do português são primordiais para a variação supracitada e que devem ser considerados para melhor se entender a dinâmica linguística dessas variedades. Na próxima seção, nos centramos nas questões de ordem metodológica que embasaram a constituição do corpus do projeto *Em busca das raízes do português brasileiro*.

6. Reflexões sobre questões metodológicas em pesquisas com dados do português falado em Luanda

Muitos são os desafios quando se trata de constituir ou ampliar *corpora* linguísticos. Sobre o trabalho de compilação de corpus, sabemos quão laboriosa é essa tarefa. Sempre é um trabalho maior do que se imaginava ao iniciá-lo! Pesquisadores que se vinculam à área da Linguística de Corpus têm demonstrado a complexidade que envolve as etapas de execução dessa tarefa, que incluem, por exemplo: coleta de fala, tratamento dos dados (treinamento da equipe, transcrição, revisão, alinhamento texto-som, metadados, validação, anotação de palavras) e disponibilização.

A constituição de *corpora* linguísticos em países africanos reveste-se de grande complexidade para pesquisadores brasileiros. A primeira dessas dificuldades incide sobre questões financeiras, sendo necessário reunir um considerável montante de recursos para custear as viagens para coleta de dados, a hospedagem e a alimentação em países em que o custo de vida é elevado e as

passagens aéreas são caras. Outra grande dificuldade diz respeito à complexidade e à heterogeneidade sociocultural dos países africanos, com maciço contato multilinguístico e multiétnico e processos de deslocamento de grande parte da população de origem rural para áreas urbanas. Não se pode deixar de mencionar ainda que, para um pesquisador brasileiro, soma-se a essas complexidades o desafio de lidar com questões de alteridade que envolvem ser um estrangeiro(a) realizando pesquisas em um país com questões socioculturais diferentes das suas.

Um importante princípio a ser observado é o de que a constituição de um corpus linguístico deve ser baseado nas características sócio-históricas da comunidade de fala. Assim, Luanda, por ser uma grande cidade, marcada por intensos fluxos migratórios, conforme exposto na Seção 3 deste texto, exige que o pesquisador delimite bem as variáveis a ser consideradas na composição do corpus. Nesse sentido, em pesquisas sociolinguísticas, algumas variáveis socioculturais são clássicas e recorrentes, a exemplo de sexo, faixa etária e escolaridade; outras são mais específicas e se correlacionam com as características da comunidade de fala. Para Luanda, no que concerne ao segundo tipo de variáveis socioculturais, foi o caso de considerar as variáveis de língua materna (línguas nativas africanas ou português) e região de origem do falante (interior ou capital). Sobre essas duas variáveis, identificamos que poderia existir uma sobreposição de variáveis se fosse constituído um corpus único, pois os falantes de origem interiorana tinham, geralmente, adquirido o português como segunda língua e os da capital, como L1.

No estudo de Araujo e Lucchesi (2016), sobre a concordância verbal no português falado em Luanda em contraste com o falado em Feira de Santana, por exemplo, os dados foram controlados considerando as seguintes variáveis socioculturais:

Quadro 2: Variáveis socioculturais a ser consideradas na análise sociolinguística no português de Luanda

Sexo	Masculino Feminino
Faixa etária	I – 20 a 30 anos II – 36 a 50 anos III – acima de 52
Escolaridade	Baixa ou nula Superior
Língua materna	Português Línguas africanas
Local de nascimento	Capital Interior Outras Províncias

Fonte: elaboração própria

Na análise sociolinguística, houve a seleção da variável língua materna (e não da variável local de nascimento do participante), o que se revelou interessante aos propósitos do estudo, trazendo contribuições para o questionamento acerca da importância do contato do português com línguas africanas. Verificou-se que o fato de o participante ter o português como sua primeira língua favorece bastante o uso da variante padrão, ao passo que o ter adquirido como segunda língua favorece a variante não padrão. Não obstante essa interessante constatação, julgou-se necessário realizar outra análise, retirando a única variável sociocultural selecionada, por se suspeitar de uma possível sobreposição de variáveis, haja vista que, considerando a sócio-história da comunidade, os falantes que adquiriram o português como primeira língua são também naturais de Luanda. Desse modo, foi feita uma nova análise quantitativa, os resultados mantiveram-se praticamente os mesmos para as variáveis linguísticas, mas foi selecionada a variável *local de nascimento do participante*, revelando que aqueles que nasceram no interior do país utilizam mais a variante não padrão da concordância verbal com a terceira pessoa do plural. Contudo,

o valor do peso relativo foi menor em comparação com o que se obteve para a variável língua materna, o que ratifica a importância da aquisição do português como L2 para a erosão da morfologia flexional.

Para evitar futuros enviesamentos nas análises sociolinguísticas, no âmbito do projeto *Em busca das raízes do português brasileiro*, optamos por constituir dois *corpora* para a amostra de fala luandense: um com dados de português como L1 e outro com dados de português como L2, sem controlar especificamente a questão da origem do falante. Mesmo neste caso, devido à dificuldade de encontrar falantes com determinados perfis para compor as células da estratificação da amostra, foi preciso fazer uso de certa flexibilização. Na comunidade, é difícil, por exemplo, encontrar pessoas com ensino superior, notadamente com idades mais avançadas. Assim, adotamos o critério de que os que adquiriram o português até 8 anos de idade poderiam ser considerados como falantes de português como L1.

Quando se trabalha com uma comunidade como a luandense, é preciso ter ainda outros cuidados. Na revisão das transcrições das entrevistas, detectamos que algumas informações estavam equivocadas. No preenchimento das informações socioculturais dos participantes, que configuram no cabeçalho das transcrições, em alguns, há a informação de que a língua materna é umbundo, quicongo ou umbundo, mas, logo em seguida, o informante diz que fala português desde que começou a falar. Daí, inferimos que alguns entenderam “qual é a sua língua materna?” (pergunta feita pelo documentador no início da entrevista), como “qual a língua da sua mãe?”. Vejamos, por exemplo, o trecho da entrevista com uma participante da faixa etária intermediária, com 40 anos, natural de Luanda, com ensino superior completo.

(01)

DOC: É natural de onde?

INF: Sou de Luanda.

DOC: Para além de Luanda, nunca foi morar numa outra cidade?

INF: Já, já fui morar no Kwanza-Norte... tanto mais que lá quase sete anos.

DOC: E viveu lá sete anos. Qual é a sua língua materna?

INF: Kimbundu.

DOC: Em que idade e circunstância aprendeu a falar o kimbundu?

INF: Aprendi a falar com, com 12, 14 anos, mesmo quando tive lá e... e, na terra da minha mãe, mas entendo melhor do que falar.

DOC: E o português quando é que aprendeu a falar o português?

INF: Aprendi a falar o português a partir da convivência, com os meus familiares.

Ao contrário, quando o entrevistado respondia que adquiriu o português na escola, consideramos que o participante era falante do português como segunda língua, como acontece com a fala deste participante, de 57 anos, natural de Luanda e com nível de escolaridade fundamental incompleto:

(02)

DOC: Qual é sua língua materna?

DOC: Fala muito bem o kimbundo?

INF: Sim, senhora [fala em kimbundo].

DOC: Ah!

DOC: Traduzindo?

INF: Aprendi a língua portuguesa através do ensino escolar e a língua materna através da geração.

Acreditamos que a forma de aquisição da L1 pode influenciar quanto aos usos linguísticos. Sendo assim, aqueles participantes que adquiriram o *português* como língua materna tenderiam a fazer uso de formas linguísticas prestigiadas e os participantes que assumiram ter aprendido primeiramente alguma *língua afri-*

cana (umbundo, quimbundo, quicongo, chôcue etc.) e o português como segunda língua, mais tardiamente, favoreceriam o uso de variantes não padrão. Como expusemos anteriormente neste texto, consideramos a aquisição do português como L1 ou L2, com base nas declarações dos próprios participantes e nas entrevistas, conforme nos exemplos a seguir:

(3)

DOC: Qual é a tua língua nativa?

INF: Português.

DOC: Como é que aprendeu a falar o português?

INF: Em casa, com os pais e aprofundou-se na escola.

(4)

DOC: Qual é sua língua materna?

INF: Português.

DOC: Em que idade e circunstância aprendeu a falar o português?

INF: Eu aprendi no meio de outras crianças e na escola com os amigos com quem eu: eu lidava, os colegas e vivia mais em comunidade de portugueses. {Muitos filho} Tinha mesmo que só falar português com a minha família. Meu pai só fala português, a minha mãe umbundo. Não falava também tanto e era difícil nós aprender umbundo, {então} hoje minha língua agora é o português. Depois não consegui aprender mais nada.

(5)

DOC: Qual é a sua língua nativa?

INF: Umbundo.

DOC: Com que idade aprendeu a falar o português?

INF: Desde a infância mesmo. Aprendi as duas línguas quase ao mesmo tempo.

Neste último exemplo, a entrevista não foi considerada por não ser seguro o status da língua portuguesa no que se refere à língua materna do participante.

Quanto ao corpus de português como L2, observa-se, como já comentado neste texto, que os falantes que têm línguas nativas africanas como L1 são, em sua grande maioria, provenientes de outros municípios que não Luanda, capital do país e da província de Luanda. Nesse sentido, observamos que houve muita dificuldade em encontrar pessoas com ensino superior neste corpus, algo que inclui questões de políticas linguísticas, por ser o português a língua de prestígio no ambiente escolar.

(6)

DOC: Fala o quimbundo?

INF: Falo o quimbundo, mas não sou muito amigo do quimbundo. Sabe por quê? Porque na educação moderna temos que fazer alguma parte [ININT] porque não vamos {educar} aos nossos filhos ou nossos netos com a nossa tradição. Há algumas coisas que podemos ensinar, há outras que não. Eu, no meu caso, não é porque não falo quimbundo. Falo quimbundo, escrevo quimbundo, mas não dou educação quimbundo aos meus netos, porque nós não temos nenhum médico formado em quimbundo, não temos nenhum engenheiro formado em quimbundo, não temos [ININT].

A tradição nunca é... mas sim, podemos falar o quimbundo tanto como [ININT] não podemos acabar com a nossa tradição. [ININT] DOC: Agora, eu sou prova disso porque atualmente {estou a atravessar um problema}. Eu estou na faculdade e tenho como uma das {matérias} língua nacional e de preferência escolhi o quimbundo, mas do quimbundo propriamente não entendo nada. Então, qual é a sua opinião? Será que não devemos, pelo menos, ter bases de línguas nacionais?

INF: A minha opinião é a seguinte: todo cidadão depois {de 25 de Abril} entramos num mundo que temos que falar. Porque em outra era, éramos criticados, na era do passado éramos criticados. Mesmo o próprio presidente da República, não fala o quimbundo, mas sim, compreende. E nós já o contrário: nós, as camadas falamos o nosso dialeto, mas não empregamos o dialeto na escola. [ININT] Ainda não entrou, estamos a estudar {a entrada}. Mas em toda a parte da África existe este lema: vamos entrar na era da nossa

independência. Mas ainda não [ININT], vamos a um hospital, se eu entrar a falar o quimbundo, vão correr de mim.

DOC: Ah, sim. [ININT] porque ninguém vai entender.

INF: É claro. Tem que haver um intermediário, pra poder explicar ao médico que a língua que estar a falar é o quimbundo.

Mesmo quando se considera uma variável clássica, como é a faixa etária, a especificidade da sócio-história angolana deve ser considerada, ainda que seja na análise dos resultados sociolinguísticos. No corpus em questão, a variável foi controlada da seguinte forma: *faixa A* - com falantes de 20 a 35 anos; *faixa B* - com falantes de 36 a 51 anos; *faixa C* - com falantes a partir de 52 anos. Com isso, buscamos fazer uma projeção histórica quanto ao das variantes, partindo do pressuposto de que a comparação entre as faixas etárias possibilita observar as possíveis diferenças entre a linguagem de falantes mais jovens e idosos, analisando se o fenômeno estudado se encontra em um estágio de variação estável ou se há uma situação de mudança em progresso. Nesse sentido, a definição e a implementação do português como língua oficial em Angola ocorreram logo após a independência do país, em 1975. Ao considerarmos o ano em que as primeiras entrevistas foram gravadas, em 2008, podemos inferir que somente os falantes da *faixa A* nasceram em um contexto pós-independência, no qual o português já era bem mais prestigiado, os falantes da *faixa B* nasceram no período entre o processo de independência e o pós-independência, enquanto os falantes da *faixa C* vivenciaram mais o período colonial e também participaram desses momentos de transição. Tradicionalmente, nos estudos variacionistas, acredita-se que as variantes inovadoras são menos usadas por falantes mais velhos por serem mais conservadores que os jovens, existindo uma tendência de a faixa etária intermediária encabeçar o uso da variante de maior prestígio, por estar no mercado de trabalho e mais sujeita às pressões sociais. Essas questões devem ser consideradas com bastante acuidade nas análises sociolinguísticas.

Por fim, acreditamos que os corpora com dados de fala luan-dense podem ser refinados por meio da consideração de outras variáveis socioculturais, a exemplo de profissão, contato com meios de comunicação de massa, como rádio e televisão e língua materna dos pais dos participantes.

7. Considerações finais

A diversidade linguística presente em África e a presença africana nos diferentes continentes do mundo traz uma extensa agenda de pesquisas quando se visa a estudar a importância das línguas africanas na formação de variedades africanas do português. Assim, algumas frentes de trabalho podem ser adotadas por meio dos seguintes campos: língua portuguesa em comparação com línguas africanas; língua portuguesa em comparação com línguas crioulas; língua portuguesa em comparação com línguas indígenas; língua portuguesa em comunidades afro-brasileiras; PE em comparação ao PB; língua portuguesa em países africanos.

Neste texto, detemo-nos no último desses campos. Sobre esse aspecto, ressaltamos que o contexto multilíngue em que as variedades do português foram formadas no Brasil e em diversos países da África impõe uma pauta de pesquisas, na qual as especificidades sócio-históricas de cada uma dessas variedades devem ser levadas em consideração. No caso do PB, não se pode desconsiderar o multilinguismo que envolveu também as milhares de línguas indígenas no período colonial. No caso da variedade angolana do português, a difusão e a consolidação do português, principalmente, após a independência política do país, fazem-nos ponderar que muitas das variedades africanas do português ainda estão em processo de “formação”, cabendo às descrições linguísticas, por meio de diversas abordagens teóricas, serem realizadas considerando-se esse aspecto.

Referências

- AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: as heranças da luta de libertação e a Guerra Civil*. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria) – Faculdade de Academia Militar, Universidade de Lisboa, 2011.
- ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias; LUCCHESI, Dante. Um estudo contrastivo sobre a concordância verbal em Feira de Santana e em Luanda. *Papia*, v. 26, p. 71-99, 2016.
- ARENDS, Jacques. A demographic perspective on creole formation. In: KOUWENBERG, S; SINGLER, J. V. (eds.). *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*. Oxford: Blackwell, 2008, p. 309-331.
- BERNARDO, Ezequiel Pedro José. *Política Linguística para o Ensino Bilíngue em Angola*. 172 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Linguísticas Críticas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- BICKERTON, Derek. The language bioprogram hypothesis. *The behavioural and Brain Sciences*, n. 7, Cambridge University Press, 1984, p. 173-203.
- BONVINI, Emílio. As línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 15-61.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *Duas variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018.
- CAREGNATO, Lucas. *Verso e reverso: práticas sociais, econômicas, políticas no Kongo e no Ndongo e o domínio colonial português- séc. 15 a 17*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário Afro-Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABL/Topbooks, 2005.
- DE FARIAS ARAUJO, Silvana Silva; PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva; ABREU, Ricardo Nascimento. Políticas e contatos linguísticos: questões para pesquisas no Brasil. *A Cor das Letras (Uefs)*, v. 21, 2020, p. 9-38.
- DEGRAFF, Michel. Creolization, language change, and language acquisition: an epilogue. In: DEGRAFF, Michel. (ed.). *Language creation and language change: creolization, diachrony, and development*. Cambridge: The MIT Press, 1999. p. 473-544.
- EBERHARD, David M.; SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (eds.). *Ethnologue: Languages of the World*. Twenty-fifth edition. Dallas, Texas: SIL International, 2022. Online version: <http://www.ethnologue.com>.

FARACO, Carlos Alberto. *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FIGUEIREDO, Carlos F. Guimarães; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte (org.). Projeto Libolo: Município do Libolo, Kwanza Sul, Angola: aspectos linguístico-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e sócio-identitários. v. 1 e 2. Lisboa: Chiado, 2016.

INE, Instituto Nacional de Estatística. *Resultados definitivos do recenseamento geral população e da habitação de Angola*. Luanda, 2016.

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, Ana Maria (ed.). *Português em contato*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert, 2009, p. 87-106.

LIGHTFOOT, David. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

LIGHTFOOT, David. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge: The MIT Press, 1991.

LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 272-284.

LUCCHESI, Dante. *Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolingüística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. Por que a criouliização aconteceu no Caribe e não aconteceu no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. *Revista Gragoatá* (UFF), v. 24, p. 227-255, 2019.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão lingüística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.

MIGUEL, Maria Helena. *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda*. Luanda: Nzila, 2003.

MIGUEL, Maria Helena. *A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica*. *Lucere* 5, ano 4, p. 35-48, 2008.

MINGAS, Amélia Arlete. *Interferência do Kimbundo falado em Lwanda*. Luanda: Editorial Caxinde, 2000.

MUSSA, Alberto B. N. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; VIOTTI, Evani. Contato entre quimbundo e português clássico: impactos na gramática de impessoalização do português brasileiro e angolano. *Revista Linguística* (Online), v. 30, p. 289-330, 2014.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas. *Papia*, v. 17, p. 9-19, 2008.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Ampliando a investigação do continuum afro-brasileiro de português. *Papia*, v. 25, n. 2, p. 305-317, 2015.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A formação da identidade linguística do português falado em Angola: uma revisão bibliográfica e notas sobre a sócio-história. *REVISTA PHILOLOGUS*, v. 26, p. 61-78, 2020.

SINGLER, John Victor. The sociolinguistic context of creole genesis. In: KOUWENBERG, S.; SINGLER, John Victor. *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*. Oxford: Blackwell, p. 332-358, 2008.

TARALLO, Fernando (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes Editora, 1989.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. O pronome você no português de Luanda. In: LIMA HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELLETTI, Guaraciaba; MARTINS, Vilma Lia de Rossi. (org.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP Editora, 2008.

TEXEIRA, Eliana Pitombo; Silvana Silva de Farias Araujo (org.). *Diálogos entre Brasil e Angola: o português d'aquém e d'além-mar*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017.

TEIXEIRA, Eliana Sandra Pitombo; ALMEIDA, Norma Lucia F. A indeterminação do sujeito no português angolano: uma comparação com o português do Brasil. *Papia* (Brasília), v. 1, p. 99-112, 2011.

TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Peres; UNDOLO, Márcio Edu da Silva. (org.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção Editora, 2021.

UNDOLO, Márcio Edu da Silva. Caracterização da norma do português em Angola. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Linguística, Universidade de Évora, Évora, 2014.

O DESAFIO DE ANALISAR VARIÁVEIS SOCIOLINGÜÍSTICAS FRENTE A UM MOSAICO DE ETNIAS E LÍNGUAS: O CASO DO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE

Silvia Rodrigues Vieira
(UFRJ/PPGLEV/CNPq/FAPERJ)

Silvia Figueiredo Brandão
(UFRJ/PPGLEV/CNPq)

1. Considerações iniciais

A análise de fenômenos linguísticos variáveis impõe ao pesquisador uma série de desafios, sobretudo no que diz respeito a procedimentos metodológicos que garantam a representatividade dos dados e dos resultados obtidos em relação ao perfil das comunidades de fala investigadas e, conseqüentemente, de suas variedades linguísticas. Nesse campo, avultam os procedimentos que buscam contornar as limitações de *corpora* organizados segundo macrocategorias — como idade, sexo, região, escolaridade do falante —, nem sempre suficientes para identificar e caracterizar comunidades de fala geográfica e socialmente delimitadas, o que se deve, muitas vezes, ao caráter multilíngue e multicultural das áreas de pesquisa, em que se entrecruzam indivíduos e grupos de indivíduos de perfis bastante diferentes, o que, por sua vez, sugere, por hipótese, a existência de diferentes comunidades de fala num mesmo espaço geográfico.

Para captar as normas que caracterizam cada uma delas, o pesquisador que baseia suas análises em bancos de dados organizados segundo os referidos parâmetros tem de considerar, por vezes, novas variáveis, definidas segundo características específicas por ele detectadas, e, sobretudo, observar a performance linguística de cada entrevistado, correlacionando-a, por exemplo, às informações de cunho pessoal prestadas pelo participante. Tais procedimentos são fundamentais, por exemplo, quando se analisam variedades africanas do português em virtude da complexidade sócio-linguístico-cultural que caracteriza as áreas em que são faladas.

Para tratar esse tema, focalizam-se, em especial, neste capítulo, amostras do português falado em Moçambique (PM), com base em pesquisas realizadas pelas autoras e/ou por seus orientandos, que tiveram sempre presente a avaliação de Chimbutane (2018, p. 107), para o qual o PM:

é um continuum de variedades que estão correlacionadas a fatores sociolinguísticos, como o uso do Português como língua nativa ou segunda, formação educacional, ocupação/profissão, segmentação urbano *versus* rural, e línguas de origem dos falantes.¹

Assim, este texto desenvolve-se em quatro outras seções. Na Seção 2, busca-se fazer uma breve caracterização de Moçambique, do ponto de vista sócio-histórico-linguístico. Na Seção 3, descrevem-se os *corpora* de entrevistas sociolinguísticas de que os referidos estudos se valem. Na Seção 4, apresentam-se os procedimentos teórico-metodológicos que foram testados para complementar as análises quantitativas realizadas. A Seção 5 é reservada às considerações finais.

1 A tradução desta e das demais citações de Chimbutane (2018) é de responsabilidade das autoras.

2. Breve caracterização de Moçambique

A República de Moçambique, cuja capital é Maputo, antiga Lourenço Marques, está situada no Sudeste africano, apresentando em 2023, segundo o INE, 32.419.747 habitantes em um território de 801.590 km², 34,66% deles residentes em áreas urbanas. O país está dividido em 11 províncias, entre as quais Maputo, cidade situada no extremo sul e onde se realizaram as entrevistas que servem de base à maioria dos estudos aqui comentados.

Os portugueses chegaram a Moçambique em 1498 e, em 1505, anexaram-no ao Império na qualidade de colônia. Tete, a primeira feitoria, foi criada em 1537, mas, como afirma Chimbutane (2018, p. 91), “embora o que constitui o atual Moçambique date de fins do século XV, só em finais do XIX as atuais fronteiras foram definidas e a relação entre os dois países foi institucionalizada”, acrescentando que “os portugueses só alcançaram a pacificação e o efetivo controle do território em inícios do século XX”, período em que se estabeleceu, nas palavras de Gonçalves (2010, p. 28), uma “colonização maciça” da região, com a vinda de 140.000 colonos. Após a independência, que se deu em 1975, houve vários conflitos, entre os quais uma guerra civil, situação que começou a mudar em 1990, com uma nova Constituição, e, mais tarde, em 1994, com a realização das primeiras eleições democráticas.

Do ponto de vista linguístico e sociocultural, Moçambique apresenta grande complexidade, sobretudo em virtude de ali serem faladas mais de 20 línguas do grupo bantu (Gonçalves, 2010), embora o português seja a única língua oficial. Sobre a questão dos índices relativos às línguas faladas no país, Ngunga (2011, p. 180), com base na projeção de oito linguistas e, ainda, do INE, do NELIMO e do CDR,² mostra que há divergências quanto ao seu número total, que varia de 13 a 41, havendo convergência apenas

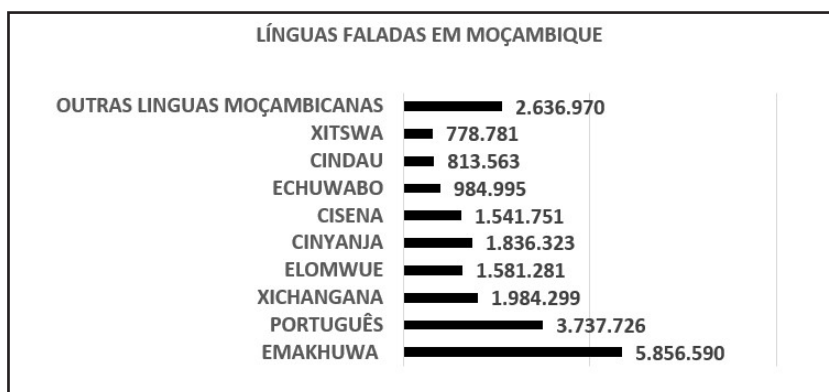
2 INE – Instituto Nacional de Estatística; NELIMO – Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas; CDR – Conselho Diretor de Recenseamento.

entre um linguista e a NELIMO, que propõem haver 20 línguas moçambicanas. Patel (2022, p. 146) relaciona tais divergências a motivações políticas e ideológicas:

Em Moçambique, línguas como o changana, o rhonga e o tswa (zona sul do país) que eram consideradas variantes do Tsonga devido à alta inteligibilidade entre as mesmas, tornaram-se línguas autónomas no 1º Seminário de Padronização da Ortografia das línguas moçambicanas, em 1988. Mais tarde, no 3º Seminário de Padronização, em 2008, houve uma tentativa de se colocar o lomwe (zona norte) como uma variante do makhuwa (NGUNGA; FAQUIR, 2011). Devido a pressões sociopolíticas, contudo, no 4º Seminário de Padronização, em 2018, houve um recuo e o lomwe voltou a ser uma língua autónoma. Essas mudanças não têm um cariz científico, pois não são resultantes de um estudo dialetológico, servindo apenas para satisfazer as comunidades de falantes.

A Figura 1, a seguir, elaborada com base em dados do Censo de 2017, dá conta de tal diversidade, mostrando que as três línguas maternas com o maior número de utentes são o emakuwa, o xichangana e o português, embora três outras línguas também sejam faladas por mais de um milhão de pessoas (elomvuwe, cinyanja e cisena). Em Maputo, predominam o xichangana, o xitshwa e o xirhonga, este último certamente computado na rubrica “outras línguas moçambicanas”. Índices não incluídos no gráfico indicam, ainda, que há 89.434 falantes de línguas estrangeiras. Apesar desse mosaico socio-linguístico-cultural, nenhuma das línguas bantu é considerada *oficial* ou mesmo *nacional*.

Figura 1: Línguas maternas mais faladas em Moçambique



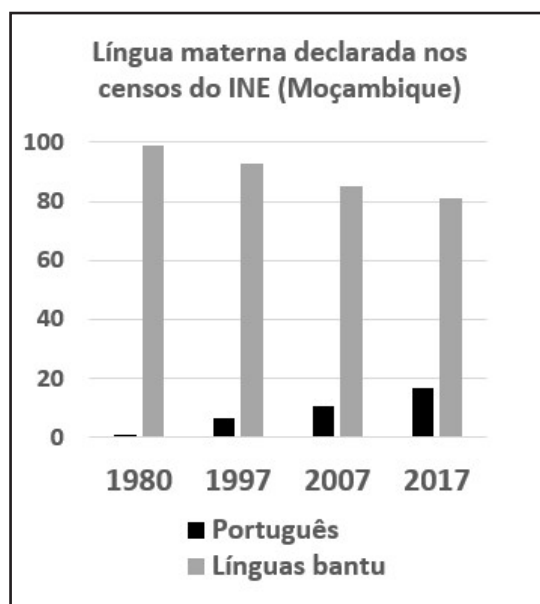
Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Censo 2017-INE.

A escolha do português como língua oficial teve caráter essencialmente político, pois se considerava ser necessário, diante do mencionado mosaico, “encontrar-se um meio comum para a comunicação entre todos e esse meio foi o português porque era a língua de comunicação mais ampla, tendo assumido o estatuto de língua de unidade nacional” (Patel, 2022, p. 148) na fase da luta pela independência e após sua conquista. Patel (2022, p. 147-148, p. 152) cita os principais argumentos que respaldaram essa decisão e que se vinculam ao papel geo-estratégico do português: (i) a necessidade de diferenciar os moçambicanos dos outros grupos nacionais da região; (ii) a criação de uma consciência nacional, isto é, uma identidade moçambicana; (iii) o receio de conflitos étnicos; e (iv) a formação de um novo estado-nação, utilizando a herança linguística colonial para proteger a integridade da herança territorial.

Essa política de valorização da língua portuguesa, ao que tudo indica, tem recebido acolhida na sociedade moçambicana, haja vista o fato de o número de falantes de português vir crescendo ao longo do tempo (cf. Figuras 2 e 3). Os índices referentes aos quatro últimos censos (1980, 1997, 2007 e 2017) realizados pelo

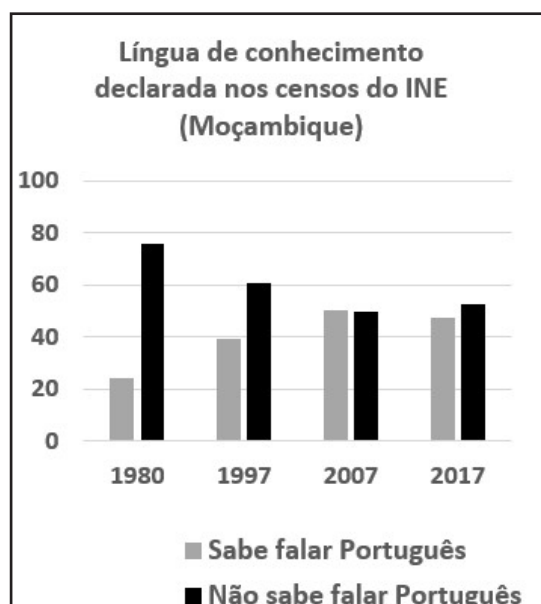
INE “permitem retratar a referida trajetória da situação multi-linguística em Moçambique, registrando não só o produtivo uso das línguas autóctones/nacionais faladas em porções diversas do território, como também as taxas de emprego do Português” (Caetano; Vieira, 2021, p. 175).

Figura 2: Distribuição percentual da população por língua materna declarada nos censos



Fonte: INE (2010) e INE (2019) (Caetano; Vieira, 2021, p. 175).

Figura 3: Distribuição percentual da população por conhecimento do português declarado nos censos



Fonte: INE (2010) e INE (2019) (Caetano; Vieira, 2021, p. 175).

A respeito do emprego contemporâneo do português por falantes moçambicanos, os índices do último recenseamento indicam que a diferença entre a região da residência do indivíduo, se urbana ou rural, constitui fator fundamental à compreensão da realidade sociolinguística no país.

Na Tabela 1, referente aos índices de conhecimento do português por áreas de residência, verifica-se que o número total de indivíduos que declaram saber falar português (10.535.905: 47,4%) difere pouco do número de residentes que declaram não saber falar português (11.707.468: 52,6%), uma diferença em torno de 5,3%. No entanto, o mesmo não ocorre quando se compara a distribuição dos falantes quanto ao conhecimento da língua, em cada uma das áreas, uma vez que são bastante diferentes os percentuais dos que supostamente falam e dos que não falam português em cada

área: na área urbana, respectivamente 77,0% e 23,0%, enquanto na área rural, respectivamente 31,7% e 68,3%.

Tabela 1: Distribuição percentual da população de 5 ou mais anos de idade por condição de conhecimento do português declarado no Censo de 2017 segundo a região da residência em Moçambique

Região de Residência	Declaram saber falar Português		Declaram não saber falar Português		Total geral
	Nº	%	Nº	%	
Zona urbana	5.911.607	77,0%	1.763.217	23,0%	7.676.824
Zona rural	4.624.298	31,7%	9.944.251	68,3%	14.568.549
Total	10.535.905	47,4%	11.707.468	52,6%	22.243.373

Fonte: INE (2019), Censo de 2017 (Caetano; Vieira 2021, p. 178).

Tais diferenças, que indicam tendências praticamente inversas entre as zonas urbanas e rurais, sem dúvida, devem-se a fatores tais como o maior acesso a bens culturais e à educação nas zonas urbanas. Embora haja experiências de ensino bilíngue em algumas áreas rurais, não se levam em conta as idiossincrasias das comunidades, entre as quais a(s) língua(s) dos indivíduos que as constituem, tanto que alguns pais ficam em dúvida sobre as vantagens de mandar as crianças para a escola (Patel, 2022, p. 146). Embora ciente de que, no momento, o sistema educacional moçambicano está passando por importantes reformas, entre as quais a implementação de escolas bilíngues, Patel (2022) questiona o lugar das línguas moçambicanas no panorama educacional do país. Nesse sentido, a autora demonstra que, por força de legislação e outras práticas, segundo as quais apenas a língua portuguesa é considerada oficial, o multilinguismo moçambicano teria se tornado praticamente invisível em boa parte dos currículos escolares.

As ponderações de Pissurno (2017), a seguir, apresentam fatores diversos que se correlacionam às diferenças entre as zonas urbanas e rurais, registradas na Tabela 2.

Assim sendo, estabelecem-se duas situações: de um lado, encontram-se os habitantes das zonas mais rurais, que possuem línguas *bantu* como L1 e que, teoricamente, recebem a transmissão do Português Europeu (PE) considerado padrão, como uma língua estrangeira, em contextos descontinuados, formalizados apenas para os habitantes mais jovens quando em ambiente escolar, podendo, dessa forma, gerar reestruturações do sistema da Língua Portuguesa a partir de uma nova gramática que incorpore tanto sua L1 quanto a L2 tida como referência; de outro lado, temos os habitantes das áreas urbanas, que têm acesso à língua em todos os ambientes de uso da mesma (na família, na escola e no trabalho), haja vista o valor concedido à língua oficial do país, que possibilita ascensão social de seus usuários. Nesse caso, diversas crianças adquirem o Português como L1 (em paralelo ou não a uma língua nacional), transmitido por seus pais dentro de casa e, supostamente, aprimorado na escola. A aquisição de língua para esses indivíduos, portanto, poderia atingir níveis de conhecimento parecidos com os dos falantes de PE, por exemplo, que não passam por processos semelhantes de contato com outras línguas. No entanto, é válido ressaltar que os pais dessas crianças, assim como muitos de seus professores, não são, necessariamente, falantes nativos de Português, o que poderia trazer questionamentos sobre a língua que é transmitida por eles, talvez não tão próxima do PE padrão quanto se desejaria (Pissurno, 2017, p. 20-21).

As observações de Chimbutane (2018) complementam as de Pissurno (2017) e resumem o quadro geral aqui apenas esboçado, em que se busca indicar a pluralidade de variáveis (nos planos histórico, étnico, social, cultural, diatópico, individual, entre vários outros) que podem condicionar a performance de falantes moçambicanos de português.

Embora estudos sistemáticos de correlatos socio-linguísticos de variação ainda não tenham sido realizados, há uma variação dialetal percebida do português falado em Moçambique. Tomando como referência a variedade padrão europeia, o português moçambicano tem sido descrito como um *continuum* dialetal constituído por uma graduação desde o acroleto passando pelo mesoleto ao basileto (Gonçalves, 2010, 2012). Descrevendo o *status* dos dois extremos deste *continuum*, Gonçalves (2010) afirma que o basileto engloba as variedades faladas por indivíduos com baixos níveis de escolaridade e o acroleto compreende a variedade falada principalmente por indivíduos urbanos com maiores níveis de escolaridade. Embora Dias (2002) use termos diferentes para caracterizar essa variação, ela também se baseia na mesma abordagem de *continuum* pós-crioulo. Dias (2002) sugere que o *continuum* dialetal compreende variedades pidginizadas, mistas e padronizadas, que correspondem aos termos basileto, mesoleto e acroleto de Gonçalves (2010, 2012), embora com algumas diferenças em termos de caracterização (Chimbutane, 2018, p. 102-103).

Como ocorre, em geral, em países que passaram pelo processo de colonização, os moçambicanos, embora cientes da importância de falar português, inclusive como meio de ascensão social, parecem resistir a seu domínio, adotando as diferentes normas que se vão constituindo em razão do contato multilinguístico. A tal complexidade somam-se questões relacionadas à busca de identidade dos indivíduos e à atitude deles para com as línguas em contato no meio da sociedade, o que implica ser fundamental levar em consideração a história pessoal dos indivíduos (de cada informante da pesquisa), como têm feito pesquisadores

que analisam amostras contemporâneas do português falado em Moçambique, como, por exemplo, Pissurno (2017, 2022) e Costa (2021).

Na dissertação desenvolvida por Pissurno (2017), além de fornecer os referidos dados pessoais dos participantes da pesquisa, a autora, para dar a dimensão da complexidade da sociedade moçambicana e dos desafios que encontra o pesquisador, procura caracterizar alguns segmentos da população, tais como (i) o dos assimilados, indivíduos negros ou mestiços que, superando sua condição de nativos, se tornaram cidadãos portugueses, nesse sentido, compartilhando com eles “o julgamento sobre o estatuto das línguas em contato, declarando-se falantes apenas de Português” (Pissurno, 2017, p.51); (ii) indivíduos que declaram abertamente seu conhecimento bilíngue; (iii) os que recusam já terem sido bilíngues, mas às vezes alegam apenas “compreender” as línguas *bantu*; (iv) os que, de fato, afirmam nunca terem se expressado numa dessas línguas.

O conjunto de diferenças entre os grupos de falantes descrito nesta seção permite demonstrar a complexidade de fatores que devem ser considerados para a compreensão das feições do português falado em Moçambique. Nesse sentido, o comportamento dos falantes em cada zona de residência envolve não só uma questão geográfica, mas também um conjunto de fatores relacionados ao emprego e ao conhecimento do português e o tipo de aquisição da língua, em meio a fatores socioculturais diversos que podem afetar cada indivíduo de forma peculiar.

3. Constituição de bancos de dados para análise de variedades moçambicanas do português

Os estudos que serviram de base ao debate proposto no presente capítulo apoiam-se em *corpora* constituídos de entrevistas sociolinguísticas, segundo uma estratificação que, inicialmente,

buscava atender a critérios relacionados, sobretudo, à idade, ao sexo e à escolaridade, *corpora* que serão assim identificados: (i) *Corpus Moçambique-Port: Maputo* (Vieira; Pissurno, 2016); *Corpus Cuamba* (Silva, 2018); *Corpus Moçambique-Port Online* (Vieira; Pissurno; Costa, 2021).

No quadro a seguir, apresenta-se o número de participantes entrevistados e os critérios utilizados em cada *corpus*.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados em três *corpora* de variedades do PM

MOÇAMBIQUE-PORT: MAPUTO (Vieira; Pissurno, 2016)	CUAMBA (Silva, 2018)	MOÇAMBIQUE-PORT ONLINE (Vieira; Pissurno; Costa, 2021)
34 participantes Sexo 3 faixas etárias (18 a 35 anos; 36 a 55 anos; 56 anos em diante) 3 níveis de escolaridade: Fundamental, Médio e Superior	14 participantes Sexo 1 faixa etária (18 a 35 anos) 2 níveis de escolaridade: Fundamental e Médio	20 participantes Sexo 3 faixas etárias (18 a 35 anos; 36 a 55 anos; 56 anos em diante) 3 níveis de escolaridade: Fundamental, Médio e Superior

Fonte: Elaboração própria.

Conforme esclarecimentos prestados pelos próprios organizadores de cada um desses materiais, o número de participantes planejado inicialmente para cada uma das células previstas não pôde ser sistematicamente atendido pelas mais variadas razões atinentes às pesquisas de campo, de modo que não se dispõe de amostras sociolinguisticamente estratificadas. A essa falta de uniformidade na distribuição dos entrevistados pelos referidos critérios se soma a diferença de perfil dos indivíduos quanto ao estatuto (língua materna ou não) e ao emprego da língua portuguesa (de forma restrita ou ampla, em relação aos contextos interacionais).

A esse respeito, Vieira e Pissurno (2016), organizadoras do *Corpus Mocambique-Port: Maputo* (cf. Quadro 2), idealizaram, em seu planejamento, constituir um banco de dados apenas com falantes de português língua materna, o que não foi possível no tempo de que dispunham para a realização das entrevistas. Mesmo em se tratando da realidade urbana da capital do país, onde convivem indivíduos de várias procedências, não foi tão fácil encontrar pessoas disponíveis para as gravações que tivessem adquirido o português como primeira língua.

Quadro 2: Distribuição dos participantes do *Corpus Moçambique-Port: Maputo*, em relação ao nível de escolaridade, à faixa etária e ao sexo

Escolaridade/Faixa Etária/Sexo	Ensino Básico		Ensino Médio		Ensino Superior	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Faixa A 18 a 35 anos	2 indivíduos (1-LM / 1-L2) ³	2 indivíduos (1-LM / 1-L2)	1 indivíduo (LM)	6 indivíduos (4-LM / 2-L2)	2 indivíduos (2-LM)	2 indivíduos (2-LM)
Faixa B 36 a 55 anos	3 indivíduos (3-L2)	1 indivíduo (L2)	1 indivíduo (LM)	2 indivíduos (1-LM / 1-L2)	4 indivíduos (4-LM)	2 indivíduos (2-LM)
Faixa C acima de 55 anos	1 indivíduo (L2)	1 indivíduo (LM)	1 indivíduo (L2)	1 indivíduo (L2)	1 indivíduo (LM)	2 indivíduos (2-LM)

Fonte: Elaboração própria.

3 LM – Português como língua materna; L2 – Português como segunda língua. Essa classificação foi feita a partir da declaração do próprio entrevistado.

O segundo banco de entrevistas, *Corpus Cuamba*⁴ (cf. Quadro 3), conta com gravações realizadas em região considerada rural, na cidade de Cuamba, distrito de Niassa. Esse corpus tem uma dimensão bem mais reduzida (com entrevistas de cerca de 25 minutos) e também conta com falantes de LP tanto como L1 quanto como L2, sendo todos da mesma faixa etária (com idade entre 18 e 35 anos), distribuídos por sexo e escolaridade (Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Quadro 3: Distribuição dos participantes do *Corpus Cuamba*, em relação ao nível de escolaridade, à faixa etária e ao sexo

Escolaridade/ Faixa Etária/ Sexo	Ensino Básico		Ensino Médio	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Faixa A (18 a 35 anos)	4 indivíduos (3-L2 / 1-LM)	1 indivíduo (1-L2)	5 indivíduos (4-L2 / 1-LM))	4 indivíduos (2-L2 / 2-LM)

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, Vieira, Pissurno e Costa (2021), com base em coleta de dados à distância⁵ — o que particulariza ainda mais esse terceiro corpus —, objetivaram ampliar o acesso a novos perfis de falantes moçambicanos, que não fossem apenas da região central e urbana de Maputo. Para tanto, entrevistaram 20 indivíduos (cf. Quadro 4) por meio da plataforma digital Google Meet associada ao aplicativo de troca de mensagens pela internet WhatsApp. Embora inicialmente as pesquisadoras objetivassem ter acesso a indiví-

4 Corpus coordenado, em 2018, pela pesquisadora Cláudia Roberta Tavares Silva, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que foi desenvolvido no âmbito do Projeto “Padrões de concordância no Português falado e escrito por moçambicanos: da produção à percepção”.

5 O modo online de composição do corpus em questão foi consequência das dificuldades de viagem impostas pela crise sanitária mundial da Covid-19.

duos de províncias rurais, as dificuldades inerentes à composição de uma amostra, sobretudo no modelo *online*, também impediram seguir um padrão rigoroso quanto ao número de entrevistados por critério; na realidade, a maioria dos participantes é da faixa mais jovem e proveniente de diversas províncias moçambicanas.

Quadro 4: Distribuição dos participantes do *Corpus Moçambique-Port: Online*, em relação ao nível de escolaridade, à faixa etária e ao sexo

Escolaridade/Faixa Etária/Sexo	Ensino Básico		Ensino Médio		Ensino Superior	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Faixa A 18 a 35 anos	3 indivíduos (1-LM / 2-L2)	1 indivíduo (1-L2)	2 indivíduos (2-LM)	3 indivíduos (3-LM)	2 indivíduos (2-LM)	6 indivíduos (6-LM)
Faixa B 36 a 55 anos	1 indivíduo (1-LM)	1 indivíduo (L2)	-	-	-	-
Faixa C acima de 55 anos	1 indivíduo (L2)	-	-	1 indivíduo (L2)	-	--

Fonte: Elaboração própria.

Não obstante a indesejável (mas inevitável) falta de rigor na estratificação da amostra em cada um dos referidos *corpora*, os resultados provenientes das análises sociolinguísticas de dados extraídos desse conjunto de entrevistas têm sido fundamentais — sobretudo considerando a escassez de *corpora* sociolinguísticos⁶ de variedades faladas em Moçambique — para o debate acerca da formação socio-histórica de variedades transplantadas de línguas pluricêntricas como a portuguesa (Baxter, 1992), por assim dizer.

6 A esse respeito, é digno de nota o pioneirismo da Professora Perpétua Gonçalves, que constituiu, no fim do século XX, o *Corpus PPOM* – Panorama do Português Oral de Maputo, primeiro banco de entrevistas sociolinguísticas de que se tem notícia.

Na seção a seguir, debatem-se, então, alguns resultados de estudos variacionistas com base em dados coletados dos referidos *corpora*, a fim de demonstrar a necessidade de elaborar procedimentos metodológicos complementares às análises quantitativas dos grupos de fatores sociais, para a compreensão da pluralidade de variedades que constituem o que se costuma identificar como português de Moçambique.

4. Procedimentos metodológicos para a interpretação do português falado em Moçambique

As investigações de regras variáveis de natureza fonético-fonológica (cf. Brandão, 2022; Brandão; De Paula, 2018; Passos, 2022; Pessanha, 2021, entre outros) e de natureza morfossintática (cf. Caetano; Vieira, 2021; Costa, 2021; Pissurno, 2017, 2022; dentre outros) empreendidas com base em corpus/*corpora* descritos na seção anterior, têm sido fundamentais para a observação de que as variáveis clássicas, embora possam admitir comportamento estatisticamente significativo, escamoteiam, por vezes, os fatores que efetivamente poderiam explicar o comportamento dos dados. Para observar a complexidade que envolve a interpretação das variáveis em questão, esta seção traz alguns resultados acerca da concordância verbal nas referidas amostras do PM, fenômeno que costuma ser bastante controlado como um índice de conhecimento do padrão esperado para os que dominam a língua portuguesa em Moçambique.

Primeiramente, a comparação entre resultados do corpus de perfil mais rural (*Corpus Cuamba*) — que é bastante reduzido e, por vezes, oferece um número de ocorrências limitado para generalizações — e de perfil mais urbano (o que compreende a maioria dos informantes do *Corpus Moçambique-Port: Maputo/Online*) não permite traçar tendências claras de comportamento quanto ao *continuum* ruralidade-urbanidade.

A respeito das diferenças rural versus urbano, os índices de concordância verbal padrão demonstram as dificuldades metodológicas acerca da interpretação de resultados. Se, de um lado, os índices obtidos por Pissurno (2022), acerca da concordância na 3ª pessoa do plural (*eles estuda/eles estudam*), confirmam a hipótese de que os meios rurais fariam menos marcação de plural, os verificados por Costa (2021), acerca da 1ª pessoa do plural, não permitem tal constatação.

No estudo de Pissurno (2022, p. 253), os resultados obtidos nas análises dos três *corpora* descritos neste capítulo indicam os seguintes padrões:

Quanto à produtividade da concordância verbal de 3ª pessoa plural:

- i. Amostra urbana: 97% dos verbos produzidos por seus falantes apresentam marcas de pluralidade, comportando-se como uma regra semicategórica, em termos labovianos.
- ii. Amostra rural: aplicação das marcas de pluralidade em 86,8% dos dados da amostra, revelando *status* de uma regra variável.
- iii. Amostra *online*: os participantes produzem 70% de verbos com concordância de número, sugerindo também um padrão de regra variável.

Na pesquisa desenvolvida por Costa (2022), entretanto, os resultados relativos à marcação de plural em verbos na primeira pessoa do plural (com variação apenas com a forma *nós* — como em *nós estuda/nós estudamos* — visto que só houve uma ocorrência sem a marca de plural com a forma *a gente*) demonstram que a concordância padrão é altamente produtiva em qualquer das amostras consideradas. “Por outro lado, a concordância não padrão, embora residual, ocorreu com mais frequência no Corpus Online (4,3%), seguida do Corpus Maputo (3%)” (Costa, 2021, p.

120). Na amostra mais rural, o estudo nem sequer detectou variação (100% de marcação); entretanto, só foram observadas 83 ocorrências, dada a pequena dimensão do corpus, conforme se esclareceu na seção anterior.

De todo modo, embora os resultados não neguem, mas também não confirmem, de forma inequívoca, o esperado quanto ao fator ruralidade/urbanidade, é possível, a partir da observação detalhada dos resultados, inferir a existência de outras motivações para os resultados obtidos. Nesse sentido, além da falta de simetria no número de informantes por célula constituir uma dificuldade na generalização dos resultados, observa-se que as motivações que se constataam quanto ao grau de escolaridade ou à faixa etária do indivíduo, por exemplo, quase sempre se associam a outras possíveis motivações, como o perfil do indivíduo ou de grupos de indivíduos quanto ao estatuto (de língua materna ou de L2) e à frequência de uso da língua portuguesa.

Assim sendo, no que se refere às variedades do português falado em Moçambique, o ideal a perseguir, para uma interpretação segura dos resultados, passa, sem dúvida, pela necessidade de constituição de novas amostras, com maior número de participantes controlados não só em relação às variáveis escolaridade, sexo, faixa etária e zona geográfica, mas também em relação ao estatuto da língua materna e às situações de emprego da língua portuguesa nos diversos contextos sociocomunicativos. Enquanto não se dispõe dessas amostras, o que se observa é que os estudos já empreendidos com os bancos de dados disponíveis acabam por adaptar o dito laboviano, para os estudos de sincronias passadas, ao tentarem fazer o melhor uso de preciosos, mas — em certa medida — “maus dados”.

A esse respeito, esta seção busca demonstrar, ainda, duas estratégias metodológicas relevantes para a compreensão da pluralidade de normas que convivem no PM: (i) a criação de variáveis complementares, com base na declaração dos próprios falantes,

a respeito da língua que adquiriram e/ou empregam em seu cotidiano; e (ii) o controle das taxas de realização das variantes na fala de cada indivíduo entrevistado.

No estudo da concordância verbal de 3ª pessoa do plural em dados produzidos na amostra urbana (Maputo),

constatou-se que os dados sem marcas de plural padrão são fortemente influenciados pelas variáveis sociais, em especial a escolaridade e a frequência de uso de línguas bantu, uma vez que a maior parte das ocorrências sem pluralidade é produzida por participantes que tenham apenas nível fundamental de escolaridade e que tenham frequente contato com as línguas autóctones. Por outro lado, os informantes de nível superior de escolaridade e, conseqüentemente, que possuem pouco ou nenhum contato com essas línguas, são responsáveis por índices altíssimos e até mesmo categóricos de aplicação das marcas verbais (Pissurno, 2022, p. 255).

No que se refere aos dados da amostra rural, além da escolaridade, o estatuto da língua portuguesa, se L1 ou L2, mostrou-se estatisticamente relevante. A concordância padrão é favorecida na fala de indivíduos com mais anos de escolaridade e que são falantes de português como língua materna.

Tabela 2: Aplicação da variante ausência de marca de 3ª pessoa do plural verbal segundo o estatuto da língua portuguesa: L1 ou L2 na amostra rural

Língua Materna	Ocorrências	Percentual	Peso Relativo
Português L1	13/158	8%	.35
Português L2	86/559	15%	.54

Fonte: Pissurno (2022, p. 213).

Por fim, na amostra *online*, a relevância da variável língua(s) dominada(s) pelo informante também é confirmada: desfavorecem a concordância padrão os informantes que usam mais línguas bantu no seu dia a dia.

Tabela 3: Aplicação da variante ausência de marca de 3ª pessoa do plural verbal segundo *língua(s) dominada(s) pelo informante* na amostra online

Língua(s) dominada(s)	Ocorrências	Percentual	Peso Relativo
Fala Português e línguas bantu	9/122	7,4%	.20
Fala mais línguas bantu do que Português	55/92	59,8%	.85

Fonte: Pissurno (2022, p. 222).

Na investigação da concordância verbal de 1ª pessoa do plural, Costa (2021) também verificou a relevância de variáveis relativas ao estatuto e à frequência de uso da língua portuguesa.

De modo geral, os resultados — referentes às amostras de Maputo e *online*, visto que a de Cuamba não exibiu variação — indicaram que os moçambicanos que declararam ter o português como L1 produziram dados de concordância padrão com maior frequência (de forma semicategórica), do que aqueles que declararam ter o português como L2. Para estes, a regra atua como variável, como pode ser observado na tabela a seguir, elaborada pela autora.

Tabela 4: Distribuição dos dados de concordância verbal de primeira pessoa do plural segundo o *estatuto da língua portuguesa: L1 ou L2*

CP ⁷		L1		L2	
		CNP	CP	CNP	CP
Corpus Maputo (CM)	Nº absolutos	483	2	172	18
	%	99,6%	0,4%	90,5%	9,5%
Corpus Cuamba (CC)	Nº absolutos	27	0	56	0
	%	100%	0%	100%	0%
Corpus Online (CO)	Nº absolutos	256	8	74	7
	%	97%	3%	91,4%	8,6%

Fonte: Costa (2021, p. 142).

Os resultados ora comentados demonstram, por si sós, a relevância de fatores referentes à situação multilingüística moçambicana que, embora se associem às macrocategorias sociolingüísticas, sobretudo à escolaridade, sobressaem na explicação do comportamento dos falantes moçambicanos. É exatamente nos dados de falantes que declaram ter o português como L2 que a regra passa do estatuto de semicategórica (99,6% / 97%) a variável (9,5% / 8,6%) — conforme Labov (2003).

Nesse sentido, o mais relevante nessa fase descritiva de amostras parece ser não as categorias ou subcategorias sociais, mas, sobretudo, o perfil de cada indivíduo no que se refere aos padrões variáveis da língua portuguesa. Assim, tanto Pisurno (2017, 2022) quanto Costa (2021) vêm demonstrando, em suas investigações acerca da concordância, a relevância do controle das taxas de marcação de plural na fala de cada participante.

7 CP refere-se à concordância padrão e CNP, à concordância não padrão.

Foi a partir desse controle que Pissurno (2017, 2022) observou que a não marcação de plural, embora ocorra na fala de diversos indivíduos, acontece de forma bastante diversificada considerando a totalidade dos entrevistados. A autora pôde, ainda, perceber que os índices da amostra urbana eram especialmente altos na fala de um único indivíduo, que, embora viva boa parte de sua vida na cidade, não tem o português como língua materna e só a emprega em situações comunicativas particulares (quando atende professores na universidade em que trabalha). Na amostra rural, o comportamento dos dados também demonstrou que as diferenças individuais são reveladoras da condição dos falantes em relação às línguas autóctones e à língua portuguesa. Considerando a totalidade dos entrevistados, a autora observa que a marcação de plural oscila entre 4% a 37% das ocorrências. Na amostra do *Corpus online*, a amplitude dos índices de não marcação por indivíduo é ainda maior: vai de 0% a 69%.

Com base na descrição do perfil de cada um dos indivíduos dos *corpora* analisados, observando a língua materna declarada pelos falantes e a região em questão, Pissurno (2022, p. 225) chega à seguinte conclusão:

Tendo em vista o quadro individual dos informantes, é possível notar que considerar apenas a localidade de origem do participante (mais ou menos rural) não define seu comportamento linguístico em relação às tendências da concordância verbal de 3ª pessoa. [...] Dessa maneira, o que parece efetivamente fazer diferença para os resultados é o contato linguístico que esses informantes têm entre o Português e suas línguas materna.

Embora a distribuição dos dados referente à primeira pessoa do plural seja bastante diferente — pelo fato de se verificar uma regra com tendência a ser variável apenas na amostra *online*, Costa

(2021) também atesta a relevância do indivíduo para a interpretação dos resultados.

Considerando que apenas seis indivíduos, do total de 67, produziram ocorrências de não marcação de plural, a autora verifica a frequência de uso e a língua materna por eles declaradas. Percebe, então, que, embora três deles declarem ter o português como L1 e outros dois, como L2, a frequência de uso das línguas autóctones parece ser alta no cotidiano desses indivíduos. Desses seis indivíduos, três produziram apenas um dado cada. Na fala dos outros três indivíduos, entretanto, a autora demonstra haver ocorrências de não marcação em uma diversidade de contextos estruturais.

A respeito da importância do controle do perfil do indivíduo, a síntese dos resultados apresentada por Costa (2021, p. 159) é esclarecedora:

Esses três falantes, que demonstram um perfil mais propício ao emprego da concordância não padrão, apresentam similaridades entre si. Ambos são no mínimo falantes de português e uma ou mais línguas autóctones. Dois deles (PMOC1H e POC1H), afirmam ter aprendido a LP como segunda língua e todos os três afirmam empregar frequentemente as línguas autóctones, inclusive com maior frequência do que a LP em variados contextos.

O indivíduo que mais deixa de realizar a marca de plural em verbos da primeira pessoa do plural (como em *nós estuda*) é o mesmo que foi observado na pesquisa da terceira pessoa do plural, falante que declara ter aprendido o português tardiamente, em contexto não instrucional, e que o emprega apenas em alguns poucos contextos profissionais. Segundo Costa (2021, p. 160), os outros dois falantes que não realizam a marca de primeira pessoa plural nos verbos (com o sujeito nós) “parecem ter adquirido/aprendido,

nesse sentido, a língua oficial como língua estrangeira, visto que os meios de aquisição se limitam a contextos específicos, assim como o seu uso no cotidiano”. Assim, a autora chama a atenção para a diversidade de situações quanto ao emprego das línguas em Moçambique, demonstrando o cuidado que se deve ter ao propor qualquer caracterização em relação ao genericamente chamado português de Moçambique.

5. Considerações finais

Por todo o exposto em relação aos resultados obtidos por Pissurno (2017, 2022) e Costa (2021), respectivamente, para a concordância de terceira e primeira pessoa do plural, fica clara a relevância de procedimentos metodológicos complementares à análise quantitativa de variáveis que controlam macrocategorias sociais, como escolaridade, faixa etária, sexo, região de residência. Essa relevância se justifica, de um lado, pelo fato de não se contar com *corpora* de entrevistas sociolinguísticas da variedade moçambicana do português com a distribuição equilibrada de informantes por célula, e, de outro, pelas particularidades dos indivíduos que lidam com a situação multilinguística local.

Espera-se, assim, ter contribuído para o enfrentamento dos desafios inerentes à investigação de variedades de línguas pluricêntricas, como o português, respeitando as feições e as motivações particulares dos padrões de uso de cada variedade, que apresentam características particulares, diferentes das normas do português europeu.

Referências

- BAXTER, Alan. Portuguese as a pluricentric language. In: CLYNE, M. (ed.). *Pluricentric languages: differing norms in different nations*. Berlin: De Gruyter Mouton, 1992. p. 11-44.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Sobre o apagamento de R em coda final em variedades urbanas do Português. *Cuadernos de la ALFAL*, vol. especial, p. 203-224, agosto 2022.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo; DE PAULA, Alessandra. Róticos nas variedades urbanas santomense e moçambicana do Português. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). *Dois variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfosintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018. p. 93 -118.
- CAETANO, Ana Carolina Alves; VIEIRA, Silvia Rodrigues. Análise variacionista da ordem dos clíticos pronominais no Português de Moçambique. *Diadorim*, v. 23, n. 1, p. 171-202, jan.-jun. 2021.
- CHIMBUTANE, Feliciano. Portuguese and African languages in Mozambique. In: LÓPEZ, Laura Álvarez; GONÇALVES, Perpétua; AVELAR, Juanito Ornelas de (orgs.). *The portuguese language continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam: John Benjamins, 2018. p. 89-110.
- COSTA, Bianca Ferreira da. *Estudo sociolinguístico da concordância de primeira pessoa do plural na variedade do português falado em Moçambique*. 2021. 167 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2021.
- GONÇALVES, Perpétua. *A gênese do Português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2010.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *III Recenseamento geral da população e habitação – 2007: indicadores sócio-demográficos – Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2010.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação – 2017: Indicadores Sócio-Demográficos, Moçambique*, Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Quadro VII População projectada por área de residência e sexo segundo idade. Moçambique 2023*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2023.
- LABOV, William. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, Christina Bratt; TUCKER, Richard G. (orgs.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.

NGUNGA, Armindo. Monolingual education in a multilingual setting: the case of Mozambique. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 6, n. 2, p. 177-196, 2011.

PASSOS, Raphaela Ribeiro. *Vogais médias em contexto pretônico no Português de Moçambique*. 2022. 139 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PATEL, Samima Amade. O lugar das línguas moçambicanas no panorama educacional de Moçambique: Que perspectivas? *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 23, n. 2, p.144-160, 2022.

PESSANHA, Davi Bretas dos Santos. *Uma análise quantitativo-qualitativa dos róticos no português falado em Maputo*. 2022. 161 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PISSURNO, Karen Cristina da Silva. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural na variedade moçambicana do Português: uma abordagem sociolinguística*. 2017. 222 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PISSURNO, Karen Cristina da Silva. *Estudo sociolinguístico do Português em Moçambique: a concordância e o multilinguismo*. 2022. 274 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Claudia Roberta Tavares (org.). *Corpus Cuamba* (2018). Pernambuco: Faculdade de Letras/UFRPE, 2018.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; PISSURNO, Karen Cristina da Silva (orgs.). *Corpus Moçambique-PORT: Maputo* (2016). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2016. Disponível em: www.corporaport.letas.ufrj.br. Acesso em: 01 de julho de 2023.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; PISSURNO, Karen Cristina da Silva; COSTA, Bianca Ferreira da (orgs.). *Corpus Moçambique-PORT: Amostra online* (2021). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2021.

A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DA CONSTITUIÇÃO DE CORPORA DE VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS: BREVES RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA

Claudia Roberta Tavares Silva
(UFRPE/PROGEL/GETEGRA-CNPq)

1. Considerações iniciais

Inserido no âmbito da linguística de contato, este capítulo visa discorrer sobre a execução de uma pesquisa de campo realizada em Moçambique no âmbito do projeto *Padrões de concordância no português falado e escrito por moçambicanos: da produção à percepção* aprovado no primeiro semestre de 2018 pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Fundação Joaquim Nabuco, localizada em Recife-PE (Nº CAAE: 88254318.5.0000.5619).

Durante este relato de experiência, estabeleço, como viés norteador, o paralelo entre as metas traçadas inicialmente nesse projeto e o que foi efetivamente obtido, sobretudo, no que se refere ao tamanho e à distribuição da amostra. Ademais, serão focalizados a importância da natureza dessa pesquisa, que contemplou três cidades moçambicanas, possibilitando ampliar minha compreensão sobre o contexto multilíngue do país constituído por mais de 20 línguas bantu (Sitoe; Ngunga, 2000) e os desafios vivenciados que impuseram limitações à constituição dos *corpora*. Para tanto,

faz-se necessário: (i) realizar breves incursões no panorama multilíngue de Moçambique, tendo em mente, por exemplo, o tipo de aquisição do português e (ii) centrar a atenção no comportamento da morfologia flexional, em particular, no português moçambicano (doravante PM) sob a perspectiva do *continuum*.

É possível considerar ainda que a concepção inicial do projeto de pesquisa apresentou-se relevante, no âmbito dos estudos sociolinguísticos até então realizados, não só por contemplar, como seu próprio título sugere, a produção dos usos linguísticos na língua falada e na língua escrita e a avaliação social desses usos por um mesmo falante, mas também pela possibilidade de servir como suporte explicativo adicional à visão defendida por Gonçalves (2015b) sobre a constituição da(s) variedade(s) moçambicana(s) do português. Em outras palavras, delineiam-se dois aspectos promissores desse projeto: de um lado, o trabalho com a língua falada e a língua escrita em três cidades moçambicanas promoverá estudos comparativos não só entre essas duas modalidades de uso da língua, como também entre distintas comunidades de fala que, sob a perspectiva dos *continua* (o *continuum* de urbanização [Bortoni-Ricardo, 2004] e o *continuum* do nível de instrução [Brandão, 2011]), podem vir a revelar a existência de variedades moçambicanas do português e, por outro lado, a aferição das atitudes linguísticas, por intermédio da avaliação social dos usos, pode suscitar reflexões sobre o possível reconhecimento e valorização dessas variedades, por exemplo.

É sabido que Moçambique integra, tal como mais cinco países, o grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) cuja independência aponta para um período muito recente, conforme verificado a seguir:

- Guiné Equatorial: independência em 12 de outubro de 1968;
- Guiné-Bissau: independência em 24 de setembro de 1973;
- Moçambique: independência em 25 de junho de 1975;

- Cabo Verde: independência em 05 de julho de 1975;
- São Tomé e Príncipe: independência em 12 de julho de 1975;
- Angola: independência em 11 de novembro de 1975.

Nesses países, à exceção de São Tomé e Príncipe (Hagemeijer, 2009), o português, é majoritariamente adquirido como L2:

[n]a África, embora seja língua oficial, que é utilizada na administração e no ensino, o português é adquirido, prioritariamente, como segunda língua, que tem por modelo a variedade europeia (Petter, 2009, p. 203).

E ainda,

[...] nas sociedades pós-coloniais, declara-se oficialmente como padrão a norma europeia da língua ex-colonial, mas, na comunicação diária, as comunidades locais nem sempre estão expostas a amostras robustas desse padrão (Gonçalves, 2015b, p. 27).

A pouca exposição ao *input* da norma europeia do português e o constante contato do português com línguas africanas adquiridas como a L1 pela maioria dos falantes têm motivado a constituição de diferentes variedades africanas do português, haja vista que cada país tem uma sócio-história que lhe é peculiar, bem como seu contexto multilíngue específico. Sob essa perspectiva, pesquisadores vêm verificando um crescente processo de nativização do português, a exemplo do PM (Firmino, 2008; Gonçalves; Chimbutane, 2004). Essa nativização entendida como o “[...] processo de aculturação através do qual uma língua ex-colonial se aproxima do contexto sociocultural de um país pós-colonial” (Firmino, 2008, p. 122) não tem sido verificada em todos os países do PALOP por algumas razões, conforme pontua Hagemeijer (2016, p. 46-47):

A crescente nativização da antiga língua colonial em Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe é um fenómeno que não se verifica em relação a outras línguas ex-coloniais em África e pode ser explicado através de fatores comuns e diferenciados. Fatores como o estatuto neutro, de L2, do português face à fragmentação linguística das L1, a massificação do ensino, o aumento da mobilidade social, a timidez das políticas linguísticas efetivas em prol das línguas nacionais, assim como o prestígio do português enquanto língua de ascensão social, terão sido fundamentais na maior difusão do português.

Cumpre destacar ainda a heterogeneidade linguística verificada por Bacelar do Nascimento *et al.* (2008) em diferentes áreas da gramática de cinco países do PALOP, a saber: Angola (A), Moçambique (M), Cabo Verde (CV), Guiné-Bissau (G) e São Tomé e Príncipe (ST) cujos usos linguísticos não são encontrados na norma europeia do português. Os dados analisados pelos autores foram extraídos do *Corpus África*, disponível no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e constituído por *corpora* orais (O) e escritos (J [jornais], L[livros literários]). Observem-se alguns desses usos:

- (1) a. “**pedir uma tia nossa** para tomar conta de nós” M(O)
 - b. “**assegurar os trabalhadores** a questão da doença” ST(O)
 - c. “eu não vou agarrar **da** minha formação” CV(O)
 - d. “vai **num** hospital” G(O)
 - e. “não está-**se** a lembrar” A(O)
 - f. “há quem diga que corta-**se** a palmeira não é? ST(O)
 - g. “confessou já ter **assistido vários documentários**” A(J)
 - h. “aí você cultivava vai na **tuas lavra**” A(O)
 - i. “**tu** passas e **vê** o lixo” G(O)
- (Bacelar do Nascimento *et al.*, 2008, p. 380-382).

Embora recentes, investigações linguísticas apontam para o fato de a norma urbana culta nos países africanos ser muito próxima à norma do português europeu (doravante, PE), haja vista que a variável *escolaridade* tem implicações sobre os usos dos falantes africanos (Brandão; Vieira, 2012; Gonçalves, 2000; Mota, 2015; Mota; Miguel; Mendes, 2012). Além disso, a maior ou menor utilização de outra língua (distinta do português) favorece, respectivamente, uma maior ou menor proximidade com o PE. Um desses usos diz respeito ao domínio da concordância. Gonçalves (2000, p. 3), ao investigar o PM, conclui:

[q]uanto às inovações morfológicas (como, por exemplo, o enfraquecimento da morfologia de flexão nominal e verbal), verifica-se que estas são produzidas por falantes pouco escolarizados, ou, nos casos em que apresentam uma distribuição social mais ampla, dizem respeito a fenómenos muito específicos [...]

Ademais, em seu estudo sobre a concordância nominal de número no português brasileiro e no português de São Tomé, Brandão (2011) também verifica a atuação do nível de instrução no favorecimento ou não de marcas de plural no sintagma nominal, levando-a a propor o *continuum* de nível de instrução onde, em uma das extremidades, estão os falantes com nenhuma ou pouca escolarização que tendem a produzir menos marcas; no ponto intermediário, os falantes do Ensino Fundamental seguidos por falantes do Ensino Médio, sendo estes mais propensos ao uso de marcas do que aqueles e, por fim, na outra extremidade do *continuum*, os falantes com nível superior que tendem a produzir o maior percentual de marcas de plural. Tal proposta vem sendo adotada em estudos posteriores para o PM (Pissurno, 2017; Silva, 2022).

Ainda, sob o enfoque da perspectiva dos *continua*, foi adotado também, para esse projeto, o *continuum* de urbanização proposto por Bortoni-Ricardo (2004, p. 52, grifo da autora):

Em um dos pólos do contínuo, estão as variedades rurais usadas pelas comunidades geograficamente mais isoladas. No pólo oposto, estão as variedades urbanas que receberam maior influência dos processos de padronização da língua [...]. No espaço entre eles fica uma zona *rurbana*. Os grupos rurbanos são formados pelos migrantes de origem rural que preservam muito de seus antecedentes culturais, principalmente no seu repertório linguístico, e as comunidades interioranas residentes em distritos ou núcleos semi-rurais, que estão submetidos à influência urbana, seja pela mídia, seja pela absorção de tecnologia agropecuária.

Com base nesse *continuum*, decidi selecionar três cidades, a saber: Maputo (capital do país e economicamente mais desenvolvida), Nampula (capital da Província de Nampula que fica a 2058 km de Maputo, com predominância da atividade agrícola e importante crescimento do comércio e outros setores) e Cuamba (cidade da província do Niassa que fica a 2024 km de Maputo, com economia predominantemente agrícola). No que se refere ao domínio da concordância, inferi que, por ser Cuamba representativa do polo rural, é possível que haja menos marcas de plural devido, sobretudo, ao intenso uso de línguas locais da família bantu, do que em Maputo, cidade representativa do polo urbano, estando Nampula localizada no polo rurano.

Entendendo que a aquisição do português em Moçambique dá-se frequentemente em um contexto de uma L2, sendo o PE a língua-alvo, um aspecto merece destaque nessa aquisição que não se apresenta como “um processo bem sucedido” (Gonçalves, 2015b, p. 26): o conhecimento gramatical internalizado dos falantes de sua língua materna pode interferir na aquisição da L2. A partir da situação de interferência de línguas bantu sobre o PM no âmbito da morfossintaxe, por exemplo, assumimos com Wein-

reich (1967, p. 01, tradução própria) que “o termo interferência implica o rearranjo de padrões que resultam da introdução de elementos estrangeiros nos domínios mais altamente estruturados da língua”.¹ Sob essa perspectiva, Jon-And (2010) verificou, no português popular de Maputo, que marcas de plural no sintagma nominal ocorrem apenas na posição pré-núcleo (cf. (2)), sobretudo, na fala de moçambicanos com menor nível de escolaridade (ex.: ensino primário) e maior faixa etária (ex.: 56 a 75 anos). Segundo ela, esses falantes adquiriram o português como L2 que recebeu interferência de línguas bantu por ser o morfema de plural prefixal nessas línguas (cf. (3)):

- (2) a. ainda permanecemos com **aquelas casas velha**
 b. **as coisa** de limpeza
 c. bidom de **vinde litro**
 d. maioria **das nossas casa** fizemos
 Jon-And, 2010, p. 29).

- (3) a. Xirhonga
xi-luva **svi**-luva
 SG-flor PL-flor
 “flor” “flores”
 b. Xichangana
Ø-yindlu **ti**-yindlu
 SG-casa PL-casas
 “casa” “casas”
 (Nhunga, 2004 *apud* Jon-And, 2010, p. 43).

Ainda sobre o nível de escolaridade dos moçambicanos, Gonçalves e Siopa (2015, p. 05), ao trabalharem com a modalidade escrita no contexto universitário, verificam que “[...] há áreas da escrita em português em que a população universitária

1 The term interference implies the rearrangement of patterns that result from the introduction of foreign elements into the more highly structured domains of language (Weinreich 1967, p. 01).

moçambicana revela mais dificuldades”, sendo essas dificuldades decorrentes

fundamentalmente da situação do português como L2, da fraca exposição à língua portuguesa e ainda da deficiente qualidade do processo de ensino-aprendizagem (GONÇALVES, 2010; GONÇALVES & SIOPA, 2005; FIRMINO, 2002). Entre as várias dificuldades identificadas, sobressai a área da concordância verbal, mais particularmente, a concordância de número (NHONGO, 2005) (Bavo, 2015, p. 47).

Observem-se evidências de ausência de concordância verbal (cf. (4)) e nominal (cf. (5)) extraídas de produções escritas de estudantes universitários moçambicanos:

- (4) a. [Estes vírus] **vai** se desenvolvendo. (PE = vão)
 b. O problema não é só dos mortos [que] se **avoluma**. (PE = avolumam)
 (Bavo, 2015, p. 47)
- (5) a. **estes** mal (PE = males)
 b. **muito** estudos (PE = muitos)
 c. férias **escolar** (PE = escolares)
 d. muitos países estão **preocupado** (PE = preocupados)
 (Sitoe, 2015, p. 37-38)

Feitas essas breves incursões nesta seção, discurrerei, na segunda seção, sobre o aporte teórico-metodológico que subsidiou a pesquisa de campo do projeto aprovado em 2018; na terceira seção, serão relatadas as etapas e os resultados obtidos e, por fim, serão apresentadas as considerações finais em que serão sinalizadas, por exemplo, novas frentes de investigação sobre a(s) variedade(s) moçambicana(s) do português.

2. Aspectos teórico-metodológicos

2.1 O quadro teórico: enfocando a produção e a avaliação social dos usos

A pesquisa de campo aqui descrita embasou-se no viés teórico da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008 [1972]). Por estar enquadrada no contexto social, a língua, indubitavelmente é heterogênea e variável, sendo o “instrumento de comunicação utilizado pela comunidade de fala” (Labov, 2008 [1972]), p. 187). Nessa perspectiva, o conceito de comunidade de fala ganha relevo, pois, ao ser “mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas em relação à língua” (Labov, 2008 [1972]), p. 158), convoca necessariamente o meio social onde essas normas são construídas e partilhadas, abrindo espaço à defesa de que a língua é identitária de uma dada comunidade de fala.

Sendo a variação o objeto da Sociolinguística Variacionista, a forma linguística inovadora pode funcionar como: (i) indicador de diferenças sociais, (ii) diferenciador de estilos e (iii) marcador de uma dada comunidade definido como estereótipo. Para descrever as variantes (a forma inovadora e a forma conservadora), é necessário investigar o grau de estratificação social e os contextos em que elas são usadas, cabendo, portanto, coletar um grande número de dados linguísticos para sua posterior codificação e tratamento quantitativo. Além dessa estratificação social, outro fator extralinguístico que contribui para o aparecimento de formas linguísticas variáveis é a faixa etária: falantes idosos tendem a ser mais conservadores do que os jovens.

Tendo em mente que as comunidades de fala são identificadas pelas normas linguísticas que compartilham no contexto comunicativo, não se pode perder de vista as atitudes dos falantes dessas comunidades frente aos múltiplos usos

da língua decorrentes da heterogeneidade que lhe é inerente. Em se tratando do contexto multilíngue de Moçambique, por exemplo, os falantes tendem a adotar como padrão de uso a variedade europeia do português como garantia de sua ascensão social por considerá-la de prestígio, sendo os usos, que não convergem com esse padrão, desprestigiados. Segundo Gonçalves (2015b, p. 22),

[...] nas sociedades pós-coloniais em geral, e mais particularmente na comunidade moçambicana, o domínio da norma europeia da língua portuguesa ou, pelo menos, de uma variedade ‘educada’ desta língua constitui uma mais-valia que confere prestígio a qualquer cidadão adulto e, acima e tudo, dá garantias de uma maior mobilidade social.

Tal posicionamento dos falantes decorre de suas atitudes linguísticas definidas “como qualquer índice cognitivo ou comportamental de reações avaliativas em direção às variedades diferentes de língua ou de seus falantes” (Ryan, Giles, Sebastian, 1982, p. 07). A depender do tipo de atitude (se positiva ou negativa) frente aos usos linguísticos, as consequências serão bem distintas no seio da comunidade de fala: por exemplo, ou se estimula o preconceito linguístico (atitudes negativas) ou desestimula-o (atitudes positivas). Segundo Moreno Fernández (1998, p. 179),

Uma atitude favorável ou positiva pode fazer que uma mudança linguística se cumpra mais rapidamente, que em certos contextos predomine o uso de uma língua em detrimento de outra, que o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira seja mais eficaz, que certas variantes linguísticas se confinem aos contextos menos formais e outras predominem nos estilos cuidadosos. Uma atitude desfavorável ou

negativa pode levar ao abandono e ao esquecimento de uma língua ou impedir a difusão de uma variante ou uma mudança linguística.

Diante do exposto, a partir dos dados coletados na pesquisa de campo, convoco uma discussão no campo das atitudes linguísticas de falantes que residem nestas três cidades: Maputo, Nampula e Cuamba, com o intuito de não só investigar os usos da concordância nominal e verbal por eles produzidos na língua falada e na língua escrita, mas também de verificar sua avaliação social sobre esses usos a partir da mensuração de suas atitudes linguísticas (positivas e negativas), uma perspectiva de análise pioneira, até onde tenho verificado, no âmbito dos estudos já realizados sobre o PM.

A escolha de Cuamba, Nampula e Maputo que ficam na província do Niassa, na província de Nampula e na província de Maputo, respectivamente, justifica-se pelo fato de buscar traçar o perfil sociolinguístico dos falantes moçambicanos, tendo em mente o *continuum* de urbanização: quanto mais rural for a cidade (em nosso caso, Cuamba), maior uso das línguas locais e maior influência dessas línguas sobre o português por eles falado, ao contrário do que ocorre no meio mais urbano (no nosso caso, Maputo). O Censo de 2007 (INE² 2010) mostra o emakhuwa como a língua mais falada nas províncias do Niassa e de Nampula (25,9%), ao passo que o xichangana (10,62%) é a língua de maior uso em Maputo (16,62%).

Com cerca de 300 km², Maputo, a capital nacional, situa-se ao Sul de Moçambique, sendo banhada pelo Oceano Índico. Fundada como principal entreposto português no século XVI e tornando-se cidade em 1976, sua população, conforme o Censo de 2017, compreende 1.088.449 habitantes. Na década de 60, inaugura-se a primeira universidade, a saber: a Universidade Lourenço Marques

2 Instituto Nacional de Estatística.

(atualmente, Universidade Eduardo Mondlane [UEM]) que vem acompanhada de muitas outras universidades.

Nampula, por sua vez, é considerada a “Capital do Norte” e está localizada a 2.058 km de Maputo, sendo a população constituída de 743.125 habitantes (Censo de 2017). Sua constituição histórica remonta ao ano de 1907 quando uma expedição militar portuguesa se acampa na terra que passa a ser povoada em 1919. Somente em 1956, torna-se cidade, sendo sede do quartel general do exército português de 1964 a 1975. Sua economia é predominantemente agrícola, havendo outros produtos como pedras preciosas e crescimento de setores como o comércio e a educação (com destaque para a presença de várias instituições de ensino superior).

A cidade de Cuamba, situada na província do Niassa, localiza-se a 2.024 km de Maputo, sendo 131 km² sua área geográfica cuja população é composta por 56.801 habitantes. Em 1937, é inaugurada como vila e, somente em 1971, torna-se cidade. Sua economia também é predominantemente agrícola e tem como principais produtos: o algodão, o milho, o sorgo, as madeiras e as pedras semipreciosas. Ao contrário de Nampula e Maputo, possui poucas instituições de ensino superior.

A partir dessa breve descrição sócio-econômico-demográfica das cidades e, adotando o *continuum* de urbanização proposto por Bortoni-Ricardo (2004), foi aventada a seguinte hipótese de pesquisa já mencionada na seção anterior: Maputo, por representar o polo urbano, seria a cidade onde ocorreria mais presença de marcas de plural no âmbito da concordância nominal e verbal, seguida de Nampula, representativa do polo *rurbano* e depois por Cuamba, representada pelo polo rural.

2.2. A caracterização da população investigada

Visando à obtenção dos dados linguísticos, o perfil dos colaboradores enquadrrou-se nos critérios adotados pelos pesquisadores do projeto *Estudo comparado de padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e portuguesas: a natureza das restrições e o contato linguístico*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) (Projeto E-26/201.436/2014) e coordenado no âmbito do Projeto ALFAL 21 pelas professoras Sílvia Rodrigues Vieira e Silvia Figueiredo Brandão, do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A adoção desses mesmos critérios visa, por exemplo, a comparações futuras com os resultados obtidos por integrantes desse projeto. Diante disso, era esperado que os falantes escolarizados fossem distribuídos em cada localidade a partir do seguinte conjunto de células que integra as variáveis extralinguísticas selecionadas para o estudo:

Quadro 1: Quantitativo esperado de falantes por células sociais em cada cidade

	Nível 1 de instrução (Ensino Primário) (1ª a 7ª classe)		Nível 2 de instrução (Ensino Secundário) (8ª a 12ª classe)		Nível 3 de instrução (Ensino Superior)	
	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>
FAIXA A (18 a 35 anos)	4 ³	4	4	4	4	4
FAIXA B (36 a 55 anos)	4	4	4	4	4	4
FAIXA C (56 a 75 anos)	4	4	4	4	4	4

Fonte: Elaboração própria.

3 Era esperado que os quatro colaboradores fossem distribuídos pelos quatro fatores que compõem a variável *Língua(s) dominada(s) pelo informante*. Além disso, estava previsto que metade tivesse o português como L1 e a outra metade, o português como L2.

Além dos falantes escolarizados, a amostra foi ampliada para falantes analfabetos⁴ das três cidades, tendo por base o sexo e todas as faixas etárias descritas, esperando-se obter o seguinte quantitativo:

Quadro 2: Quantitativo esperado de falantes analfabetos em cada cidade

FAIXA ETÁRIA	SEXO	
	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>
FAIXA A (18 a 35 anos)	4	4
FAIXA B (36 a 55 anos)	4	4
FAIXA C (56 a 75 anos)	4	4

Fonte: Elaboração própria.

À medida que os falantes foram sendo selecionados tendo como critérios de inclusão: (i) ser moçambicano(a) nato(a) e (ii) residir na cidade selecionada há pelo menos cinco anos ininterruptos, outras variáveis extralinguísticas foram observadas, seguindo Pissurno (2017):

i. Português como L1 e L2:

- a. português como L1
- b. português como L2

ii. Língua(s) dominada(s) pelo informante:

- a. aqueles que afirmam que falam apenas português;
- b. aqueles que declaram falar português e apenas compreendem um pouco línguas locais, não sendo capazes de estabelecer comunicação com as mesmas;
- c. aqueles que dizem ser falantes fluentes de português e uma (ou mais) línguas locais, a depender do contexto;
- d. aqueles que declaram usar o português somente em casos de necessidade, pois, na maior parte do tempo, comunicam-se em língua locais.

4 Para a assinatura do Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido (TCLE) referente a esses falantes, foi adotada a assinatura a rogo, tendo a presença, portanto, de testemunha instrumentária.

Tendo em mente os critérios para a seleção dos falantes, foi realizada a pesquisa de campo nas três cidades moçambicanas e, para tanto, os dados coletados foram extraídos de diferentes fontes, a saber: (i) entrevistas informais do tipo Diálogo entre Informante e Documentador (DID); (ii) produções escritas (textos predominantemente narrativos cujo início da estória foi dado previamente) e (iii) testes de percepção voltados às atitudes linguísticas dos falantes (o teste de concordância e o teste de estímulo auditivo).

2.3. O tamanho previsto da amostra

Para a amostra da língua falada, o projeto inicial previa 96 colaboradores de cada uma das três cidades moçambicanas, sendo, portanto, o quantitativo geral de 279 colaboradores: 96 de Maputo, 96 de Nampula e 96 de Cuamba. Por sua vez, para a amostra da língua escrita, constituída posteriormente às entrevistas, era esperada a produção de 207 narrações, pois, dos 279 falantes entrevistados, 72 não seriam computados por serem analfabetos.

Terminada a coleta dos dados orais e escritos (dados de produção), era esperado ainda que todos os 279 colaboradores participassem dos testes de percepção, conforme será descrito na próxima subseção.

2.4. Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados

Visando descrever os instrumentos utilizados durante a coleta dos dados, deterei minha atenção, inicialmente, nas entrevistas informais cujo roteiro de perguntas segue o que foi elaborado por Pissurno (2017), o qual integra vários questionamentos relacionados ao âmbito cultural, político, social, familiar, linguístico, dentre outros. O propósito de adotar o mesmo roteiro justifica-se pelo fato de ser possível realizar futuras comparações com resultados

de pesquisa dessa autora e de outros pesquisadores que porventura venham a adotá-lo. Contudo, vale referir que foram necessárias algumas adaptações nesse roteiro provenientes da interlocução com os colaboradores, tal como a exclusão de questionamentos/temas voltados, sobretudo, ao domínio político em virtude de alguns deles se sentirem desconfortáveis em respondê-los. Nesse sentido, na esteira do que é necessário a um antropólogo em sua pesquisa de campo, foi crucial como linguista “escutar o outro, entrar em contato com suas representações, reconhecê-lo como interlocutor” (Magnani, 2003, p. 93).

Todas as entrevistas tiveram duração de, aproximadamente, 20 a 30 minutos e, para tanto, foi utilizado um gravador digital onde ficaram armazenadas. Vale dizer que, seguindo a metodologia laboviana, foi estabelecido um ambiente de interação com os colaboradores de tal maneira que a atenção à língua fosse a mínima possível. Por fim, reunidas todas as entrevistas, são notórios os diversos pontos de vista sobre um mesmo tema e a riqueza de detalhes no que concerne à compreensão e à percepção de cada moçambicano sobre sua vivência no contexto social, econômico, cultural e linguístico, por exemplo.

No que se refere ao local de coleta, foram agendados encontros individuais, ficando a coleta, em Maputo, circunscrita ou à residência dos colaboradores ou a um espaço reservado em uma instituição religiosa a que amigos brasileiros estavam vinculados. Em Nampula e em Cuamba, por sua vez, todas as entrevistas foram feitas em uma sala ou no pátio de uma instituição religiosa a que pertencia grande parte dos colaboradores.

Concluídas as entrevistas, foram aplicados testes para mapear as atitudes linguísticas dos falantes moçambicanos sobre os usos linguísticos. Em um dos testes, composto por vários quesitos, foi adotado o teste de concordância proposto por Lickert (1967 [1932]) baseado em uma escala de 5 pontos. Durante esse teste, foram verificados, por exemplo, aspectos relacionados à percepção sociolinguística

desses falantes sobre o modo como eles acham que falam e como eles acham que os outros falam. Além desse teste, foi realizado o teste de estímulo auditivo, seguindo o modelo adotado por Cardoso (2015). Para tanto, os colaboradores foram expostos a cinco amostras de fala gravadas com pessoas de diferentes localidades (falante do Brasil, de Portugal, de Maputo, de Cuamba e de Nampula). Essas gravações foram retiradas do *YouTube* e disponibilizadas aos colaboradores via gravador digital. Com um fone de ouvido e sem saberem previamente a procedência do entrevistado, os colaboradores só poderiam ouvir a gravação uma vez, a fim de que manifestassem suas reações subjetivas (atitudes linguísticas) sobre o modo de falar de cada entrevistado e inferissem sua proveniência. Inicialmente, previ que os dois testes fossem aplicados no mesmo dia da coleta dos textos orais e escritos, mas, diante da grande extensão de perguntas no teste de concordância, foi realizado mais de um encontro para a sua aplicação.

Para a coleta dos textos escritos, foi dado o início de uma estória para que os colaboradores dessem continuidade, sendo a narrativa voltada a um relato de experiência. Essa estratégia serviu não só para mantermos uma unidade temática em todos os textos coletados, como também para minimizar o maior grau de atenção ao modo como estavam escrevendo por se envolverem com a experiência vivida. Eis o início desse relato:

Desde a minha infância e adolescência, tenho vivido experiências de vida muito importantes para meu crescimento pessoal e convívio com outras pessoas. Há muitas situações boas e engraçadas, mas já passei por algumas situações de perigo. Vou escrever sobre algumas! Certo dia...

Para a produção da narração, os colaboradores, ao contrário do que havia sido previsto para ser produzido durante o nosso encontro, sugeriram, por questão de tempo, que fosse escrita em sua residência posteriormente, sugestão com a qual concordei.

Nesse sentido, infiro que, por ser um manuscrito produzido em ambiente doméstico sem a minha presença, o contexto de produção tende a ser informal.

Por fim, como é esperado de toda pesquisa de campo, foram reservados momentos para fazer anotações advindas do campo e organizar os dados que estavam sendo coletados através de etiquetagem para cada fase da pesquisa por colaborador selecionado.

3. Análise

Intitulado *Padrões de concordância no português falado e escrito por moçambicanos: da produção à percepção* e após aprovado pelo CEP, esse projeto de pesquisa teve seu início com a fase da coleta dos dados nos meses de agosto a outubro de 2018 cujas etapas previstas foram enunciadas na seção anterior.

Durante os três meses, fiquei vinculada à Universidade Eduardo Mondlane (UEM) (cf. Figura 1), localizada em Maputo, em específico, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) (cf. Figura 2) sob a supervisão da Professora Doutora Perpétua Gonçalves, professora catedrática e titular da Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira da Faculdade dessa faculdade.

Figura 1: Campus da UEM em Maputo



Fonte: A autora.

Figura 2: Entrada principal da Faculdade de Letras e Ciências Sociais no campus da UEM em Maputo



Fonte: A autora.

A vasta experiência de minha supervisora no campo do contato linguístico em Moçambique decorre de seu engajamento desde cedo com questões relacionadas, por exemplo, ao multilinguismo, à aquisição e mudança linguísticas e à formação do português moçambicano. Sendo a morfossintaxe uma das áreas de seu interesse (Gonçalves, 1996, 1998, 2015a), executar parte do projeto na UEM, cujo objetivo norteador foi investigar os padrões de concordância nominal e verbal encontrados em três cidades moçambicanas (a saber: Maputo, Cuamba e Nampula), tendo em mente se esses padrões apontavam para diferentes variedades moçambicanas do português e se haviam pontos de convergência e/ou divergência quanto ao uso desses padrões a depender dos dados de produção (orais e escritos) e de percepção, foi fundamental para iniciar reflexões em torno da constituição de variedade(s) desse português. Para tanto, foram executadas as seguintes etapas por ordem cronológica:

- *ETAPA 1 (Agosto/2018)*: reunião de trabalho na UEM com a Profa. Dra. Perpétua Gonçalves para discutirmos os encaminhamentos necessários ao início da coleta dos dados;
- *ETAPA 2 (Agosto/2018)*: realização da pesquisa de campo na cidade de Maputo;

- *ETAPA 3 (Setembro/2018)*: realização da pesquisa de campo na cidade de Nampula;
- *ETAPA 4 (Outubro/2018)*: realização da pesquisa de campo na cidade de Cuamba;
- *ETAPA 5 (Outubro/2018)*: retorno à cidade de Maputo e reunião de trabalho na UEM com a Profa. Dra. Perpétua para avaliarmos as etapas executadas e refletirmos sobre questões relacionadas à temática maior do projeto.

Partindo do que já foi enunciado até o momento, será feito nesta seção o relato de minha experiência durante a pesquisa de campo, traçando um paralelo entre as metas previstas no projeto inicialmente e os resultados efetivamente obtidos a partir do enfrentamento de desafios durante a coleta dos dados. Segundo Silva (2022), ao analisar a concordância nominal de número a partir dos *corpora* da língua escrita constituídos a partir dessa pesquisa, alguns entraves impactaram, sobretudo, a constituição desses *corpora* e, conseqüentemente, a análise dos dados.

Objetivando testar, em etapas posteriores, a hipótese central de que a compreensão da sócio-história e o contexto multilíngue das três cidades moçambicanas (Maputo, Nampula e Cuamba) poderia revelar perfis sociolinguísticos distintos de seus falantes através da constituição de diferentes variedades moçambicanas do português se levada em conta a perspectiva dos *continua*, estava prevista uma amostra equilibrada composta por 288 colaboradores no geral, conforme já enunciado. No entanto, apenas 70 colaboradores foram entrevistados, ou seja, menos da metade do quantitativo esperado. Um dos grandes entraves foi o tempo escasso de apenas três meses⁵ que me impediu de ter um maior engajamento na comunidade e, conseqüentemente, de interagir com colaboradores em potencial.

5 Em virtude de estar afastada da UFRPE para a Licença Capacitação, só tive direito a três meses para executar a etapa da coleta dos dados, conforme consta no plano de atividades aprovado por essa instituição.

Ademais, o fato de eu não pertencer à comunidade e, portanto, não ser conhecida dos colaboradores seria um grande impeditivo para dar início à coleta dos dados, mas, por intermédio de amigos brasileiros que residem nas três cidades há muitos anos e que se vinculam a instituições religiosas, a indicação dos primeiros colaboradores moçambicanos foi feita e, daí por diante, estes passaram a me indicar seus amigos e familiares, configurando-se, portanto, na adoção do método “bola de neve” (Vinuto, 2014).

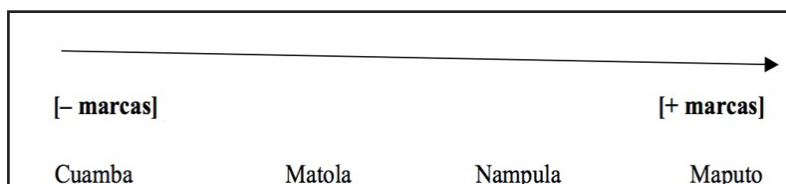
Vale referir que alguns falantes se recusaram a participar do estudo, uma situação já prevista no projeto submetido ao CEP. Uma das causas dessa recusa deve-se, por exemplo, ao fato de não ter havido uma contrapartida financeira, haja vista que, no TCLE, estava enunciado o seguinte: “Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária”. De mais a mais, potenciais colaboradores não foram selecionados, porque escolhendo restringir a coleta dos dados a espaços específicos para onde os colaboradores indicados por amigos e familiares se deslocavam, evitei o deslocamento para lugares desconhecidos.

Sobre a coleta de dados em cada cidade, iniciaremos por Maputo onde só foram entrevistados 24 colaboradores. É importante referir que, ao elaborar o projeto, eu tinha em mente realizar a coleta apenas na capital nacional, Maputo, por representar o polo urbano, no entanto, por indicação de um amigo brasileiro, tive o grande prazer de conhecer uma jovem que residia na cidade da Matola. Sobre essa cidade,

Matola, por sua vez, é a capital da província de Maputo (com uma população de 1.931.298, segundo Censo de 2017) e, embora se destaquem o setor industrial e o crescente processo de urbanização, Nhambirre (2011) observa que, em 2009, grande parte de sua população ainda não vivia na zona urbana (apenas 39%) quando comparada à zona rural (14%) e suburbana (47%) (Silva, 2022, p. 73).

Essa informação foi crucial para ampliar o *continuum* de urbanização inicialmente proposto no projeto de pesquisa apenas para Maputo, Nampula e Cuamba. Por estar na mediação entre ruralidade e urbanidade, foi proposto por mim (Silva, 2022) que Matola estaria numa escala intermediária entre Cuamba e Nampula:

Figura 3: Continuum de urbanização em Moçambique



Fonte: Silva (2022, p. 74).

Embora não tenha sido possível submeter os dados escritos a uma análise multivariada nos moldes laboviados a partir da utilização do Goldvarb X em virtude da estratificação da amostra ser muito diversificada entre as localidades, o estudo de Silva (2022) aponta para tendências no âmbito da perspectiva dos *continua* propostos para analisar a concordância de número nesses dados.

- a) *continuum de nível de instrução*: colaboradores menos escolarizados tendem a produzir mais (CN–) do que colaboradores com nível superior, estando associado a isso o fato de aqueles terem adquirido o Português como L2 (como é o caso dos colaboradores de Cuamba);
- b) *continuum de urbanização*: quanto mais urbana for a comunidade (em nosso caso, Maputo e Nampula), mais haverá a presença de marcas de plural (Silva, 2022, p. 83).

Além da grande diversidade da amostra, foi verificado que alguns textos escritos

possuem dimensões reduzidas (5 a 8 linhas) e outros possuem em média de 10 a 20 linhas, o que limita a formulação de generalizações neste estudo, apontando não só para a necessidade de coletas adicionais nas cidades selecionadas, mas também para a ampliação da amostra com coleta de dados em outras cidades e províncias (Silva, 2022, p. 75).

Retomando a coleta dos dados de fala em Maputo,⁶ dos 24 colaboradores, observei que a maioria tem o português como L2, com destaque para os colaboradores das Faixas B e C, residindo a maioria na cidade da Matola. Já os falantes da Faixa A que estão nos níveis 2 e 3 tendem a ter, em sua maioria, o português como L1 e residem na capital administrativa.

Sobre os falantes com nível superior, só há um falante da Faixa B que tem o português como L2, um resultado que vai ao encontro dos resultados apresentados pelo Censo de 2007 (INE, 2010): a diferença percentual entre falantes com nível superior que adquiriram o português como L1 (49,2%) e como L2 (50,8%) é muito pequena.

Segue-se o quadro com o quantitativo de colaboradores por célula que foram entrevistados em Maputo:

6 Vale referir que, neste capítulo, foram reunidos, por questão de espaço, todos os entrevistados de Maputo e Matola em um único quadro. Não obstante, em pesquisas futuras, faz-se necessário elaborar dois quadros para um maior detalhamento do perfil sociolinguístico dos colaboradores por cidade e as possíveis implicações desse perfil no comportamento do fenômeno linguístico selecionado para a análise.

Quadro 3: Perfil dos colaboradores que residem em Maputo

	NÍVEL 1 (Ensino Fundamental) (até a 9ª classe)		NÍVEL 2 (Ensino Médio) (10ª classe em diante)		NÍVEL 3 (Ensino Superior completo)		ANALFABETOS	
	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>
FAIXA A 18-35 anos	PL2: 2	PL2: 1	PL1: 5 PL2: 1	PL1: 3 PL2: 2	PL1: 3	PL1: 1		
FAIXA B 36-55 anos		PL2: 1		PL2: 1		PL2: 1		
FAIXA C 56-75 anos	PL2: 1	PL2: 2						
TOTAL	3	4	6	6	3	2		
	24							

Fonte: Elaboração própria.

No trabalho de Silva (2022), voltado à análise dos dados escritos, foram elaborados dois quadros para cada cidade e o que se verifica é que, ao contrário de Matola, os colaboradores residentes em Maputo são todos da Faixa A, tendo a maioria o português como L1. Nesse estudo, apenas quatro colaboradores não produziram a narração.

Um aspecto a pontuar é o seguinte: apesar de a narração poder ter sido feita na casa dos colaboradores em todas as cidades, alguns esqueceram de entregá-la e outros não quiseram elaborá-la, configurando-se, assim, outra dificuldade durante a coleta dos dados escritos. Além disso, embora meu tempo pudesse se adequar ao do colaborador, houve casos de desistência durante outras fases da coleta devido à falta de tempo do colaborador. Essas situações podem ter ocorrido devido à diversidade considerável dos instrumentos de coleta, haja vista que, em um primeiro momento,

eram realizados a entrevista e o teste de estímulo auditivo; em um segundo momento, a aplicação do teste de concordância e, em um terceiro e último momento, a produção da narração.

No que se refere à cidade de Nampula, só foram entrevistados 32 falantes de um total de 96 colaboradores previstos, conforme o perfil descrito a seguir:

Quadro 4: Perfil dos colaboradores que residem em Nampula

	NÍVEL 1 (Ensino Fundamental) (até a 9ª classe)		NÍVEL 2 (Ensino Médio) (10ª classe em diante)		NÍVEL 3 (Ensino Superior completo)		ANALFABETOS	
	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>
FAIXA A 18-35 anos	PL1: 2	PL1 2	PL1: 1	(PL1: 5	PL1: 3	PL1: 1)*		
	PL2: 2	PL2: 3		PL1 e PL2 ⁷ : 3				
FAIXA B 36-55 anos	PL2: 4					PL1: 1	PL2: 2	PL2:2
FAIXA C 56-75 anos					PL2: 1			
TOTAL	8	5	1	8	4	2	2	2
	32							

Fonte: Elaboração própria.

Um fato interessante que converge com o perfil dos colaboradores de Maputo (cf. Quadro 3) é que a maioria dos colaboradores da Faixa A adquiriu o português como L1 e que aqueles dessa faixa que adquiriram o português como L2 não possuem o Ensino Su-

7 Essa descrição diz respeito aos colaboradores bilíngues que adquiriam o português fora do contexto escolar, como L1 ou como L2, no mesmo período de outras línguas antes dos 5 anos de idade.

perior. Nas demais faixas etárias, há o predomínio do português como L2. Nessa cidade, ao contrário das duas primeiras, foram entrevistados 4 colaboradores analfabetos que se encontram na faixa etária intermediária. No que se refere aos dados escritos, foram coletadas menos da metade das narrações: apenas 13 produções.

Por sua vez, na cidade de Cuamba, foi selecionado o menor quantitativo de colaboradores: apenas 14 pessoas aceitaram participar da pesquisa. Ao contrário das outras cidades, não houve falantes com nível superior e todos são da Faixa A, tendo a maioria adquirido o português como L2, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 5: Perfil dos colaboradores que residem em Cuamba

	NÍVEL 1 (Ensino Fundamental) (até a 9ª classe)		NÍVEL 2 (Ensino Médio) (10ª classe em diante)		NÍVEL 3 (Ensino Superior)		ANALFABETOS	
	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>
FAIXA A (18-35 anos)	PL1: 1		PL1: 1	PL1: 1				PL2: 1
	PL2: 3		PL2: 4	PL2: 2				
				PL1 e PL2: 1				
TOTAL	4		5	4				1
	14							

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à coleta dos dados escritos em Cuamba, foram obtidas todas as narrações previstas na etapa inicial do projeto, ou seja, 13 produções textuais.

Diante das fases da coleta de dados aqui relatadas, é importante dizer que os *corpora* constituídos sinalizam limitações ao desenvolvimento de análises quantitativas que preveem a submissão de dados a análises multivariadas por razões relacionadas, sobretudo, à estratificação da amostra que se apresenta

bastante diversificada entre as cidades moçambicanas. Por não haver uma distribuição homogênea de colaboradores por célula social, contrariando o esperado pelo projeto de pesquisa inicial, as análises que vêm sendo desenvolvidas ficam impedidas de elaborar generalizações, focando apenas na descrição dos dados que sinalizam apenas para algumas tendências. Portanto, reforço aqui a importância de se investir em futuras pesquisas de campo nas cidades já selecionadas, como também em outras províncias para que contribuam não só para ampliar a amostra, mas também para garantir o equilíbrio de sua estratificação.

Considerações finais

A pesquisa de campo desenvolvida em terras moçambicanas evidencia seu contributo para a construção do mapeamento sociolinguístico de Moçambique, tendo em mente o trabalho não só com dados de produção (oral e escrito), mas também de percepção. Ainda, com base no intenso contexto multilíngue desse país, a construção do perfil sociolinguístico das cidades selecionadas para o estudo pode contribuir para o entendimento de que não há uma única variedade moçambicana do português, indo ao encontro da visão de Gonçalves (2015b, p. 22):

[...] mesmo que o português seja adquirido como segunda língua (L2), desde que sejam criadas as condições adequadas, a nível social e educacional, é possível aprender com sucesso vários dialetos do português, onde se incluem, entre outras, a(s) variedade(s) moçambicana(s) e variedade(s) europeia(s) desta língua.

Além dos desafios e das limitações relatados neste capítulo, uma agenda de trabalho apresenta-se promissora para o desenvolvimento de novas investigações sobre essas variedades, a saber:

- i. investimento em pesquisas que abordem os *continua* no contexto multilíngue de Moçambique;
- ii. ampliação de estudos sobre diferentes áreas da gramática, tendo por base a sócio-história de cada província, o contato linguístico, a aquisição da linguagem, diferentes modalidades de uso da língua e a percepção dos falantes;
- iii. investimento na documentação linguística não só de variedades moçambicanas do português, mas também de línguas bantu, promovendo, assim, a criação de Bancos de Dados para investigações posteriores;
- iv. promoção de políticas linguísticas que visem a uma efetiva educação linguística nas escolas moçambicanas que contemple o trabalho com a diversidade linguística e sua valorização no contexto multilíngue e multicultural de Moçambique, viabilizando, assim, uma eficaz educação bilíngue nessas escolas (Naege; Timbane, 2022; Patel, 2022; Timbane; Tampa, 2020);
- v. criação de Atlas Linguísticos pluridimensionais (Mota; Cardoso, 2006);
- vi. investimento no processo de gramatização do português moçambicano (PM) em toda a sua diversidade, visando ao entendimento das normas que o constituem.

Em linha gerais, é imperativo não perder de vista que, ao considerar a heterogeneidade um princípio constitutivo de toda língua e da formação identitária dos indivíduos de uma determinada comunidade de fala (Labov, 2008 [1972]), o contexto multilíngue moçambicano onde se realizou a pesquisa de campo aqui descrita tem apontado que a(s) variedade(s) moçambicana(s) deve(m) ser valorizada(s) e descrita(s) em diferentes províncias, não esquecendo de que novos trabalhos investigativos precisam ser empreendidos para sanar e/ou minimizar desafios e limitações aqui relatados.

Referências

- BACELAR DO NASCIMENTO, Maria. Fernanda *et al.* Corpus África: as cinco variedades africanas do português. In: *XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, p. 373-384, 2008.
- BAVO, Názia. Prática de estruturas: concordância verbal. In: GONÇALVES, Perpétua; SIOPA, Conceição. (org.) *Caderno de pesquisa* n.1 - Didática do português L2. Universidade Eduardo Mondlane: Maputo, 2015. p. 47-58.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. Linguagem; 4. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Veredas*, n. 1, p. 164-178, 2011.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *Alfa*, São Paulo, v. 53, n. 3, p. 1035-1064, 2012.
- CARDOSO, Denise Porto. *Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros*. São Paulo: Blücher, 2015.
- FIRMINO, Gregório. Aspectos da nacionalização do português em Moçambique. *Veredas*, v. 9, mai. 2008.
- GONÇALVES, Perpétua. Aspectos da sintaxe do Português de Moçambique. In: FARIA, Isabel Hub *et al.* (org.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, p. 313-22, 1996.
- GONÇALVES, Perpétua. *Mudanças do português em Moçambique: aquisição e formato de estruturas de subordinação*. Maputo: Livraria Univeristária/ Universidade Eduardo Mondlane, 1998.
- GONÇALVES, Perpétua. (Dados para a) *História da Língua Portuguesa em Moçambique*. Maputo, Jan. 2000. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/portuguesmocambique.pdf>>.
- GONÇALVES, Perpétua. Aspectos morfossintáticos da gramática do português de Moçambique: a concordância nominal e verbal. *Cuadernos de la ALFAL*, n. 7, p. 9-16, mar. 2015a.
- GONÇALVES, Perpétua. Afinal, o que são erros de português? In: GONÇALVES, Perpétua; SIOPA, Conceição (org.). *Caderno de pesquisa* n.1 - Didática do português L2. Universidade Eduardo Mondlane: Maputo, 2015b. p. 21-36.

GONÇALVES, Perpétua; CHIMBUTANE, Feliciano. O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintáctico de constituintes locativos e direcionais. *Papia*, n. 14, p. 7-30, 2004.

GONÇALVES, Perpétua; SIOPA, Conceição. Apresentação. In: GONÇALVES, Perpétua; SIOPA, Conceição. (org.). *Caderno de pesquisa n.1 - Didática do português L2*. Universidade Eduardo Mondlane: Maputo, 2015. p. 5

HAGEMEIJER, Tjerk. As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, v. 1, n. 1, p. 1-27. 2009.

HAGEMEIJER, Tjerk. O português em contacto em África. In: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina. (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2016. p. 43-67.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Dados do recenseamento geral da população de 2007. 2010. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Dados do recenseamento geral da população de 2017. 2017. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz>.

JON-AND, Anna. Concordância variável de número no SN no português L2 de Moçambique- algumas explicações sociais e linguísticas. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, n. 2, p. 28-50, 2010.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LIKERT, Rensis. The method of constructing an attitude scale. In: FISHBEIN, Martin. (ed.). *Readings in attitude theory and measurement*. New York: John Wiley & Sons, 1967 [1932]. p. 90-107

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social*, v. 15, n. 1, p. 81-95, abr. 2003.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Aline Marcelino. (orgs.). *Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 15-34.

MOTA, Maria Antónia. Para uma tipologia da concordância sujeito-verbo, em português falado: contributos do português de Luanda e de Cabo Verde. *Cuadernos de la ALFAL*, n. 7, p. 17-35, mar. 2015.

MOTA, Maria Antónia; MIGUEL, Matilde; MENDES, Amália. A concordância de P6 em português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância. *Papia*, v. 22, n. 1, p. 161-187, 2012.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.

NAUEGE, João Muteteca; TIMBANE, Alexandre António. A. Um olhar crítico sobre política e planificação linguística em Angola e em Moçambique. In: SANTOS, Deivid Alex dos; SPUZA, Adelene de; COSTA, Herika Cristina Oliveira da (orgs.). *Educação em perspectiva: reflexões entre a teoria e a prática*. Itapiranga: Schreiben, 2022. p. 42-59.

PATEL, Samima. Revisitando as políticas linguísticas educacionais em Moçambique: o caso da educação bilígue. *D.E.L.T.A*, v. 38, n. 4, p. 1-15, 2022.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Aspectos morfosintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e maçambicano. *Papia*, n. 19, p. 201-220, 2009.

PISSURNO, Karen Cristina da Silva. *A concordância de terceira pessoa do plural na variedade moçambicana do português: uma abordagem sociolingüística*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas/Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RYAN, Ellen Bouchard; GILES, Howard; SEBASTIAN, Richard. An integrative perspective the study of attitudes toward language variation. In: RYAN, Ellen Bouchard GILES, Howard. (eds.). *Attitudes towards language variation: social and applied context*. London: Edward Arnold, 1982. p. 1-19.

SILVA, Cláudia Roberta Tavares. Contribuições para o estudo da concordância nominal no português moçambicano à luz da noção de *continuum*. *Cuadernos de la ALFAL*, v. especial, p. 63-85. ago. 2022.

SITOE, Marta. Práticas de estruturas: concordância nominal. In: GONÇALVES, Perpétua.; SIOPA, Conceição. (org.). *Caderno de pesquisa* n.1. - Didática do português L2. Universidade Eduardo Mondlane: Maputo, 2015. p. 37-45.

SITOE, Bento; NGUNGA, Armindo. (orgs.). *Relatório do II Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2000.

TIMBANE, Alexandre António; TAMBA, Pansau. A política linguística na África e a situação das línguas autóctones na educação: uma análise crítica das constituições. *Revista Digital de Políticas Lingüísticas*, Año 12, v. 12, octubre 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago. 2014.

WEINREICH, Uriel. *Languages in contact*. 5. ed. The Hague: Mouton, 1967.

CABO VERDE: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E SOCIOLINGÜÍSTICOS

Emilly Sampaio Silva Veloso
(PPGEL/UEFS)

Silvana Silva de Farias Araujo
(PPGEL/UEFS)

1. Considerações iniciais

Os contatos linguísticos são específicos e se moldam de acordo com os contextos (históricos, sociais, geográficos, políticos etc.) onde ocorrem as aquisições das línguas e o uso nas diversificadas “situações de comunicação, consolidadas em diferentes domínios de uso (familiar, social, educacional, profissional, administrativo, comercial, entre outros)” (Savedra; Chistino; Spinassé; Araujo, 2021, p. 05). Os fenômenos relacionados ao contato linguístico podem ser agrupados em quatro categorias: (i) mudança induzida pelo contato; (ii) manutenção de línguas em situações minoritárias; (iii) deslocamento, substituição e morte de línguas e (iv) criação de novas línguas.

Podemos enquadrar a situação linguística caboverdiana em dois dos quatro fenômenos apontados, ao olharmos para as duas línguas presentes no arquipélago. O português falado em Cabo Verde (PCV) faria parte dos *fenômenos que se referem à mudança induzida pelo contato*, pois trata-se de uma língua que

tem marcas específicas de empréstimos do *kabuverdianu* (língua caboverdiana, ou crioulo caboverdiano) devido à intensa relação de contato, sendo foco de interesse de algumas pesquisas como A. Lopes (2011, 2018), Veiga (2015), F. Lopes (2017), F. Lopes e Oliveira (2018), Alexandre (2018), Alexandre e Oliveira (2018). Além disso, a língua caboverdiana (LCV) estaria nos *fenômenos que fazem parte da criação de novas línguas*, pois é uma língua que teve uma reestruturação gramatical, tendo como base lexical o português europeu, o sistema gramatical praticamente das línguas africanas e a reconstrução semântica de Cabo Verde (Veiga, 2009).

Neste capítulo, constatamos que o contexto linguístico em Cabo Verde é resultado do contato prolongado entre as variadas culturas africanas e a cultura portuguesa no arquipélago, resultando no surgimento de uma sociedade com sua própria língua e cultura. O *kabuverdianu* surge pela emergência de uma comunicação entre as diferentes nacionalidades que habitavam o arquipélago na época e na situação que esses habitantes estavam vivendo.

O presente estudo teve como objetivo fazer um breve panorama sócio-histórico e sociolinguístico de Cabo Verde. Para isso, este capítulo está dividido da seguinte forma: na segunda seção, trazemos uma breve abordagem sobre os aspectos históricos e sobre o povoamento das ilhas; na terceira seção, apresentamos o surgimento da sociedade caboverdiana; na quarta seção, apresentamos como aconteceu o contato e o surgimento da língua e da variedade da LP que estão presentes nesse território; na quinta seção, abordamos os conceitos de diglossia e bilinguismo e os respectivos pesquisadores que argumentam qual é a melhor definição linguística para Cabo Verde; na sexta seção, trazemos algumas pesquisas sobre o português falado em Cabo Verde e qual variedade é utilizada para o ensino. Ao final, seguem nossas considerações finais e as referências utilizadas.

2. Processos históricos e sociais: questões de povoamento

Cabo Verde é um arquipélago, pertencente ao continente africano, localizado aproximadamente a 500 km da costa do Senegal, com um território ocupando uma área de 4033 km. É um país de origem vulcânica composto por dez ilhas, das quais nove são habitadas. Essas ilhas estão divididas geograficamente em dois grupos: o grupo Barlavento, localizado ao norte, composto pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista; e o grupo Sotavento, localizado ao sul, composto pelas ilhas de Brava, Fogo, Santiago e Maio. Como mostra o mapa a seguir:

Figura 1: Localização de Cabo Verde



Fonte: INE (2019).

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a população local atual, a partir de dados de 2019, é de aproximadamente 550.483 habitantes, sendo o saldo migratório com cerca de um milhão de caboverdianos na diáspora.

Cabo Verde era desabitado até a chegada dos portugueses em 1460. Segundo Moniz (2009), esse país, devido a sua localização estratégica, teve uma importante contribuição na expansão marítima colonial, servindo como plataforma no comércio escravocrata de Portugal com a costa ocidental africana. O arquipélago foi crucial no estabelecimento dos fluxos comerciais entre três continentes: Europa, Américas e África.

As condições sociais em que ocorre a organização do arquipélago é baseada em um sistema escravocrata. Os colonizadores estabeleciam condições que favoreciam a utilização do tráfico negreiro como a principal fonte de renda, proporcionando mão de obra escravizada (Hernandez, 2002). Como afirma Seibert (2014), a sustentabilidade econômica dos primeiros séculos da colonização portuguesa se baseava no tráfico de escravizados trazidos dos Rios da Guiné e vendidos para as Américas e Europa. Esse tráfico contribuiu para a diversificação da economia, por meio da agropecuária, responsável pela subsistência e abastecimento dos navios.

O povoamento das nove ilhas ocorreu em momentos diferentes, as primeiras ilhas foram habitadas no século XV enquanto outras entre os séculos XVII e século XVIII. Isso ocorreu devido às peculiaridades de cada ilha, que tinham regiões muito montanhosas, com relevo escarpado, o que dificultava a ocupação das terras refletindo nas relações de trabalho e interesse econômico (Moniz, 2009, p. 73).

Em 1462, tem início o lento¹ e difícil processo de povoamento do arquipélago que começa na ilha de Santiago (onde está situada atualmente a capital do país, Praia). A população começou a ser formada por colonos vindos da Europa e escravizados levados da costa ocidental africana (Hernandez, 2002; Moniz, 2009; Seibert, 2014). Essa composição foi mantida ao longo do processo de

1 Demorou mais de quatro séculos para que todas as nove ilhas fossem povoadas. A ilha de Santa Luzia continua sem população até hoje devido à aridez de seu solo e à falta de portos naturais (Moniz, 2009).

povoamento, visto que a maior parte das pessoas que participaram do processo de povoamento dessa e das demais ilhas eram escravizados levados da costa ocidental africana e negros livres² (que acompanhavam os comerciantes), na sua maioria africanos (das etnias wolof, bambara, fula e mandinga). Já a menor parte das pessoas eram portugueses, alguns genoveses e castelhanos.

Santiago foi a principal ilha responsável em proporcionar ao Estado português, condições de ações para a exploração econômica nas demais colônias na África (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e o vínculo com o mercado internacional. Hernandez (2002) afirma que o comércio de escravizados no período entre 1462 e 1647 foi a atividade mais rentável na ilha de Santiago. De acordo com Seibert (2014), após o povoamento da ilha de Santiago, iniciou-se o povoamento da ilha do Fogo, no final do século XV, pois estas ilhas apresentavam melhores condições para o desenvolvimento de atividades agrícolas e criação de gado.

A Coroa não estava preocupada com o povoamento que fosse oposto aos seus interesses (Fernandes, 2000). Em 1510, há relatos da existência de uma pequena população na ilha de Santiago e uma população ainda menor na ilha do Fogo. O principal interesse de Portugal era estabelecer um ponto de apoio em, pelo menos, duas ilhas (Santiago e Fogo), descartando as outras ilhas do arquipélago. Só quarenta anos depois, começa o povoamento das ilhas de Boa Vista e Maio e, em seguida, das ilhas de Brava e Santo Antão (Moniz, 2009). No século XVII, foi povoada a ilha de São Nicolau e, por último, nos séculos XVIII e XIX, as ilhas de São Vicente e Sal (Madeira, 2014, p. 07).

De acordo com Fernandes (2000), em 1546, os não brancos começam a reivindicar o direito de participação no processo administrativo, ao enviarem uma petição ao rei solicitando uma

2 Segundo Martins (2009, p. 20-21), eram denominados de banhuns, cassanas e brâmes, cuja grande maioria já falava a língua portuguesa e alguns foram para a ilha de Santiago para serem cristianizados.

equiparação aos brancos com o intuito de fazer parte dos ofícios da Câmara. A justificativa para tal pedido é que eles desempenhavam um importante papel nos serviços camarários e impediam a fuga dos escravizados que atrapalhavam a vida das pessoas nas ilhas. Com isso, percebe-se um aumento dessa população no domínio do comércio com a costa da Guiné, tendo o principal papel de “*línguas*” (eram intérpretes/tradutores que, além de serem bilíngues, conheciam a realidade do arquipélago).

Quando os portugueses chegaram a Cabo Verde, não existia uma comunidade que dificultasse a ocupação da ilha e a construção da sociedade, de modo que a cultura caboverdiana decorre da junção de diferentes povos e a imposição dos colonizadores para com esses povos. As relações entre as escravizadas negras e os colonos brancos caracterizavam a sociedade caboverdiana na época, denominada de crioula. Em 1620, o rei ordenou que as mulheres brancas fossem para Cabo Verde, com o intuito de acabar com as relações entre escravizadas e os colonos brancos e, com isso, extinguir a raça que provinha dessa mestiçagem (Fernandes, 2000, p. 34). Os mestiços tornaram-se predominantes nas ilhas, e uma pequena parte desses assumiu o protagonismo na escala social.

3. Consolidação da sociedade cabo-verdiana

O surgimento da sociedade caboverdiana ocorreu devido à mestiçagem cultural e biológica entre os europeus e africanos (Seibert, 2014). Os dados demográficos da época sinalizam que a mestiçagem caboverdiana ocorreu essencialmente entre os africanos que provinham de diversas regiões da costa ocidental africana, pois o número de contingentes europeus não foi muito significativo se compararmos com outras colônias portuguesas em África.

É importante destacar que, na maioria das vezes, o nascimento do mestiço serviu como moeda de troca dessas

relações. Fernandes (2000) afirma que, no final do século XVII, já era possível identificar o surgimento de uma nova realidade no arquipélago como resultado do aumento da exploração e procriação do colonizador, crescendo a economia e a população. Desse modo, ocorre uma mudança no contexto colonial com o surgimento dos “*filhos da terra*”, por não existir uma forte presença de mulheres brancas no arquipélago.

A partir do final do século XVI, e especialmente na primeira metade do século XVII, com o decreto publicado em 1647, ocorre um declínio econômico em Ribeira Grande, com a perda progressiva do monopólio do tráfico de escravizados trazidos dos Rios da Guiné. Dessa maneira, ocorre a diminuição de pessoas frequentando a ilha de Santiago e, com isso, os morgados (donos de pequenos minifúndios) têm a perda de lucros, por não conseguirem vender seus produtos. Por causa dessas mudanças, a elite branca e a população citadina se viram obrigadas a migrar para o interior da ilha de Santiago (Seibert, 2014, p.50).

Em 1723, é publicado no *Conselho Ultramarino* a proibição de nomeação dos negros escravizados e forros da ilha de Santiago como autoridades. Essa atitude foi tomada por medo de existir uma retaliação, já que a quantidade de negros no arquipélago era significativamente maior que a de brancos (Fernandes, 2000). Seibert (2014) mostra que, até o ano 1731, a porcentagem da população portuguesa era 2,6%, respectivamente a de populações africanas era de 17,2% no século XVIII.

Como o clima de Cabo Verde não propiciava o estabelecimento de um grande número de latifúndios, os escravizados normalmente eram ladinizados (como principal exigência da Coroa, para auxiliar no comércio e nas relações em Santiago) e destinados a serviços domésticos e à exploração, com isso, se tornavam aptos/favoráveis para a venda ou uso local (Fernandes, 2000, p. 29).

Nesse sentido, a Igreja Católica desempenhou uma importante função no processo de “conversão” ou “catequização” dos escravizados. De acordo com Fernandes (2000), os clérigos da época, além de serem responsáveis pela ladinização dos escravizados, participaram também em outros processos do regime escravagista como, por exemplo, no comércio de escravizados, tendo um importante papel como negociadores.

A igreja teve um importante papel não só em Cabo Verde, mas também nas outras colônias no continente africano. De acordo com Martins (2009), a coroa portuguesa era responsável pelo pagamento dos salários dos missionários e construções das igrejas. E mais tarde, a partir dos meados do século XIX, viria contribuir também no processo de instrução escolar de uma parcela dos nativos para servirem a administração colonial.

O surgimento de escravizados fugitivos é um fenômeno que também marcou a história de Cabo Verde. Popularmente conhecidos como *badios*³ (Seibert, 2014, p. 54), geralmente costumavam se abrigar em lugares de difícil acesso, como, por exemplo, lugares montanhosos no interior das ilhas, para dificultar a captura. No entanto, como as condições geoclimáticas nessas regiões dificultavam a prática agrícola para a subsistência desses grupos, frequentemente faziam ataques e saques nas propriedades dos morgados.

Vale destacar que frequentemente o arquipélago passa por períodos cíclicos de secas e crises socioeconômicas. Por exemplo, no período de 1773 até 1775, por causa das secas, o arquipélago passou por uma extensa crise de fome, que ocasionou na morte de cerca de 22.000 a 32.500 pessoas. Além disso, historicamente, a emigração é vista como uma das alternativas na busca de melhores condições de vida em novos espaços sociais, não só uma sobrevivência física.

3 No *kabuverdianu*, a sua tradução para a língua portuguesa significa vadios. Atualmente, é utilizado para denominar a população do arquipélago, especificamente da ilha de Santiago.

O impacto dessas crises cíclicas não tinha distinção social e, além dessas crises, a abolição da escravatura, em 1836, mudou a economia e a vida dos caboverdianos. Por não existirem garantias de sustento e sobrevivência nas terras, os senhores abandonaram/libertaram os escravizados (Fernandes, 2000). Muitos desses escravizados libertos foram para o interior da ilha de Santiago e para as ilhas do norte, sendo esses os primeiros habitantes que povoaram as ilhas do grupo Barlavento. Essa estratégia foi a forma como muitos conseguiram sobreviver sem ter que se submeter aos proprietários fundiários (Seibert, 2014).

Com o fim do sistema escravocrata, surge, em Cabo Verde, a classe média condicionada na relação entre a Metrópole e a economia mundial. Fazem parte dessa classe média os morgados (com suas riquezas, status e domínio) e as categorias sociais relacionadas com as atividades religiosas (composta por elementos do clero, sendo a Igreja Católica a principal responsável em atribuir encargos com base nos seus interesses), administrativas (que tentam limitar a autonomia dos colonos e colocar em prática o exercício do poder real) e militares (Hernandez, 2002, p. 90-91).

Depois de algumas tentativas em formar um grupo para a luta da independência de Cabo Verde, surge um partido com um objetivo mais amplo, criado em setembro de 1956, o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Esse partido tinha o objetivo de lutar pela independência e, com isso, garantir o desenvolvimento democrático, social e cultural desses dois países, sob o tema de “Unidade e Luta” (Hernandez, 2002, p. 162).

A independência ocorre somente com a derrota das forças colonialistas. O PAIGC travou uma luta armada no território da Guiné Portuguesa (atualmente Guiné-Bissau), que desencadeou a independência desses dois países. Especificamente em 5 de julho de 1975, Cabo Verde se torna um país independente. Na década de 90, ocorreu a abertura democrática e multipartidária, conforme indica Hernandez (2002).

Após essa breve descrição da construção histórico-social da sociedade caboverdiana, temos apontamentos suficientes que nos ajudem a compreender melhor o contexto sociolinguístico do país. Acreditamos que não é possível analisar uma língua como um mero instrumento de comunicação, para tal análise é importante levar em conta o contexto e os processos em que ocorreram as situações de contato com os diferentes povos que adentraram no arquipélago. Para isso, nos próximos tópicos, abordaremos como ocorreu o contato com as línguas em Cabo Verde e a atual situação linguística desse país.

4. Contexto sociolinguístico de Cabo Verde: história do contato

Como podemos perceber, Cabo Verde iniciou o seu povoamento em 1462 com povos oriundos de diferentes lugares da costa ocidental africana e da Europa e nesse mesmo ano a língua portuguesa e as línguas africanas adentram no arquipélago. Castello Branco (2008) destaca, por exemplo, que a Coroa portuguesa obrigou todos os habitantes a aprenderem a língua portuguesa e, para isso, iniciou, na forma religiosa, o processo de catequização/ladinização e batismo. Desse modo, os primeiros africanos que falavam português tornavam-se cristãos. Com isso, ocorreram os primeiros contatos linguísticos, a língua portuguesa integrou traços das línguas africanas, e sofreu influência delas. A situação de contato produziu fusão de diferentes culturas, dando origem à língua caboverdiana (doravante LCV) e logo em seguida ao português falado em Cabo Verde (doravante PCV).

Mas esse contato ocorreu de maneira bem específica, segundo Alexandre (2018), entre o final do século XV e início do século XVI. Em Cabo Verde, existiram diversas línguas africanas⁴ em contato

4 De acordo com Alexandre e Gonçalves (2018), essas línguas africanas eram da família linguística Níger-Congo, principalmente as línguas faladas na área macro-sudão, como as línguas mandinka, bambara, wolof e fula, e proporcionaram a formação de uma língua crioula, atualmente conhecida como a língua caboverdiana (LCV).

com o português e teria surgido uma língua de contato, que deu origem aos crioulos da Alta Guiné.⁵ Durante esse período, a denominação linguística não era “de glotofagia, nem de diglossia, nem de bilinguismo ou multilinguismo sociais” (Veiga, 2015, p. 179). De acordo com Veiga (2015), nesse período, existia uma tolerância linguística entre os colonizadores e os colonizados, já que a comunicação era algo imprescindível. Ocorreram, na cidade de Ribeira Grande de Santiago, os primeiros contatos com as diversas línguas da África e a da Europa, que tiveram como principal resultado a “crioulidade” linguística e antropológica.

Esse contato inicial também fez com que a língua portuguesa sofresse mudanças e, em pouco tempo, já não era a mesma trazida por falantes provenientes de Portugal e “*os línguas*” que chegaram no arquipélago no início do povoamento. Utilizar um código emergencial para a comunicação verbal na maioria das vezes era um recurso necessário para a interação (Lucchesi; Baxter, 2009). Isso ocorreu devido à intercomunicação entre os portugueses e africanos e a necessidade de sobreviver, com isso, surge uma língua franca (Castello Branco, 2008).

Entre fins do século XV, inícios do século XVI, desenvolveu-se em Cabo Verde uma língua de contato, a que se chama proto-crioulo, esta que, mais tarde, ramifica-se no tempo e no espaço dando origem ao crioulo (Carreira, 1984 *apud* Lopes, A., 2011, p. 18), ou seja, ela passou a ser a língua materna (L1) da maioria da população.

O século XVII foi marcado pelo “surgimento de uma diversidade linguística específica” (Veiga, 2015, p. 180), com o povoamento das demais ilhas, iniciando a construção da variedade linguística no arquipélago.

Como afirmam Lucchesi e Baxter (2009), os processos históricos de contato entre línguas são altamente variáveis. Segundo

5 O Caboverdiano, o Kriyol — na Guiné-Bissau e em Casamansa —, e o Papiamentu — nas Antilhas holandesas (Alexandre; Gonçalves, 2018).

os autores, na pidginização/crioulização ocorrem situações que são específicas desse processo, como, por exemplo, os falantes de diferentes línguas não terem fácil acesso aos modelos da língua alvo (LA), no período da formação de uma nova língua. Essa nova língua pode passar a ser a LA de novos falantes que chegam a essa comunidade. A nova variedade linguística que se forma através do contato se origina preferencialmente de estruturas provenientes das línguas do substrato e da reformulação da gramática original.

Algumas condições foram determinantes para a formação de um crioulo no arquipélago:

(i) grupos de imigrantes nascidos no estrangeiro que tinham como L1 uma língua africana e que falavam um pidgin como L2; (ii) grupos de filhos de imigrantes de primeira geração nascidos em Cabo Verde, falantes L1 de uma língua africana e de um pidgin ou crioulo L1 (bilíngues, portanto); (iii) grupos de filhos de imigrantes de segunda geração, falantes de L1 do crioulo e de uma língua africana como L2 (Alexandre, 2018, p. 141).

Na medida em que a população de escravizados adquire uma nova língua, e passa a utilizá-la mais, as línguas nativas começam a ser abandonadas gradualmente (Lucchesi; Baxter, 2009). De acordo com Veiga (2015), a LCV é consequência de uma nova construção, cuja base lexical é do português europeu, do sistema gramatical praticamente das línguas africanas e da reconstrução semântica de Cabo Verde. O início do contato linguístico no arquipélago, que começou na ilha de Santiago, em seguida, foi para a ilha do Fogo e depois expandiu-se para as demais ilhas, foi marcado por falantes com diferentes histórias e culturas.

Nos séculos XVII e XVIII, ocorreu a consolidação da LCV devido ao seu crescente uso no decorrer dos séculos. Assim, essa língua se transforma em “instrumento de resistência cultural

através do qual os caboverdianos se exprimem e transmitem seus pensamentos e sentimentos” (Moniz, 2009, p. 84).

Com isso, no final do século XVIII, há defensores da língua portuguesa que denominavam a LCV de dialeto do português falado de maneira errada. Nas palavras de Veiga (2015, p. 181), pelo fato de esta língua ser diferente do modelo europeu, os defensores do português acreditavam que a LCV “representava uma grande ameaça para o português”.

No século XIX, foi criado o Seminário-Liceu de São Nicolau e a extensão do ensino formal em português. Desse modo, iniciam-se as dificuldades para a valorização da LCV e, conseqüentemente, o progresso do português através de condições estruturais e institucionais. Com isso, o cenário que se estabelece no arquipélago é de contradições proporcionando disputas desiguais em diferentes circunstâncias linguísticas, culturais e políticas. Apesar do desenvolvimento das duas línguas ter ocorrido “sem nenhum projeto programático explícito” (Veiga, 2009, np) até o século XIX, quase que espontaneamente, a LCV foi historicamente subalternizada.

Mesmo perante esse processo de estigmatização, no século XIX, a LCV passa a ser a língua da identidade dos caboverdianos e surgem diversos trabalhos publicados nessa língua por escritores e compositores. No final desse século, já era possível encontrar as primeiras descrições datadas sobre a LCV.⁶ Entre 1933 a 1974, durante o Estado Novo (regime ditatorial português), era proibido utilizar a LCV (Alexandre; Gonçalves, 2018). Juntamente à proibição da LCV, ocorreram diversas iniciativas que visavam à promoção da língua portuguesa como única língua de comunicação.

De acordo com Moreira (2021), somente em 1979, ocorreu o 1º Colóquio Linguístico sobre a LCV, o que dá surgimento a diversas propostas como: a criação do alfabeto de base fonética

6 Como, por exemplo, António de Paula Brito que, para defender a LCV e comprovar que ela tinha regras e gramática, publicou, em 1888, *Apontamentos para a Gramática do Crioulo que se Fala na Ilha de Santiago de Cabo Verde* (Veiga, 2015, p. 181-182).

e fonológica, no ensino e aprendizagem em língua materna, o bilinguismo e as línguas em contato, e o papel dos escritores no desenvolvimento da LCV. Em 1992, a Constituição da República de Cabo Verde, nos Artigos 7º, 9º e 78º, estabeleceu promover a defesa, a valorização e o desenvolvimento da LCV (língua materna), incentivando o seu uso (através da escrita) e a oficialização dessa língua em paridade com a língua portuguesa.

A Constituição de 1999 e 2010 valorizou a LCV, ao apontar de forma expressa, nos incisos 2 e 3 do Artigo 9º, a responsabilidade do Estado cabo-verdiano em criar condições para a oficialização da LCV, destacando que a população tem o dever de conhecer e usar as línguas oficiais (Veiga, 2015). Como podemos observar a seguir:

Figura 2: Artigo 9º

Artigo 9º (Línguas oficiais) 1. É língua oficial o Português. 2.O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa. 3.Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.
--

Fonte: Constituição de Cabo Verde (1992).

Por outro lado, existe uma contradição, a ser resolvida, entre o ponto 1 e 3 do Artigo apresentado, pois a Constituição no primeiro ponto deixa explícito que a única língua oficial é o português, mas no terceiro ponto destaca como dever dos cidadãos conhecer as “línguas oficiais”, como se a LCV também tivesse o mesmo status que a língua portuguesa. Com isso, esperava-se a caracterização de um país bilíngue, ou seja, que ambas as línguas (LCV e PCV) ocupassem o mesmo papel dentro da sociedade, estando presentes no ensino, na comunicação social, na administração e em todos os lugares.

Mas a realidade caboverdiana da época (1999) era completamente diferente: o português ocupava (e continua ocupando) os espaços formais (escolarização, mídia, administração, entre outros), enquanto a LCV ocupava os espaços informais (no meio social com a família e amigos). Segundo Veiga (2015), a situação linguística em Cabo Verde está caminhando para um bilinguismo em construção. Por esse motivo, os falantes utilizam o PCV em situações formais mais vezes do que em situações informais, já na LCV ocorre o oposto. Os falantes utilizam essa língua mais em situações informais, tendo um uso limitado em contextos formais.

Em Cabo Verde, existe uma divisão linguística bem nítida com a LCV que se separa em duas áreas específicas, as ilhas do Norte (Sal, Boa Vista, Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia e São Nicolau) e as ilhas do Sul (Santiago, Fogo, Brava e Maio); existindo, pois, uma variação denominada diatópica. De acordo com A. Lopes (2011, p. 18-19), existe um consenso entre os linguistas de que a LCV é uma língua que

se caracteriza pela variação inerente, espelhada pela organização geográfica das ilhas e que se explica, historicamente, pelas distâncias temporais na ocupação e povoamento do território; geograficamente, pela condição arquipelágica do país; linguisticamente, pela incidência das diferentes línguas de substrato e pelas diferenças dialectais do português falado pelos colonos; socialmente, pelo déficit de comunicação e mobilidade que, durante anos, vigorou entre as ilhas.

Com isso, Veiga (2015, p. 185) traz o seguinte questionamento que é um dos principais empecilhos para a oficialização da LCV: “Como ensinar num contexto de variantes e de variedades, sem ir contra a diversidade linguística?”. Além disso, podemos questionar como valorizar as duas línguas que surgiram socialmente em um contexto de relação desigual? O incentivo do uso da LCV

em espaços formais em paridade com o PCV pode ser uma alternativa viável.

No entanto, após 46 anos da independência do país, apesar da padronização da LCV através da criação do Alfabeto Unificado Para Escrita do Caboverdiano (ALUPEC, 1998), sendo instituído o “Alfabeto Caboverdiano” em 2009, da produção da gramática, dos dicionários na LCV e de diversos estudos que ressaltam a importância dessa língua não só como símbolo de unidade nacional, mas também como instrumento de empoderamento cultural e identitário e como uma ferramenta crucial no ensino, a sua oficialização ainda é um desafio.

5. Caracterização do contexto linguístico atual

Como podemos perceber, o português falado em Cabo Verde e a língua caboverdiana vivem em constante contato há muito tempo. Cada uma dessas línguas ocupa espaços específicos e demarcados na sociedade: a LCV é a língua materna (ou L1) de grande parte dos caboverdianos, fazendo parte do dia a dia e do contexto social. Já o PCV é a segunda língua (ou L2), língua oficial do país e do ensino.

De acordo com F. Lopes e Oliveira (2018), em Cabo Verde, existem dois principais discursos, um composto por pessoas (normalmente o senso comum) que acham que não é necessário a oficialização da LCV, e o segundo discurso composto por pessoas (normalmente linguistas, antropólogos, sociólogos e caboverdianos da diáspora) que defendem a oficialização dessa língua.

F. Lopes e Oliveira (2018, p. 108) trazem um questionamento “qual seria o melhor termo para descrever a situação sociolinguística do país: diglossia ou bilinguismo?”. Segundo Alexandre (2018), esse questionamento surgiu devido à existência de uma disputa dessas duas línguas em contato para ocuparem o mesmo

espaço. Diglossia e bilinguismo são termos que não se excluem, pois para que exista diglossia pressupõe-se que haja bilinguismo.

Na bibliografia sobre o tema, não existe um consenso sobre qual o conceito que melhor representa o contexto linguístico caboverdiano. Muitas vezes esses dois conceitos são usados como sinônimos. Para o nosso estudo, é importante destacar que o bilinguismo é o “conhecimento e uso de duas ou mais línguas por um indivíduo ou por uma comunidade” (Lopes, 2011, p. 21), ou seja, o bilinguismo pode ser individual (pessoas que diariamente usam duas ou mais línguas) e social (quando esse uso é feito no coletivo), nesse caso costuma ser denominado de diglossia, conceito que iremos detalhar mais adiante.

Lopes (2011) entende que a situação linguística de Cabo Verde é predominantemente de bilinguismo com diglossia. Segundo Alexandre (2018), embora o português seja a única língua oficial do arquipélago, a situação linguística é cada vez mais próxima do bilinguismo, de acordo com a Resolução 48/2005, deve-se implementar um “bilinguismo assumido”. Para a autora, essa implementação vai além de atribuir um estatuto igualitário para as duas línguas (PCV e LCV) presentes em Cabo Verde. O ensino formal com a língua materna (LCV) em paridade com o PCV, além de possibilitar um melhor desenvolvimento cognitivo aos falantes, contribuiria também para o conhecimento explícito das gramáticas dessas línguas.

Teorizando sobre o conceito de diglossia, Ferguson (1959 *apud* Calvet, 2018, p. 50) destaca que, em uma mesma comunidade, existem duas formas linguísticas (variedade baixa e variedade alta). Essas observações nos fazem acreditar que o contexto linguístico caboverdiano atual ainda pode ser caracterizado como uma diglossia, tendo em vista a hierarquização no uso das duas línguas. Neste caso, como a língua portuguesa sempre esteve presente no ensino e na igreja, tem prestígio social, e é a língua, normalmente, adquirida na escola, podemos considerá-la uma

variedade alta. E como a LCV é utilizada em contextos familiares e é a língua materna (ou L1) da maioria dos falantes, podemos caracterizá-la como a variedade baixa.

F. Lopes (2017), F. Lopes e Oliveira (2018) e Veiga (2009) são alguns dos autores que caracterizam a situação linguística do arquipélago como de diglossia. Segundo Calvet (2018), a diglossia não é algo harmonioso e estável, ela está em eterna evolução, ou seja, em mudança. É importante destacar que a sociedade caboverdiana é formada por pessoas que têm diferentes níveis de bilinguismo, ou seja, a grande maioria da população tem como língua materna a LCV e como segunda língua o PCV com diferentes graus de proficiência (Lopes, F.; Oliveira, 2018, p. 109).

Veiga (2009, 2015), A. Lopes (2011, 2018), F. Lopes e Oliveira (2018), Alexandre (2018), Alexandre e Gonçalves (2018) destacam a importância dos trabalhos que retratam a realidade linguística de Cabo Verde, principalmente sobre o PCV, pois essa língua faz parte do arquipélago, e merece atenção dos estudos científicos da linguagem, assim como a LCV.

Atualmente, os limites funcionais da utilização das duas línguas vêm sendo aos poucos flexibilizados. O português já não é a única língua presente na política, um exemplo foi o atual presidente da República de Cabo Verde, José Maria Neves, que, em 2011, ocupava o cargo de Primeiro-Ministro e fez um discurso na Organização das Nações Unidas (ONU) utilizando a LCV. Recentemente, no discurso da cerimônia de sua posse presidencial em 09 de novembro de 2021, ele utilizou as duas línguas. A LCV vem sendo cada vez mais usada nos debates políticos, nos meios de comunicação social e em outros espaços considerados formais. Além da implementação da disciplina “língua caboverdiana”, no ano letivo de 2022/2023, no Ensino Secundário em caráter experimental para contribuir com a reforma dos planos curriculares e do ensino.

Percebe-se a preocupação do presidente e do atual governo em fazer com que os caboverdianos tenham orgulho das suas línguas tanto a materna (ou L1), mostrando-lhes que ela pode estar inserida em todos os espaços, como o PCV, que inicialmente era visto somente como a língua de “fora” (ou estrangeira) e hoje percebe-se que essa está cada vez mais inserida em Cabo Verde. Apesar desses avanços, ainda existe uma resistência à oficialização da LCV por parte de um pequeno grupo de intelectuais nacionais e alguns representantes parlamentares.

6. Apontamentos específicos sobre o português no contexto caboverdiano

Como dissemos, em Cabo Verde, apesar do português ser a língua oficial e consequentemente estar no processo educacional, o seu ensino decorre ignorando a existência de uma variedade do PCV, além de ter como parâmetro o português falado em Portugal. A língua portuguesa está presente na maior parte da população como segunda língua (L2). Constata-se que os caboverdianos têm um contato efetivo com o português a partir da idade escolar, ou seja, de forma institucional.

A. Lopes (2011) chama atenção para o fato de que o ensino do PCV (L2) como L1 pode ser um dos entraves para o sucesso da aprendizagem. É nesse sentido que linguistas como Veiga (2009, 2015), A. Lopes (2018), F. Lopes (2017) e outros ativistas culturais chamam atenção para o cumprimento do Artigo 9º da Constituição da República de Cabo Verde (4ª edição, 2ª revisão ordinária, 2010) que postula que é o dever do Estado promover as condições para a oficialização da LCV, em paridade com a língua portuguesa e ainda que todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las. Além do mais, vários projetos-piloto de ensino bilíngue envolvendo a LCV tanto no país como na diáspora comprovaram a contribuição dessa língua no ensino e aprendizagem.

Mais uma vez, enfatizando a necessidade de criar as condições para o uso do caboverdiano, não só como língua de identidade nacional mas também como língua oficial, centraremos a reflexão em torno do português falado em Cabo Verde.

Alguns estudos linguísticos como Pandin (2020), A. Lopes (2011), Veiga (2009), F. Lopes (2017), Alexandre (2018), entre outros, comprovam por meio da análise de dados linguísticos a existência de um português com características particulares em relação às demais variedades.

A afirmação de construção de uma variante do português de Cabo Verde é um movimento, contudo, ainda tímido e que carece de mais pesquisas no meio acadêmico. A concepção de língua portuguesa como L2 emergiu inicialmente no ensino superior, impactando metodologias de ensino e de formação de professores, para consequente produção de materiais, embora o aprofundamento da compreensão desse estatuto, por parte da sociedade civil, carece ser reforçado (Pandin, 2020, p. 1103).

O posicionamento de A. Lopes (2011) corrobora com o postulado anterior, pois, ela acredita que as limitações de conhecimento consistente das variedades do PCV dificultam a identificação de uma variedade padrão, reconhecida como tal pela comunidade, refletindo na elaboração de uma política linguística adequada e a definição da norma culta.

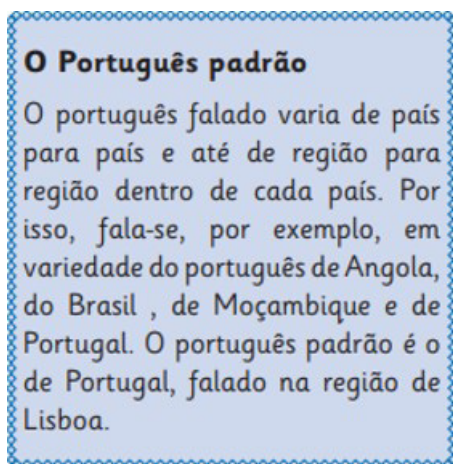
Esta discussão é muito complexa, pois se trata de um processo que envolve uma construção social sobre o prestígio, hierarquização de diferentes línguas ou das variedades da mesma língua.

Existe na sociedade o que poderíamos chamar de olhares sobre a língua, de imagens da língua, em uma palavra, *normas* que podem ser partilhadas por todos

ou diferenciadas segundo certas variáveis sociais [...] e que geram sentimentos, atitudes, comportamentos diferenciados (Calvet, 2018, p. 64, grifo do autor).

Uma parcela da elite política e literária acredita que os caboverdianos falam a mesma variedade do português europeu. Aliás, isso é um fato paradoxal, pois formalmente a variedade tomada como norma culta é a do português europeu. A justificativa para isso é que por ainda não haver uma normatização do português caboverdiano, o sistema de ensino se baseia no português padrão falado em Lisboa. Por exemplo, o Caderno Experimental Língua Portuguesa do 6º ano, comprova isso como podemos observar a seguir:

Figura 3: Descrição do que é considerado português padrão em Cabo Verde



Fonte: Caderno Experimental de Língua Portuguesa 6º ano (Reis; Cardoso, 2019, p. 120).

A sociedade caboverdiana acredita que poucas pessoas falam e escrevem o português “correto” que, como pudemos observar anteriormente, se baseia na variedade falada em Lisboa, isso ocorre pela “ausência de informação sobre a existência de diferentes variedades nacionais do português e de muitos preconceitos sociais

e linguísticos” (Lopes, A., 2011, p. 03). Além disso, deve-se pela ausência de pesquisas que descrevam o português caboverdiano. Com isso, acreditamos que é responsabilidade do Estado, com a ajuda dos linguistas, conscientizar a população a reconhecer uma variedade caboverdiana do português, sem preconceitos e única.

Ou seja, que interiorize que qualquer língua ou variedade nacional de uma língua é fruto de condicionantes externas, histórico-sociais, longínquas e actuais, e que não se julgam as línguas pela sua história, mas sim pela sua função social e simbólica, que une uma comunidade e concorre fortemente para a sua identidade própria. Por outro lado, é importante que haja uma discussão em torno do prescritivismo ou não, o que interessa particularmente os professores (Lopes, A., 2011, p. 410-411).

Normalmente as línguas que ocupam um lugar de prestígio (norma culta) quase sempre são opostas às da norma popular (na maioria das vezes as pessoas que utilizam essa língua sofrem preconceito linguístico). Sabemos que “existe um conjunto uniforme de atitudes frente a linguagem que são compartilhadas por quase todos os membros da comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão” (Labov, 2008, p. 176). Olhar para o contexto sociolinguístico caboverdiano, leva-nos a crer que a dificuldade em assumir uma variedade local do português, estaria ligado à crença de que esta última teria menos prestígio por estar em intensa relação, ou ter empréstimos da língua caboverdiana.

Segundo Botassini (2015), os modelos de linguagens que são considerados “essenciais” para a ascensão social geralmente fazem parte do grupo dominante. Já as línguas que sofrem estigma normalmente estão presentes nas classes populares. Isso ocorre devido às variações linguísticas proporcionando que os

diferentes grupos sociais estabeleçam crenças e atitudes para essas variações.

Como destacamos, raramente a comunicação entre os caboverdianos se dá em outras línguas que não seja por meio da LCV. Porém, quando uma elite política e intelectual local utiliza o português em espaços públicos menos formais, fazem isso na tentativa de demarcar o “espaço de poder social” que ocupam. Como entendem as interferências da LCV no PCV como “erros” linguísticos, estão constantemente policiando a fala com o intuito de falar “corretamente” o português mais próximo do de Portugal, sendo assim a pessoa é considerada mais culta.

Em síntese, percebemos que a independência política do país precisava traduzir-se em independência cultural e autonomia socioeconômica. No que tange ao ensino, percebe-se que faltou a libertação total da África do jugo colonial europeu e a (re)africanização das mentes, mediante a africanização da educação (Cabral, A., 2013). O estudo de Tavares (2020, p. 154-155) mostra que a escola ainda é um espaço de excelência da alienação linguística e cultural, uma vez que “continua reproduzindo conteúdos curriculares eurocêntricos, herdados da ex-metrópole colonizadora, sendo que as línguas e as outras formas de manifestação culturais nativas são ainda excluídas dos processos de ensino e de aprendizagem”. Acreditamos que a valorização da língua está primeiramente relacionada à valorização da história e da identidade. Desse modo, a desmistificação ou a superação de algumas atitudes repulsivas, tanto em relação a LCV quanto ao PCV, perpassa pela aposta na valorização da história, cultura e identidade caboverdiana, principalmente por meio do ensino.

Considerações finais

Com este trabalho, fizemos um breve panorama histórico, social e linguístico de Cabo Verde, discorrendo sobre como ocor-

reu o contato com as línguas e sobre a atual situação linguística do arquipélago. Assim, explanamos sobre as condições em que a população caboverdiana surgiu e sobre alguns dos principais fatores que marcaram esse surgimento.

A breve revisão bibliográfica feita nos indica que existe uma tensão linguística no arquipélago tendo, por um lado, a língua portuguesa, que é a língua oficial, a segunda língua da maioria dos falantes, estando presente no ensino e utilizada normalmente para ler e escrever, e, por outro lado, a língua caboverdiana, que é a língua materna (L1) de grande parte da população e que está presente nos espaços socioculturais.

Esse contexto é caracterizado por alguns pesquisadores como bilinguismo e por outros como diglossia. Constatamos também que há uma grande movimentação para que a LCV seja plenamente oficializada e seja usada em paridade com o PCV. Nesse sentido, acreditamos ser necessário haver uma compreensão do funcionamento não só da LCV como também da própria variedade do português falado no país.

Referências

ALEXANDRE, Nélia. Aquisição de Português L2 em Cabo Verde: alguns aspectos morfossintáticos do contato. In: OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; ARAUJO, Gabriel Antunes (org.). *O português na África atlântica*. São Paulo: HUMANITAS/FAPESP. 2018, p. 139-164.

ALEXANDRE, Nélia; GONÇALVES, Rita. Language contact and variation in Cape Verde and São Tomé and Príncipe. In: LÓPEZ, Laura Álvarez; GONÇALVES, Perpétua; AVELAR, Juanito Ornelas de (orgs.). *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam: John Benjamins Publ. 2018, p. 237-265.

ALEXANDRE, Nélia; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de. Caboverdiano e Português: cotejando estruturas focalizadas. In: OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; ARAUJO, Gabriel Antunes (org.). *O português na África atlântica*. São Paulo: HUMANITAS/FAPESP. 2018, p. 165-190.

BOTASSINI, Jaqueline Ortelan Maia. A importância dos estudos de crenças e atitudes para a sociolinguística. *Signum*, Londrina. Vol.18 (1), p. 102-131, 2015.7

CABO VERDE. *Constituição da República de Cabo Verde*, 1992.

CABO VERDE. *Decreto-Lei nº 67/1998. Alfabeto unificado para a escrita do cabo-verdiano*, 1998.

CABO VERDE. *Constituição da República de Cabo Verde*. 4ª ed. 2ª revisão extraordinária. Praia, Santiago: Assembleia Nacional, 2010.

CABRAL, Amílcar. *Unidade e Luta: A Arma da Teoria*. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

CABRAL, Iva. Ribeira Grande: Vida urbana, gente mercancia, estagnação. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org.). *História Geral de Cabo Verde: Volume II*. Lisboa/Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 1995, p. 225-274.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2018.

CASTELLO BRANCO, Luzia Kátia. As línguas de Cabo Verde – o caboverdiano e o português: lugar onde joga o equívoco. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELETTI, Guaraciaba; MARTIN, Vilma Lia de Rossi. (org.). *A língua portuguesa no mundo: Simpósio Mundial de Língua Portuguesa*. 1 ed. São Paulo: Editora da FFLCH-USP, 2008, v. 1, p. 91-110.

FERNANDES, Gabriel Antônio Monteiro. *Entre a Europeidade e a Africanidade: Os marcos da colonização/descolonização no processo de funcionalização identitária em Cabo Verde*. 2000. 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

HERNANDEZ, Leila Leite. *Os filhos da terra do sol: formação do estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Selo Negro, 2002.

INE. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. *Anuário Estatístico*. Praia, 2019.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LIMA, Adelaide Tavares Monteiro. *A língua cabo-verdiana e a política linguística no país – Cabo Verde*. 101 f. Dissertação (Mestrado em Letras Neolatinas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LOPES, Amália Maria Vera-Cruz de Melo. *As Línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística*. Tese (Doutorado em Linguística) - Lisboa, 2011.

LOPES, Amália Maria Vera-Cruz de Melo. Cabo Verde: Portraying a speech community. In: LÓPEZ, Laura Álvarez; GONÇALVES, Perpétua; AVELAR, Juanito

Ornelas de (orgs.). *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam: John Benjamins Publ. 2018, p. 135-168.

LOPES, Francisco João. *Análise morfossintática das construções-wh no português falado em Cabo Verde*. 367 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LOPES, Francisco João; OLIVEIRA, Márcia S. Duarte de. Estudos sobre o português falado em Cabo Verde: o “estado da arte”. In: OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; ARAUJO, Gabriel Antunes. (org.). *O português na África atlântica*. São Paulo: HUMANITAS/FAPESP. 2018, p. 101-138.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.

MADEIRA, João Paulo. O processo de construção da identidade e do estado-nação em Cabo Verde. *Revista Científica Vozes dos Vales* – UFVJM – MG – Brasil – Nº 06 – Ano III – 2014.

MARTINS, Amarilis Barbosa. *Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência*. 115 f. Dissertação (Mestrado em Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009.

MONIZ, Elias Alfama Vaz. *Africanidades versus eurocentrismo: pelejas culturais e educacionais em Cabo Verde*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2009.

MONTEIRO, João Paulo. O processo de construção da identidade e do estado-nação em Cabo Verde. *Revista Científica Vozes dos Vales*, n. 06, Diamantina, UFVJM, 2014.

MOREIRA, Marciano. Betú ataka alfabetu kabuverdianu ofisial. *A Nação*, 26 de Dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.anacao.cv/noticia/2021/12/26/betu-ataka-alfabetu-kabuverdianu-ofisial/>

PANDIN, Gildaris Ferreira. O valor das línguas na realidade de ensino-aprendizagem em Cabo Verde. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, vol. 14, n. 4, p. 1087-1101, out.-dez. 2020.

REIS, Elvira; CARDOSO, Teresa. *Caderno Experimental de Língua Portuguesa 6º ano. Direção Nacional de Educação*. Praia: Gráfica da Praia, 2019.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; CHRISTINO, Beatriz Protti; PUPP SPINASSÉ, Karen; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. Estudos em Sociolinguística de Contato no Brasil: a diversidade etnolinguística em debate. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 1, p. 01-28, 2021.

SEIBERT, Karl Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. *Afro-Ásia*, 49, p. 41-70, 2014.

SEMEDO, Eliane Cristina Araújo Vieira; MOREIRA, Ana Karina Tavares. A gênese linguística das ilhas de Santiago e Fogo - Cabo Verde. *Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades*, 2020, p. 111-121.

TAVARES, Fernando Jorge Pina. Educação bilíngue e os desafios da inclusão da língua nativa cabo-verdiana nos processos de ensino e aprendizagem - Estados Unidos da América. *Capoeira - Revista de Humanidades e Letras*, São Francisco do Conde. Vol 6, n. 1, p. 152-175, 2020.

VEIGA, Manuel. O crioulo e o Português em Cabo Verde. *Sibila: Poesia e Crítica Literária*, 01 de abril de 2009. Disponível em <<http://sibila.com.br/mapa-da-lingua/ocrioulo-e-o-portugues-em-cabo-verde/2753>>.

VEIGA, Manuel. Cabo Verde: da Diglossia à Construção do Bilinguismo. *Papia*, São Paulo, 25(2), p. 177-187, 2015.

ANGOLA: BREVE PANORAMA DO PERFIL MULTILÍNGUE E SÓCIO-HISTÓRICO

Paula Freitas de Jesus Torres
(PPGEL/UEFS)

Silvana Silva de Farias Araujo
(UEFS)

Jean Marcel Oliveira Araujo
(UNEB-Campus XIII/Itaberaba e Colégio Polivalente/Santo
Estêvão)

1. Considerações iniciais

Dos seis continentes do mundo, o africano é considerado o terceiro mais extenso do espaço geográfico, abarcando 20% da área continental do planeta, e o segundo mais populoso, com 1 bilhão e 200 milhões de habitantes. Abriga quase um terço das línguas faladas no mundo, logo há aproximadamente 2000 línguas africanas, distribuídas pelo território dos 54 países africanos.

Dentre esses países, encontra-se a República de Angola (doravante Angola), que junto com Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, integra o grupo de cooperação regional de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). País localizado na região austral, na costa ocidental do continente africano, Angola possui um vasto território com uma superfície de 1.246.700 km². Sexto maior país africano em extensão territorial,

ele faz fronteira ao Norte e ao Nordeste com o Congo e a República Democrática do Congo, a Leste com a Zâmbia, ao Sul com a Namíbia, e a Oeste é banhado pelo Oceano Atlântico, conforme se vê na imagem, a seguir:

Figura 1: Localização de Angola e países fronteiriços



Fonte: http://d2z7bzwflv7old.cloudfront.net/cdn_image/exW_1200/images/maps/en/ao/ao-area.gif

O território angolano tem uma vastidão de recursos minerais, como o petróleo, e sua economia encontra-se em ascendência. No entanto, ele ainda apresenta uma grande desigualdade econômica, já que a renda está concentrada nas mãos de uma minoria. A agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca representam cerca de 44% das atividades econômicas do país.

Angola possui uma população de cerca de 26 milhões de pessoas, de acordo com o último censo (primeiro pós-independência), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística - INE (2016). O país, que só alcançou sua independência de Portugal em 11 de novembro de 1975, sofreu com intensas guerras civis, as quais tiveram um efeito para a expansão da língua portuguesa (doravante LP), em virtude da fuga de populações rurais para as

idades — particularmente para a capital, Luanda — levando ao seu desenraizamento cultural e forçando a rápida adopção do português. Esta língua passa a conviver com as línguas nacionais, exercendo, inicialmente, o papel de língua franca (doravante LF).

Deste modo, esse membro do PALOP é um país que apresenta uma grande diversidade linguística e o português — que cada vez mais tem se tornado uma língua majoritária em seu território — tem convivido com línguas africanas com estatuto de língua nacional, a exemplo do kimbundo, kikongo e do umbundo. É ainda nesse contexto que Angola tem também seu destaque, não sendo apenas o sexto maior país da África e o décimo segundo em número de habitantes, mas também representando o segundo maior país de língua oficial portuguesa, ficando apenas atrás do Brasil.

A capital Luanda é a província mais populosa, possuindo um pouco mais de um quarto da população de todo o país (27%). Em tempos pretéritos, foi uma das áreas que mais recebeu os portugueses europeus, como também, serviu de rota do tráfico de escravizados, ponto de apoio para embarques e abrigo de angolanos, chamados de “peças”, que seriam enviados pelos navios negreiros para o trabalho escravo no Brasil, por exemplo.

A história sociolinguística de Angola foi e ainda é fortemente marcada pelo intenso multilinguismo, suas variadas línguas nacionais convivem com a língua oficial portuguesa. Ndombele (2017, p. 40) afirma que

A diversidade linguística de Angola é uma das principais marcas da sua cultura. Embora a Língua Portuguesa seja a língua oficial do país, existe uma diversidade de línguas. Para a maioria da população, estas línguas que, no nosso contexto, são designadas de “nacionais” constituem a língua materna e a mais utilizada na comunicação diária, sobretudo nas zonas rurais. O facto de Angola adoptar o Português como

língua oficial resulta do seu passado com a presença da administração colonial, por um período de cerca de 500 anos. Alcançada a independência nacional, em 1975, o Português passou a ser a língua oficial do país, de acordo o Artigo 19, da lei constitucional de Angola.

Cabe ressaltar que essa convivência não é pacífica. A adoção do português como língua oficial coloca em risco a existência das línguas nacionais, visto que passa a ser uma língua de prestígio em relação às línguas nacionais faladas no território angolano. Além disso, a política linguística angolana adota a LP como língua ensinada nas escolas em detrimento das demais línguas. Aos poucos, a língua do colonizador europeu passa a ser adquirida como L1, substituindo a língua materna dos grupos étnicos, fato que evidencia um processo de *language shift*.

Nas palavras de Fonseca (2012, p. 05),

A língua portuguesa foi apropriada pelos líderes independentistas angolanos como a língua oficial do novo Estado. Assim, ela convive com as demais línguas nacionais e étnicas em nítida concorrência. No entanto, ela se afirma cotidianamente nos altos escalões do governo e da burocracia, mas também na literatura e na música, portanto no imaginário sociocultural e na realidade concreta como uma língua de prestígio e que hierarquiza grupos, segmentos e indivíduos, particularmente porque ela está associada ao mercado de bens materiais e simbólicos e que define o lugar que o indivíduo, grupo ou segmento social ocupa na estrutura e no cotidiano angolano.

Assim, a LP, diferente de todas as línguas nacionais faladas em Angola, passou a se constituir como a língua que a comunidade multilíngue angolana intencionalmente adotou para que todos

os povos consigam sistematicamente comunicar-se uns com os outros, sendo empregada largamente para a comunicação e assumido um papel público, como na educação, na administração e no mercado de trabalho. Fica evidente a relação entre as línguas nacionais e a portuguesa e destas com a sociedade angolana.

Diante do exposto, na seção seguinte, é discutido como as relações de língua e sociedade estão intimamente imbricadas, a importância dos contatos com interações entre distintos povos e como isso pode contribuir para a formação de sociedades multilíngues devido a diversos fatores, como a própria heterogeneidade linguística, já existente na história dos primeiros povos africanos, mesmo antes da chegada dos europeus à África.

2. Aspectos teóricos-metodológicos

A língua é um dos instrumentos de uso social que acaba refletindo a realidade vivida por diferentes grupos sociais em uma determinada comunidade de fala/prática. É através da língua que as diferenças e as semelhanças de grupos de uma comunidade são colocadas em evidência. Deste modo, é possível perceber quais são os grupos que detêm maiores e menores prestígios sociais em contextos linguísticos heterogêneos. Sabendo que a heterogeneidade é inerente às línguas e permeia o meio social, ela é ordenada e resultante das relações entre língua e sociedade. Assim, “linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Mais do que isso, podemos afirmar que essa relação é a base da constituição do ser humano” (Alkmin, 2001, p. 21).

O sistema linguístico é variável e regular, por isso, os indivíduos têm competência para lidar com a heterogeneidade. Deste modo, quando se estuda a língua em distintas comunidades e o uso que seus falantes fazem dela, é necessário levar em conta os aspectos sociais, linguísticos e sócio-históricos, pois também são analisadas as atitudes sociais compartilhadas pelos falantes, desde

aquelas características linguísticas que se assemelham ou que se distinguem de outros grupos sociais. Tanto a semelhança quanto a diferença entre distintas línguas vivendo em um mesmo espaço, havendo interação entre elas, podem apresentar um convívio mais harmonioso ou até mesmo gerar conflitos, repressões, preconceitos e discriminações com a língua dos grupos considerados menos prestigiados.

Os países africanos, independentemente da sua extensão e densidade demográfica, são países que possuem características plurilíngues e multiculturais devido às questões histórico-sociais que cada um deles já viveu e que ainda refletem nas formas de uso pelos seus falantes. Deste modo, não há como dissociar o grupo étnico da língua africana ao qual os indivíduos fazem parte e nem de sua ancestralidade.

Em Angola, esse contexto é claramente evidenciado de modo que as línguas de diferentes grupos étnicos coexistem entre si e com a LP. Esses distintos grupos étnicos, com línguas específicas e culturas variadas, fazem com que esse país africano seja considerado uma sociedade multilíngue, reflexo da pluralidade étnica de seu povo. Tal realidade linguística e cultural foi o resultado da Partilha da África entre as potências imperiais europeias, além de Estados Unidos e Rússia, durante o século XIX.

De acordo com Hernandez (2008, p. 64), a Partilha de África foi formalizada na Conferência de Berlim (1884-1885), sob a condução de Otto von Bismarck, chanceler alemão. Em um gesto de violência geográfica, sob a desculpa de “missão civilizatória”, quase todo o espaço africano foi recortado, dando forma a um mapa para exploração e submissão dos povos africanos sob o controle das doze potências europeias: Itália, França, Grã-Bretanha, Dinamarca, Espanha, Alemanha, Império Otomano (atual Turquia), Portugal, Bélgica, Holanda, Suécia e Império Austro-Húngaro (atuais Áustria e Hungria). Foram desconsiderados os direitos dos povos africanos, bem como suas especificidades culturais e linguísticas.

Em outras palavras, as fronteiras da nova carta geopolítica da África, raramente coincidiram com as da África antes dos europeus. Diferentes povos, falantes de várias línguas, foram obrigados a conviver como povo de um Estado-nação: bantu (ovimbundos e ambundos, chókues, ovambos, hereros), xindongas (cussos, dilicos, sambios e maxicos), nhaneca-humbes, congos, khoisan entre outros e assim por diante.

Logo, viver na sociedade angolana implica em estabelecer relações de contato, implica na interação dos seus indivíduos nas diferentes atividades desempenhadas para o estabelecimento de diferentes laços, e as línguas acompanham esse movimento social. No entanto, é importante destacar que, a depender das (inter)relações estabelecidas, esses laços podem ser mais ou menos intensos.

Sendo as línguas em contato um produto dos indivíduos ao interagirem entre si, seja por contatos mais ou menos constantes por um período determinado, elas, de algum modo, acabam impossibilitando que línguas se desenvolvam de forma isolada, como afirmam Thomason (2001), Savedra, Gaio e Carlos Neto (2015), Savedra *et al.* (2021). Sobre esse aspecto, Thomason (2001, p. 05) defende que o contato linguístico, resultado de uma história social, tem consequências sociais, quer benéficas e vantajosas, a exemplo do bilinguismo no Paraguai, quer dolorosas e letais, a exemplo do *apartheid* na África do Sul. Angola se aproxima das consequências vividas pelos sul-africanos. Tais consequências que resultam de processos de interferência se materializam sob a forma de diferentes efeitos, a saber: *code-mixing* (Thomason, 2001, p. 05), situações de empréstimos (*borrowing situations*), situações de convergência estrutural (*situations of structural convergence*) e situações de *code-switching* (Winford, 2003, p. 11).

Corroborando com o posicionamento acima, Savedra, Gaio e Carlos Neto (2015) afirmam que a forma de contato pode variar em intensidade, se modificando no decorrer do tempo e pode

dependem de algumas perspectivas, a exemplo da histórica, geográfica e política.

Cada situação de contato é única e é relativizada pelo contexto de aquisição das línguas e pelo seu uso em diferentes situações de comunicação, consolidadas em diferentes domínios de uso (familiar, social, educacional, profissional, administrativo, comercial, entre outros). Por serem fluidas, as situações de contato se modificam no decorrer da vida dos indivíduos envolvidos. Portanto, toda situação de contato envolve diferentes perspectivas históricas, sociais, geográficas, políticas, glotopolíticas e educacionais. (Savendra; Gaio; Carlos Neto, 2015, p. 5).

Dessa forma, os autores definem a situação de contato linguístico, individual ou social, como uma situação de interação singular, especial, cujo uso e contexto de aquisição atuam como delimitadores do destino de uma língua, podendo gerar situações de manutenção, de perda, de revitalização, e, muitas vezes, o da interferência de uma língua em outra (Savendra; Gaio; Carlos Neto, 2015, p. 72).

A história de Angola mostra a força dos contatos linguísticos entre povos distintos. Sobre esses contatos, Sassuco (2021) afirma ser necessário destacar que as línguas nacionais são línguas maternas, antigas e que datam muito antes da colonização pelos portugueses no país. Após a chegada desses, sua instalação e a consequente imposição tardia da sua língua europeia, os povos de diferentes origens, bantu e khoisan principalmente, acabaram partilhando do mesmo espaço, permitindo contatos inevitáveis. De acordo com o autor, os fatores de mudança existentes nas próprias línguas permitem que os processos de mudança aconteçam, sendo eles internos e externos. Sobre os externos, ele reforça alguns dos aspectos já pontuados por Savendra, Gaio e Carlos Neto (2015), como os:

- (a) Socioculturais: fatores de mudança que se relacionam com a cultura e com as escolhas sociais dos falantes da língua;
- (b) Políticos: os fatores políticos podem desempenhar um papel bastante importante na mudança de determinada língua. A ocupação de um território por parte de outro país que possua uma língua distinta daquele que é ocupado pode provocar mudança na língua do país ocupado;
- (c) Geográficos: a geografia desempenha, por vezes, papéis decisivos na mudança de uma língua, na medida em que pode limitar ou facilitar as mudanças;
- (d) Contacto de línguas: o contacto de línguas numa mesma comunidade pode originar mudança. Os falantes podem mesmo apropriar-se de determinados termos ou estruturas de uma outra língua. É o caso de Angola onde o português já é uma apropriação dos autóctones (Sassuco, 2021, p. 17-18).

Antes de discutir sobre o multilinguismo de Angola, é necessário levar em consideração, primeiramente, a grande variedade de línguas existentes no território africano. Ao tentar fazer uma diferenciação desses distintos ramos de línguas, grupos e subgrupos, o americano J. H. Greenberg (1955) as subdividiu em quatro grandes troncos ou filios: o Nigero-congolês, o Afro-asiático, o Nilo-saariano e o Coissan. Destaca-se aqui que, embora existam outras propostas de classificação dos aspectos mais internos da língua em relação aos troncos, a exemplo daquela descrita por Heine e Nurse (2000), são, em grande parte, classificações convergentes e coincidentes. Bonvini (2020, p. 23) afirma que a proposta dos troncos foi adotada por muitos linguistas africanistas, mas com devidas revisões em relação à organização interna dos troncos, já elencados por Greenberg (1955).

Dentre os quatro grupos, o *Nilo-saariano*¹ é aquele cujas pesquisas não estão avançadas e ainda requer mais investigações para uma classificação mais precisa. É o tronco considerado mais controverso pelos estudiosos e há divergência na quantidade de línguas. Estima-se quase 200 línguas existentes nesse filo. Ao revisitar a classificação antiga de Greenberg (1955), Bender (1996, 1997) utiliza a metodologia da linguística histórico-comparativa, classificando as línguas desse tronco com as letras de A-L (níveis mais altos das famílias).

Dos troncos descritos por Greenberg (1963), o tronco camito-semítico ou o Afro-asiático passou a designar línguas bem antigas e que foram atestadas há mais de 5.000 anos, desde os primeiros escritos que se têm registro da humanidade. De acordo com Lewis *et al.* (2014 *apud* Petter, 2015, p. 67), há a presença de 366 variedades linguísticas vivas nesse filo, sem contar, das línguas de que se têm conhecimento, mas que acabaram sendo extintas. Este filo compreende as línguas da África do Norte, caracterizado seis subgrupos segundo Petter (2015, p. 67-71): o Berbere, o Chádico, o Egípcio, o Semítico, o Cuchita e o Omótico.

O menor dos quatro grupos de troncos que existem no continente africano é o Coissã² (Khoisan) constituído por 24 línguas que se concentram, basicamente, na região da Namíbia e Botsuana, mas também em Angola. Estima-se uma média de 200 mil falantes e, devido às rápidas mudanças sociais, políticas e econômicas que esse grupo tem enfrentado, as línguas que possuem menos falantes encontram-se mais vulneráveis ao risco de extinção, o que agravaria ainda mais o fato de muitas das línguas desse grupo

1 De acordo com Petter (2015), na literatura, existem hipóteses de que o tronco Nilo-saariano faça parte de um tronco maior, em especial, o Nigero-congolês, mas, vale destacar aqui que, embora muitos acreditem que o Nigero-congolês e o Nilo-saariano possam ser um tronco, ainda não há unanimidade em associar o Nigero-congolês ao ramo sudânico central. Esse fato reitera a necessidade de análises mais profundas que esclareçam os agrupamentos das línguas.

2 Termo utilizado, geralmente, para designar todas as línguas que têm cliques não bantas e não cuchitas da África Oriental e Austral.

já terem desaparecido. Destaca-se ainda a situação de que esses grupos linguísticos minorizados sofrem com estigmas sociais. Petter (2015, p. 83) ressalta a importância de alguns dos traços linguísticos serem apenas encontrados no grupo de línguas coissã como um elemento singular para a história das línguas na África, a exemplo dos cliques e raros traços tipológicos. Segundo a autora

pode-se afirmar sem risco de engano que sistemas fonéticos coissãs estão entre os mais complexos do mundo e que são exclusivos da África; não só pela presença única de cliques, mas pela presença de raros traços tipológicos que se acrescentam a uma grande variedade fonológica (Petter, 2015, p. 83).

O filo Nigero-congolês (antigo nigero-cardofanês), é o mais extenso de todos considerando sua geografia e abrangência de sua área. Sua extensão vai desde a parte mais a oeste do Senegal à parte mais ao leste do Quênia, chegando à parte mais austral da África do Sul, exceto o espaço que compreende ao que é coberto pelo tronco coissã. Este filo é constituído por nove famílias linguísticas e, segundo Lewis *et al.* (2014 *apud* Petter, 2015) conta com 1524 línguas e possui cerca de 470 milhões de falantes, dentre elas, falantes de línguas majoritárias da África, a exemplo de uólofe (Senegal), iorubá e ibo (Nigéria), acan (Gana), entre outros. A autora acrescenta que, “apesar de não ter sido feita ainda uma reconstituição do tronco como um todo, os especialistas dedicados ao seu estudo acreditam que se trata de uma verdadeira unidade genética e não apenas uma reunião de coincidências de traços tipológicos” (Petter, 2015, p. 54).

A exemplo das famílias pertencentes a esse tronco, tem-se a benuê-congolesa subdividida em 11 subfamílias, a mais vasta e a que possui uma maior quantidade de falantes. Importante destacar a subfamília bantóide com duas ramificações: a bantóide do Norte e a bantóide do Sul. Nesse último, é possível encontrar diferentes

subgrupos, em especial, o bantu.³ A área de abrangência do grupo bantu vai desde a região sudoeste da Nigéria até as localidades ao sul do continente e, é até então o maior de todos os grupos linguísticos presentes na África e o mais conhecido.

Considerando esse contexto do grupo bantu, na seção seguinte, é discutida a situação sociolinguística dos falantes das línguas africanas de estatuto nacional ou não, suas etnias, como estão distribuídos no território angolano e, principalmente, a questão do multilinguismo, utilizando estatísticas mais recentes.

3. Análise: as línguas bantas e o perfil multilíngue de Angola

O grupo bantu tem uma grande relevância na formação das línguas africanas marcando uma das migrações mais intensas da história da África e, através do contato linguístico, pode-se compreender o porquê de determinadas línguas perderem ou ganharem alguns traços, mesmo não fazendo parte da mesma família ou do mesmo grupo.

As línguas bantas estão situadas no tronco do Nigero-congolês e, com toda sua diversidade, compartilham alguns traços

3 O termo bantu para as línguas africanas significava “pessoas”, “homens” cuja formação resultava do prefixo /ba-/ , marca de plural e do radical /-tu/, /-ntu/ e variavam em outras línguas, como por exemplo, bantu (quicongo); wántù (quissicongo); àtù (quimbundo). Bonvini (2020, p. 24), além de destacar o sentido para o termo bantu, coloca em evidência o fato de que este termo foi utilizado pela primeira vez na Linguística, tecnicamente, por W.H.I. Bleek, em 1862, ao caracterizar uma família de línguas que utilizava o prefixo /ba-/ no plural, o que anteriormente já tinha sido definido pelo seu antecessor, H. Barth, pela expressão *ba-languages* para fazer menção às culturas africanas que utilizam essas características. Na visão de Bleek (1862), o termo era considerado mais amplo, enquanto hoje, o termo é mais restrito e se aplica para as línguas da parte sul da África. Assim, até os anos 1950, o termo bantu designava uma família de referência (família plena e separada), como o Nigero-congolês, e hoje, bantu diz respeito aos membros do subgrupo bantóide do Sul. Vale destacar ainda que, segundo Bonvini (2020), enquanto o termo bantu, para a Linguística, é recente, historicamente, é algo que não está ligado à história da escravidão. O termo bantu está relacionado ao povo que possui traços comuns, sendo eles linguísticos e culturais.

linguísticos nos mais diversos níveis da língua, como os fonológicos, morfológicos, sintáticos e também do vocabulário comum. Sellier (2003, p. 09 *apud* Petter, 2015, p. 53) acredita que as línguas nigero-congolesas, quando chegaram às áreas mais ao Leste e ao Sudeste do continente africano, tornaram-se um fenômeno maior chamado de a *Expansão dos bantu*. A migração desses povos aconteceu para novas áreas através da margem norte da floresta equatorial e, antes de sua chegada, a região era povoada basicamente pelos pigmeus. Somado a isso, a África Oriental e a África Austral eram habitadas por outros povos, os falantes das línguas coissãs. Com o tempo, a situação linguística foi se modificando com os bantu assimilando as línguas coissãs, restringindo-as às áreas mais a sudoeste e ao extremo sul do continente.

Dentre os estados bantu em solo africano, o que teve maior destaque foi o reino do Congo, justamente com domínio na grande parte do que hoje é conhecido como Congo e Angola. Ao partir da classificação de Guthrie⁴ (1967-1971) e da atualização de Maho (2003), Inverno (2018b) elencou as áreas dos respectivos grupos linguísticos e os povos angolanos de origem africana. Desse modo, em Angola, as zonas bantas que predominam são a H (10, 20) - nesta localizam-se as províncias representadas pela língua quimbundo como Luanda, Bengo, Cuanza Norte e Sul e Malanje -, a R (30, 13, 20, 10) e K (30, 10, 12), o que melhor pode ser visualizado na tabela a seguir:

4 A classificação de Guthrie (1967-1971) se baseia em zonas geolinguísticas, identificadas por meio de letras e códigos numéricos com o objetivo de indicar a que grupo linguístico pertencia determinada língua. Ainda conforme essa classificação, cada zona foi dividida em vários grupos de língua com base na aproximação com os comportamentos linguísticos e geográficos, bem como por seu distanciamento. Nessa classificação, mesmo línguas diferentes, compartilhavam certos traços linguísticos comuns e, por isso, eram consideradas próximas.

Tabela 1: Principais grupos de línguas, povos e respectivas áreas dos povos angolanos

Origem	Povo	Língua	Províncias
Bantu	Ambundu	Kimbundo (H20)	Bengo, Luanda , Cuanza Norte, Cuanza Sul, Malanje
	Bakongo	Kikongo (H10)	Zaire, Uíge (também no Bengo, Malanje, Cabinda, Cuanza Norte)
	Ovahellelo	Oshihelelo (R30)	Namibe (também em Benguela, Cunene, Huíla)
	Ovanyaneka-Nkumbi	Olunyaneka (R13)	Huíla (também no Namibe, Cunene e Benguela)
	Ovambo	Ovakwanyama (R20)	Cunene (também no Cuando-Cubango)
	Ovandonge	Oshindonga (K30)	Cuando-Cubango
	Ovimbundu	Umbundu (R10)	Bié, Huambo, Benguela e Namibe (também no Cuanza Sul e Huíla)
	Tucokwe	Cokwe (K10)	Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Bié
	Vangangela	Ngangela (K12)	Cuando-Cubango (também no Moxico)
Khoisan	Khoisan	Khoi ---	Huíla e Namibe
	Vátwa	Vátwa ---	

Fonte: Inverno (2018b, p. 86, grifo nosso).

Fazendo uma relação com as línguas apresentadas pela autora e com os povos de origem bantu, tem-se a seguinte classificação no território angolano: a língua kimbundo é falada pelos Ambundus; o kikongo é falado pelos Bakongos; o oshihelelo é falado

pelo grupo Ovahellelo; os Ovanyaneka-Nkumbi falam o olunya-neka; os Ovambos falam o ovakwanyama; os Ovandonga usam o Oshindonga; os Ovimbundu falam o umbundo; os Tucokwe usam a língua cokwe, e os Vangangela utilizam o ngangela. Há ainda, outras línguas que não pertencem à família bantu, como o khoi, falado pelo povo khoisan, e o vátwa, falado pela tribo que recebe o mesmo nome.

No mapa (Figura 2), a seguir, é possível ver de uma forma mais esquemática, a distribuição geográfica dos grupos étnicos presentes em Angola e as línguas faladas por eles.

Figura 2: Mapa etnolinguístico de Angola



Fonte: Mapa Etnolinguístico de Angola. (Fernandes; Ntongo, 2002).
Disponível em: <http://www.triplov.com/letras/americo_correia_oliveira/literatura_angolana/anexo3.htm>.

Conforme Ndombele (2017, p. 40),

a multiplicidade de línguas africanas de origem angolana é reflexo da pluralidade étnica de seu povo. Cada língua africana de origem angolana normalmente está associada a um grupo étnico ao qual o indivíduo pertence ou à aldeia de onde seus pais são originários.

Em Angola, como o critério étnico tem sido utilizado para classificar as línguas presentes, e com cerca de 10 grupos étnicos, alguns deles acabam se destacando mais no seu território. São eles os seguintes povos bantu: os Ovimbundu, os Ambundo e os Bakongo, que somam 75% da população, conforme Pereira (2008). Ao utilizar esse critério étnico para as línguas atuais faladas em Angola, Severo (2015), responsável por transcrever e editar a entrevista realizada com o professor Sassuco para a *Revista NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas*,⁵ afirma que se deve considerar também que essa representação geográfica não seja estática, pois,

tais usos compreendem realidades muitas vezes multilíngues e de misturas e cruzamentos linguísticos, especialmente em regiões fronteiriças. Tal cartografia linguística também não capta a fluidez e complexidade dos grupos transumantes, como é o caso dos pastores da região do sul de Angola, os Kuvale, que circulam pelo deserto do Namibe, localizado no sudoeste de Angola. A transumância, embora fluida e móvel, não impede, contudo, que os Kuvale conservem uma certa homogeneidade linguística como fruto da forte coesão cultural do grupo (Severo, 2015, p. 9).

5 *Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas*, 2015, p. 27 – (Textos e debates) Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%2013.pdf?sequence=14&isAllowed=y>

Sobre as relações das línguas e fronteiras não serem estanques e rígidas, Souza (2021, p. 58) reforça essa discussão, afirmando que:

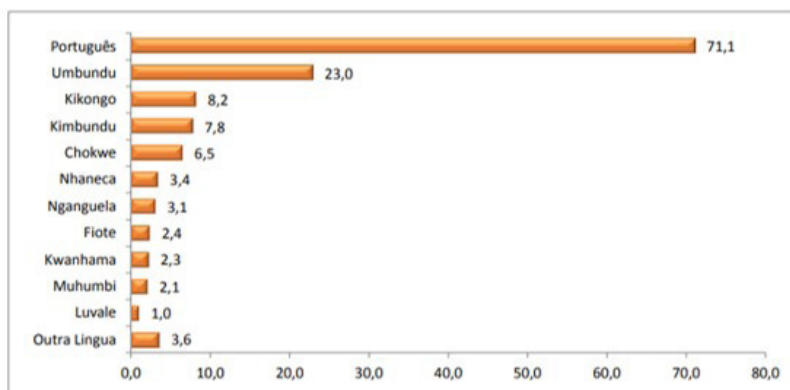
O multilinguismo em Angola, assim como em muitas outras sociedades africanas, não consiste em um conjunto de monolinguismos entrecruzados, ou de línguas nomeadas, pontuais, rigidamente separadas, mas sim, em uma combinação fluida e adaptativa dos idioletos coexistentes em constante interação, de usos múltiplos e confluentes.

De acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação (doravante RGPH), realizado em 2014, pelo INE (2016), além de ter sido o primeiro censo após a independência de Portugal, foi também o primeiro realizado utilizando padrões de qualidade internacional, diferentemente da realizada em 1970. O RGPH/2014 aconteceu entre os períodos de 16 e 31 de maio e teve uma cobertura de 94.4%. De acordo com o recenseamento, a população é composta por mais de 25 milhões de habitantes e estima-se que ela cresça ainda mais. Em termos populacionais, não existe uma igualdade na distribuição dos habitantes pelo território, visto que, por conta das guerras civis, a maioria da população, 62,7%, se concentra nas áreas mais costeiras, ou seja, na parte mais oeste do território, bem como nos maiores centros urbanos, enquanto 37,3% vivem em áreas rurais. Conforme o documento, a população entre homens e mulheres é equilibrada, com um leve aumento para o sexo feminino equivalendo a 51,6%.

A pesquisa realizada pelo INE (2016) apresenta os resultados definitivos do Recenseamento Geral da população e Habitação de Angola, no entanto, de maneira muito tímida, são poucos e breves os resultados obtidos sobre a situação linguística do país. Conforme o documento oficial, a língua angolana mais falada é o umbundo (23%), seguida do kimbundo (7,8%), do kikongo (8,2%)

e do côkwe (6,5%). Essa mesma pesquisa coloca o português da capital Luanda, por exemplo, como a língua majoritária. Não somente, a língua angolana mais falada como L1 é o umbundo com 23% e as línguas kikongo e kimbundo seguem com cerca de 8% cada uma. Não é registrada na pesquisa a grande variedade de línguas que existe em solo angolano, sendo detectadas apenas 11 delas. As demais línguas africanas foram reduzidas à expressão “outras”, conforme se vê no gráfico, a seguir:

Gráfico 1: Línguas mais faladas em casa, 2014



Fonte: INE (2016).

De acordo com o Censo do INE (2016), em Angola, se verifica um crescimento da língua portuguesa, apresentando um percentual de 71,15% de falantes desta língua. Sobre o referido levantamento, Bernardo (2018, p. 45) questiona

O censo não clarifica se aqueles 71% de falantes se referem a falantes da língua portuguesa como língua materna ou como segunda língua. Constata-se, também, que, apesar do processo migratório, as áreas rurais continuam a resistir à política de silenciamento das línguas nacionais com que se deparam, sendo que 49% da população não usa o português.

Uma outra questão a ser observada em relação aos dados censitários do INE (2016) é o fato de o somatório dos percentuais dos falantes das línguas nacionais totalizar 63,6%, não sendo explicado se a diferença de 36,4% se refere aos falantes de outras línguas nacionais ou aos angolanos que somente falam o português. Se este último fato se confirma, é possível inferir que o português seja a língua materna de um terço da população de Angola, sobrepondo-se à principal língua nacional, o umbundo, com 23%. Levando em conta o percentual de 36,4%, uma outra possível inferência é verificar que, dos 71,15%, 51,09% são falantes apenas da língua portuguesa.

Ainda sobre a situação das línguas de origem africana, os resultados mostram aquelas que são mais faladas nas províncias do país, no entanto, só é possível ver o registro de oito, uma quantidade inferior se comparado com a grande diversidade de línguas faladas em Angola. Conforme Inverno (2018b), ainda não foi possível apurar, com precisão, a quantidade de línguas africanas que são efetivamente faladas no território angolano, tendo elas o estatuto de língua nacional ou não, como também a quantidade de falantes dessas línguas. Com base em Pedro (2014), a autora afirma que existe a previsão de realização de um levantamento desses dados linguísticos englobando todas as províncias, com seus municípios e comunas, no intuito de elaborar um atlas linguístico do país. Ainda segundo Inverno (2018b, p. 88),

Atualmente, a estimativa mais completa de que dispomos é a de Lewis, Simons e Fenning (2015), que, partindo de dados disponíveis em fontes diversas, compilam uma lista de 38 línguas africanas documentadas no país: 34 bantu e quatro Khoisan. Lewis, Simons e Fenning (2015) apresentam também os respectivos números estimados de falantes, embora nem sempre se distingam, no caso das línguas faladas simultaneamente em Angola e em países vizinhos, a estimativa de falantes para Angola.

regiões rurais. De maneira interessante, a maior porcentagem foi apresentada entre os falantes das áreas mais rurais, mais especificamente na faixa etária de 5 a 9 anos de idade.

É necessário pontuar, no entanto, que o Censo não mostra se esse domínio da língua pelos angolanos leva em consideração as condições em que o português é falado, se é como língua materna (L1), se adquirida (L2) ou de uma forma generalizada, impossibilitando, assim, uma discussão mais aprofundada a respeito do quantitativo de falantes das línguas, se L1 ou L2. Há de considerar, também, como já foi ressaltado, que a língua portuguesa no território, por muitas vezes, domina e ameaça as línguas bantas e as coissãs, já que muitas pessoas deixam de falar suas línguas originárias (as dominadas) falando uma diferente (a dominante).

Esse abandono das línguas nacionais em favor da língua portuguesa evidencia um processo de assimilação linguística semelhante ao ocorrido no estado da Luisiana-EUA. Ali existiam diferentes variedades da língua francesa (doravante LF) durante o século XIX, a exemplo do francês cajun ou crioulo francês, as qual conviviam com o inglês desde o início do século XIX, quando o território da Luisiana foi comprado pelos EUA. Região predominantemente francófona até o século XIX, a LF foi progressivamente abandonada por seus falantes em favor do inglês, evidenciando *language shift* em direção à língua dominante — a inglesa (Winford, 2003, p. 16).

Sobre a escolaridade,⁶ percebe-se que a população ainda não é tão escolarizada visto que apenas 46,2% têm o nível primário, 19,8% o I ciclo do secundário e menos de 13% conseguiram completar o II ciclo do secundário. Os dados são mais alarmantes até

6 O ensino em Angola é dividido entre os seguintes níveis de educação: pré-escolar (3 meses aos 5 anos de idade), o primário (da 1ª à 6ª classe), o secundário (da 7ª à 12ª classe) e o superior (até aos seis anos de curso de licenciatura e aos três anos de bacharelado). Conforme o governo angolano, é obrigatório concluir a 9ª classe escolar.

mesmo quando se analisa a quantidade de pessoas que concluíram o Ensino Superior, bacharelado ou licenciatura, somando apenas 2,3% da população recenseada. Ainda há que se levar em conta que 22,5% dos angolanos nunca frequentaram a escola e 32,3% já frequentaram alguma vez o espaço escolar, mas acabaram abandonando os estudos.

Pelo confronto dos dados, é possível inferir que o contato com a escola pode ter sido responsável pela adoção do português pelos angolanos, fato demonstrado quando se verifica que a taxa de angolanos que não falam a língua portuguesa (28,85%) aproxima-se da taxa de angolanos que nunca frequentaram a escola (22,5%). E a diferença (6,35%) pode ser explicada pelo percentual de angolanos que já frequentaram alguma vez o espaço escolar, mas acabaram abandonando os estudos. Não seria incorreto afirmar que a aquisição do português pode ter sido comprometida pela pouca exposição ao contato linguístico dos falantes com a segunda língua. Acrescenta-se ainda a permanência em Angola dos descendentes de colonos portugueses no pós-independência.

Sobre as taxas de alfabetização, os indicadores daqueles que tem 15 anos ou mais mostram que quase 9 milhões de pessoas que vivem nas áreas urbanas sabem ler e escrever, enquanto apontam 4.885.947 de pessoas alfabetizadas na área rural (INE, 2016, p. 124). Os dados apresentados pelo INE trazem resultados bem preocupantes e a quantidade de jovens que frequentam as escolas é ainda muito baixa. Dentre os mais velhos de 65 anos ou mais, mais de 65% disseram que nunca frequentaram a escola, enquanto, os da faixa de 18 a 24 anos, em 2014, apresentaram taxas menores de quase 15%. Não somente, 22% da população entre as idades de 5 e 18 anos encontrava-se fora das salas de aula.

A pesquisa sugere ainda que o português tem sido, em Angola, aprendido fora das residências como L2. Os resultados apontam para, praticamente, 25% das crianças entre 2 e 4 anos de idade, sendo que, quase 31% delas encontram-se nas áreas mais urbanas

em comparação aos 17,2% daquelas que falam o português em casa nas áreas rurais. Entre as crianças de 5 a 9 anos, em relação ao aprendizado de língua portuguesa, também tem seus níveis bem mais altos nas áreas urbanas do que as rurais (90,7% e 49,7%, respectivamente). Essa escala crescente é, semelhantemente, utilizada para os jovens de 15 a 19 anos de idade, no entanto, com porcentagens diferentes.

Conforme Inverno (2018a), os dados apontam que o português em Angola está em ascendência, já que os mais jovens estão falando a língua portuguesa. Essa ascendência pode representar uma tendência da comunidade vir a ser monolíngue no país, ao passo que pesquisas também apontam para a redução de uma população bilíngue, já que apenas uma pequena porcentagem na faixa etária de 2 a 4 anos ainda usa a língua banta em casa. Sobre isso, pode-se concluir que há níveis decrescentes de transmissão intergeracional, sendo a população umbundo a mais afetada no país como um todo, tanto em áreas urbanas quando rurais.

Diante do exposto, na próxima seção, procura-se apresentar alguns resultados de pesquisas desenvolvidas em/sobre Angola na tentativa de conhecer melhor a situação sociolinguística em que o país, atualmente, se encontra com um olhar para a valorização das línguas de origem africana.

3.1 As línguas nacionais angolanas e a língua portuguesa

Claramente pode ser pontuado que não é uma característica exclusiva de Angola a situação de multilinguismo vivenciada em seu território. Nela estão presentes e coabitando em seu território, de maneira resumida, diferentes línguas africanas originárias de três grandes grupos linguísticos: as de origem bantu, as não bantu (línguas coissãs) e a neolatina, a língua portuguesa. Língua esta que só no século XV, entre 1482 e 1484, chega com Diogo Cão à

parte norte do país, o Reino do Congo. E a língua portuguesa nesse cenário que já era multilíngue por natureza?

Fazendo uma breve retrospectiva, destaca-se que, no primeiro momento quando os portugueses chegam ao território angolano, são estabelecidas relações diplomáticas e o uso da religião já era também utilizada como uma das formas de tentativa de dominação do povo africano. Houve a inserção da língua portuguesa no reino provocando influências na língua dos povos autóctones. À medida que os portugueses foram conseguindo se estabelecer mais fortemente na África, com a formação de entrepostos comerciais, seus interesses se voltaram para a realização de um comércio lucrativo de escravizados para abastecer às plantations, a exemplo das plantações de cana-de-açúcar no Brasil, nos séculos XVII e XVIII. Nesse contexto, o litoral de Angola acabou se tornando um dos responsáveis para o envio de cativos.

Durante muito tempo, até um pouco antes da independência, os colonizadores portugueses tentaram de algumas formas combater, incisivamente, as línguas nacionais de origem africana, pois o multilinguismo, para esses dominadores, deveria ser antes de tudo um problema a ser evitado. Em uma dessas tentativas, Tchimboto (2014 *apud* Ipol, 2016) afirma que muitos falantes do umbundo, ainda se recordam dos efeitos da hierarquização da língua portuguesa, ao retratarem placas de madeira, chamando os locais de “burros” ao adentrarem os espaços escolares. Outra forma de repressão nas escolas acontecia quando um filho de assimilado — angolano bilíngue que adquiria os hábitos e os costumes portugueses, inclusive a língua portuguesa, e gozava de alguns privilégios, como permitir que seus filhos frequentassem as mesmas escolas que os portugueses — utilizava o quimbundo, podendo seus pais terem problemas com a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). Um outro exemplo que reforça os esforços dos governantes portugueses para barrar o uso de

línguas locais africanas foi a promulgação de algumas leis. Uma delas, a Lei nº 1031 de 1921 dizia o seguinte:

Artigo 2.º [...] nas escolas católicas, é proibido ensinar as línguas indígenas;

Artigo 3.º [...] a utilização das línguas indígenas no catecismo não é permitida a não ser como auxiliar durante o período de ensino elementar da língua portuguesa;

[...]

§ 1. É proibido o emprego das línguas indígenas ou qualquer outra língua, à excepção do português, por escrito ou por panfleto, jornal, [...] na catequese das missões, nas escolas e em todas os contactos com as populações locais [...] (Norton de Matos, 1921 *apud* Mingas, 2000, p. 32-33).

Deste modo, ao considerar que a determinação visava a utilização oficial do português pelos angolanos na administração pública, na imprensa e no sistema educacional, verifica-se que ela, de forma alguma, privilegiaria a realidade sociolinguística e multilíngue do país. Deste modo, o uso apenas da língua portuguesa acaba por refletir “ideologias, culturas e modos de ver o mundo um tanto distantes da realidade pluridiscursiva, plurilíngue e diversificada africana” (Bernardo; Severo, 2018, p.213), principalmente, se, nessa análise, ainda forem levadas em conta as áreas mais interioranas de Angola, já que muitas pessoas que vivem nessas localidades mais afastadas dos centros urbanos são falantes de diferentes línguas nacionais africanas. Sobre esse distanciamento da realidade sociolinguística encontrada em Angola que não privilegia a diversidade, sendo um reforço de um falso monolinguismo, Bernardo e Severo (2018, p. 213) discorrem que

a língua portuguesa como a língua oficial de comunicação nacional, hegemonizando-a e tornando-a um instrumento de manutenção ideológica do monolinguismo. Esse monolinguismo arraigado à língua portuguesa é sustentado por uma retórica que localiza as demais línguas angolanas sob o escopo de “línguas nacionais”.

No século XIX, há o decreto da abolição da escravidão em 1858, que exigia que Portugal cessasse seu regime colonialista de escravidão. Diante disso, Portugal resolve estimular cada vez mais a ida de portugueses para Angola com o intuito de “civilizar” essas colônias. Com esse objetivo, uma parcela desses colonos expatriados misturava-se em meio aos povos autóctones e gerava uma porcentagem muito elevada de mestiços, o que ampliava a interação entre portugueses e angolanos, bem como das diferentes línguas em contato.

Mingas (2000, p. 49) ainda acrescenta que cada grupo pertencente à sociedade angolana equivalia a um grupo linguístico, os portugueses com o monolinguismo minoritário (português), os assimilados com o bilinguismo (kimbundo/português) e os autóctones com o monolinguismo majoritário (kimbundo). Importante destacar ainda sobre a parcela da população que era bilíngue, ou seja, que falava o português como segunda língua, o “pretoguês”, um português morfosintaticamente modificado. Sobre isso, a autora afirma que essa língua se tornou

elemento de ridicularização em peças de teatro, levou a que os “Assimilados”, na quase sua totalidade, fossem os primeiros a contribuir para a concretização da política linguística dos colonizadores: *eles evitavam falar a sua língua materna e proibiam mesmo os seus filhos de o fazer* (Mingas, 2000, p. 50, grifo da autora).

Para a sociedade da época, uma das condições para a ascensão social era ter o conhecimento da língua portuguesa sem interferências de suas línguas nativas. De acordo com as leis promulgadas, nem nas escolas católicas, nas mídias (jornais, panfletos) e nem nos contatos sociais as línguas nacionais eram permitidas, no entanto, poucos angolanos adentraram os espaços universitários, fato este que ajudou na contribuição de uma identidade linguística portuguesa com interferências. Não somente, a falta de gratuidade, mas a não obrigação e permissão por grande parte dos angolanos de frequentarem a escola favoreceu o uso das línguas nacionais, fazendo com que as situações de multilinguismo persistissem, mesmo com a proibição.

O fato de essa estratégia ser utilizada como garantia para a imposição da língua portuguesa como língua oficial, de alguma forma criou um terreno fértil para o surgimento de novas pessoas que falassem o português como L1, mesmo em contexto de pais bilíngues. Outro fator que contribuiu também para a concretização da LP foi a própria taxa de analfabetismo do povo angolano, resultando em uma transmissão para as novas gerações de uma variedade de português com interferências das línguas locais, em especial do kimbundo.

Com o enfraquecimento do colonialismo europeu, após a II Guerra Mundial, os movimentos pela libertação do domínio português se intensificaram, deste modo, houve a queda do regime português ditatorial e Angola, finalmente, conquistou sua independência em 1975. Nesse novo contexto sócio-histórico e político, a língua portuguesa não é só de fato reconhecida como língua oficial da ex-colônia portuguesa como também já existe uma preocupação com a implantação de políticas linguísticas no país que passem a valorizar as línguas nacionais, seis à princípio, o umbundo, kimbundo, kikongo, cokwe, kwanyama e nganguela. Vale ressaltar que os angolanos sofreram bastante com as intensas guerras pela libertação o que fez com que muitos deles acabas-

sem migrando para as regiões mais costeiras, pois tinham mais perspectivas de melhorias de vida, dentre outros fatores sociais. Os movimentos migratórios fizeram com que a diversidade entre línguas diferentes se intensificasse ainda mais, deste modo, muitos angolanos passaram a utilizar cada vez mais o português como L2, e seus descendentes, o português como L1.

No pós-independência, uma nova fase foi instaurada no país na tentativa de pôr em prática, em um país livre, as vontades de uma nação que ansiava, há muitos anos, a liberdade das amarras amargas do domínio europeu e das intensas guerras civis. Diante disso, o Artigo 1º da Constituição de Angola (1975) propõe

Art. 1º Total libertação do povo angolano dos vestígios do colonialismo e da dominação e agressão do imperialismo e a construção dum país próspero e democrático, completamente livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem, materializando as aspirações das massas populares.

Nzau (2011) reitera que a língua portuguesa, em território angolano, não pode ser considerada algo alheio à história do colonialismo, muito pelo contrário, ela é uma clássica representante desse vestígio colonial, no entanto, ainda segundo o autor, “não restam dúvidas quanto à sua utilidade para a formatação de uma nova identidade nacional à custa de ameaça da diversidade” (Nzau, 2011, p.112). Desse modo, a língua portuguesa, mesmo ainda estando ligada a um passado cruel de imposição, enquanto uma ferramenta para a comunicação nacional, contribuiu para a formação de uma nova identidade. Assim, “a angolanidade de que é, paradoxalmente, veículo e cofundadora, ganha com a língua portuguesa e esta com aquela” (Nzau, 2011, p. 112-113).

Todavia, apesar de sua importância para a angolanidade, a língua portuguesa encontra-se em desvantagem em relação às

línguas nacionais. Silva e Araujo (2020), ao avaliarem a formação linguística do português em Angola, passam, em revista, as hipóteses aventadas. De um lado, encontram Inverno (2004, 2008) e Teixeira (2008, 2013), para quem, com base em dados socio-históricos e linguísticos, o português angolano (PA) ainda está em processo de formação. Do outro, posicionam-se Figueiredo e Oliveira (2013), para quem, já se pode atribuir um estatuto de variedade nacional ao PA.

No confronto das hipóteses com os estudos desenvolvidos com dados de fala do português luandense, sendo esse representante do PA, Silva e Araujo (2020) posicionam-se a favor da hipótese segundo a qual o PA é uma variedade ainda em processo de construção de sua identidade, visto que os dados empíricos mostraram que, para alguns fenômenos, há similaridade entre este e o português europeu (PE) e, para outros, a similaridade verificada é com o português brasileiro (PB). Observam os autores uma oscilação do PA em relação ora ao PE, ora ao PB, evidenciando-se uma possível interferência das línguas nacionais na configuração do PA. Ao se posicionarem em relação ao processo de formação do PA, eles contribuem para a desmistificação do monolinguismo em Angola, não sendo possível atribuir um estatuto de variedade nacional ao PA.

Inverno (2008) faz uma crítica ao discurso dominante nos PALOP sobre a homogeneidade secular da língua portuguesa no território africano e afirma que quando o português se tornou a língua oficial no pós-independência como em Angola, Moçambique e, em menor grau, em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, não foi um processo generalizado. Desse modo, a autora tenta desmistificar a difusão do monolinguismo nesses países e aponta para a difusão de variedades nacionais influenciadas por línguas diversas do grupo bantu, como ocorre em Angola. Em um país que ainda vive intensamente os contatos linguísticos de diferentes etnias e grupos, a exclusividade da LP no processo de

escolarização se configura uma situação excludente que não reflete o cenário multilinguístico e que ainda gera tensão entre os povos.

Embora o português tenha o seu reconhecimento como língua oficial no país, algumas alternativas estão sendo colocadas em discussão e estudos estão sendo realizados na tentativa de conhecer e descrever melhor as línguas nacionais utilizadas no território pelos angolanos com o intuito, também, de ajudar nas práticas de letramento. Com base na entrevista realizada por Severo (2015, p. 09), alguns dos estudos realizados sobre as línguas nacionais são:

1. Estudo da morfologia e sintaxe da língua ngangela, pelo Professor Dr. Zavoni Ntongo no Instituto de Línguas Nacionais com a proposta de criação de alfabetos atentando-se para as especificidades de cada uma das línguas nacionais já elencadas;
2. Pesquisa e ensino das línguas cokwe, umbundo, kimbundo e kikongo, línguas que têm sido também alvo de políticas de ensino nas regiões Leste, Sul, Centro-Oeste e Norte do país pelo Departamento de Línguas e Literaturas em Línguas Angolanas da Universidade Agostinho Neto;
3. Iniciativas de difusão do ensino de línguas angolanas, com interatividade, nas plataformas digitais, como o projeto EVALINA;⁷
4. Uso de línguas nacionais e do português angolano nas rádios do país, a exemplo da rádio Ngola Yetu.⁸

Sobre as tentativas de valorizar e resgatar as línguas nacionais, Gueleka (2021, p. 183) destaca que:

7 Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/ProjectoEvalina/>

8 Disponível em: <https://rna.ao/rna.ao/ngola-yetu/>.

Há ligeiras e descontinuadas iniciativas de inclusão das línguas nacionais no ensino e da sua promoção no espaço social de vários modos, o que em termos de eficácia haverá ainda muito a referir. Referimos aqui que essas iniciativas (programas de rádio com curto espaço de antena, celebrações religiosas, unidades curriculares em cursos de graduação e iniciativas de integração curricular a nível do sistema de ensino) parecem ainda insuficientes e, sobretudo, descontinuadas por não serem extensivas a todo o território e mesmo as que acontecem nalgumas províncias, acabam por se circunscrever a apenas algumas escolas.

É muito importante que as línguas nativas de comunidades plurilíngues sejam valorizadas, principalmente pela incorporação de políticas voltadas para a escolarização em línguas nacionais. Essa valorização é também uma forma de reconhecimento cultural, de suas histórias, de seus antepassados. Embora algumas iniciativas ainda sejam insipientes, elas não devem ser desanimadoras. Há de se pensar que muita coisa já foi conquistada e, esses pequenos atos possam continuar servindo de estímulo e reflexão para que novas lutas continuem a ser difundidas em Angola, que promovam o respeito linguístico e a diversidade de culturas dos distintos povos em todo seu território. Por isso, continuar investindo no ensino e no reconhecimento das línguas angolanas nas escolas é o melhor caminho.

Considerações finais

Diante das discussões feitas até aqui, é possível perceber que, ainda hoje, Angola possui um perfil sociolinguístico muito complexo. Com a proibição do uso das línguas de origem africana ocorridas no período colonial, à medida que o tempo foi passando, a língua portuguesa ganhou o destaque de língua oficial, e, com o

número crescente de falantes, principalmente, entre os mais jovens, ela tem se tornado a língua majoritária de muitos angolanos. Em muitas zonas, onde antes se presenciava o aprendizado do português como segunda língua, hoje, o português tem se tornado a primeira língua de muitos angolanos. Inverno (2018b) afirma que os novos resultados corroboram com um outro trabalho prévio seu de 2011 ao defender que Angola apresenta um processo de mudança de língua em direção ao português visto que as zonas em que as línguas africanas estavam associadas têm sido substituídas de maneira exponencial.

Por Angola ser um país que viveu e ainda vive intensamente o multilinguismo, em grande parte sendo habitada por povos de origem banta, é necessário que outras pesquisas possam ser realizadas com mais precisão, com novas metodologias para que seja possível retratar melhor a real situação e diversidade das línguas africanas (minorizadas) e a relação com a língua dominante (português), conforme os resultados publicados pelo INE (2016). Não somente, é necessário levar em conta urgentes medidas que preservem essa diversidade linguística em Angola com vistas à promoção do bilinguismo de uma forma mais latente e urgente. Atualmente, há de se considerar, portanto, que há níveis diferentes de vitalidade das línguas africanas em Angola, pois já existe uma tendência de uso cada vez mais comum pelas crianças em fase de aquisição da escrita, ao aprenderem o português, muitas famílias vão deixando de utilizar suas línguas nativas e, atrelado à escolarização, acabam reforçando essas questões. A realidade das línguas de origem khoisan ainda é mais preocupante, pois todas elas estão em vias de extinção.

Referências

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística: parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v.1. São Paulo: Cortez, 2001.

ANGOLA. *Lei Constitucional, Lei da Nacionalidade*. República Popular de Angola: Edição INA, 1975. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/15685/3/Anexo%20n.%C2%BA%201%20Lei%20Constitucional%20e%20a%20Lei%20da%20Nacionalidade.PDF>

ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional, 2010. Disponível em: <https://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

ANGOLA. *Lei de Bases do sistema de educação*. Luanda, dez., 2001. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/media/1381/file/Lei%2013_01_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BENDER, Marvin Lionel. The Nilo- Saharan Languages: An essay in classification. *Lincom handbooks in Linguistics*. Munich: LINCOM Europa, 1996-1997, n. 6.

BERNARDO, E. P. J. Política Linguística para o Ensino Bilíngue em Angola. 2018.172 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Linguísticas Críticas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/194395/PLLG0730-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>> Acesso em: 09 jun. 2023.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José; SEVERO, Cristine Gorski. Políticas Linguísticas em Angola: Sobre as Políticas Educativas In(ex)clusivas. *Revista da ABRALIN*, v. 17, n. 2, 2018, p. 210-233. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/498/1269>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BLEEK, Wilhelm Heinrich Immanuel. *A comparative grammar of South African languages*. Part 1. Phonology. London/Trubner: Paternoster R, 1862.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: PETTER, Margarida.; FIORIN, José Luis. (orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. 2. ed. 4 reimp. São Paulo: Contexto, 2020, p. 15 - 62.

FERNANDES, João; NTONDO, Zavoni. *Angola: povos e línguas*. Luanda: Editora Nzila, 2002.

FIGUEIREDO, Carlos; OLIVEIRA, Marcia Santos Duarte de. Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas

de pronominalização. *Papia - Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, v. 23, n. 2, p. 105-185, 2013. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2078/1916>. Acesso em: 21 fev. 2024.

FONSECA, Dagoberto José. As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola. In: *Anais do SIELP*, Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

GREENBERG, Joseph Harold. *Studies in African Linguistic Classification*. New Haven: Compass Publishing Company, 1995.

GUELEKA, José. O processo de nativização do português em Angola. In: TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Pires; UNDOLO, Márcio E. da S (orgs.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. 1. ed. São Paulo: Editora Opção, 2021.

GUTHRIE, Malcolm. *Comparative Bantu: an introduction to the comparative linguistics and prehistory of the Bantu languages*. v. 4. Farnborough: Gregg International, 1967-1971.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aulas*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.

HEINE, Bernd; NURSE, Derk. (orgs.). *African languages: an introduction*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2000.

INE. Instituto Nacional de Estatística. *Resultados definitivos do recenseamento geral população e da habitação de Angola 2014*. Luanda, 2016.

INVERNO, Liliana. Português vernáculo do Brasil e Português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística ? In: FERNÁNDEZ, Mauro; FERNÁNDEZ-FERREIRO, Manuel; VÁZQUEZ VEIGA, Nancy (Ed). *Los Criollos de base ibérica*: ACBLPE. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt Am Main: Vervuert, p.201-213, 2004.

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português: uma história sociolinguística. In: TORGAL, Luís Reis.; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares. *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 169-181.

INVERNO, Liliana. *Angolan Portuguese: its historical development and current sociolinguistic setting*. CELGA-ILTEC, University of Coimbra, 2018a.

INVERNO, Liliana. Contato linguístico em Angola: restrospectiva e perspectivas para uma política linguística. In: PINTO, Paulo; MELO-PFEIFER, Sílvia. *Políticas Linguísticas em Português*. Lisboa: Lidel, 2018b, p. 82-105.

IPOL. Mais de sete milhões de angolanos falam línguas nacionais, 2016. Disponível em: <http://ipol.org.br/mais-de-sete-milhoes-de-angolanos-falam-linguas-nacionais/>

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

MAHO, Jouni. A Classification of Bantu languages: an update of Guthrie's referential system. In: NURSE, Derek. PHILLIPPSON, Gérard. (orgs). *The bantu languages*: London; New York: Routledge, 2003.

MINGAS, Amélia. *Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Projeto de Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais*. Luanda: Assembleia Nacional da República de Angola, 2011.

NDOMBELE, Eduardo David. Gestão de multilinguismo em Angola: reflexão sobre o ensino de línguas angolanas de origem bantu na província do Uíge. *Verbum*, v. 6, n. 1 (Dossiê: Lusofonia), p. 33-44, jan. 2017.

NDOMBELE, Eduardo; TIMBANE, Alexandre António. O ensino de língua portuguesa em Angola: reflexões metodológicas em contexto multilíngue. *Revista de Letras*, 12 (1), 2020.

ZAU, Domingos Gabriel Dele. *A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade de Beira Interior, Covilhã, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/alwap/Downloads/Filipe%20Zau%20-%20Tese%20de%20Doutoramento.pdf>

OLIVEIRA, Heloisa Tramotim de. Língua portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 210-233, 2018. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/507/1261>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

PEDRO, José D. *Mapeamento linguístico de Angola*. IPOL- Instituto de Investigação e desenvolvimento em Política Linguística. Disponível em <http://ipol.org.br/mapeamento-linguistico-da-angola/>. Acesso em: jun. 2023.

PEREIRA, Luena Nascimento. *Os Bakongo de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda*. São Paulo: Serviço de Comunicação Social, FFLCH/USP, 2008, p. 14.

PETTER, Margarida (org.). *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

SASSUCO, Daniel Pires. O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino. In: TIMBANE, A. A; SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. E. da S. (orgs.). *Problemática de contacto das línguas bantu de Angola e o português: um olhar sobre o contacto fonético-fonológico*. 1. ed. São Paulo, 2021.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; CHRISTINO, Beatriz; SPINASSÉ, Karen. P.; ARAUJO, SSilvana Silva de Farias Araujo. Estudos em Sociolinguística de Contato no Brasil: a diversidade etnolinguística em debate. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 1, 2021, p. 01-28.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; GAIO, Mario Luis Monachesi; CARLOS NETO, Euro Macionilio. Contato Linguístico e imigração no Brasil: fenômenos de manutenção/revitalização, language shift e code-switching. *Veredas online*, Juiz de Fora, v. 19, n.1, p. 71-91, 2015.

SELLIER, Jean. *Atlas des Peuples d'Afrique*. Paris: La Découverte, 2003.

SEVERO, Cristine Gorski. *Línguas atuais faladas em Angola*: entrevista com Daniel Perez Sassuco. Florianópolis: NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas, 2015.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A formação da identidade linguística do português falado em Angola: uma revisão bibliográfica e notas sobre a sócio-história. *REVISTA PHILOLOGUS*, v. 26, p. 61-78, 2020.

SOUZA, Gabriella Oliveira. *Multilinguismo e ecologia linguística*: evidências de usos do português falado em Angola. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-26112021-210244/publico/2021_GabriellaSouzaOliveira_VCorr.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. O pronome você no português de Luanda. In: LIMA-HERNANDES, M. C.; MARÇALO, M. J.; MI-CHELLETTI, Guaraciaba, MARTINS, V. L. de R. (Orgs). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. Aspectos da pronominalização no português vernacular de Luanda: uma comparação com o português do Brasil. In: LOPES, N. da S.; BULHÕES, L. P. de L.; CARVALHO, C. dos S. (Orgs). *Sociolinguística: estudo da variação e da mudança e da sócio-história do português brasileiro*, sociolinguística paramétrica, sociofuncionalismo. Feira de Santana: UEFS, 2013. THOMASON, S. G. *Language Contact: an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

UNDOLO, Márcio Edu da Silva. Caracterização da norma do português em Angola. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Évora, 2014.

WINFORD, Donald. *An introduction to Contact Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS FRENTE AO MULTILINGUISMO EM MOÇAMBIQUE¹

Alexandre António Timbane
(PPGEL-UEFS/UNILAB)

Raquel Meister Ko Freitag
(UFS/Programa de Pós-Graduação em Letras/CNPq)

1. Considerações iniciais

Todas as sociedades humanas possuem pelo menos uma língua, que permite a comunicação não só entre os seus membros, mas também a compreensão do mundo ao seu redor. De acordo com Leroy (1971, p. 48), “todas as vezes em que uma criança aprende a falar, é o trabalho inteiro, completo, de assimilação da linguagem que tem de recomeçar”. Por outro lado, a aquisição desta ou daquela língua depende do interesse do grupo social, do indivíduo, da história que se oferece, assim como do lugar que as línguas ocupam. Ainda de acordo com Leroy (1971), há numerosos exemplos de povos que, após guerras, migrações, invasões, mudaram de língua sem que suas características étnicas tivessem sido afetadas.

É por meio da língua que as pessoas se identificam, se reconhecem perante os outros, que buscam traços da cultura e,

1 Pesquisa realizada durante a realização do Estágio pós-doutoral no Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da Profa. Dra. Raquel Meister Ko Freitag.

sobretudo, a educação, transmissão de valores de geração em geração, sobre as regras de ser e de estar em sociedade. No estudo de Sajid (s.d.), fica claro que não existe uma única definição de “língua”. Na obra *The study of linguistics*, Sajid analisou a definição dada pelo *Oxford English Dictionary*, por E. Sapir, J. Whatmough, N. Chomsky, H. Sweet, H. A. Gleason, B. Bloch e pela *Enciclopedia Britannica*, e chegou à conclusão de que a definição de “língua” não era uma tarefa fácil, uma vez que cada pesquisador define de acordo com a sua (sub)área científica e com a complexidade da sua cultura.

Uma canção kongo ou ovimbundu é feita nas línguas kikongo e kimbundo respectivamente e carrega “a palavra que se reveste de um importante valor moral e sagrado porque está vinculada ao divino; é através dela que se faz o contato com o mundo invisível e se mantém um diálogo contínuo com os mortos” (Monte, 2019, p. 40). Não é por acaso que se diz que a língua não é apenas para os “vivos”, mas também para aqueles que não vemos a “olho nu”, mas que estão presentes, falam a língua e estabelecem políticas linguísticas. Se quisermos entender “a língua em seu contexto real” (Labov, 2008, p. 215), então precisamos entender essa filosofia da vida que está presente na comunidade de fala.

A canção, o conto, o provérbio, o idiofone, a história, a poesia e outras práticas culturais se ligam intimamente à língua. O historiador africano Joseph Ki-Zerbo (2006), numa entrevista concedida ao jornalista René Holenstein, afirmou que não acreditava que se possa alfabetizar os africanos sem recorrer às línguas africanas. Esse argumento se justifica pelo fato de que as línguas locais precisam ser respeitadas na sua plenitude, devendo ser idiomas de ensino. Ki-Zerbo (2006, p. 124) diz que “há línguas africanas a promover, a história a recuperar, o ambiente a salvaguardar, a nossa imagem no mundo a cuidar e restaurar”. O autor ainda acrescenta que

o problema das línguas é fundamental, porque diz respeito à identidade dos povos e a identidade é necessária, tanto para o desenvolvimento quanto para a democracia. As línguas também dizem respeito à cultura, aos problemas da nação, à capacidade de imaginar, à criatividade (Ki-Zerbo, 2006, p. 78).

Os critérios adotados pelos cientistas para a determinação de língua não coincidem com os que a comunidade determina; isso significa assumir que as comunidades de fala também têm o seu conceito de língua e de dialetos, ainda que de maneira inconsciente. Mesmo sem ter um nome específico ou conhecimento explícito, a comunidade de fala é capaz de indicar qual é a língua e quais as variedades e os dialetos. A título de ilustração, vejamos uma situação linguística no Sul de Moçambique, onde as línguas do grupo tsonga, nomeadamente xichangana, xitswa e xironga, são inteligíveis compartilhando a mesma gramática, especialmente o léxico. Nem por isso se pode afirmar que as três línguas constituem um só idioma. Critérios como a árvore genealógica dos falantes (antepassado mais próximo comum), o local de residência ou do grupo étnico, a história da formação da comunidade/etnia e os graus de parentesco são mais importantes para a definição do que é e do que não é língua naquele contexto, mais do que critérios formais de traços fonológicos ou morfossintáticos compartilhados. Uma descrição linguística que ignore estas características, em que o linguista impõe critérios estabelecidos aprioristicamente à descrição de uma variedade de uma comunidade viola automaticamente a autonomia linguística daquela comunidade. Faraco (2008, p. 34) argumenta em favor do que acabamos de citar:

A Sociologia da linguagem desvelou alguns aspectos da alta complexidade envolvida nessa questão do estabelecimento do que é uma língua. Mostrou, por exemplo, que falantes de diferentes comunidades

linguísticas se reconhecem como falantes de uma mesma língua mesmo quando não há entre eles mútua inelegibilidade. Exemplo clássico é o do chinês. Falantes das variedades reunidas sob a designação de mandarim se consideram falantes de chinês tanto quanto os falantes das variedades reunidas sob a designação de cantonês, embora entre eles não haja, em geral, mútua inteligibilidade.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996), no Artigo 7º, defende que “cada língua é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que ela está disponível para o uso individual como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criadora”. Assim, neste texto, entendemos língua como um fenômeno social que se assenta em outros dois pilares: território e povo. A manifestação da língua e os seus sentidos só são possíveis dentro de um território e dentro de um povo (Couto, 2021).

Entendemos a língua como a própria comunicação e não como instrumento porque a língua se manifesta pela e na comunicação. Em algumas sociedades, a identificação do grupo é, ao mesmo tempo, o nome da língua e essa língua carrega elementos socioculturais próprios da comunidade. Por exemplo, em Moçambique, o povo makhuwa é falante da língua emakhuwa, o povo copi é falante da língua cicopi, e o povo makonde é falante da língua shimakonde. Diferentemente deste contexto, o povo português nem sempre é falante do português. Pode ser falante de mirandês, ou ainda da Língua Gestual Portuguesa. O mundo moderno é muito dinâmico e faz com que a língua tenha outros significados, outras referências.

Partimos do princípio sociolinguístico de que não existe uma língua natural em uso que seja estável, fixa, imutável no tempo e no espaço. Por isso, é legítimo que os brasileiros, os angolanos, os moçambicanos, os guineenses, etc., possam manejar a língua de

acordo com os seus interesses para que ela atenda às realidades locais, até porque há realidades culturais e ambientais que são específicas de um determinado espaço geográfico. Um exemplo disso pode ser observado no léxico da alimentação, que recebe forte influência da comunidade. Os tipos de corte de carne bovina no Brasil são denominados de filé mignon, contrafilé, alcatra, picanha, patinho, fraldinha, maminha e filé de costela. Já em Portugal são cachaço, maça do peito, pá, agulha, chambão, prego do peito, entrecôte, lombo, pojadouro, rabadilha, aba delgada e acém comprido. Como se pode ver, trata-se de cortes da carne do mesmo animal, mas cujos nomes variam de variedade para variedade. Cada comunidade possui elementos peculiares que devem ser respeitados. Em uma perspectiva ecolinguística, o ecossistema linguístico integra três pilares básicos: o povo (P), a língua (L) e o território (T). Para ilustrar, Couto (2021, p. 28, grifo do autor) explica que a comunidade de língua iaulapiti “compreende o pequeno grupo de *iaualapis* que vivem no Parque Indígena do Xingu”.

Analisando a *etnotoponímia dos nomes dos distritos das províncias de Gaza e Maputo: uma análise da identidade ecologia*, Timbane (2021) analisa como os nomes de lugares se ligam à cultura e à língua falada por uma comunidade de fala ou nação. As relações entre povo, língua e território são evidentes nos estudos ecolinguísticos, uma vez que carregam elementos identitários de um povo. O nome faz com que algo exista. Antes de ter nome não há existência e o ser humano sempre atribuiu nomes. Essa atribuição não é aleatória ou feita por acaso. Ela resulta de um contexto, de um fenômeno, de uma realidade da sociedade.

De acordo com Freitag e Savedra (2023, p. 16), o plurilinguismo “é o termo para se referir às línguas que fazem parte do repertório linguístico de uma pessoa; é um termo que recobre bilinguismo, e quantas mais línguas que mobilizem a habilidade de serem usadas para tomar parte de uma interação”. O plurilinguismo é um fenômeno “normal” na sociedade moçam-

bicana e jamais constituiu um problema, o que não justifica a oficialização do português apenas. Num grupo étnico é possível observarmos o plurilinguismo, os contatos linguísticos, as interferências ou ainda mobilidades (Freitag; Savedra, 2023). O monolinguismo não faz sentido em sociedades dinâmicas porque conhecer a língua do outro é tomar posse da sua cultura e da visão do mundo do outro.

Nesta perspectiva, a língua é democrática porque tolera falares diferentes, aceita a entrada de novas unidades lexicais (estrangeirismos e empréstimos), de novas construções sintáticas e semânticas até que estas se integrem a depender da intensidade de uso e do interesse dos falantes. De acordo com Nurse e Phillipson (2014, p. 01, grifo dos autores, tradução nossa),

Muitas pessoas na África são **bi** ou **multilíngues**. Normalmente, na África subsaariana, isso pode significar a aquisição de um idioma local primeiro, um idioma de comunicação mais ampla ou um idioma nacional em segundo lugar e um idioma internacional por último. Ou pode significar ser capaz de se comunicar em vários idiomas locais. No passado, o segundo padrão era mais comum do que o primeiro, porque as pessoas normalmente viviam e falavam o idioma de uma área e precisavam se comunicar com as comunidades vizinhas. Hoje as pessoas são mais móveis e mais inclinadas a usar línguas de comunicação mais ampla ou nacionais ou línguas transnacionais e menos aptos ou inclinados a aprender as línguas de seus vizinhos. Embora seja provável que no passado o multilinguismo fosse mais difundido do que hoje, ainda existem muitos milhões de multilíngues na África.

É no pensar de um Moçambique plurilíngue que nos propomos a dissertar sobre as políticas linguísticas de Moçambique face ao multilinguismo. Partimos do fato de que todas as línguas cabem na cultura local e que cada indivíduo sabe onde, quando e como usar uma determinada língua. Fenômenos como *code switching* são frequentes, tal como mostram os estudos de Nhaturve (2023), Lemos (2018), Chimbutane (2015) entre outros.

O objetivo do presente capítulo é apresentar as políticas linguísticas de Moçambique vistas sob o ponto de vista crítico face ao multilinguismo que caracteriza os contextos locais em Moçambique. Com isso, visamos (i) debater as relações entre a língua como meio da manifestação da cultura de um povo; (ii) analisar o lugar das línguas de/em Moçambique olhando para a sua utilização prática; (iii) analisar as interferências linguísticas em letras de músicas moçambicanas e (iv) indicar os desafios em torno do multilinguismo em Moçambique assim como o futuro das mesmas face às políticas linguísticas adotadas.

Para além desta introdução, o capítulo levanta uma discussão sobre a língua de um povo, mostrando como o conceito é complexo buscando apresentá-la como instrumento de manifestação da cultura. Seguidamente, discute-se o lugar das línguas em Moçambique. Toda a língua tem o seu devido lugar de uso a depender das questões da política linguística que se ligam ao planejamento. Em terceiro lugar se levantam debates sobre as línguas autóctones e o seu respectivo lugar em espaços da mídia, especificamente na rádio e na televisão públicas e nas músicas. As quatro músicas selecionadas e analisadas mostram claramente como há uma interferência permanente entre línguas nas letras das músicas moçambicanas cantadas. Finalmente se apontam os desafios do multilinguismo em Moçambique olhando para o que pode ser feito para a revitalização das línguas locais.

2. A língua de um povo: instrumento de manifestação da cultura

A escrita é uma tecnologia recente e ganhou autonomia e poder perante a sociedade. Hoje entendemos a escrita como essencial em momentos mais formais da comunicação. Não existe artigo científico oral, documento de identidade oral, boletim de ocorrência (BO) e nem sentenças orais. O que era do plano oral na antiguidade foi transferido obrigatoriamente para o escrito na maioria das sociedades. Antes do surgimento da escrita, os bantu confiavam na palavra oral. Nesse processo da conversão do oral para o escrito, há realidades intransponíveis de uma modalidade para a outra. A pesquisa de Timbane (2014) oferece exemplos dessa complexidade.

As línguas do grupo bantu, que marcadamente estão presentes em Moçambique, são de tradição oral. Só para ilustrar, a padronização da ortografia só foi possível no século XX: o primeiro Seminário de padronização ocorreu em 1988, o segundo em 1999 e o terceiro seminário em 2008, já com a presença de

cerca de 200 delegados representando diversas sensibilidades linguísticas, com ênfase para professores de educação bilíngue e autores de materiais em uso nas escolas bilíngues, profissionais de comunicação social que trabalham em línguas moçambicanas, representantes de confissões religiosas e de organizações não-governamentais que lidam com a matéria em apreço, linguistas, e outros interessados (Ngunga; Faquir, 2011, p. 05).

Nesse último seminário de padronização ortográfica, foi possível padronizar 11 línguas bantu moçambicanas, evento que conseguiu organizar uma publicação dos resultados das discussões. Estamos falando da obra *Padronização da ortografia*

de línguas moçambicanas: relatório do 3º seminário organizada por Ngunga e Faquir (2011).

Por outro lado, as autoridades do Estado (e também de governos) não avançam de forma contundente no apoio à pesquisa em línguas bantu, às produções literárias nessas línguas e mesmo no avanço legal da educação bilíngue. A *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (UNESCO, 1996), no Artigo 9º, defende que “todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, standardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas”.

Nenhuma das línguas bantu é oficial, contrariando o que a *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* preconiza no Artigo 15º onde se explica que (i) todas as comunidades linguísticas têm direito a que a sua língua seja utilizada como língua oficial dentro do seu território; (ii) todas as comunidades linguísticas têm direito a que as ações judiciais e administrativas, os documentos públicos e privados e as inscrições em registos públicos realizados na língua própria do território sejam válidos e eficazes, e ninguém possa alegar o desconhecimento dessa língua.

O Parágrafo nº 1 do Artigo 10º, da *Constituição da República de Moçambique* (MOÇAMBIQUE, 2004) diz que “Na República de Moçambique, a Língua Portuguesa é a língua oficial”. E no Artigo 9º: “O Estado valoriza as línguas nacionais como patrimônio cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade” numa referência às numerosas LB faladas em Moçambique.

No tocante às línguas não há diferença da política linguística entre a *Constituição da República de Moçambique* (2004) e a *Constituição Federativa do Brasil* (BRASIL, 1988, Art. 13º) “a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”; nem da *Constituição República de Angola* (ANGOLA, 2010, Art. 19º) “1. A língua oficial da República de Angola é o

português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”; nem da *Constituição República de Cabo Verde* (CABO VERDE, 1990, Art. 9º) “1. É língua oficial o Português; 2. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna caboverdiana, em paridade com a língua portuguesa; 3. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las”.

A *Constituição da República Portuguesa* (PORTUGAL, 2005[1974], no Art. 11º) Parágrafo 3º diz que “a língua oficial é o português”. A *Constituição da República Democrática de Timor Leste* (TIMOR LESTE, 2002, Art. 13) determina que “1. O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor Leste. 2. O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado”. Não trouxemos exemplos de São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau porque não há absolutamente nada nas Constituições destas nações sobre as línguas. Das análises dessas Constituições, observa-se a legitimação do português e o distanciamento das línguas autóctones.

A *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (UNESCO, 1996), no seu Artigo 35º, atribui autoridade que

todas as comunidades linguísticas têm direito a decidir qual deve ser o grau de presença da sua língua nos meios de comunicação do seu território, tanto nos locais e tradicionais, como nos de maior difusão e de tecnologia mais avançada, independentemente do sistema de difusão ou de transmissão utilizado.

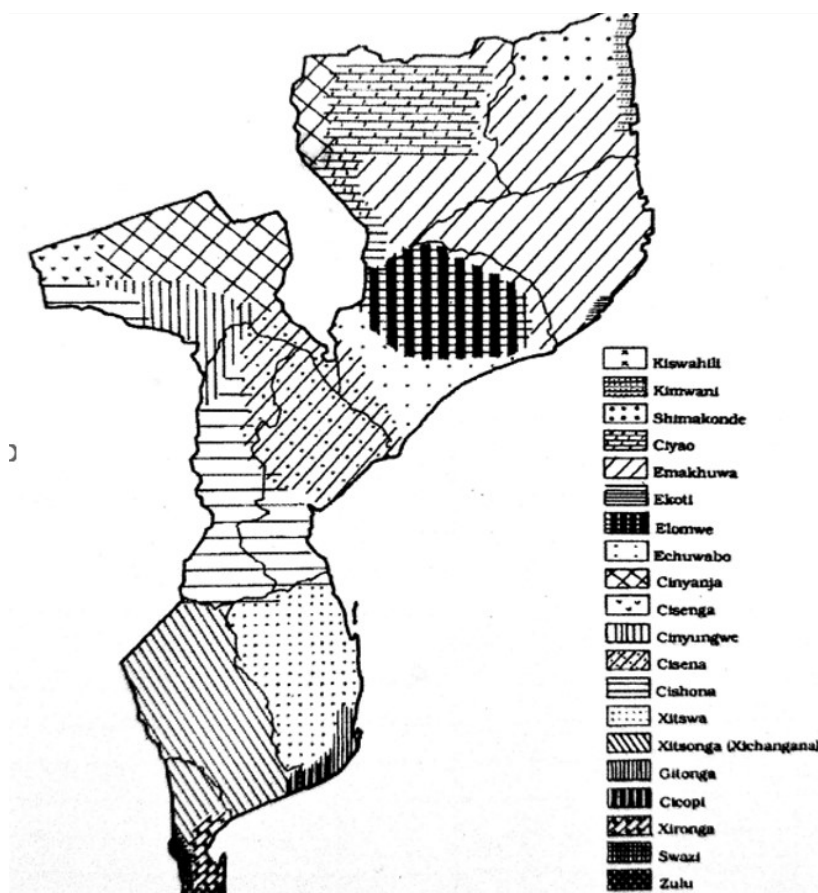
A decisão não consegue se materializar se não houver ação política. Os acadêmicos por si só não bastam, precisam

das ações dos líderes políticos para que esse fim se materialize. Tudo começa pela oficialização das línguas locais, pelo menos nas províncias onde elas ocorrem. Essa proposta é muito bem aplicada em vários países² e tem almejado sucesso. Afirmar a oficialidade de uma língua é **atribuir poderes** para que essa língua entre em ação. Muito antes da colonização portuguesa, os reinos, os impérios e os grupos étnicos africanos sempre fizeram uma política e um planejamento linguísticos. Essa política foi eficiente e por isso muitas línguas africanas ainda resistem ao tempo apesar de políticas coloniais e pós-coloniais que visam apagar rastros das línguas autóctones.

Não se consegue afirmar com exatidão quantas línguas existem em Moçambique, uma vez que os estudos e as descrições ainda estão sendo feitos. O Mapa 1 foi extraído do livro do Professor Armindo Ngunga, intitulado *Introdução à linguística bantu*, obra publicada em 2015. Nesse mapa, o leitor observará que faltam muitas línguas, especialmente as línguas transfronteiriças. As línguas kiswahili, zulu (isizulu) e siswati são línguas oficiais na Tanzânia, na África do Sul e no Eswatini respectivamente, mas também são faladas por populações moçambicanas das zonas fronteiriças.

2 República da África do Sul, República da Zâmbia, República da Tanzânia, República do Quênia, República de Zimbabwe.

Mapa 1: Distribuição geopolítica das línguas em Moçambique



Fonte: Ngunga (2015, p. 55).

Chama a atenção no Mapa 1 o fato de que este não representa todas as línguas de Moçambique. A língua moçambicana de sinais não está representada no mapa, mas ela existe, sofre preconceito, precisa ser respeitada e ensinada. As línguas da Índia também são faladas, especialmente nas grandes cidades, por imigrantes indianos. A língua árabe, também é falada, especialmente na religião muçulmana professada na região Norte de Moçambique. Olhando para o mapa linguístico de Moçambique, observa-se,

ainda, que estão representadas 20 línguas, das quais uma, a língua isiswazi, comumente conhecida como isiswati, é de origem do Reino Swatini, e a outra de origem Zulu comumente conhecida como isizulu é originária da África do Sul. Chama-se atenção ao fato de que não são apenas estas duas línguas de países vizinhos de Moçambique que são faladas neste país. Nas regiões fronteiriças com a República do Zimbábue, a República da Zâmbia, a República do Malawi e com a República da Tanzânia, há dezenas de outros idiomas.

Os limites geopolíticos são diferentes dos limites linguísticos. A partilha da África realizada na Conferência de Berlim em 1884-1885 não respeitou as realidades sociolinguísticas dos povos africanos por isso muitos idiomas falados num país também podem ser encontrados em outros. Por exemplo, o xichangana é falado na África do Sul e no Zimbábue e é língua oficial nesses, em Moçambique não é. A língua cishona é falada em Moçambique sem estatuto de oficialidade, no Zimbábue é oficial. A língua cinyanja é falada em Moçambique, mas é em Malawi e na Zâmbia onde tem maior reconhecimento. As línguas ciyao e cisena são faladas em Moçambique e no Malawi, é no Malawi onde as duas têm o estatuto de oficialidade e de reconhecimento perante o Estado. A língua kiswahili é falada em Moçambique e na Tanzânia, é na Tanzânia onde ela é oficial. Esta língua é falada em vários países: Tanzânia, Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi, *República Democrática do Congo* (RDC), Sudão do Sul, Somália, Moçambique, Malawi, Zâmbia, Comores e até Omã e Iêmen no Oriente Médio. É língua de trabalho na União Africana e na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). A África do Sul, a Namíbia e o Botsuana introduziram-no nas escolas. Como se pode observar nos exemplos apresentados, não se trata de incapacidade linguística. Moçambique não oficializa as línguas autóctones por ausência de descrição técnico-científica dessas línguas, o que leva à ausência de políticas linguísticas inclusivas, além de incitar preconceito com as línguas locais. Trata-se de uma incapacidade intelectual

dos líderes políticos que não conseguem observar os melhores exemplos de políticas linguísticas na África.

O estudo *La guerre des langues et les politiques linguistiques*, de Calvet (1999), leva-nos a concluir que os problemas que Moçambique apresenta ocorrem em alguma medida por toda a África. Calvet (1999) diz que a escolha das línguas europeias como oficiais e de prestígio provocou a instalação de ideologias que desvalorizam as línguas africanas, o que é negativo porque não existe uma língua superior à outra. Calvet (2007) mostra que poucos países africanos ousaram oficializar as línguas autóctones e isso terá consequências em médio e curto espaço de tempo. Concordamos com o fato de que “as políticas linguísticas estão em ação em todo o mundo, sempre acompanhando movimentos políticos e sociais, e a mudança linguística vem reforçar a emergência de nações e sua coesão ou, ao contrário, a divisão de alguns países em novas entidades políticas” (Calvet, 2007, p. 157). Concordamos com Severo e Makoni (2015, p. 71) quando afirmam que

a política linguística em Moçambique, e em grande parte dos países africanos, está fundamentada em um modelo europeu que considera as línguas como unidades separadas, contáveis e hierarquizáveis, mesmo quando essa política se pretende bilíngue ou multilíngue. Tal visão é intensificada pela ideologia dos censos, que perpetua a ideia de que as línguas são categorias isoláveis e relacionáveis a etnia e raça, reforçando rotulações coloniais.

Quando se insiste na oficialização das línguas africanas é que sabemos do poder que as línguas têm nas sociedades bantu. As línguas carregam a cultura de um povo. Por isso há elementos intraduzíveis, mas interpretáveis. Por exemplo, uma cerimônia de evocação aos antepassados só faz sentido se for feita na língua local. No discurso da evocação há códigos, “os não ditos”, intra-

duzíveis que podem ser interpretados naquele contexto. Numa cerimônia de casamento tradicional, os discursos produzidos pelos participantes carregam significados naquela língua e etnia. Os provérbios utilizados nas línguas bantu estão intimamente ligados à cultura local também, porque as imagens produzidas nas sentenças são compreendidas por aqueles que interpretam aquela realidade. A cultura, de acordo com Kramsch (2014), não é uma realidade institucional fixa e estável à qual os indivíduos pertencem em virtude de nela terem sido socializados e que preexiste ao indivíduo. Ela é, antes, um processo de uso da linguagem integrado a outros sistemas semióticos, como ritual, dança, música, roupas, gestos, postura, modos de andar e de falar.

3. O lugar das línguas em Moçambique: questões da política linguística

Em Moçambique se observa dois lugares ocupados pelas línguas. O primeiro lugar é o de privilégio, que é ocupado pela língua portuguesa, e o segundo lugar é o de desprestígio, ocupado pelas línguas bantu. O Artigo 20º da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (UNESCO, 1996) dispõe que todos têm direito a utilizar oralmente e por escrito, nos Tribunais de Justiça, a língua historicamente falada no território onde estão situados. Os tribunais devem utilizar a língua própria do território nas suas ações internas e se, por força da organização judicial do Estado, o procedimento prosseguir fora do lugar de origem, deverá manter-se a utilização da língua de origem. Daí decorre que todos têm direito a serem julgados numa língua que sejam capazes de compreender e possam falar, ou a obterem gratuitamente um intérprete. Subscrevemos aos argumentos de Severo e Makoni (2015, p. 71) quando afirmam que

o uso das línguas africanas em Moçambique é intenso, tipicamente restrito a contextos privados, locais ou às práticas

cotidianas. As línguas africanas também assumiram novos significados sociais e políticos após a independência, tornando-se signos tanto de identidades tradicionais ou locais/étnicas, como de identidades africanas nacionais.

O lugar das línguas em Moçambique é apresentado no Quadro 1, que ilustra a evolução percentual das línguas bantu e do português desde 1980, ano do primeiro recenseamento populacional, até 2017, ano do último recenseamento. Vejamos o que os dados do Instituto Nacional de Estatística nos mostram:

Quadro 1: Situação percentual das línguas em Moçambique

Estatuto da língua	% falantes em 1980	% falantes em 1997	% falantes em 2007	% falantes em 2017
Português como L2	24,4	39	50,3	60,3
Português como L1	1,2	6,5	10,7	16,5
Línguas bantu como L1	98,8	93,5	89,3	81,2

Fonte: Timbane e Andrade (2019).

Os dados mostram que há um exponencial aumento de falantes de português como segunda língua. Isso se justifica pelo fato de o português ser língua oficial, consequentemente língua do ensino, da justiça, do funcionalismo público e das relações internacionais. Esse planejamento linguístico acelera a expansão da língua, especialmente nas zonas urbanas e suburbanas, que recebem a pressão social da oficialidade linguística. De 1980 a 2017, houve um aumento de 35,9% de falantes de português como segunda língua. Esse dado é muito considerável, o que mostra a eficiência da política linguística da expansão do português em Moçambique. Enquanto as pessoas forem segredadas pelo fraco domínio do português e houver discriminação no mercado de emprego devido ao desconhecimento do português, os cidadãos vão se esforçar em aprendê-

-lo para que possam usufruir das benesses do mundo urbano e globalizado.

Com relação aos falantes de português como língua materna, observa-se um aumento de 1,2% em 1980 para 16,5% em 2017. Esse percentual é próprio das zonas urbanas e suburbanas, por conta do deslocamento de pessoas da zona rural para a cidade em decorrência da Guerra Civil que durou 16 anos. As crianças nascidas nas cidades já aprendem português, até porque os pais preferem que os filhos aprendam português para que possam ter sucesso na escola e na busca pelo futuro emprego. Essa atitude aparentemente voluntária por parte da população é, na verdade, resultado de pressões políticas e econômicas. Em muitos momentos, esses pais conhecem alguma língua bantu, mas preferem não ensiná-la aos filhos. De acordo com Firmino (2021, p. 176),

A expansão da língua portuguesa conduz não só ao aumento dos seus falantes como também a diversificação dos seus usos, ao mesmo tempo em que é socialmente apropriada, principalmente nos centros urbanos, como se pode notar no surgimento de um segmento populacional que a usa como principal meio de comunicação em todas as suas interações, incluindo no meio caseiro ou familiar [...] a apropriação social da língua portuguesa conduz a sua nativização, quer por simbolicamente passar a ser uma nova entidade quer pela incorporação de novos traços linguísticos, que a vão peculiarizando.

Contrariamente à tendência do português, o número de falantes das línguas bantu tende a reduzir, passando de 98,8% de falantes como língua materna em 1980 para 81,2% em 2017. Esse dado mostra que o lugar das línguas bantu está sendo rechaçado devido ao prestígio atribuído ao português. As pessoas passam a não dar valor às línguas bantu, favorecendo assim à língua oficial,

a LP. É importante destacar que o Estado tem um papel importante no destino de uma língua numa determinada sociedade. Se as línguas bantu tivessem o estatuto de oficialidade, não estariam na situação apresentada pelo Quadro 1. A ideia de que as línguas bantu são incapazes de ser usadas na ciência é uma falácia, pois nenhuma língua foi criada para atender à ciência. Todas as línguas usadas no campo científico se adaptaram ao longo do tempo. De forma geral, todas as línguas se adaptam de acordo com as necessidades dos seus falantes. Se houvesse vontade política para tal, seria possível que estas línguas crescessem assumindo os devidos lugares preferidos pelas ciências.

Quantas vezes vemos palavras do latim no português? Por acaso, alguém conhece os animais *Bos taurus*, *Sus scrofa*, *Orictolagus cuniculus*, *Ovis Áries* ou ainda *Hylocartis cyanus*? Esses são os nomes científicos de boi/vaca, porco/a, coelho, carneiro e beija-flor, respectivamente. Por acaso alguém conhece as plantas: *Cucumis sativus*, *Allium cepa*, *Brassica oleracea*, *Citrus reticulata*, *Zea mays* e *Citrullus lanatus*? Correspondem aos nomes de pepino, cebola, couve-flor, tangerina, milho e melancia, respectivamente.

Nenhuma língua está pronta para atender à ciência e ao avanço da cultura e das tradições. Não é por acaso que a língua permite a entrada de novas unidades lexicais para que estas se ajustem às realidades da contemporaneidade da língua. Logo, não era de se esperar que as línguas bantu moçambicanas fossem capazes de designar realidades complexas do mundo ocidental da ciência. Elas podem se adaptar às realidades, tal como o inglês o fez com perfeição. Fica claro que ninguém virá do estrangeiro para promover as línguas moçambicanas: a promoção deve partir obviamente dos próprios usuários. A autoestima deverá provir da comunidade de fala.

O português em/de Moçambique ocupa um lugar especial e de privilégio porque (i) é considerado uma língua de unidade nacional devido à diversidade linguística; (ii) é uma língua que permite

comunicação entre todos os moçambicanos alfabetizados e/ou vivendo em zonas urbanas; (iii) é língua de contato com o mundo lusófono e (iv) é língua de trabalho e de educação. Essas qualidades, no entanto, não tornam o português uma língua superior às línguas bantu e à língua moçambicana de sinais (LMS). O número crescente de cidadãos alfabetizados (a maioria jovens) favorece a mistura e o contato de línguas, providenciando em muitos casos mudanças linguísticas por meio do processo de empréstimos (Timbane, 2011). Uma das características comuns das línguas é a capacidade de evoluir (perda ou ganho de certos traços linguísticos) ao longo do tempo, fato que não é mau, errado, feio, mas sim um destino normal de todas as línguas vivas. São transformações que aparecem de forma discreta, quase imperceptíveis, e que mais tarde se generalizam em toda a comunidade linguística formando variedades e variantes linguísticas.

O português, na sua variedade padrão ocupa o lugar de opressor (Timbane; Rezende, 2016), porque pune, reprime, exclui uma vez que é obrigatório em contextos formais. O desconhecimento da norma padrão provoca exclusão e preconceito linguístico fazendo com que os cidadãos não consigam ter acesso às informações públicas ou ter atendimento justo nos hospitais, ou ainda usufruir plenamente dos seus direitos cívicos e de cidadania. A ausência de intérpretes nos hospitais, nas delegacias de polícia, nos tribunais, nas instituições públicas (ministérios, secretarias, departamentos) impedem a participação ativa de quem não fala português. Os alunos reprovam e repetem de ano porque não atingiram nota suficiente em língua portuguesa, pois ela é uma disciplina básica. Para além da prova escrita, as escolas exigem a prova oral como se houvesse um modelo de pronúncia da língua portuguesa. Na lusofonia jamais se teve uma reunião de Acordo da Fala. Seria um exagero incabível pensar num acordo da fala porque a língua falada aponta para o futuro, permite a variação, o que está previsto no sistema linguístico. De acordo com Firmino (2021, p. 173), o

ensino e aprendizagem são afectados pelo o facto de se assumir que em Moçambique a norma europeia do português serve como padrão-orientador, sendo a norma que se espera, pelo menos, oficiosamente, que seja dominada pelos moçambicanos e supostamente difundida pelos meios escolares.

Como pudemos observar, a língua portuguesa continua sendo a língua privilegiada pela Constituição e ocupa todos os espaços mais ativos da vida urbana. É a língua da educação formal, da atuação política, para além de ser utilizada para a produção das leis. A Constituição já foi traduzida de português para as línguas chagana e emakhuwa, duas das principais línguas mais faladas em Moçambique.

4. As línguas autóctones têm lugar em alguns espaços da mídia: rádio e televisão públicos e na música

A Rádio Moçambique foi criada a 2 de outubro de 1975, através do Decreto-Lei nº 16/75, como organismo do Estado. Ao abrigo do Decreto nº 18/1994, de 16 de junho de 1994, a Rádio Moçambique viria a ser transformada em empresa pública. A sua missão é de proporcionar um serviço público de radiodifusão que garanta ao cidadão o direito de se informar e ser informado, sem discriminação, além de contribuir para a promoção do progresso social, político e cultural dos moçambicanos, visando ao reforço da unidade e da identidade nacionais.

A implementação de uma rádio pública é um desafio muito grande porque o país tem uma ampla diversidade linguística. Felizmente foram tomadas decisões importantes ao criar uma Emissão Nacional que usa a língua portuguesa e Emissões Inter-provinciais que usam as línguas locais. Esta foi uma subpolítica linguística positiva porque as rádios locais atendem às realidades

sociolinguísticas específicas, proporcionando uma comunicação nas línguas autóctones.

A Rádio Moçambique tem realizado um trabalho intenso na formação dos seus funcionários em línguas locais, para além de investir no apoio para que os especialistas nestas línguas possam participar. Assim as notícias, as reportagens e as músicas chegam ao destinatário na língua local. Hoje, a Rádio Moçambique transmite em 19 línguas, por meio das suas emissoras provinciais, atuando de forma que nenhum moçambicano seja excluído da informação e de entretenimento. As rádios comunitárias privadas têm privilegiado as línguas bantu nas suas respectivas cidades e distritos, o que é de suma importância para a manutenção das línguas bantu. Esta atitude é importante porque alcança um público que não conhece a LP. Como se sabe, a maior parte da população moçambicana localiza-se na zona rural e usa uma ou várias línguas. A Televisão de Moçambique transmite os seus programas em língua portuguesa. Os filmes e as novelas aparecem com legendas ou com dublagem de voz em português brasileiro. As notícias (telejornais e entrevistas) também são transmitidas em português. A indústria da tradução e da interpretação ainda é fraca ou quase inexistente se comparada com a do Brasil.

Há projetos que visam oferecer notícias em línguas locais de segunda a sexta das 17h às 18h. Há que realçar a relevância da TV Surda Moçambique,³ uma TV que atinge a população surda. Em entrevista à *Revista Njinga & Sepé*, o diretor da TV afirma que a TV Surde é um ganho importante para Moçambique, especialmente para a comunidade surda que pelo menos consegue acompanhar as informações essenciais do país. A TV funciona com apoio de organizações não governamentais e não recebe nenhum apoio do Governo nem do Estado (Turé; Timbane, 2021).

3 Disponível em: < <https://www.youtube.com/channel/UCzJOitovozsX1RUJkiUuWJQ> >. Acesso em: 14 jul. 2023.

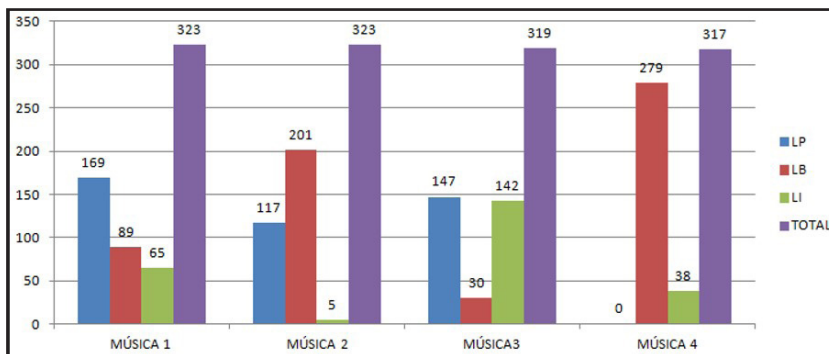
Na cultura, as músicas são cantadas em qualquer uma das línguas disponíveis. Observa--se que, por vezes, uma só música pode ter de duas a três línguas locais. Sendo assim, em Moçambique observa-se uma desvalorização das línguas autóctones em favor da língua oficial.

Um levantamento aleatório de músicas produzidas por um conjunto de artistas moçambicanos,⁴ possibilita verificar um estilo de letras musicais que misturam várias línguas, dentre nacionais e estrangeiras. Ao observar as letras de quatro cantores, se observa que elas têm palavras das línguas bantu (xirhonga e xichangana), do português, do inglês e das outras línguas. A primeira música é dos músicos moçambicanos Mr. Bow e MC Roger, a segunda cantada pelo músico moçambicano Ziqo, a terceira cantada pela moçambicana Anita Macuácuca e a quarta cantada pela moçambicana Lizha James.

Ao ler as letras das músicas, convidamos o leitor a prestar atenção nas línguas inglesa e portuguesa em meio a palavras das línguas bantu. O corpus em análise é composto por 1.282 unidades lexicais sendo 323 para a música I, 323 para a música II, 319 para a música III e 317 para a música IV. As letras das músicas, incluindo os links dos vídeos estão em Anexo deste capítulo.

4 Cantor: MC Roger part. Mr. Bow; Título: Casamento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bwx0ZR1oZLo>
 Cantor: Ziqo; Título: Maboazuda. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wHirtS7mUrQ>
 Cantora: Anita Macuacua; Título: I Love You. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XeGQS6tknCY>
 Cantora: Lizha James; Título: Nakufeva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Uy1GD14Kk_M

Gráfico 1: Distribuição de unidades lexicais nas letras das músicas



Legenda: LP=Língua Portuguesa LB=Língua bantu LI=Língua Inglesa
Fonte: Dados da pesquisa.

O que se observa nas análises das músicas selecionadas é o que Ngunga (2012) designa por “interferências linguísticas”. Esse fenômeno ocorre por diversas razões: (i) por questões de estilo; (ii) pelo conhecimento deficiente da língua e (iii) por necessidade de marcar a identidade de pertencimento a um determinado grupo social específico. Timbane (2011) argumenta que os empréstimos podem ser “necessários” ou “de luxo”. Observando as letras das músicas, se observa que elas foram criadas para serem cantadas em xichangana ou xirhonga.

Os falantes destas duas línguas não precisam de tradutor para compreender as palavras. Mas, dentro das letras das músicas, houve interferências do inglês e do português. Em muitos momentos, a presença de palavras de línguas estrangeiras visa mostrar a modernidade e que a música se conecta com o internacionalismo. Moçambique faz fronteira com muitos países anglófonos e para o autor da letra da música é importante chamar atenção dos cidadãos de países vizinhos por meio de algumas palavras da língua deles.

A presença de palavras do português visa demarcar o poder deste perante a comunicação com o país e com o mundo. Trata-se

da língua oficial, falada em parte pelo país. Para os autores das letras das músicas, seria importante demarcar a presença da língua portuguesa para que todos os moçambicanos se sintam donos da música. Os autores estão cientes de que nem todos ouvintes poderão entender a letra da música, mas insistem na aproximação com públicos falantes de diferentes línguas. Observa--se aqui uma tentativa de atender a todos públicos, incluindo o internacional. Não é por acaso que há palavras e frases em inglês, quem não as souber vai consulta-las. A pessoa que escuta a música sem conhecer palavras de outras línguas fica limitada para compreender o significado. Mas isso não importa para o artista, ele pretende chamar atenção aos seus imaginários públicos.

Os resultados do Gráfico 1 sugerem que as músicas são feitas para um público falante de uma língua bantu porque há ocorrências significativas em palavras de línguas bantu. Em média, as línguas locais tiveram maior valorização comparativamente às restantes línguas. O português aparece em segundo lugar. O inglês coroa a internacionalização linguística, sua presença reforça a ideia de que esta língua é a porta de entrada para o mundo globalizado. A presença deste multilinguismo jamais causou problema no seio dos moçambicanos ouvintes destas músicas, trata-se de um estilo de letra musical apreciado.

Diante dos dados apresentados, concluiu-se que a língua local carrega maior responsabilidade na escrita das letras das músicas. A língua local aparece por razões de identidade porque os cantores também são falantes dessa língua como sua primeira língua. Aqui, observa-se uma tentativa de mostrar o pertencimento linguístico. Com relação ao português, o autor da letra pretende mostrar que, apesar de ser falante de uma língua bantu, é conhecedor da língua oficial, a língua do Estado. A essa língua do Sul de Moçambique, o autor procura se comunicar com a região Centro e Norte para que os ouvintes e os seguidores possam compreender algumas palavras. Já com relação à língua inglesa, os autores pretendem se

comunicar com o mundo, uma vez que Moçambique faz fronteira com seis países anglófonos. A ideia é de estabelecer aproximação com esse público internacional.

Considerações finais

A questão do multilinguismo em Moçambique jamais constituiu um problema antes da colonização. Cada etnia sabia qual língua deveria usar em cada contexto ou situação de comunicação. Os moçambicanos precisam se impor decidindo o lugar das línguas locais. Nieto (2010, p. 114) mostra que

às vezes, o bilinguismo é altamente valorizado. Este é geralmente o caso daqueles que são educados formalmente e têm status e poder na sociedade. Em outras ocasiões, o bilinguismo é visto como um sinal de baixo status. Isso geralmente acontece com aqueles que são pobres e impotentes em sua sociedade, mesmo que falem várias línguas.

É desafio do multilinguismo em Moçambique o respeito ao Artigo 26º da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (UNESCO, 1996), que diz que

todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita a todos os seus membros adquirirem o perfeito conhecimento da sua própria língua, com as diversas capacidades relativas a todos os domínios de uso das línguas habituais, bem como o melhor conhecimento possível de qualquer outra língua que desejem aprender.

Neste momento, o maior desafio é incluir todas as línguas bantu na Constituição da República. O Artigo 48º da *Declaração*

Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996) diz que “No território da comunidade linguística, todos têm o direito de usar a sua língua, com plena validade jurídica, nas transacções económicas de qualquer tipo, como por exemplo, a compra--venda de bens e serviços, as operações bancárias, os seguros, os contratos de trabalho e outros”. A promoção do ensino bilíngue em Moçambique é ainda uma tarefa árdua. O país poderia estar à frente em políticas de educação bilíngue se houvesse por parte de líderes políticos uma vontade para que isso aconteça. Sobre a educação bilíngue, é importante destacar que

O campo da educação multicultural demorou a abraçar a diversidade como foco central de seu trabalho e, até recentemente, a maioria das conceituações de educação multicultural não considerava a importância da linguagem no ensino e na aprendizagem. Isso mudou nas últimas duas décadas, especialmente porque as crescentes populações de imigrantes e refugiados nos Estados Unidos tornam mais aparente do que nunca que a diversidade linguística é um componente vital de uma compreensão geral da diversidade (Nieto, 2010, p. 112).

Como dissemos, o multilinguismo nunca foi um problema em Moçambique. As línguas conseguem conviver num mesmo espaço sem nenhum conflito. Os povos falantes de xirhonga e xichangana estão geograficamente perto uns dos outros. Cada um consegue identificar a sua língua, cada um conhece o valor da sua língua e onde essa língua deve ser usada. Jamais houve conflitos linguísticos que provocassem guerras ou mal-estar em Moçambique. Elas se complementam e desempenham cada uma um papel importante para a consolidação dos grupos étnicos.

Moçambique precisa preservar as suas línguas. Cada moçambicano deve assumir uma responsabilidade com relação a sua

língua. Todas as línguas poderiam ser oficializadas. Essa medida permitirá que os usuários falem com maior liberdade. É importante que sejam ensinadas nas escolas e que haja estudos e pesquisas que descrevam e produzam gramáticas impressas sobre essas línguas. É importante que se produzam dicionários que acompanham esse planejamento linguístico. O preconceito linguístico com relação às línguas bantu ainda é grande e é necessário que se estabeleçam políticas para a consolidação das mesmas. Por exemplo, há estudos que mostram que os pais preferem que seus filhos aprendam inglês ou francês a uma língua bantu. A mudança passa pela sensibilização da população. Nos concursos públicos, seria importante que fosse exigido o domínio de alguma língua bantu para assumir determinadas funções. Como um atendente, um médico ou um policial pode atender a comunidade sem conhecer a língua local?

O Estado e o Governo de Moçambique devem estabelecer caminhos para uma formação permanente de professores de línguas bantu em todos os níveis de ensino. Há que se fomentar — por meio de investimentos — a produção de materiais de ensino, assim como o incentivo à literatura em línguas locais. Os estudos de Rodrigues, Luz e Timbane (2023) mostram que isso é possível desde que haja vontade política. Em Cabo Verde, por exemplo, a língua kabuverdiana ainda não é oficial, mas ela é língua de ensino e tem uma produção literária considerável. Isso precisa de ser incentivando pelo Estado e pelos Governos como políticas ativas e não dependentes de governos que vem e vão.

Referências

ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

CABO VERDE. *República de Cabo Verde*. Praia: Assembleia da República, 1990.

CALVET, Louis-Jean. *La guerre des langues et les politique linguistiques*. Paris: Hachette, 1999.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

CHIMBUTANE, Feliciano. O uso da L1 dos alunos como recurso no processo de ensino e aprendizagem de/em Português/L2: o contexto de Ensino Bilíngue em Moçambique. *Rev. cient. UEM: Sér. ciênc. soc.*, vol. 1, nº 1, p. 7-23, 2015.

COUTO, Hildo Honório do. *A linguagem rural da região de Major Porto, Município de Patos de Minas (MG): Uma visão linguístico-ecossistêmica*. Campinas-SP: Editora Pontes, 2021.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileiras: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FIRMINO, Gregório D. Ascensão de uma norma endógena do português em Moçambique: desafios e perspectivas. *Revista Gragoatá*, Niterói, vol.26, nº54, p. 163-192, 2021.

FREITAG, Raquel M. Ko.; SAVEDRA, Mô. M. G. (org.). *Mobilidades e contatos linguísticos no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2023.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África?* Entrevista com René Holenstein. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KRAMSCH, Claire. Language and Culture. *AILA Review*, vol. 27, p. 30–55, 2014.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LEMONS, Amélia Francisco Filipe da C. Língua e cultura em contexto multilíngue: um olhar sobre o sistema educativo em Moçambique. *Educar em Revista*, Curitiba, vol. 34, nº 69, p. 17-32, maio/jun. 2018.

LEROY, Maurice. *As grandes correntes da linguística moderna*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Assembleia da República, 2004.

MONTE, Domingas. *A canção kongo e ovimbundu: tradições e identidades*. Luanda: INICC/Ministério da Cultura, 2019.

NGUNGA, Armindo. Interferências de Línguas Moçambicanas em Português falado em Moçambique. *Revista Científica UEM*, Ser: Letras e Ciências Sociais, Maputo, Vol. 1, Nº0, p. 7-20, 2012.

NGUNGA, Armindo. *Introdução á linguística bantu*. Maputo: Imprensa universitária, 2015.

NGUNGA, Armindo; FAQUIR, Osvaldo. *Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*: Relatório do III Seminário. Coleção “as nossas línguas IV”. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA) – UEM, 2011.

NHATUVE, Diocleciano. Code-switching e code-mixing no uso das línguas bantu em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol. 3, nº 2, p. 358-379, jul./dez. 2023.

NIETO, Sonia. *Language, culture, and teaching: critical perspectives for a new century*. New York: Taylor & Francis e-Library/Routledge, 2010.

NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard (eds.). *The bantu languages*. London/New York: Routledge, 2014.

PORTUGAL. *Constituição da República Portuguesa*: VII revisão constitucional. Lisboa: Assembleia da República, 2005[1974].

RODRIGUES, Luís F. M.; LUZ, Hilarino C. R. da.; TIMBANE, Alexandre A. *O cabo-verdiano e o português em convivência*: descrição, ensino, literatura e cultura. Belém: Home, 2023.

SAJID, Saleem. *The study of linguistics*. Nimbus Publications, s.d.

SEVERO, Cristine G.; MAKONI, Sifree. *Políticas linguísticas Brasil-África*: por uma perspectiva crítica. Florianópolis: Insular, 2015.

TIMBANE, Alexandre António. Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, vol. 54, nº 2, p. 289-306, 2011.

TIMBANE, Alexandre António. A complexidade da conversão do oral para o escrito no interrogatório policial em Moçambique - estudo de caso. *E-scrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU*, Nilópolis, vol.5, nº 3, p.1-17, set.-dez. 2014.

TIMBANE, Alexandre António. A linguística forense: um desafio para a investigação criminal no século XXI. *Revista Científica do ISCTAC*, vol. 2, nº 7, ano II, p. 40-52, jan./mar. 2016.

TIMBANE, Alexandre António. A etnotoponímia dos nomes dos distritos das províncias de Gaza e Maputo: uma análise da identidade ecolinguística. In: SOLEDADE, Juliana; NETO, Natival Almeida Simões (org.). *Nomes próprios: abordagens linguísticas*. Salvador: Ed. UFBA, 2021, p. 297-320.

TIMBANE, Alexandre António. Reflexões sobre o contato linguístico nos PALOP e a internacionalização da língua portuguesa na África. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães (org.). *Mobilidades e contatos linguísticos no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2023, p. 241-254.

TIMBANE, Alexandre António; ANDRADE, Cardoso. As variedades do português na lusofonia: o português moçambicano. In: JORGE, Wellington Júnior (org.). *Novos olhares para a linguística e literatura*. Maringá: Uniedusul, 2019, p. 5-18.

TIMBANE, Alexandre António; REZENDE, Meire Cristina Mendonça. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Revista Travessias*, vol. 10, nº 3, p. 388-408, 2016.

TIMOR LESTE. *Constituição da República Democrática de Timor Leste*. A Assembleia Constituinte, reunida na Sessão plenária de 22 de março de 2002.

TURÉ, Mariama; TIMBANE, Alexandre António. A concepção, o tratamento e divulgação de notícias para a comunidade surda na TV Surdo Moçambique: entrevista. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol. 1, nº Especial, p. 382-384, dez. 2021.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona: UNESCO, 1996.

MúsicasCantor: MC Roger part. Mr. Bow ; Título: Casamento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bwx0ZR1oZLo> Acesso em: 11 jul. 2023.

Cantor: Ziqo; Título: Maboazuda. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wHirtS7mUrQ> Acesso em: 11 jul. 2023.

Cantora: Anita Macuacua; Título: I Love You. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XeGQS6tknCY>. Acesso em: 11 jul. 2023.

Cantora: Lizha James; Título: Nakufeva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Uy1GD14Kk_M Acesso em: 11 jul. 2023.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E GUINÉ-BISSAU: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS SOCIOLINGÜÍSTICAS

Gabryella Fraga de Oliveira
(UFPE- PPGL)

1. Considerações iniciais

No continente africano, o português convive com várias línguas africanas, resultando em um intenso contexto de multilinguismo. Recentes investigações linguísticas apontam para o fato de que a norma urbana culta nos países africanos é muito próxima à norma padrão do português europeu (PE) (cf. Brandão; Vieira, 2012; Gonçalves, 2000; Mota; Miguel; Mendes, 2012). Além disso, a maior ou menor utilização de outra língua favorece, respectivamente, uma maior ou menor proximidade com a variedade europeia do português, língua oficial em alguns países africanos. Diante disso e baseando-nos nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008[1972]), no processo de aquisição do português como L2 e/ou LE e o conceito de contato linguístico, este trabalho aborda algumas similaridades e diferenças sociolinguísticas entre São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, fazendo, pois, uma análise sociolinguística, buscando destacar as particularidades linguísticas e as variáveis sociais que moldam a comunicação em ambas as nações, ressaltando o papel crucial da

linguagem na construção da identidade cultural e na coesão social. Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe são nações lusófonas localizadas na África Ocidental, que compartilham a língua portuguesa como idioma oficial. No entanto, a diversidade cultural e histórica de cada país influencia a forma como a língua é utilizada, bem como as diferentes línguas nativas presentes. Em nossa análise, identificamos que, embora os dois países vivam em contextos multilíngues decorrentes de uma colonização semelhante, há grandes diferenças no trato com a língua oficial, a língua portuguesa. Essas diferenças resultam de alguns fatores, como contato com outras línguas, escolarização e democratização do ensino e a identidade cultural que é dada a algumas línguas nativas.

Sabemos que, historicamente, uma língua de contato é o resultado de uma situação linguística caracterizada pela presença no mesmo espaço de muitas línguas distintas, conforme afirma Thomason (2001). Essa realidade foi e é ainda hoje representada no continente africano. Os habitantes desse continente não viviam isolados, mesmo antes da chegada dos europeus, eles interagiam entre si por várias razões: sociais, econômicas, políticas e culturais, ou ainda, quando precisavam migrar para novas regiões. Ao contrário do que podemos pensar, antes mesmo da colonização, já existia uma enorme variedade linguística. Havia mais de 2 mil línguas e esse fato não era um impedimento na comunicação, pois os habitantes estavam acostumados com as línguas de seus vizinhos e com as relações comerciais.

Em São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau o português é a língua oficial, sendo essa adotada como parte do legado colonial de Portugal. Em alguns países africanos, o português é secundarizado e convive com diversas outras línguas, mesmo gozando do status de língua oficial nestes países. São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau são dois países que exemplificam diferentes pontos desse complexo multilinguismo, pois, enquanto o português é falado de forma mais frequente nas ilhas de São Tomé e Príncipe, a língua

que predomina em Guiné-Bissau é o crioulo guineense. Segundo Hagemeyer (2009, p. 19-20), São Tomé e Príncipe é o “único país da África de língua portuguesa onde a maioria da população tem actualmente o Português como primeira língua, havendo assim condição para a emergência de uma nova variedade”.

Conforme Duarte (2006), somente no século XIX é que se instaura o ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau, o que acaba conferindo ao crioulo guineense uma estrutura mais estabilizada em relação ao português e o faz ser mais frequentemente utilizado nos mais diversos contextos comunicativos. O nível de escolaridade do falante também é um fator determinante nesse contexto de multilinguismo. De acordo a análise de Brandão e Vieira (2012), no que diz respeito ao domínio da concordância verbal e nominal na fala de santomenses, os falantes com nível superior de escolaridade e que fazem menos uso da variedade do crioulo de São Tomé e Príncipe (o santomé) apresentam uma maior tendência a reproduzir uma concordância mais afinada com o português europeu.

Embora com algumas similaridades linguísticas, as particularidades socioculturais e históricas de cada país desempenham um papel significativo na diversidade linguística e nas práticas comunicativas presentes em suas sociedades. Este estudo analisa algumas similaridades e diferenças sociolinguísticas entre São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, destacando como os fatores sociais moldam o uso da língua e influenciam a construção da identidade cultural.

Visando ao desenvolvimento deste estudo e para que essa análise seja possibilitada, faremos uma revisão bibliográfica de alguns estudos sociolinguísticos que abordem as variantes do português guineense e santomense e tomaremos como objeto de estudo o contraste entre as similaridades e as diferenças presentes nessas variantes. Para tanto, o capítulo encontra-se assim estruturado: inicialmente, discorreremos sobre a situação sociolinguística

de São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, posteriormente abordaremos a teoria e a metodologia que embasam esse estudo para, por fim, analisarmos as similaridades e as diferenças e apresentarmos as considerações finais.

2. Contexto sociolinguístico em São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é um país insular com uma história de colonização portuguesa e influências culturais africanas. O povoamento de São Tomé e Príncipe aconteceu por volta de 1493, mas foi a partir de 1520 que escravos de vários países da África foram trazidos para trabalhar na cultura da cana-de-açúcar. Nesse contexto, é fato que, em termos numéricos, os africanos superavam os colonizadores. Por esses motivos, a fase de colonização permitiu um contato intenso entre portugueses e escravos mediante a urgência da comunicação entre eles. Segundo Hagemeyer (2009), fruto do contato desses escravos com os senhores portugueses surgiu um pidgin, que, por sua vez, deu lugar a línguas crioulas cujo léxico foi “formado principalmente pela língua do ex-colonizador e uma gramática constituída pela reestruturação de traços das várias línguas faladas nas regiões onde surgiram” (Petter, 2015, p. 211). Nesse sentido, para a formação dos crioulos nas ilhas de São Tomé e Príncipe, o português atua como língua de superstrato, ou seja, aquela que “dá” o léxico e, portanto, são considerados crioulos de base lexical portuguesa (ex: santomé ou forro; lung’ie ou principense; angolares ou ngolares) e as línguas nativas atuam como línguas de substrato, ou seja, “línguas que estiveram em contato com o Português [por exemplo] na fase de formação dos crioulos” (Pereira, 2007, p. 49). No caso do santomé, a língua de substrato é o edo, língua do tronco Nígero-congolês da família benue-congo (Hagemeyer, 2009).

O português é a língua oficial, sendo amplamente utilizado no governo, na educação e nos meios de comunicação. No entanto,

o país também abriga uma variedade de línguas crioulas, como o forro e o angolar, que são faladas de forma cotidiana em contextos informais e familiares. Esses crioulos surgiram a partir do contato entre os colonizadores portugueses e os escravos africanos, refletindo a diversidade étnica e cultural da nação. No quadro a seguir, retirado de Oliveira e Silva (2018), podemos observar como o português é reconhecido por quase todos os falantes como língua materna. As línguas que apresentamos aqui como não oficiais são as línguas crioulas mais faladas pela população das ilhas:

Quadro 1: Línguas não oficiais e língua oficial de São Tomé e Príncipe

	LÍNGUAS NÃO OFICIAIS	LÍNGUA OFICIAL
São Tomé e Príncipe	Línguas crioulas: a) santomé/forro (língua de São Tomé): 72,4% (maiores de 5 anos de idade); b) angolar (língua dos Angolares): 5,3% da população; c) lung'ie (língua do Príncipe): 2,4% (maiores de 5 anos de idade)	Português: 98,4% falam português

Fonte: Oliveira e Silva (2018).

Mesmo com o aparecimento e a permanência das línguas crioulas nas ilhas de São Tomé e Príncipe, o português ainda é a língua mais falada. No passado, a língua portuguesa e o crioulo coexistiam, o que era propício à manutenção do crioulo. A partir de 1975, com a Independência de Portugal, houve uma maior mobilidade social, o acesso generalizado ao ensino e aos meios de comunicação na língua oficial — o português — e a ausência de políticas orientadas para as línguas crioulas — que acabaram recebendo o lugar da informalidade e da oralidade —, causou um enfraquecimento destas que são agora minoritárias nas ilhas e reservadas a contextos informais e à modalidade oral.

3. Contexto sociolinguístico em Guiné-Bissau

Guiné-Bissau é um país que compartilha uma história colonial semelhante à de São Tomé e Príncipe. O português é a língua oficial e é utilizada em contextos formais, na administração pública e na educação. No entanto, o país também é caracterizado por uma variedade de línguas étnicas e crioulas, como o crioulo guineense e as várias línguas nativas, que são amplamente faladas entre as diferentes etnias presentes no país, que foi a primeira colônia portuguesa a ter sua independência reconhecida por Portugal. Porém, essa independência foi conquistada de maneira dolorosa. Seu primeiro líder, Amílcar Cabral, tentou uma negociação pacífica, que foi rejeitada por Portugal. Em 1959 começa a luta armada e apenas em 1974 é que Guiné-Bissau tem sua independência reconhecida.

Contudo, conquistar a independência não foi sinônimo de êxito. Já havia no país a falta de infraestrutura e os antigos colonizadores deixaram os cofres públicos vazios, impedindo os investimentos necessários em áreas como saúde, segurança e educação. Naquela época, o índice de analfabetismo era de quase 99% e infelizmente não houve uma mudança até os dias atuais. Embora seja um território pequeno, há mais de 20 línguas sendo faladas em Guiné-Bissau. Desde o tempo da colonização, foi instaurado o português como língua oficial, entretanto apenas 13% da população usa-o como segunda ou terceira língua. A língua nacional é o crioulo guineense — língua materna — que é falada por cerca de 80% da população. As demais línguas são nativas do continente africano e, embora existam em grande número, não passaram por um processo de gramatização que depende, como é sabido, de políticas e planejamento linguísticos, que devem ser desenvolvidos por interesse governamental. Segundo Couto e Embaló (2010, p. 42):

Como a alfabetização e todo o ensino posterior se dá numa língua estrangeira, os resultados são calamitosos. Assim, somente um em cada 500 alunos transita da primeira à décima primeira classe sem nenhuma repetição. No nível elementar, apenas um em 400 chega ao sexto ano com sucesso. 41% dos alunos inscritos na primeira classe não são admitidos na segunda. Isso tudo levando em consideração que apenas 40% das crianças guineenses se matriculam em alguma escola. Portanto, não é de se admirar que a taxa de analfabetismo é de 86%.

Esses números exorbitantes acontecem, pois, desde a época da colonização, o ensino é feito em português, língua falada por uma minoria da população. Por isso, embora o crioulo guineense seja oficialmente proibido nas escolas, conforme visto em Fonseca (2012), há em Guiné-Bissau o Decreto-lei – nº 7/2007 de 12 de Novembro de 2007, que obriga a utilização da língua portuguesa em todas as instituições públicas, nomeadamente nas escolas e especificamente dentro da sala de aula e no recinto escolar, mesmo assim, alguns professores precisam iniciar o ensino – nos primeiros anos – com, pois, ao usarem o português, não são entendidos pelas crianças, conforme Couto e Embaló (2010).

Ainda, segundo Couto e Embaló (2010), a maioria dos guineenses está em comunidades em que a língua materna é uma língua africana minoritária e, como é comum, sua aquisição dá-se no meio familiar, por meio do contato com seus pais e as pessoas que os cercam. Para grande parte dos guineenses, não há relação de pertencimento para com a língua portuguesa, visto que a língua afetiva é o crioulo guineense, o que claramente dificulta o aprendizado do português. Sabendo disso, reconhecemos o quão difícil é a convivência do português de Guiné-Bissau com as línguas africanas.

4. Aspectos teóricos-metodológicos

Para a composição deste trabalho, utilizaremos os pressupostos da Sociolinguística Variacionista (Labov 2008[1972]), o processo de aquisição do português como L2 e/ou LE e o conceito de contato linguístico.

Quanto aos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, temos que as investigações linguísticas são justificadas a partir da afirmação de que as línguas são essencialmente dinâmicas e heterogêneas, essa afirmação favorece a variação, que, por sua vez, pode ser observada e descrita, levando em consideração diversos fatores. Assim, nesse cenário, a heterogeneidade das línguas naturais indica que não existe uma única forma de uso que seja correta, pois há as variantes — as quais são escolhidas pelos usuários a partir de motivações diversas — que podem ser empregadas tanto na fala quanto na escrita. A Sociolinguística Variacionista, dessa forma, procura analisar as regularidades que podem ser encontradas na variação, a partir da investigação de variáveis que agem tanto de maneira linguística como de maneira extralinguística, na interseção língua-sociedade. Assim, tem-se que a variação é postulada como propriedade inerente à língua, e seu objeto de estudo considera a sistematização da heterogeneidade presente nessa variação, o que permite a caracterização das variedades de língua portuguesa. Labov (2008[1972], p. 140) nos diz que “os procedimentos da linguística descritiva se baseiam na concepção da língua como um conjunto estruturado de normas sociais”, e que “muitos elementos da estrutura linguística estão envolvidos em variação sistemática que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos”. Assim, a Sociolinguística interessa-se por questões relacionadas à variação e à mudança linguísticas, bem como o que pode ocasionar esses fatores, como o contato entre línguas e o multilinguismo.

Por fim, nesta pesquisa, o estudo do português em sua variedade não europeia, o português guineense e santomense, em uma abordagem sociolinguística, possibilita, além de uma melhor compreensão dos fenômenos linguísticos e das características dessas variedades, o fornecimento de suporte empírico para que se combatam ideologias preconceituosas e excludentes, sobretudo por se tratar de países com realidades linguísticas ainda pouco investigadas.

Sobre a aquisição da língua portuguesa como segunda língua em Guiné-Bissau, sabe-se que o regime colonial e as circunstâncias de contato da língua portuguesa com as línguas africanas não facilitaram uma situação de plurilinguismo, já que havia uma diversidade de línguas africanas presentes e também porque não foram criadas situações que facilitassem o aprendizado da língua portuguesa pela população local. Ademais, ainda havia uma exigência, por parte dos portugueses, para que a população local aprendesse a língua portuguesa, criando, assim, uma elitização. Segundo Marques (2003), em um ambiente plurilíngue, só uma língua adquirida voluntária e espontaneamente cria raízes. Uma língua que é imposta não se desenvolve sem uma prática premeditada e generalizada de ensino. Assim, de acordo com o que diz Duarte (2006), apenas no século XIX, quando se instalou o verdadeiro ensino da língua portuguesa em Guiné-Bissau, o crioulo já era o suporte de um pensamento elaborado, utilizado nos mais diversos domínios e encontrava-se estruturalmente bem mais estabilizado que a língua portuguesa. Portanto, não se geraram conjunturas favoráveis à manutenção do enraizamento da língua portuguesa em conformidade com a sua proficiência, isso só permitiu a formação de elites e a criouliização.

Enquanto a língua portuguesa é adquirida como segunda língua em Guiné-Bissau, a situação em São Tomé e Príncipe configura-se de maneira diferente. O português fazia parte de uma minoria no início da colonização, mas foi ganhando muito

prestígio entre os falantes santomenses ao ponto de se ser falada por mais de 90%, vindo a se constituir, segundo Hagemeijer (2009) e Gonçalves (2010), a primeira língua (a língua materna) da maioria desses falantes. Além disso, é importante ressaltar que o input disponível para a formação do português santomense como língua materna é proveniente de variedades interlinguísticas (o português vem passando por um processo de mudança na aquisição, deixando de ser segunda língua e tornando-se língua materna em quase todo território) do português como segunda língua em contato com línguas crioulas. Sobre o processo de transição do português como segunda língua para língua materna em São Tomé, Gonçalves (2010, p. 20) conclui o seguinte:

[o]s elementos estatísticos de que dispomos levam-nos a considerar que o processo de transmissão do português L2 à mais jovem camada da população, competindo com as línguas nativas e afirmando-se como L1 perante elas, impulsiona a emergência de uma nova variedade de língua.

Esse processo de transição de uma L2 para uma L1 também passa pela perda da competência linguística da língua materna (nesse caso, o santomé) que é motivada pela preferência do uso da língua “nova” (o português) em detrimento daquela. Essa perda tem sido descrita como um fenômeno complexo chamado de erosão linguística. Conforme Gonçalves (2010, p. 20-21):

a erosão linguística envolve cinco estádios, sendo que o primeiro contempla a L1 enquanto único sistema linguístico de que o falante dispõe. O segundo estádio corresponde à fase em que a L1 concorre com a L2, num período de transição de monolinguismo a bilinguismo. Neste período, o uso da L1 é praticamente restrito a ambientes informais, tipicamente familiares, enquanto a L2 é a língua

oficial, de prestígio, usada na comunicação social, no ensino, na administração e noutros contextos formais. No terceiro estágio, numa permanente diglossia, os falantes adoptam maioritariamente a L2 em detrimento da primeira língua, apontando para o seu apagamento e perda. Por fim, no quarto e quinto estádios, respectivamente, a proficiência na L1 pela comunidade de falantes é cada vez mais limitada, culminando na completa “extinção” da L1 e consequente substituição pela L2. A delimitação dos cinco estádios não é claramente visível, uma vez que a erosão linguística opera em tempos distintos nos vários falantes.

Diante do exposto, assumiremos para este trabalho, segundo Gonçalves (2010), que a situação linguística em São Tomé vivencia os três últimos estádios, pois o uso das línguas crioulas — principalmente o santomé — vem sendo restrito a situações informais, porém não podemos afirmar que esteja caminhando para o desaparecimento dessas línguas, uma vez que, conforme vimos no Quadro 1, ainda temos mais de 70% da população usando o santomé. Esse índice alto de falantes do santomé pode ser relacionado à faixa etária, à escolaridade e ao meio (rural ou urbano) em que esse falante vive.

No que concerne ao contato linguístico, sabe-se que, historicamente, uma língua de contato é o resultado de uma situação linguística caracterizada pela presença no mesmo espaço de muitas línguas distintas com poucos falantes. Conforme Thomason (2001), o contato linguístico é o uso de mais de uma língua no mesmo espaço e ao mesmo tempo. Segundo Petter (2015), essa situação foi e ainda hoje é representada no continente africano. Os habitantes desse continente não viviam isolados. Mesmo antes da chegada dos europeus, eles interagiam entre si por várias razões: sociais, econômicas, políticas e culturais, ou ainda, quando

precisavam migrar para novas regiões. Ao contrário do que se pode pensar, naquele tempo já existia uma enorme variedade linguística. Tem-se o conhecimento de que havia mais de 2 mil línguas e que esse fato não era um impedimento na comunicação, pois os habitantes estavam acostumados com as línguas de seus vizinhos e com as relações comerciais.

A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza teórica, ou seja, compilamos parte da bibliografia especializada de modo a discutir, com base em diferentes trabalhos que abordam o português de São Tomé e príncipe e o português de Guiné Bissau, a partir da sociolinguística, as diferenças e as similaridades que podem ser observadas entre essas duas variedades, considerando suas particularidades étnicas, sociais e culturais. Para melhor observação, estruturamos nossa análise em algumas variantes: o uso da língua oficial, o contato com outras línguas e o processo de alfabetização.

Similaridades e diferenças sociolinguísticas

Ambos os países compartilham a herança colonial portuguesa, o que torna o português uma língua oficial e um elemento importante na comunicação formal. O português, portanto, atua como um fator de unidade nacional e desempenha um papel vital na integração política e econômica dessas nações no contexto internacional. Além disso, em ambas as nações, os crioulos desempenham um papel importante como línguas de identidade e pertencimento cultural, sendo usados no cotidiano e transmitidos entre gerações. Apesar da presença do português como língua oficial em ambos os países, as diferenças históricas, culturais e étnicas influenciam a maneira como a língua é utilizada e adquire características distintas em cada contexto.

O uso da língua oficial

Em São Tomé e Príncipe, a língua portuguesa já se encontra bem estabelecida. Sendo a língua oficial, usada pela maioria dos falantes, 98,4% conforme o Quadro 1, usada em ambientes administrativos, é também a língua da escolarização e do prestígio social. De acordo com Araujo (2020), a ausência de uma política linguística que lutasse pela valorização das línguas étnicas, juntamente com a adoção do português como língua oficial, conduz à incorporação da língua portuguesa como língua materna pela população de São Tomé e Príncipe. É preciso lembrar que, desde a época da colonização, o português já era tomado como a língua da elite, língua do colonizador, assim ganhando status social em detrimento de línguas étnicas, como o santomé, o angolar ou o lung'ie.

Após a independência de São Tomé e Príncipe, conforme Gonçalves e Hagemeijer (2015) e Araujo (2020), a elite que assume o governo decide adotar o português como língua oficial, criando a conjuntura social necessária para difundir a língua no país. Porém, essa difusão da língua portuguesa trazia a desvalorização das demais línguas e consequentemente o desuso por parte da população. A partir do século XX, alguns fenômenos sociais, tais como a urbanização, a escolarização e a difusão da mídia, contribuem intensamente com o uso do português como língua oficial, aumentando o prestígio socioeconômico e político dessa língua. É nesse período que o português é consolidado, em pouco tempo, como a língua transmitida entre diferentes gerações, tornando-se a língua materna da maior parte da população santomense. Em contrapartida, é possível perceber o abandono às línguas étnicas. Assim, ainda que o multilinguismo, em São Tomé e Príncipe, configure uma situação real, é demarcado pela sobressalência do português.

Enquanto que em Guiné-Bissau, como vimos, o português, embora seja a língua oficial do país, não é a língua materna. O papel da língua materna é ocupado pelo crioulo guineense, é a essa língua que as crianças guineenses são expostas quando nascem.

Guiné-Bissau vive em um intenso contexto de multilinguismo: usam-se as línguas étnicas no contexto familiar quando pais e/ou avós ainda fazem uso dessas línguas (é um uso mais comum em áreas rurais); usa-se o crioulo guineense na comunicação social cotidiana (no ambiente familiar, nas feiras, nas ruas, ou seja, nos contextos mais informais), e o português, nos contextos mais formais (escola, trabalho, repartições e instituições públicas). Sendo assim, apenas os guineenses escolarizados possuem a habilidade de usar a língua materna, o crioulo, e o português em diferentes locais e para fins distintos, ficando a grande maioria de falantes não escolarizados restritos ao uso de suas línguas étnicas e do crioulo guineense.

O contato com outras línguas

Lucchesi e Baxter (2009) definem a Transmissão Linguística Irregular como os processos históricos de contato maciço entre povos de línguas distintas, do século XVI ao XIX, por conta da ação do colonialismo europeu na África, na América, na Oceania e na Ásia. Esses processos de colonização culminaram em um contato linguístico que gerou novas variedades linguísticas. Para a formação dessas novas variedades, podemos dizer que havia a imposição da língua do grupo dominante, dos colonizadores, que era chamada de língua de superstrato ou língua-alvo, aos falantes das outras línguas. Em sua maioria, os falantes eram adultos, que eram obrigados a adquirir essa nova língua por questões sociais de subordinação.

O contato linguístico em São Tomé e Príncipe aconteceu a partir do período colonial, de acordo com Hagemeijer (2009), o

arquipélago era um território inabitado até a chegada dos portugueses. As ilhas apresentavam uma localização estratégica e por causa disso passaram a compor o mercado escravagista. Em consequência desse mercado, houve o contato de diferentes famílias linguísticas, que logo precisaram encontrar uma maneira de estabelecer comunicação, já que não havia, entre essas famílias linguísticas, uma língua em comum e o acesso à língua do colonizador, o português, era bem difícil. A coexistência do português com as línguas étnicas é amparada por fatores históricos e sociais que não somente explicam o estabelecimento e/ou a emergência de tais línguas no arquipélago, como também esclarecem o atual estatuto que cada uma ocupa na sociedade santomense.

Assim, depreende-se que São Tomé e Príncipe apresenta um contexto social e de multilinguismo complexo, o qual configura o português como língua oficial, porém conta com três principais línguas minoritárias, é o caso das línguas crioulas de base portuguesa autóctones, a exemplo, o santomé, o lung'ie e o angolar. Por conta de alguns fatores, como o prestígio social e a escolarização, essas línguas autóctones vêm sendo usadas por uma pequena parte da população, o santomé conta com pouco mais de 70% dos falantes, enquanto o lung'ie e o angolar juntos somam menos que 10% dos falantes. Essa é uma situação incomum nos países africanos que apresentam a língua portuguesa como língua oficial, visto que, em sua maioria, há uma relação identitária e cultural muito forte com as línguas étnicas, assim como acontece em Guiné-Bissau, o que faz com que essas línguas permaneçam enraizadas e ocupem o espaço de língua materna, diferente do que observamos em São Tomé e Príncipe.

Em Guiné Bissau, Couto e Embaló (2010) observam que o regime colonial e as circunstâncias de contato do português com as línguas africanas não facilitaram uma situação de plurilinguismo no país. Os portugueses chegaram ao território que viria a ser a Guiné-Bissau desde o século XVI, entretanto só começaram o

processo de colonização a partir do século XIX. O contato dos portugueses com os nativos era restrito à área da escravização e não havia interesse, por parte deles, em ensinar a língua portuguesa aos nativos. É importante salientarmos que o território ocupado pelos portugueses já era habitado por várias etnias e que essas etnias carregavam consigo culturas, línguas e costumes, havendo assim uma imensa diversidade de línguas africanas. Nesse contexto, não foram criadas situações que facilitassem o aprendizado do português pela maioria da população local, pois não havia entre os colonizadores o desejo de integrar sua língua e cultura com a dos povos que já habitavam o lugar.

Com o decorrer do tempo, alguns nativos aprenderam o português, através do uso da língua e com a ajuda de alguns colonizadores, não havia inicialmente em Guiné-Bissau (por parte do colonizador) o desejo de ensinar a língua. Os poucos colonizadores que se interessaram em ensinar a língua portuguesa dividiram os guineenses em assimilados e indígenas: estes não falavam o português e aqueles tinham se apropriado da língua e dos costumes portugueses, valendo frisarmos que o número de assimilados era muito restrito, pois poucos tiveram tal oportunidade de aprender a língua portuguesa, conforme Cruz (2013), Couto (1989).

Essa interação linguística entre colonizadores e colonos feita de maneira segregada, por parte dos colonizadores, trouxe para a Guiné duas consequências: (i) má distribuição do português por todo o território nacional e (ii) formação de um pidgin resultante do contato das línguas nativas, do qual nasceu o crioulo. Sobre essas consequências, Couto (1989, p. 108) afirma que:

Desde os primeiros anos da colonização, os colonizadores estiveram preocupados com a escravização dos africanos e não com lhes trazer a cultura europeia. Não houve a preocupação de ensinar o português aos nativos. Por causa disso e do fato de falantes de

diversas línguas diferentes entre si terem que interagir neste espaço, ou seja, no “país” Guiné-Bissau, foi surgindo naturalmente o crioulo como uma espécie de língua geral de comunicação interétnica.

De acordo com Duarte (2006), apenas no século XIX, quando se instalou o ensino do português em Guiné-Bissau, o crioulo já era utilizado nos mais diversos domínios e encontrava--se estruturalmente bem mais estabilizado que a língua do colonizador, mesmo essa assumindo o papel de língua oficial do país após a independência.

O processo de alfabetização

Logo após a independência de São Tomé e Príncipe, o português só era falado pelos colonizadores ou pela elite santomense, visto que a difusão da língua portuguesa ainda era ampla e contemplava apenas uma pequena parte da população. A população média empregava as línguas autóctones, adquiridas e utilizadas no âmbito doméstico. A partir do processo de urbanização, São Tomé lidou com a construção de escolas que suprissem a necessidade da população, conseqüentemente, o processo de escolarização e democratização do ensino são fatores fundamentais para a ampla difusão da língua portuguesa, visto que as aulas são todas ministradas nessa língua. Assim, a escolarização implicava a aquisição de língua portuguesa, tornando-se um processo fundamental para o movimento de transição do português como segunda língua para o português como língua materna. Conforme Balduino (2018), diante da ascensão social do português, o aprendizado dessa língua passou a ser cada vez mais relevante aos falantes e, por isso, partindo de uma variedade que correspondia a uma L2, o português passou a ser transmitido como língua materna às gerações mais novas.

Até o fim do período colonial, cerca de 95% da população era analfabeta, contudo, atualmente já se pode observar uma importante mudança na escolarização do país, visto que, em 2017, o índice de alunos que frequentavam o ensino secundário, em idade escolar ideal era superior a 89% (Araujo, 2020; Seibert, 2012). É importante entender que essa mudança do português, de segunda língua para língua materna, dá-se principalmente por causa da democratização do ensino. Esse ponto será de fundamental importância. O uso da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe está atrelado às relações sociais de poder, já que seu domínio pode levar a uma ascensão social. Assim, a aquisição do português é extremamente importante, pois, o domínio eficiente da língua é exigido para a educação formal, a empregabilidade e o acesso aos diferentes meios de comunicação no país.

Em contrapartida em Guiné-Bissau, de acordo com Duarte (2006), apenas no século XIX, quando se instalou o ensino do português, o crioulo já era utilizado nos mais diversos domínios e encontrava-se estruturalmente bem mais estabilizado que a língua do colonizador, mesmo essa assumindo o papel de língua oficial do país após a independência.

Desde o tempo da colonização até os dias atuais, o ensino do português esteve restrito ao espaço escolar em Guiné-Bissau. Conforme Oliveira (2019), 80% da população guineense tem o crioulo guineense como língua materna, enquanto o português é falado apenas por cerca de 13% da população e é tido como segunda língua. Dentre as etnias que se destacam com maior número de falantes temos: balanta, fula, manjaco, mandinga, papel, mancanha, beafada, bijago, felupe, nalu, tanda, cocoli e susso. O crioulo guineense, nesse contexto multilíngue, serve como um elo entre essas etnias. Sobre essa situação, destaca Sani (1996, p. 29):

Verifica-se que em Bissau, capital da Guiné, a maioria das crianças de cada grupo étnico fala o Crioulo como

primeira língua e ao mesmo tempo fala a língua materna e aprende o Português na escola. Isso acontece principalmente quando há casamento entre pessoas de diferentes grupos étnicos e que passam a usar o Crioulo para falar com seus filhos, e não as línguas de suas etnias individuais. As crianças comumente convivem com a língua crioula mais do que com as línguas nativas.

Portanto, o português, embora seja língua oficial, ocupa o lugar de segunda língua em Guiné-Bissau, sendo em geral aprendida na escola e falada por uma porcentagem muito baixa da população. Essa língua é usada por pessoas escolarizadas nos meios administrativos, políticos e nos principais meios de comunicação. Nessa acepção, constitui-se língua de prestígio, possibilitando o reconhecimento social associado à sua condição de língua da ascensão, do conhecimento e da cultura. Nesse país, foi promulgado um decreto (Decreto-lei – nº 7/2007 de 12 de novembro de 2007) que obriga a utilização do português em todas as instituições públicas; no ambiente escolar (dentro e fora da sala de aula), por exemplo, é obrigatório o uso do português. Apesar desse decreto, ainda se observa a grande taxa de analfabetismo, que chega a 86%, conforme Couto e Embaló (2010).

Considerações finais

A partir de nossa análise, ficou claro que, em alguns países da África, o português é secundarizado e convive com diversas outras línguas, mesmo gozando do status de língua oficial nestes países. São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau são dois países que exemplificam diferentes pontos desse complexo multilinguismo, pois, enquanto o português é falado de forma mais frequente nas ilhas de São Tomé e Príncipe, a língua que predomina em Guiné-Bissau é o crioulo guineense.

Foi possível perceber que, no continente africano, existe uma espécie de “competição” linguística na qual o falante faz, de forma consciente ou intuitiva, escolhas entre as línguas que estão em contato em seu meio comunicativo. Essas escolhas são feitas de acordo com as funções que as línguas e as suas variedades desempenham em cada contexto comunicativo. Por essa razão, entendemos que se faz necessária a promoção de políticas linguísticas que garantam a coexistência dessas línguas de forma organizada. Sentindo a necessidade de orientar a convivência entre as línguas, alguns países africanos já desenvolvem planejamentos linguísticos com essa finalidade.

O modo pelo qual se dá o uso da língua em cada um dos contextos comunicativos é decorrente de uma demanda social, contudo, esse uso também pode decorrer das diretrizes estabelecidas por um planejamento no qual se relacionam questões políticas e sociais com os estudos linguísticos. Como foi visto em nossa análise, em São Tomé e Príncipe, não houve militância para que as línguas autóctones fossem sistematizadas, de maneira geral, a língua do colonizador foi aceita e valorizada, já que a ela foi dado um valor positivo, de prestígio social.

Dentre os aspectos que baseiam e definem essas diretrizes estão os contextos de uso da língua, a sua categorização como língua nacional ou oficial e as ações que podem ser aplicadas para que determinada língua se difunda no sistema educacional. Nesses casos, o planejamento linguístico se faz necessário como uma ferramenta capaz de solucionar possíveis problemas de comunicação oriundos da relação entre as línguas, pois existe um movimento que aponta para a flexibilização do uso e da função das línguas na sociedade, possibilitando o uso dessas línguas em diferentes contextos — porém, essa mudança demanda tempo e não seria possível sem o apoio e o incentivo do governo.

Por fim, este estudo buscou destacar as similaridades e as diferenças sociolinguísticas entre São Tomé e Príncipe e Guiné-

-Bissau, apontando para a complexidade e a riqueza linguística presentes nessas nações. A língua portuguesa atua como um elemento unificador em ambos os contextos, enquanto as línguas crioulas e nativas desempenham um papel fundamental na construção da identidade cultural e na expressão da diversidade linguística. Compreender essas nuances sociolinguísticas é essencial para promover uma comunicação intercultural mais inclusiva e para valorizar a riqueza da diversidade linguística na África Ocidental. Levando em conta que os fatores sociais, como a etnia, o nível educacional e a urbanização, têm um impacto significativo no uso da língua em ambos os países. O acesso à educação formal pode interferir na fluência em português, enquanto a identificação étnica pode influenciar a preferência pelo uso do crioulo ou de outras línguas nativas. Essas variáveis sociolinguísticas têm um papel crucial na formação da identidade linguística e cultural dos indivíduos e comunidades.

Referências

- ARAÚJO, G. *Línguas em português - A Lusofonia numa visão Crítica*. Porto: Universidade do Porto Press, 2020.
- BALDUINO, A. M. A nasalidade vocálica no português falado em São Tomé e Príncipe. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. A concordância nominal e verbal no Português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. *Papia*, n. 22, p. 7-33, 2012.
- COUTO, H. H. O Crioulo guineense em relação ao português e às línguas nativas. *Linguística XXIX*, p. 107-128, 1989.
- COUTO, H. H.; EMBALÓ, F. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. *Papia*. n. 20, 2010.
- CRUZ, A. V. *Abordagem Comunicativa – Enfoque na Competência Oral na Língua Segunda. Caso da Guiné-Bissau*. Dissertação (Mestrado em Português Segunda Língua) – Universidade do Porto, Porto, 2013.

DUARTE, Dulce A. *Bilinguismo ou diglossia? As relações de força entre o crioulo e o português na sociedade cabo-verdiana*. Praia: Spleen-Edições, 1998.

FONSECA, S. P. B. *Aquisição e aprendizagem da referência nominal no contexto do português língua não materna na Guiné-Bissau*. Dissertação (Mestrado em Português Língua Não Materna) – Universidade Aberta, Lisboa, 2012.

GONÇALVES, P. Falsos Sucessos no Processamento do Input na Aquisição de L2: Papel na Ambiguidade na Génese no Português de Moçambique. *Revista da ABRALIN* 4 (1) (2), 47-73. 2000

GONÇALVES, R. M. G. Propriedades de subcategorização verbal no português de São Tomé. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

GONÇALVES, R; HAGEMEIJER, T. O português num contexto multilingue: o caso de São Tomé e Príncipe. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane*, n. 1, p. 84-103, 2015.

HAGEMEIJER, T. As línguas de São Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, Macau, n.1, p. 1-27, 2009.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARQUES, M. E. Português, Língua Segunda. Universidade Aberta, Lisboa, 2003 (Manuais).

MOTA, M. A.; MIGUEL, M.; MENDES, A. A concordância de p6 em português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância. *Papia*, v. 22, n. 1, p. 161-187, 2012.

OLIVEIRA, G. F. *Distribuição de sujeito nulo e pleno no português falado e escrito por universitários guineenses e são-tomenses da Unilab-Ceará: interferências do português brasileiro?* Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

OLIVEIRA, G, F.; SILVA, C. R. T. A distribuição do nulo: uma análise comparative entre o português europeu e o português de São Tomé. In: SILVA, J. E. N.; ARRUDA, L. S.; ALVES, D. M. V. (orgs.). *Línguas e Culturas: contatos, conflitos, nomadismos* [livro eletrônico]. Faculdade de Letras, UFRJ, 2018.

PEREIRA, D. *Crioulos de base portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2007.

PETTER, M. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

SANI, F. *O Lugar e as relações do português como língua oficial na escola da Guiné-Bissau*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SEIBERT, G. Tenreiro, Amador e os angolares ou a reinvenção da história da ilha de São Tomé. *Realis - Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais*, n. 2, p. 21-39, 2012.

THOMASON, S. G. *Language contact*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

A CONCORDÂNCIA VERBAL NA COMUNIDADE RURAL AFRO-BRASILEIRA: MUSSUCA – LARANJEIRAS - SE

Juliete Bastos
(PPGEL/UEFS)

Silvana Silva de Farias Araújo
(UEFS/PPGEL)

1. Considerações iniciais

Este texto é parte de uma dissertação de mestrado e propõe um estudo sobre os resultados encontrados durante a pesquisa. Vale salientar que a discussão proposta parte de uma análise sociolinguística, direcionando o olhar para a terceira onda da Sociolinguística (Eckert, 2012), na variação da concordância verbal (doravante CV) na comunidade Mussuca, em Laranjeiras, Sergipe.

O estudo sobre a concordância verbal ainda se faz necessário, pois inferimos que a variação de CV oferta possibilidades para a compreensão do estágio de variação e mudança linguística. Propomos a análise da aplicação da regra padrão de CV na comunidade estudada e compreendemos por regra padrão aquela mais próxima das regras da Gramática Normativa, a que se encontra sob prestígio na comunidade de fala do português brasileiro (doravante PB), enquanto a regra não padrão de CV se encontra mais distante nas normas gramaticais tradicionalistas.

Os dados que compõem a pesquisa foram analisados e interpretados por intermédio das constituições históricas e regionais, analisando os principais fatores estruturantes, ressaltando e valorizando as diferentes variações linguísticas que aparecem como fator de caracterização da língua e cultura de um povo e de uma comunidade. Com isso, intentamos analisar não somente os fatores internos, mas também os fatores socioculturais.

Somamos a essas intenções, as concepções da teoria da variação estilística para compreender a construção do perfil social de cada participante da pesquisa, em seus grupos de práticas. Compreendendo que o estilo é um conjunto de escolhas relacionadas ao nível de formalidade de cada situação de interação social (Eckert, 2012) nos grupos que estes falantes participam refletindo no perfil social do falante.

Durante a pesquisa de mestrado, analisamos a variação do fenômeno de concordância verbal em P4 (*nós e a gente*) e P6 (*eles/elas*). Para este texto, desconsideramos os resultados com P4 com a forma *a gente*, pois, por meio da análise realizada, compreendemos que, pelo fato de essa variante não ser estigmatizada, apresentaria um alto número de presença da regra padrão, o que poderia enviesar os resultados. A hipótese traçada foi confirmada com os resultados e, com isso, este texto analisa somente a variação do fenômeno para P4 (*nós*) e P6, realizando uma nova rodada de dados, com o mesmo corpus.

O corpus utilizado para desenvolver a presente investigação é formado por dois tipos de entrevistas. Entrevistas orais que consideramos como falas privadas pertencentes ao acervo do Projeto de pesquisa *Caracterização do português popular falado em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia e de Sergipe: documentação de comunidades de práticas afro-brasileiras para o estudo de contatos linguísticos* (PDJ/CNPq: 154982/2018-0), coordenado pela Professora Doutora Silvana Silva de Farias Araújo (UEFS). São entrevistas de natureza sociolinguística, com 13 falantes da

comunidade Mussuca, Laranjeiras - SE. O corpus é composto de entrevistas com participantes dos sexos feminino e masculino, distribuídos por três faixas etárias e com diferentes níveis de escolaridade. Além disso, serão utilizados oito vídeos com duas participantes que foram retirados do *YouTube*, sendo esses vídeos considerados exemplos de fala pública.

Esperamos, pelo fato de os participantes desta pesquisa fazerem parte de uma comunidade rural afro-brasileira e pelo contexto de formação sócio-histórica dessa comunidade, que os resultados de aplicação da regra padrão sejam menores em relação aos da regra padrão. Com isso, refletimos sobre os seguintes questionamentos:

Diante da análise do perfil social do participante, qual o comportamento do fenômeno?

i. Qual o comportamento do fenômeno em relação aos jovens, visto que, nos estudos anteriores, com dados da fala afro-brasileira, esta é a faixa etária responsável pela introdução da mudança em relação à normatização da regra?

ii. Os condicionamentos são os mesmos tanto para P4 (*nós*) quanto para P6?

Essas questões são instigantes, pois partimos das hipóteses de que, em comunidades rurais afro-brasileiras, os usuários mais jovens estão utilizando mais o uso padrão da concordância verbal, devido aos meios de comunicação, à urbanização e à escolarização. Vale destacar que a variável está sujeita à avaliação subjetiva negativa, o que reforça o fato de os falantes do PB tenderem a monitorar sua fala em direção à norma de prestígio. Consideramos também que condicionadores internos apresentam a mesma direção de efeito, como apontam os estudos anteriores sobre CV nas comunidades rurais (Lucchesi, 2009; Silva, 2005) e somamos

a esse contexto as motivações do continuum identitário construído pela persona, fazendo-nos refletir se a variação da regra é um traço também condicionado pelo perfil social do participante da pesquisa.

Em suma, este texto apresenta uma descrição do português falado na comunidade rural afro-brasileira Mussuca, especificamente a variação no uso da concordância verbal de 1ª (*nós*) e 3ª pessoa do plural (*eles/elas*), com base na amostra em estudo, distribuída da seguinte forma: sexo (5 participantes do sexo masculino e 8 do sexo feminino); Faixa etária (participantes de 22 a 82 anos) e grau de escolaridade (participantes sem escolaridade até o Ensino Médio completo).

Comparamos resultados encontrados com estudos anteriores (Araújo, 2014; Lucchesi 2009; Monguilhott, 2001; Novais, 2021; Silva, 2005; Souza, 2015), cujas pesquisas apresentam tanto a descrição do português afro-brasileiro em comunidades rurais afro-brasileiras quanto a análise da norma popular urbana.

2. A respeito do aporte teórico

Sabemos que existem estudos que abordam a língua enquanto sistema (Saussure, 1972[1916]), mas, devido à importância em compreender a heterogeneidade linguística, correlacionando-a a fatores externos, estudos posteriores (Labov, 2008[1972], 1994; Weinreich; Labov; Herzog, 2006[1968]) dedicaram-se à investigação da estrutura linguística analisando o seu viés social, sendo essa compreensão de extrema necessidade para o objeto de estudo deste trabalho.

Sob esse contexto social é que empregamos a análise da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008[1972], 1994; Meillet, 1866-1936; Weinreich; Labov; Herzog, 2006[1968]), pois consideramos que essa teoria da linguagem fornece caminhos para a

compreensão de língua imersa a um contexto tanto social quanto sociológico. Assim, essa visão contextualizada possibilita um estudo de um dado fenômeno linguístico em sua dimensão social, compreendendo seus processos de variação e mudança.

Ao direcionarmos o nosso olhar para a variação da concordância verbal, percebemos que a realidade desse fenômeno no português brasileiro, atrelado à teoria de variação e mudança, assume seu papel, social, sociológico, ideológico e, de acordo com o processo sócio-histórico de formação da sociedade brasileira suscitamos que a variação do fenômeno se banha em um contexto sociopolítico (Macêdo, 2020).

Esse direcionamento corrobora a concepção de que a língua documenta e cristaliza os fatores de cada comunidade estudada e, nessa perspectiva, a comunidade de fala transpõe as reações subjetivas, sejam elas culturais ou sociais, às avaliações e às posições identitárias que se representam no campo linguístico e, assim, “recai no plano de representações simbólicas e ideológicas, que possibilitam a constituição de um povo ou de um Estado, base para o sentimento de pertencimento social” (Lucchesi, 2015, p.63).

Dentro desses contextos de análise surge a necessidade de estudar a variação da concordância verbal dentro dos *continua* de formalidade, analisando o estilo, pois compreendemos que a variação da regra de concordância verbal em sua realidade estigmatizada apresenta um conflito que fomenta a polarização sociolinguística da sociedade brasileira (Lucchesi, 2015), marcando como forma de prestígio aquela que se aproxima à norma linguística de uma classe dominante.

Esta realidade nos infere os padrões ideológicos que se encontram por detrás da variação, por isso reforçamos que a análise proposta em questão ultrapassa as linhas sociais e abarca toda a estrutura de formação e representação histórico-cultural de um

determinado povo. Com isso, surge a necessidade de realizar este estudo a partir dos moldes da variação estilística.

A partir das contribuições de Eckert (2012), alguns estudos (Irvine, 2001; Nogueira, 2010; Salomão, 2015) apontam que o estilo se configura em diversas direções, dentro de um conjunto de intencionalidades do falante, partindo do lugar de fala que ele ocupa. Desse modo, consideramos as práticas do falante em sua comunidade, compreendendo que essa configuração possui outras motivações a partir de um significado social e este não é adequado somente diante do continuum de formalidade em que o falante se encontra, mas sim imerso a um contexto de intencionalidades e composições socioculturais do qual o falante faz parte (Eckert, 2012).

Os estudos sobre o estilo, como os estudos da terceira onda sociolinguística, focam a estrutura da língua diante da dinâmica social, refletindo como a diversidade e as escolhas linguísticas selecionadas pelo falante estão carregadas de significado social. Desconstrói esse caráter único de formalidade e constrói uma discussão a respeito de uma representação macro e microsocial do falante (Eckert, 2012), pois esse falante compartilha diversos interesses no âmbito de um determinado grupo em diversas situações comunicativas.

A partir das discussões propostas por Eckert (2012), o falante dentro da análise do estilo é visto como agente dos seus processos sociais e o estilo condicionado pelas representações desse falante, partindo para a construção da persona dentro do seu grupo. Para os estudos da terceira onda, esses grupos se configuram como comunidades de práticas. Tais comunidades se formam por meio de representações culturais que são desenvolvidas e dos indivíduos em torno de um empreendimento comum dentro de uma determinada comunidade, atribuindo o estilo como reflexos das categorias sociais representadas nas comunidades de práticas.

Ao conceber que o indivíduo, por meio de suas representações linguísticas, pode transitar entre os grupos, compreendemos que a matriz social das comunidades de práticas está ligada às formas estruturadas de engajamento. Desse modo, as relações estabelecidas dentro das comunidades de práticas partem da construção estilística para a construção identitária. Assim, o indivíduo construiria sua identidade social sob influências e sob sua participação em várias comunidades de práticas, de modo que o processo de construção identitária seria a prática estilística (Nogueira, 2010, p. 21).

A partir da construção identitária, o falante assume determinados posicionamentos que traduzem o significado social atribuído. Para este estudo, compreendemos a identidade como algo dinâmico, flexível às diversas interações promovidas dentro de um determinado grupo. Sendo a identidade resultado de “complexos processos que levam o homem a ser aquilo que ele é, a agir, apresentar-se e auto-percepcionar-se de determinada forma” (Pereira, 2002, p. 01). Esse caráter de auto-percepção nos leva a suscitar hipóteses de que a identidade se constrói dentro do continuum estilístico.

É nesse continuum que as representações da persona se constroem, dentro de determinadas escolhas de prestígio e são operadas pelo falante, resultando numa fala mais monitorada (Labov, 2008[1972]) a partir de uma escala de valores. Partindo desse pressuposto, o estilo é concebido como um conjunto de escolhas relacionadas a cada situação de interação social e o acrescentamos a partir do constructo identitário como fator preponderante para a realização de tal interação. Diante dessa tríade da construção linguístico--identitária e estilística, surgem as expectativas e os estereótipos. A variação da regra de concordância verbal atua como fator que desenha esse contexto no português brasileiro.

3. Análise e discussão de dados

Obtivemos um total de 296 ocorrências de dados da 1ª e 3ª pessoa do plural no corpus levantado. Desse resultado, 82% (237/294) são da ausência de aplicação da regra padrão, como se observa no exemplo (01). Do resultado geral, obtivemos 184 dados para P6, dos quais 80% (147/184) foram para a ausência da aplicação da regra padrão, como nos exemplos a seguir (02) e 20% (37/184) para a aplicação da regra padrão:

(01)

Nós carregava água onde?

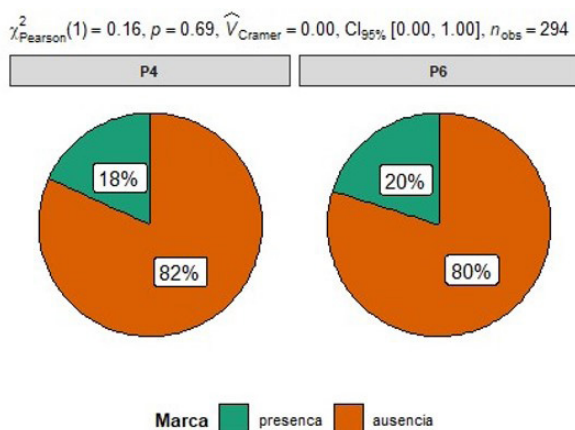
(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

(02)

Eles quando **precisava** de um ao outro chamava gritava oh fulano mas como o lugar era silêncio

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

Figura 1: Gráfico de realização da marca de concordância quanto à pessoa gramatical



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na Figura 1, podemos observar que P4 (*nós*) e P6 apresentam resultados próximos. Os estudos realizados em comunidades rurais afro-brasileiras corroboram este resultado de P6 e P4 (*nós*), pois apresentam resultados distantes da norma padrão.

Assim, os resultados encontrados na análise dos dados na comunidade rural afro-brasileira Mussuca – SE confirmam o mesmo movimento de variação da CV no PB. Em relação aos condicionadores internos, verificamos o tipo de sujeito, a realização e a posição do sujeito, o verbo, o tipo de verbo, o traço de especificidade e a saliência fônica. Esses resultados vão ao encontro dos estudos anteriores (Araújo, 2012, 2014; Benfica, 2016; Lucchesi, 2009, 2015; Rodrigues, 1992; Silva, 2005, entre outros).

O fator de saliência fônica é um exemplo do mesmo movimento de comportamento do fenômeno, pois, para P6, confirmamos as hipóteses de pesquisas já realizadas, quanto mais saliente for o grau de diferença entre as formas verbais, mais o falante tende a aplicar a regra. Estes resultados podem ser confirmados nos estudos de Lemle e Naro (1977) e Naro (1981). Os autores investigaram o fator de saliência fônica, partindo do pressuposto de que na 3ª pessoa do plural a crescente saliência fônica da oposição entre singular e plural está relacionada à probabilidade crescente de aplicação da regra padrão de concordância verbal, tal pressuposto se confirma nos resultados encontrados neste estudo.

Ao associar os resultados com outros estudos, verificamos que é fato que os níveis mais baixos de hierarquia da saliência favorecem menos a concordância do que em níveis mais altos, como no exemplo (03) extraído do corpus:

(03)

Aí, **eles** já **trouxeram** um cumpadre meu

(Participante 6 – Masculino, 82 anos, sem escolarização)

Essas hipóteses são comprovadas em praticamente todos os estudos sobre CV com dados coletados no Brasil, como Mon-guilhott (2001) que ressalta que o fator de saliência fônica se faz determinante quanto à aplicação da regra de concordância verbal e Silva (2005), que realiza um estudo em comunidades rurais no interior da Bahia e também corrobora estes resultados. Ao contrapor com os resultados em relação à norma culta, percebemos que o fator de saliência fônica também é relevante para essa norma (Araújo, 2014; Graciosa, 1991; Novais, 2021). Para Novais (2021), a H1 é a de que a saliência apresenta efeito na distribuição da variável dependente, que se confirma em nossos resultados tanto para P4 (*nós*) quanto para P6, na norma popular rural, apontando um desfavorecimento para contextos menos salientes.

Compreendemos que, pelo grau da diferença fônica, os falantes da Mussuca tendem a assumir o mesmo padrão em relação à análise da saliência fônica do PB. Quando se trata de concordância verbal, com verbos que possuem um alto grau de diferença fônica entre singular e plural são aplicados em maior número com a regra padrão. Com isso, observamos que a tonicidade não deve ser descartada.

Em relação aos outros condicionadores internos analisados, confirmamos o mesmo padrão de resultados e análises quando se trata de estudos do PB sobre CV em comunidades rurais (Araújo, 2014; Lucchesi, 2009, 2015; Silva, 2005 etc.). No tipo de verbo, para o paradigma P4 (*nós*), obtivemos uma associação fraca, com o resultado (X^2 (1, N= 110) 5.55, $p = 0.062$) e v Cremer 0.18 e percebemos que, para os três tipos verbais, há uma diferença em relação à frequência de ausência da regra padrão. Os verbos intransitivos apresentaram 78% da frequência de ausência da regra padrão. Os verbos transitivos 86% da frequência de ausência da regra padrão, e a menor frequência apresentada para a ausência da regra foi dos verbos de ligação com 56% da frequência de ausência da regra padrão.

Para P6, obtivemos (X^2 (1, N=184) 0.92, $p = 0.630$), mas, por meio de uma análise da frequência de ausência da regra padrão, observamos que os três tipos de verbos apresentam uma variação em relação à aplicação da regra padrão. Os verbos intransitivos apresentaram uma frequência de 76% de ausência da regra, com uma diferença pouco significativa os verbos transitivos apresentaram 80% da frequência de ausência da regra, enquanto os verbos de ligação apresentaram a maior frequência em relação à regra variável.

O tipo de verbo é um fator pouco controlado nos estudos sobre CV no PB. Mas, com base em Silva (2005, p. 164) e Graciosa (1991), controlamos tal fator a fim de verificar se a carga semântico-funcional pode determinar maior ou menor aplicação da regra padrão. Ao analisar os verbos de ligação, percebemos que estes, em nossos dados, apresentam maior número de ocorrências com ausência da regra padrão de CV relacionadas mais à P6 do que à P4. Obtivemos 53 ocorrências com verbos de ligação para P4 e P6, com 31 ocorrências para P4 (24 com ausência da regra padrão de CV) e 22 ocorrências para P6 (19 ocorrências com a ausência da regra padrão de CV).

Percebemos que tais resultados se inter-relacionam com o fator de saliência fônica, pois os verbos de ligação para P6 apresentam um menor grau na diferença fônica entre as formas verbais singular versus plural. Embora não tenhamos realizado um cruzamento dos dados, observamos que alguns dos verbos, apesar de obterem acréscimos de segmentos, não envolvem mudança na qualidade da vogal na forma plural, sendo classificados no nível 1 na escala de saliência fônica.

Esses verbos apresentam um número maior de ocorrências com a ausência da regra padrão, tal realidade corrobora a explicação dos resultados encontrados por Monguilhott (2001) que observou um número bastante expressivo com maior ocorrência da regra padrão de concordância verbal com os verbos com maior

diferença entre o grau de saliência fônica, suscitando a possibilidade de esta ser uma explicação para o número de ocorrências encontradas. Assim, pelo fato de o nível de saliência fônica ter sido em menor número nos verbos de ligação encontrados nesta análise, acreditamos que esta seja uma possível explicação para os resultados obtidos.

A análise dos resultados proposta anteriormente, leva-nos a considerar a estabilidade do fenômeno em relação aos fatores internos analisados. Ao comparar os fatores mencionados com os estudos sobre concordância verbal no PB como um todo, percebemos que, independentemente da norma linguística, os caminhos que a mudança estabelece diante dos fatores apresentados é o mesmo.

Novais (2021) analisa a variação da concordância verbal com falantes universitários de Sergipe e os resultados das suas análises para os condicionadores internos corroboram os resultados descritos nesse texto. Quando se trata de comunidades rurais, o trabalho de Silva (2005) também aponta resultados nessa mesma direção. Com isso, percebemos que, em relação à distribuição desses três contextos, esta pode nos fornecer pistas da caracterização da comunidade afro-brasileira, pois, independentemente da comunidade, a motivação interna do sistema é a mesma quando se trata de outros estudos. Com isso, consideramos que, em relação a estes fatores, se houver mudança para a aplicação da regra padrão, a motivação será a mesma nas comunidades analisadas.

Diante dessa consideração, a pesquisa mostra os resultados relevantes em relação aos fatores socioculturais, os quais julgamos também como fatores que corroboram a compreensão da aplicação da regra padrão na comunidade analisada. Somamos a esta análise, o estudo dos resultados à comunidade de práticas e ao perfil social de cada participante da pesquisa, pois adotamos o olhar analítico da análise estilística a fim de compreender o

significado social atribuído, através da linguagem, às práticas desenvolvidas nesta comunidade.

Quando se trata das variáveis socioculturais, controlamos sexo, faixa etária e escolaridade. Para os resultados encontrados, também confirmamos o mesmo viés dos estudos anteriores (Araújo, 2014; Lucchesi, 2009, 2015; Rodrigues, 1992; Silva, 2005 etc.). Em relação à variável sexo, em que consideramos na H1 se há interferência da variável sexo quanto à realização da regra padrão de CV, e na H0 que não há interferência da variável sexo quanto à realização da regra padrão de CV.

Para esta análise, confirmamos a nossa hipótese aventada, de que as mulheres são mais sensíveis à presença da regra padrão de CV para *nós*, visto que encontramos 34% de presença da regra versus 12% para os homens. Compreendemos este resultado pelo fato de parte das mulheres dessa amostra ocuparem uma forte representação social dentro da comunidade, falando por vezes em público e em redes midiáticas, isso pode dentro dessa perspectiva, ser mais sensível à adoção de regras que se aproximam da linguagem padrão. Tais resultados corroboram os estudos anteriores que demonstram que as mulheres são mais sensíveis à regra padrão (Labov, 1975, 1981; Guy, 1980; Oliveira, 2005).

Desse modo, ao olhar para a comunidade Mussuca e para as relações de representatividade social, compreendemos, através dos relatos das entrevistas, que as mulheres estão imersas nesse contexto de maior representatividade social, devido ao fato de muitas participarem dos grupos de práticas culturais como o samba de coco e o samba de parelha.

4. As variáveis sociais e o comportamento do fenômeno de CV na comunidade Mussuca

As variáveis socioculturais são de suma importância para a descrição da variação do fenômeno de concordância verbal na comunidade Mussuca, mas ressaltamos que a interpretação dos perfis sociais de cada participante também detém relevância na análise dos resultados dessa pesquisa. Com isso, compreendemos a necessidade da análise da construção social de cada persona da pesquisa, para que, desse modo, possamos interpretar os resultados obtidos de maneira mais próxima da realidade da comunidade.

A partir da análise das variáveis socioculturais, os participantes da comunidade afro-brasileira Mussuca apresentam singularidades em relação à variação da regra padrão de concordância verbal. Naro e Scherre (1991) apontam em seus estudos que há na realidade brasileira fluxos diversos e tais fluxos são percebidos diante dos resultados apresentados para a realidade da comunidade Mussuca.

Quando se trata da variável sexo, percebemos que o fenômeno assume frequências de aplicação da regra padrão diferenciadas ao se tratar de cada pessoa analisada. No estudo de Silva (2005), os homens apresentaram 21% e as mulheres 17% da frequência de aplicação da regra padrão, este resultado coaduna com os resultados apresentados por Lucchesi (2009), também para a norma popular rural, em que os homens apresentaram 96% versus 95% de aplicação da regra padrão (.56 para os homens e .45 para as mulheres). Em relação à norma popular, a exemplo de Rodrigues (1987) para P6 encontrou percentuais próximos (72% e 70% homens e mulheres) e para P4, os resultados apontam que os homens se apresentaram mais propensos a utilizar a forma padrão.

Diante dos resultados encontrados, quanto à realização da aplicação da regra padrão de CV, percebemos que mesmo as

mulheres assumindo uma posição social de destaque dentro da comunidade, para P6 obtivemos a maior aplicação da regra padrão de CV com os homens com 28% versus 17% das mulheres.

A partir dessa análise, consideramos que a comunidade afro-brasileira Mussuca em relação à variável sexo possui comportamentos diferenciados quando se trata da análise dos perfis P4 (*nós*) e P6. A H1 se confirma para P6, de que os homens apresentam uma maior presença da regra padrão, justificamos que tal realidade ocorre devido a alguns deles ocuparem cargos mais valorizados socialmente, a exemplo do vereador da comunidade. Quando se trata do paradigma *nós*, os resultados dialogam com os estudos anteriores (Oliveira, 2005), em que mulheres são mais sensíveis à regra padrão, pelo fato de assumirem papéis sociais relevantes em seu grupo, uma possível explicação para este resultado.

Esta análise apresenta indícios de uma configuração de aplicação da regra padrão dependendo dos perfis sociais da amostra, podendo então nos levar a considerar que o padrão de aplicação de concordância verbal em relação ao sexo pode levar à mudança da adoção da regra padrão mais em um determinado perfil do que em outro, não promovendo a normatização da regra de maneira equiparada em todos os perfis. Face a essa realidade, devemos considerar o estatuto social nas sociedades estratificadas, segundo Rodrigues (1987, p. 128), “o papel social que o indivíduo tem nas instituições públicas, ou seja, em relação ao seu trabalho ou às suas possibilidades econômicas” também interfere nos resultados dos perfis analisados.

Quando se trata da faixa etária, confrontamos os resultados com os estudos de Silva (2005) e percebemos que a comunidade analisada possui um contexto diferenciado. Os mais jovens não transitam para fora da comunidade como ocorre na análise realizada por Silva (2005) em comunidades rurais afro-brasileiras na Bahia. Naro (1996) aponta que os falantes mais velhos costumam preservar as formas mais antigas, mas isso pode ocorrer também

com falantes mais escolarizados ou mais jovens dependendo de sua rede de relações. Tal prerrogativa ocorre com os participantes dessa pesquisa, em que os mais escolarizados em relação à P4 (nós) e à P6 apresentam uma maior frequência de ausência da regra, devido ao fato de possuírem uma rede de contatos mais restrita, com pessoas mais velhas, transitando pouco para fora da comunidade. Quanto aos mais velhos, esta análise aponta que, pelo fato de este grupo estar engajado nas práticas culturais da comunidade tende a aplicar mais a regra padrão.

Tabela 1: Distribuição das variantes padrão da CV com P6 nos fatores da variável *faixa etária* na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca¹

Fatores	P4 (nós)/Total	P6/Total
Faixa I (20 a 40 anos)	1/48 13%	13/38 53%
Faixa II (41 a 60 anos)	2/13 11%	06/21 66%
Faixa III (acima de 61 anos)	17/49 37%	18/125 23%
Total	110 20%	184 47%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Controlar esta variável suscita possibilidades em realizar projeções sobre o comportamento de fenômenos linguísticos variáveis em relação a uma possível variação estável ou mudança em curso, “pois as diferenças entre os falantes de diferentes gerações são tomadas como o reflexo das diferenças na gramática da comunidade ao longo do tempo” (Labov, 1981; Lucchesi, 2014, p. 464).

1 Realizamos o cálculo do percentual geral de acordo com o resultado da aplicação da regra padrão de CV de cada participante em relação a sua faixa etária obtido pelo Programa R.

Partindo do pressuposto de que os mais velhos tendem a conservar mais os usos linguísticos da comunidade, a nossa H1 é de que a faixa etária interfere no uso padrão de concordância, sendo que os mais velhos conservam o uso mais distante do padrão e os mais jovens aplicam mais a concordância. Para a variação do fenômeno para P4 (*nós*), apresentamos um resultado que se contrapõe com os estudos sobre CV no PB (Anjos, 1999; Araújo, 2014; Lucchesi, 2004; Silva, 2005) seja em comunidades rurais afro-brasileiras ou em comunidades urbanas.

Silva (2005), em sua pesquisa, encontrou para a faixa etária I uma frequência de aplicação da regra padrão de 26% (.54); para a faixa etária II, uma frequência de 16% (.54) e para a faixa etária III, 7% com (.34). O pesquisador justifica que seus resultados se devem ao fato de os jovens saírem da comunidade e estarem expostos à variedade de prestígio, como explanamos na metodologia. Quando analisamos o perfil dos jovens da Mussuca, percebemos que isso não ocorre na comunidade.

Para a aplicação da regra padrão de concordância verbal, a maior frequência de ausência de aplicação de CV é de um jovem de 25 anos. Consideramos que este resultado nos leva a suscitar uma série de indícios que leva este jovem a contrapor com os resultados de outros estudos. A começar que este jovem não apresenta saídas da comunidade para questões de trabalho ou para escola. Está há sete anos fora da escola e, nos últimos anos, estudou na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA. Sua rede de relações sociais é restrita a outros jovens dentro da comunidade em festas ou encontros diversos. Somamos a este contexto, o fato deste participante e sua família também não fazerem parte de alguma prática cultural da comunidade, pois compreendemos que a representação social também molda a fala em virtude dos usos de prestígio. Percebemos que este jovem se contrapõe aos jovens da comunidade afro-brasileira do interior da Bahia, para Silva (2005) os jovens da comunidade, onde ele realizou o estudo,

possuem o nível de escolaridade maior e saem da comunidade ampliando essa rede de relações.

Desse modo, o participante de 25 anos apresenta 98% de ausência de aplicação da regra padrão. São 47 ocorrências com ausência da regra padrão para P4 (*nós*) desse participante. Desse total de ocorrências, 6 casos com sujeito elíptico que o participante não marca a regra padrão de concordância e um único caso em que apresenta a presença de aplicação da regra padrão:

(04)

O manguê é assim, no estilo uma tabuazinha, arma, aí vê cinco hora **nós** vêm... **vamo** vê se bateu se num bateu deixe aí.

(Participante 5 – Masculino, 25 anos, Ensino Fundamental II)

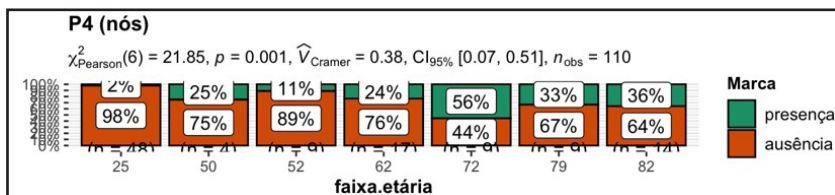
Em relação aos demais casos, o participante apresenta a ausência da regra padrão em ocorrências com o sujeito explícito. Foram 41 ocorrências com ausência da regra padrão com P4 (*nós*). A partir dessa análise, compreendemos que o participante, embora seja jovem, não possui um comportamento que o sensibilize a aplicar a regra padrão, visto que os contextos de ausência da regra ocorrem em sua maioria, em ordem direta e com sujeito explícito. Tal realidade nos incita alguns questionamentos sobre estes resultados:

- i. Se os jovens da Mussuca coadunam com a realidade deste jovem;
- ii. Se os perfis dos jovens dessa comunidade rural afro-brasileira vão de encontro aos perfis de outros jovens de outras comunidades afro-brasileiras a partir dos estudos já realizados em CV no PB.

Neste texto, não podemos traçar generalizações, mas podemos afirmar que os resultados e as análises realizadas nos fornecem indícios para levantar indagações nesta vertente. Assim, podemos dizer, com base na análise do resultado desse participan-

te, que ele possui um perfil diferente de outros jovens até então analisados nos estudos sobre CV no PB, como podemos observar nos resultados apresentados a seguir:

Figura 2: Gráfico de distribuição da aplicação da regra de CV para P4 *nós* na variável faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto ao grupo da faixa etária II de 41 a 60 anos, com três participantes, imersos no mercado de trabalho, com um contexto familiar formado. Estes participantes, devido à faixa etária, tendem a apresentar comportamentos sociais e linguísticos mais estabelecidos do que o grupo da faixa etária I. Embora do mesmo grupo de faixa etária, possuem perfis que se diferenciam dos participantes com 50 anos, pois, não possuem em seu ciclo familiar pessoas em contextos de representação social. Trabalham catando mariscos e possuem uma rede de relação mais ligada à comunidade e em relação a aplicação da regra padrão apresentam uma frequência de 25%.

O participante de 52 anos trabalhou por alguns anos na pedreira, retirando pedras, e após se casar com a filha do vereador local, teve uma oportunidade de emprego com maior visibilidade social como guarda municipal, embora suas filhas possuam nível superior, percebemos que o participante tende a conservar um comportamento linguístico mais ligado à variação da regra de CV — com a frequência de aplicação da regra padrão de 11% — justificamos este comportamento, pelo fato de este participante ter frequentado empregos como a pedreira e a salina por anos, com um grupo restrito da própria comunidade, conservando, desse modo, os usos linguísticos que o distanciam da regra padrão.

Em relação ao grupo da faixa etária III e de acordo com os estudos anteriores (Araújo, 2014; Lucchesi, 2004; Silva, 2005), os mais velhos tendem a conversar mais com os usos linguísticos dos grupos da comunidade. Tal fato ocorre porque este grupo é formado por participantes aposentados. Para Silva (2005) diante dessa realidade, este grupo não sofre muita pressão social por se encontrar afastado dos espaços de trabalho.

No entanto, este grupo da faixa etária III da comunidade Mussuca é o grupo em que os participantes são representantes nas práticas culturais da comunidade. Inclusive a líder do grupo de práticas faz parte do grupo da faixa etária III. Desse modo, em razão desse contexto, temos como H1 que este grupo tende a apresentar uma maior frequência de aplicação da regra padrão, devido às pressões da representatividade social desenvolvida nas práticas culturais da comunidade. De acordo com a Figura 2, percebemos que a frequência de aplicação da regra padrão para este grupo é maior do que para outros grupos. Confirmamos a H1 de que este grupo tende a apresentar uma maior frequência de aplicação da regra padrão.

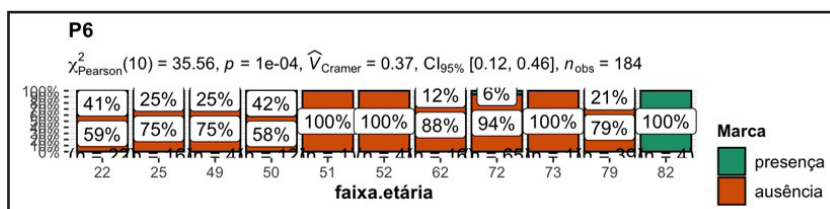
Para P4 (*nós*) os grupos da faixa etária I e II apresentam 61 ocorrências das quais 58 são de ocorrências com ausência da regra padrão. O grupo da faixa etária III apresenta 49 ocorrências com 32 casos de ausência da regra padrão. Com isso, percebemos que a escolha de uma forma linguística mais inovadora não é uma questão cronológica, mas um padrão comportamental revelado através de seus grupos etários e com os demais grupos que ele se relaciona (Naro, 1996).

Os jovens apresentam uma frequência de aplicação equiparada ao grupo da faixa etária II, com destaque para dois participantes de 51 e 52 anos que apresentam ocorrências com 100% da ausência da regra padrão. Estes participantes assumiram um comportamento próximo na aplicação da regra padrão para P4 (*nós*) e com este resultado para P6, confirmamos que o participante

com 51 anos, embora tenha frequentado, posteriormente ao casamento, empregos mais valorizados socialmente, conservando os usos linguísticos mais distantes da norma de prestígio, julgamos que isso ocorra pelo fato de ter trabalhado por alguns anos com grupos da comunidade.

Ainda em relação a esse participante (51 anos), consideramos este resultado pelo fato de a participante ter sido criada pelos avós e não ter tido oportunidade de estudar e trabalhar no seio da comunidade, mantendo um grupo restrito de relações, apresentando uma alta frequência de ocorrências com ausência da regra padrão (100%), como podemos observar na Figura 3 a seguir:

Figura 3: Gráfico de distribuição da aplicação da regra de CV para P6 na variável faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para o caso do participante com 82 anos, que apresenta 100% de aplicação da regra padrão, ressaltamos que este é um caso da peculiaridade da amostra. Este participante sem escolarização apresenta somente quatro ocorrências para P6 com aplicação da regra padrão, diante disso, o programa selecionou como 100% de aplicação, como observamos no exemplo a seguir:

(05)

Desde pequeno eu tinha **umas tias que moravam** em São Cristóvão **que eram xangozeiras** (Participante 6, masculino, 82 anos, sem escolarização)

A partir da análise descrita anteriormente, compreendemos que a erosão na morfologia flexional no PB, tanto para P4 (*nós*) quanto para P6, corrobora com os estudos mencionados nesse texto, apresentando-se como um fenômeno com alta frequência de variação na aplicação da regra padrão que está associado aos participantes que não se encontram engajados com o grupo de práticas culturais.

A direção da mudança linguística projetada diante dessa análise demonstra que os jovens, em outras comunidades, são responsáveis pela mudança face à norma de prestígio, o que não se configura deste modo para esta análise. Os jovens são aqueles que mais conservam os usos distantes da norma não padrão. No que concerne à variação na concordância verbal para a faixa III, aqueles que participam do grupo de práticas, sugere a hipótese de aquisição da regra padrão da CV.

Com isso, compreendemos que diante da análise proposta, mesmo que a comunidade apresente um processo de obtenção de marca da CV, estes participantes caminham dentro do processo de aquisição de forma muito peculiar, ligada às influências sócio-históricas de formação da comunidade bem como das práticas desenvolvidas e de acordo com cada perfil social de cada participante da pesquisa.

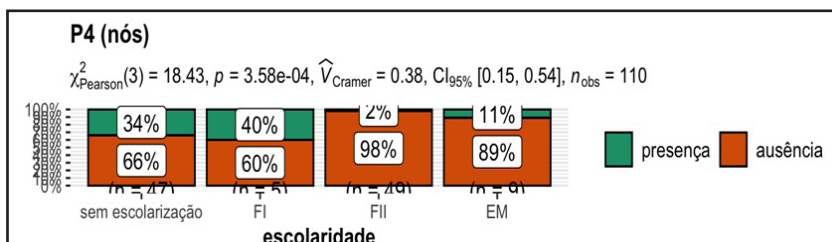
Em relação ao processo de escolarização, sabemos que o movimento é o mesmo. Tal fator tende a homogeneizar o uso da regra padrão da concordância verbal, tendo em vista que a escola preza pelo uso da língua próximo ao padrão. Desse modo, os processos de escolarização não ocorreram de forma homogênea em todo o país, assim, devido a isso, julgamos que as comunidades rurais apresentam uma maior frequência de ausência da regra. Partimos da H1 postulando que quanto maior o tempo de escolarização, há maior interferência na realização da regra padrão.

Em nossa amostra consideramos sem escolarização participantes que não frequentaram a escola e que não sabiam ler ou escrever. Seguindo a estratificação, consideramos o seguimento escolar de acordo com o nível de escolaridade de cada participante da pesquisa e consideramos a frequência do participante em cada segmento escolar (Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio).

Silva (2005) salienta que o processo de escolarização na zona rural é precário, e diante dessa realidade, a variável escolaridade interfere nos resultados. Araújo (2014) controla essa variável de acordo com 1 a 5 anos de escolarização (Fundamental) (49%) e com 11 anos de escolarização (Média) (65%) e confirma as hipóteses aventadas de que o processo de escolarização interfere nos percentuais de aplicação da regra padrão de CV. O que não ocorre com os dados dos participantes da comunidade afro-brasileira Mussuca.

A nossa H1 não se confirma, pois não há maior frequência de aplicação da ausência da regra padrão de CV entre os falantes menos escolarizados. Lucchesi (2009) encontrou um cenário parecido em Helvécia, em que os analfabetos apresentam um peso relativo maior do que os semianalfabetos (.53 versus .39), para esta realidade o pesquisador justifica o sistema educacional precário da zona rural. Observamos que a ausência da regra padrão de CV é relevante em todos os segmentos, mas o que nos chama a atenção é que quanto maior o nível de escolaridade, maior a frequência da ausência da regra padrão de CV. Esse resultado nos leva a analisar as ocorrências e perfil social de cada participante e em cada segmento de escolarização para que possamos refletir sobre esse comportamento inverso apresentado pelos participantes. Para tanto, analisemos a Figura 4 a seguir:

Figura 4: Gráfico de distribuição da aplicação da regra de CV para P4 (*nós*) na variável escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao analisarmos a Figura 4, precisamos esclarecer e reiterar o que foi tratado nesse estudo: dos 294 dados que obtemos para a análise, 110 ocorrências foram para P4 (*nós*). Dessas 110 ocorrências 47 foram dos participantes sem escolarização, 5 ocorrências de participantes do Ensino Fundamental I, 49 ocorrências dos participantes do Ensino Fundamental II e 9 ocorrências de participantes do Ensino Médio. Com isso, percebemos que por se tratar de dados assimétricos não podemos assumir generalizações, mas podemos analisar o perfil dos participantes de cada segmento de escolaridade a fim de aventar possíveis hipóteses para os resultados encontrados.

Os participantes sem escolarização são aqueles que estão mais engajados nas práticas culturais desenvolvidas na comunidade. Além disso, mesmo que esporadicamente e por pouco tempo, são aqueles que viajam para outros estados e estão sendo sempre solicitados para falarem sobre suas práticas, seja para turistas ou em fontes midiáticas. Por participarem dessa representatividade social, julgamos que tais participantes possuam uma maior aplicação de variantes próximas à regra padrão de CV.

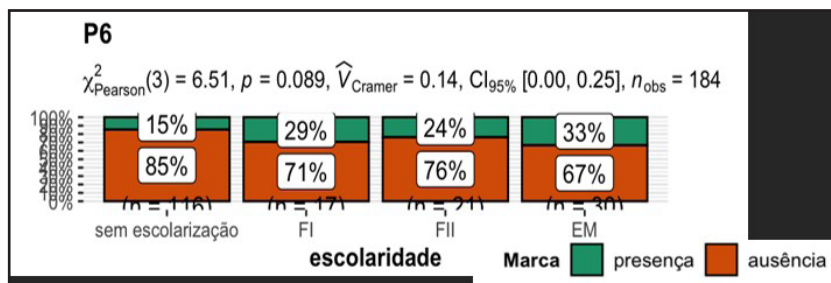
Partindo do pressuposto anterior, os participantes do grupo do Ensino Fundamental I, possuem ainda uma quantidade de dados muito menor, são 5 ocorrências, das quais aplicam a regra padrão em duas delas. Para o Ensino fundamental II, temos a pre-

sença de um participante que com 49 dados aplica a regra padrão em somente uma ocorrência. Embora tenha uma maior escolaridade em relação aos participantes dos outros grupos citados, este participante não frequenta mais a escola há sete anos. Possui uma rede de relações restrita com as pessoas da comunidade, além de desenvolver trabalhos nos limites da comunidade, a exemplo da agricultura familiar.

Para a frequência de aplicação da regra padrão para o grupo do Ensino Médio, também nos esbarramos em uma questão de quantidade de dados, pois para a análise da amostra possuímos 9 dados, dentre os quais 8 são para a ausência da regra padrão. Consideramos que a aplicação da regra padrão para P4 (*nós*), em relação à variável escolaridade, é resultante de uma confluência de dois fatores, um é a quantidade de dados para a análise, e o segundo é o comportamento dos participantes de cada segmento de escolaridade, pois, embora algumas comunidade rurais afro-brasileiras partilhem de uma sócio-história similar quanto aos processos de urbanização e escolarização, cada comunidade carrega suas peculiaridades de acordo com o comportamento do grupo ou de cada participante.

Essas peculiaridades podem ser gramaticais e lexicais e singularizam cada comunidade analisada, “inclusive em relação às variedades populares faladas no Brasil, não se pode generalizar as suas características, pois cada comunidade tem idiossincrasias sócio-históricas demográficas que podem levar a diferenças em termos linguísticos” (Santana; Araújo; Freitag, 2018, p. 124). Embora em frequências diferenciadas, podemos observar o mesmo comportamento para P6:

Figura 5: Gráfico de distribuição da aplicação da regra de CV para P6 na variável escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para P6 não obtivemos um resultado estatisticamente significativo ($X^2(1, N=184) 6.51, p = 0.089$), mas podemos confirmar o mesmo padrão de análise para P4 (*nós*). Do total de 184 ocorrências para P6, o grupo sem escolarização obteve 116 ocorrências, das quais 85% (99 ocorrências) são de ausência da regra de concordância verbal. O grupo do Ensino Fundamental I com 17 ocorrência obteve 71% de ausência (12 ocorrências). Para o grupo do Ensino Fundamental II, das 21 ocorrências 76% foram de ausência da aplicação, que corresponde a 16 ocorrências. Para o Ensino Médio foram levantadas 30 ocorrências com 67% da frequência para ausência da regra (20 ocorrências).

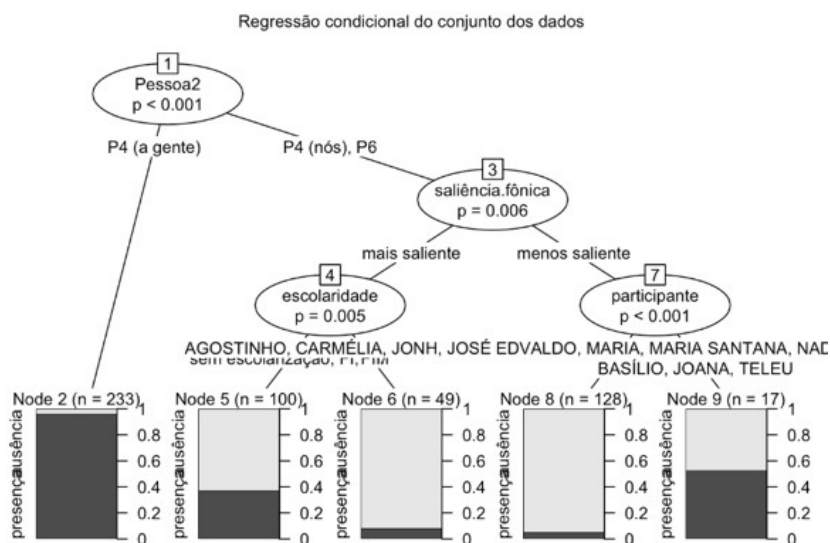
Compreendemos que as variáveis socioculturais são de suma importância para a descrição da variação do fenômeno de concordância verbal na comunidade Mussuca, mas ressaltamos que a interpretação dos perfis sociais de cada participante também detém relevância na análise dos resultados. Com isso, compreendemos a necessidade da análise da construção social de cada persona da pesquisa, para que desse modo possamos interpretar os resultados obtidos de maneira mais próxima da realidade da comunidade.

A direção da mudança linguística projetada diante dessa análise demonstra que apesar dos jovens em outras comunidades

serem responsáveis pela mudança em face à norma de prestígio, esta realidade não se configura nessa análise. Os jovens são aqueles que mais conservam os usos distantes da norma não padrão. No que concerne à variação na concordância verbal para a faixa III, a análise daqueles que participam do grupo de práticas, sugere a hipótese de aquisição da regra padrão da CV. Com isso, compreendemos que diante da análise proposta, mesmo que a comunidade apresente um processo de aquisição de marca da CV, estes participantes caminham dentro do processo de aquisição de forma muito peculiar, ligada às influências sócio-históricas de formação da comunidade bem como das práticas desenvolvidas e de acordo com cada perfil social de cada participante da pesquisa.

Para confirmar as variáveis que fomentam o processo de variação, selecionamos o modelo de regressão condicional para realizar a análise multivariada. “Essa é uma abordagem de exploração de dados, análise estatística exploratória, baseada em testes de significância, e que pode ser especialmente útil para auxiliar na descrição de usos linguísticos diversos e variáveis quanto à regularidade e a emergência da diversidade” (Freitag, 2020, p. 318). Para o nosso estudo, a análise é realizada em função da presença ou ausência da regra de concordância verbal. De modo geral, o modelo em questão testa o efeito simultâneo de várias variáveis independentes e as separa em “*nós*” com vistas a hierarquizar a ordem de relevância das variáveis que atuam na variável dependente, a seguir apresentamos o modelo arbóreo utilizado na pesquisa de mestrado (Macêdo, 2020) com a presença dos dados com P4 (*a gente*) para que posteriormente possamos traçar uma análise comparativa sem a presença desses dados.

Figura 6: Árvore de classificação condicional para a análise da aplicação da regra de concordância verbal

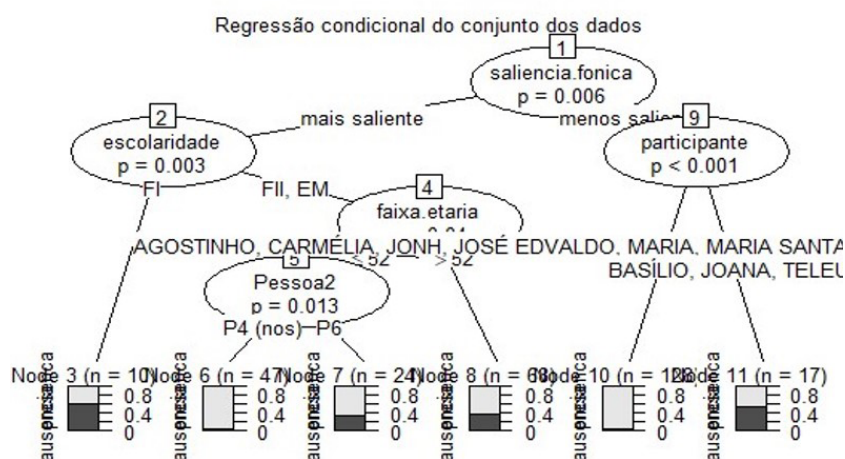


Ao observarmos o modelo anterior, notamos padrões semelhantes nas análises univariadas apresentadas anteriormente tanto para o paradigma P4 (*a gente*) quanto para P4 (*nós*) e P6. Este tipo de análise nos permite realizar algumas observações a partir das variáveis significativas, permitindo observar o efeito delas juntas em relação à aplicação da regra padrão de concordância. Com estes resultados, percebemos que o alto índice de aplicação da regra padrão para o paradigma de P4 (*a gente*) na comunidade rural afro-brasileira Mussuca tende a confirmar os resultados encontrados em outros estudos. Como salientamos nessa análise, o alto índice de marcação da regra padrão de concordância se deve ao fato dessa adoção do paradigma P4 (*a gente*) não apresentar a flexão de plural do verbo e de certo modo este resultado encontra-se velado a tal prerrogativa.

Por meio do sistema arbóreo anterior, percebemos que pode acontecer uma correlação direta para P4 (*a gente*) (node 2 com 233

ocorrências com o p-valor 0.001) com o fator de saliência fônica assim interferindo na frequência de aplicação da regra. Para os perfis P4 (*nós*) e P6 o índice de variação da regra se apresenta de modo diferenciado para P4 (*a gente*) mas com peculiaridades que não condizem com os estudos anteriores já citados nesse texto. Em relação à significância estatística, percebemos que a saliência fônica é o fator que se destaca tanto no primeiro gráfico arbóreo quanto no segundo apresentado logo a seguir. O que confirma os resultados no que se refere ao comportamento do fenômeno em relação a essa variável linguística, é a aplicação da regra padrão ser favorecida quando o contexto é mais saliente, ratificando as tendências já postuladas.

Figura 7: Árvore de classificação condicional para a análise da aplicação da regra de concordância verbal



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Tal análise pode ser verificada no terceiro nó, onde está segmentado o fator de saliência fônica com p-valor 0.006 tanto na Figura 6, quanto no primeiro nó na Figura 7, onde se destaca, no contexto mais saliente, a variável *escolaridade* nos dois gráficos.

Mas com uma frequência de aplicação da regra padrão menor que a ausência da regra. Sabendo que a natureza da variável dependente é categórica, aqui percebemos os múltiplos níveis do comportamento do fenômeno nesta comunidade analisada, pois os participantes selecionados seguem por ordem o participante sem escolarização (node 5 – 100 ocorrências) e o participante do Ensino fundamental I (node 6 – com 49 ocorrências) na Figura 6.

Para o contexto menos saliente, o conjunto arbóreo traz a seleção do participante com o p-valor 0.001 na Figura 6, na Figura 7 o participante também é selecionado. Em relação a esse contexto, a análise multivariada confirma o nosso padrão de análise, no qual o perfil social do participante influencia no comportamento do fenômeno, o que nos permite levantar pistas para suscitar uma análise mais aprofundada em relação à variação do fenômeno de concordância verbal na comunidade quilombola Mussuca.

O que difere nos dois modelos é que o segundo, como já salientamos, não apresenta os dados do perfil P4 (*a gente*) e assim, observamos que no primeiro a pessoa deteve um destaque no primeiro nó, selecionando o P4 (*a gente*). Na Figura 7 foi selecionado P4 (nós) no quinto nó, o que nos leva a confirmar o que tínhamos suscitado durante a pesquisa, os dados com *a gente* tendem a velar os resultados, pois *a gente + verbo flexionado em 3ª pessoa* não é estigmatizado na comunidade de fala do PB. Somado a esse resultado frisamos a permanência da seleção do participante que se mantém também nessa segunda figura.

A análise exploratória desse sistema de regressão de dados condicionais nos consente identificar subconjuntos de dados da concordância verbal em relação aos participantes da pesquisa, compreendendo que há variação interna e que a variação parte de um reconhecimento da interação entre os participantes e dos grupos os quais eles participam, pois o falante está vinculado às redes sociais com as quais em constante interação compartilha

diversos valores dentre eles, os valores linguísticos. Com isso, o falante adota formas linguísticas diferentes em relação ao seu lugar de fala, de pertença, em suma de seu comportamento. Tais recursos linguísticos se configuram a partir da sua paisagem social, podendo até influenciar outros grupos, fomentando as trocas linguísticas como podemos confirmar nos dados apresentados.

Considerações finais

Buscamos, neste texto, analisar os dados da taxa de frequência de ausência e presença da concordância verbal, P4 (*nós*) e P6, na fala de residentes da comunidade afro-brasileira Mussuca, no município de Laranjeiras - SE. A partir da descrição linguística de suas variantes e, ao mesmo tempo, a análise das influências socioculturais, à luz da Teoria da Variação e Mudança Linguística (Labov, 2008[1972]; Weinreich; Labov, Herzog, 2006[1968]).

Na análise das variáveis independentes linguísticas, destacaram-se os grupos (i) saliência fônica; (ii) tipo de verbo; (iii) especificidade do sujeito (v) realização e posição do sujeito. Entre as variáveis socioculturais se sobressaíram: (vi) sexo; (vii) escolarização e (viii) idade. Partimos da hipótese de que, pelo fato de os participantes desta pesquisa fazerem parte de uma comunidade rural afro-brasileira e pelo contexto de formação sócio-histórica dessa comunidade, os resultados de aplicação da regra seriam menores em relação à regra padrão.

Confirmamos a nossa expectativa em relação aos resultados gerais para P4 (*nós*) e P6, pois há uma frequência maior em relação à ausência da regra padrão. Questionamos inicialmente se a comunidade apresentaria dados em favor da aplicação da regra de concordância verbal padrão na 1ª e na 3ª pessoa do plural (P4 e P6). Quando se trata do paradigma P4 (*nós*) e P6, os resultados gerais coadunam com os resultados de estudos anteriores realizados em comunidades rurais (Lucchesi, 2009; Silva, 2005; Souza

2015). Para P4 (*nós*) e P6, a frequência de aplicação é em favor da ausência da regra padrão.

Em relação aos efeitos linguísticos dos condicionadores internos que se aplicam para a presença da regra padrão, estes são os mesmos dos estudos anteriores sobre CV em comunidades rurais (Lucchesi, 2009; Silva, 2005; Souza, 2015). O fator que é estatisticamente significativo é o de saliência fônica, mas somente para P6 (X^2 (1, N= 184) 19.32, $p = 1.1e-05$). O nível de saliência fônica foi o fator de maior significância, tanto na análise univariada como multivariada. Este resultado corrobora os resultados anteriores em que os níveis mais altos de saliência fônica favorecem a regra padrão de concordância verbal (Lemle, Naro, 1977; Naro, 1981)

Consideramos que os estudos de CV apontam que as variáveis socioculturais detêm significância para a variação da regra, e em relação a estes fatores, coadunamos com os resultados encontrados. Quando se trata da análise das variáveis socioculturais, os resultados gerais apresentam um contexto diferenciado. A análise da faixa etária nos leva compreender que o fenômeno de concordância verbal se encontra em variação estável, quando se trata do paradigma P4 (*nós*) e P6.

Consideramos que, para a análise qualitativa, o perfil social dos participantes nos direcionou para determinadas compreensões dos resultados obtidos. Podemos aviltar, dentro desse contexto, as motivações para a frequência de aplicação da regra padrão, considerando que estas motivações podem ser interferidas a partir do continuum identitário, fazendo-nos refletir que a variação da regra padrão é um traço também condicionado pela composição perfil social do participante da pesquisa.

Partindo do pressuposto de que há, na realidade brasileira, fluxos diversos (Naro e Scherre, 1991), respondemos à questão traçada inicialmente, salientando que, diante da análise do perfil social dos participantes da comunidade analisada, o comporta-

mento do fenômeno apresenta singularidades em relação à variação da regra padrão. Para P4 (*nós*) os resultados se contrapõem com o que prevê a literatura, pois a alta frequência de aplicação da regra padrão está com o grupo sem escolarização.

Tal realidade nos leva a analisar o perfil social de cada participante e observamos que o grupo sem escolarização se encontra engajado em práticas sociais, o que pode interferir nos resultados encontrados, pois este grupo possui participantes com uma rede de relações mais aberta. Em relação à P6, os resultados de maior frequência estão com o grupo mais escolarizado, apresentando uma disparidade pequena entre os grupos (Sem escolarização: 15%; Ensino Fundamental I: 24%; Ensino Fundamental II: 29%; Ensino Médio: 33%).

Em relação à variável sexo, para P4 (*nós*), os resultados confirmam a nossa hipótese em que as mulheres são mais sensíveis à presença da regra padrão para P4 (*nós*), tais resultados corroboram os estudos (Guy, 1980; Labov, 1972, 1981; Oliveira, 2005). Já para P6, os resultados corroboram os estudos de comunidades rurais brasileiras (Lucchesi, 2009; Silva, 2005), em que os homens apresentaram uma maior frequência de aplicação da regra padrão com 28% versus 17% das mulheres.

No que concerne à variação da concordância verbal para a faixa III, aqueles que participam do grupo de práticas confirmam a hipótese de aquisição da regra padrão de CV. Com isso, compreendemos que, diante da análise proposta, mesmo que a comunidade apresente um processo de variação estável da regra padrão de CV, estes participantes caminham dentro do processo de forma muito peculiar, ligada às influências sócio-históricas de formação da comunidade, das práticas desenvolvidas e o perfil social de cada participante da pesquisa. Direcionando o estudo para uma microanálise do perfil do participante da pesquisa, de acordo com as práticas desenvolvidas pelos grupos de sua comunidade, com a pretensão de responder a algumas questões que foram levantadas nesse estudo.

Referências

- ANJOS, Sandra Espinola. *Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala dos pessoenses*. Dissertação de Mestrado em Linguística – UFPB, João Pessoa, 1999.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal e sua importância para os estudos sobre a formação do português brasileiro*. *Papia*, São Paulo, 22(1), p. 91-110, 2012.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português Brasileiro*. 341 f. 2014. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- BENFICA, Samine. de A. *A concordância verbal na fala de Vitória*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder, *In*: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. *Linguagem, gênero e sexualidade: clássicos traduzidos*, São Paulo, Parábola: 2010, p. 93- 107.
- ECKERT, Penelope. *Three Waves of Variation Study: The Emergence of Meaning in the Study of Sociolinguistic Variation*. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 41, 2012.
- FREITAG, R. M. K. *A sociolinguística da leitura*. *Letrônica*, v. 13, p. 1-13, 2020.
- GRACIOSA, Diva. Maria. Dias. *Concordância verbal na fala culta carioca*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa - instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- GUY, Gregory. Variation in the group and the individual: The case of final stop deletion. *In*: LABOV, William. *Locating Language In Time And Space*. Academic Press, 1980.
- IRVINE, Judith. Style as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. *In*: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John (eds.). *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 21-43.
- LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].

LABOV, William. *Resolving the Neogrammarian Controversy Language*, Vol. 57, No. 2. p. 267-308, 1981. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0097-8507%28198106%2957%3A2%3C267%3ARTNC%3E2.0.CO%3B2-F>

LEMLE, Miriam; NARO, Anthony Julius. *Competências básicas do português*. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e Fundação Ford, 1977.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LUCCHESI, Dante; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. *A teoria da variação linguística*. Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica>. 2004.

LUCCHESI Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedades partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Editora contexto, 2015.

MACÊDO, Juliete. Bastos; ARAUJO, Silvana S. Araújo. A concordância verbal na comunidade quilombola Mussuca (Laranjeiras - Sergipe): uma análise sociolinguística. In: Congresso Nacional em Estudos Interdisciplinares da Linguagem - CONEIL, 2020, Campina Grande. *Anais do Congresso Nacional em Estudos Interdisciplinares da Linguagem*. Campina Grande: Editora Realize, 2020. v. 1. p. 1-14

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

NARO, Antony Julius; VOTRE, Sebastião Josué. Mecanismos funcionais do uso da língua. In: MACEDO, A. T. de; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Variação e mudança linguística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 20, p. 9-16, 1991.

NARO, Anthony Julius. *The social and Structural Dimensions of a Syntatic Change*. Language, LSA, v. 57, n. 1, 1981.

NOVAIS, Viviane Silva de. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de universitários sergipanos*. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

NOGUEIRA, Cássia Michela Alves. *Significados sociais da Variação Estilística em esquetes de rádio*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2010

OLIVEIRA, Marilza de; PEREIRA, Hércius B. *PB do século XIX: uma Brasiláfrica linguística?* 2005. Disponível em: Letras Clássicas e Vernáculos (usp.br)

PEREIRA, Inês. *Identidade em rede: Construção identitária e movimento associativo*. Sociologia, Problemas e práticas, 40, pp. 107-121, 2002.

RODRIGUES, Ângela. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

RODRIGUES, Ângela. *Língua e o contexto sociolinguístico: concordância no português popular de São Paulo*. Araraquara: UNESP, 1992.

SALOMÃO, Mircia Hermenegildo. *A variação estilística na concordância nominal e verbal como construção de identidade social*. 2015. 313f. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

SANTANA, José Humberto dos; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. *Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: procedimentos metodológicos*. PAPIA, São Paulo, 28(2), p. 219-237, Jul/Dez 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale: édition critique préparée par Tullio de Mauro*. Paris: Payot, 1972[1916].

SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do estado da Bahia*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SOUZA, Antônio Carlos Santana de. *Africanidade e contemporaneidade do português de comunidades afro-brasileiras no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

O ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMO EM DUAS VARIEDADES NÃO EUROPEIAS DO PORTUGUÊS

Silvana Silva de Farias Araujo
(UEFS/PPGEL/FAPESB)

Matheus de Araujo Azevedo
(UEFS/PPGEL/FAPESB)

1. Considerações iniciais

A pesquisa apresentada neste capítulo tem como foco a variação do uso do artigo definido diante de antropônimos em Luanda, capital de Angola, e na comunidade quilombola Mussuca, no estado brasileiro de Sergipe, a fim de analisar e comparar o comportamento linguístico dos falantes de ambas as comunidades de fala.

A comparação entre aspectos morfossintáticos do PB e de variedades não-europeias do português, como o português luandense (PL), pode trazer elementos relevantes para a discussão sobre a importância do contato entre línguas na formação do PB, uma vez que a realidade linguística brasileira foi formada a partir da integração de africanos escravizados falantes de línguas africanas à sociedade brasileira, produto de questões impositivas de políticas colonizadoras.

Luanda foi, e ainda é, palco do contato entre o português e as línguas africanas, ainda que a natureza sócio-histórica e demográfica desse contato seja diferente do ocorrido no Brasil. Assim como o português brasileiro, o português angolano é plural e possui uma realidade linguística que é produto de questões impositivas de políticas colonizadoras. Estudos comparados entre essas variedades, visando à compreensão da formação da língua portuguesa a partir de contatos com línguas africanas, tornaram-se mais recorrentes nas últimas décadas, como em Petter (2008), Teixeira e Araújo (2017), dentre outros.

No que diz respeito ao fenômeno variacional em foco, as gramáticas tradicionais consideram o artigo definido como expressão de uma categoria do nome — a categoria de determinante. O nome próprio, em seu uso referencial, quando se refere a um indivíduo específico no domínio discursivo, é tido como uma unidade semanticamente completa e definida (Müller; Negrão, 1989). Em decorrência disso, a realização de artigo definido diante de nome próprio de pessoa constitui um caso de redundância gramatical.

Numa perspectiva diacrônica, Costa (2002) identificou apenas duas ocorrências de artigo acompanhando mais de 1.400 antropônimos em textos do português arcaico. Ambas as ocorrências foram encontradas em textos do final do período arcaico. A observação do fato sugere que a combinação do artigo com antropônimo não fazia parte da gramática do português arcaico. Magalhães (2011) contribui com os estudos sobre o fenômeno ao constatar que a variação do uso do artigo junto a antropônimos foi tornando-se rara ao longo dos séculos, até que o uso do artigo se tornou praticamente categórico no século XIX.

Silva (1998), numa análise descritiva, observa que a combinação do artigo com antropônimos pode ser condicionada pela familiaridade de tratamento. A referência a uma pessoa pelo primeiro nome ou por um sobrenome sugere maior intimidade entre o falante e a pessoa nomeada, favorecendo a presença do artigo.

A variação no uso do artigo definido diante de antropônimo também sugere que o artigo definido pode ou não ocorrer junto ao núcleo nominal na função de sujeito, objeto direto, objeto indireto, aposto e até mesmo adjunto, sem que ocorra uma mudança no sentido semântico. Isso pode ser verificado nos exemplos de (1) a (3), em que o nome próprio João ocupa diferentes posições sintáticas:

- (1) **O** João trabalha demais. **Ø** João trabalha demais.
- (2) Ela fez **o** João andar rápido. Ela fez **Ø** João andar rápido.
- (3) Ele gosta **do** João. Ele gosta **de** João.

A partir da compreensão de que o fenômeno se comporta de forma variável no português brasileiro (PB), sendo sua variação condicionada a fatores internos e externos à língua, a nossa principal hipótese para a existência dessa variação é a mesma levantada por Callou e Silva (1997), que dizem que, quanto mais antiga for a colonização numa comunidade de fala, menor será a ocorrência de uso do artigo definido. As autoras também observam que algumas preposições como: *de*, *em*, *para*, *a*, favorecem a contração dos artigos definidos, o que acaba favorecendo o uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa.

Em alguns estudos realizados no PB com base em dados da oralidade (Braga, 2012; Callou; Silva, 1997; Campos Júnior, 2011; Mendes, 2009, entre outros), os resultados demonstram a grande diversidade que existe na variação do preenchimento ou não do artigo, mesmo em comunidades próximas. Tal fato questiona a hipótese de o fenômeno ter caráter diatópico.

Além disso, muitas línguas africanas com as quais o português teve contato, tanto no Brasil quanto na África, têm uma alta incidência de nominais nus (Lucchesi, 2009), ou seja, nominais que ocorrem em núcleos sem determinantes. O fenômeno é “bastante geral nas línguas crioulas, possivelmente um vestígio

de reestruturações morfossintáticas nas fases iniciais da história dessas línguas” (Baxter; Lopes, 2009, p. 319).

Considerou-se relevante o levantamento de dados do português afro-brasileiro falado na comunidade de Mussuca e a comparação com dados do português luandense, por (i) contribuir para a análise e descrição da sistematicidade que envolve o fenômeno e (ii) aferir o contato linguístico ocorrido entre as línguas dos povos que foram trazidos para o Brasil como escravizados e o português europeu durante o período da colonização. A comparação dos resultados das análises tem como objetivo relacionar os recursos semelhantes que as variantes usam (Tarallo, 1997).

2. Aspectos teórico-metodológicos

Este estudo está fundamentado no modelo teórico-metodológico laboviano (Labov, 2008), também conhecido como Teoria da Variação e da Mudança Linguística, nos termos de Weinreich, Labov e Herzog (2006).¹ Esse é o modelo adotado em função de ser teoricamente coerente e metodologicamente eficaz para a descrição de uma comunidade de fala numa perspectiva de variação, cuja tese principal é que a língua é uma realidade heterogênea e social, e essa heterogeneidade é funcional.

A teoria variacionista, para Tarallo (1997, p. 06), “trata-se de um modelo teórico-metodológico que assume o ‘caos’ linguístico como objeto de estudo”. Em outras palavras, a abordagem busca, através da correlação entre as variações existentes na fala de um indivíduo e os fatores de natureza social, visualizar a regularidade e sistematicidade na coexistência de variantes linguísticas na comunicação cotidiana.

A realização de análises quantitativas é imprescindível em

1 Estudo originalmente publicado em Austin, Texas no ano de 1968 e intitulado *Empirical foundations for a theory of language change*.

qualquer pesquisa que se oriente pela Sociolinguística Variacionista, porque

[...] possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística. A variação linguística, entendida como alternância entre dois ou mais elementos linguísticos, por sua própria natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos (Guy; Zilles, 2007, p. 73).

Adotando alguns procedimentos já utilizados por diversos trabalhos de natureza variacionista, por meio da seleção de variáveis linguísticas, bem como da presença de preposição, função sintática e função semântica do antropônimo, entre outras, e variáveis sociais, como grau de escolaridade e faixa etária, o presente estudo buscou identificar quais fatores são mais significativos para a configuração da variável dependente presença/ausência de artigo definido diante de nomes próprios nas comunidades de fala pesquisadas.

De acordo com Naro e Scherre (2008, p. 174),

a comparação entre pesquisas diferentes requer cautela acentuada, fazendo-se necessário que se observe se as duas estão tratando de dados da mesma natureza, se estão considerando as mesmas variáveis ou se introduziram variáveis novas e se estão utilizando os mesmos critérios de análise.

Portanto, selecionamos as mesmas variáveis linguísticas e extralinguísticas para realizar a análise contrastiva de forma satisfatória de ambos os *corpora*. A saber: a **função sintática** de-

sempenhada pelo antropônimo na sentença, a **presença/ausência de preposição** antecedendo o antropônimo e a **maneira como o antropônimo aparece** na sentença (se aparece precedido de qualificativo) são as variáveis linguísticas.

Neste trabalho, utilizamos entrevistas orais enquadradas na metodologia da Sociolinguística Variacionista. As entrevistas gravadas na área urbana do município de Luanda já foram transcritas e fazem parte do acervo linguístico do projeto de pesquisa *Em Busca das Raízes do Português Brasileiro Fase III: Estudos Morfos-sintáticos*, sendo 12 entrevistas de fala culta e 12 de fala popular. O projeto é sediado no Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana (NELP/UEFS) e é certificado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UEFS), com o número de parecer favorável 140.511.

Todas as entrevistas que compõem o corpus foram gravadas nos anos de 2008 e 2013 pela professora Eliana Pitombo (aposentada da UEFS). Seus informantes foram estratificados separadamente entre falantes nativos do português e falantes do português como segunda língua, como meio de observar as estratégias de nativização da língua portuguesa imposta e a disseminação de novas variantes do português a partir do contato linguístico.

Quadro 1: Variáveis socioculturais consideradas na pesquisa

Proximidade com o referido	Próximo do falante Distante do falante
Faixa Etária	I- 18 a 35 anos II- 36 a 50 anos III- acima de 51 anos
Escolaridade	Nula ou analfabeto Baixa ou nula Culta

Fonte: Elaboração própria.

A segunda amostra se constitui da gravação de 12 entrevistas orais, compostas por falantes nativos da comunidade quilombola de Mussuca. O corpus de fala que compõe a análise desse estudo é resultado do projeto de pesquisa de pós-doutoramento da Professora Dra. Silvana Araújo intitulado *Caracterização do português popular falado em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia e de Sergipe: documentação de comunidades de práticas afro-brasileiras para o estudo de contatos linguísticos*. O material foi cedido pela pesquisadora com os dados de fala já transcritos e revisados, cabendo-nos a coleta e tratamento dos dados para análise.

A etapa subsequente à realização dessa pesquisa foi a análise das entrevistas já realizadas e que compõem os *corpora* desta pesquisa. Os dados foram coletados a partir de uma busca manual e minuciosa de nomes próprios nas transcrições das entrevistas e da sinalização de ausência ou presença de artigo definido antecedente. Em seguida, realizou-se a codificação das ocorrências do fenômeno em questão, o que resultou na obtenção dos resultados quantitativos da correlação entre a variável linguística e as variáveis extralinguísticas estabelecidas. Partindo dos dados coletados e refinados, foi possível dar tratamento quantitativo aos dados por meio do Programa Goldvarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005).

3. Análise e discussão dos resultados

As descrições e interpretações das variáveis linguísticas e extralinguísticas controladas nesta análise variacionista do emprego do artigo definido antes de nomes próprios na comunidade afro-brasileira de Mussuca, no estado de Sergipe, e em Luanda serão aqui comparadas.

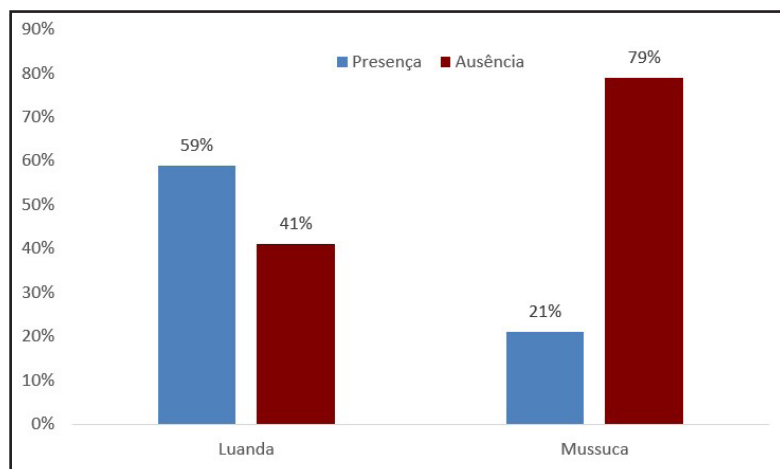
Em ambos os casos, trabalhamos com uma variável binária, que consiste em analisar a variação ausência/presença de artigo definido acompanhando nomes próprios na fala de informantes

das duas comunidades, visando demonstrar a existência de sistematicidade do fenômeno em foco em comunidades de fala.

Numa visão geral do fenômeno em cada uma das comunidades, os resultados obtidos através da análise descritiva dos *corpora* apontam para 59% de ocorrências de artigo definido diante de antropônimos em Luanda - Angola e 21% de ocorrências em Mussuca. Vale destacar que casos em que a ausência do artigo é categórica, como *vocativo* (Silva, 1998) e *nominalização didática* (Braga, 2012), não foram analisados.

O comportamento linguístico de ambas as comunidades pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Presença e ausência do artigo definido antes de antropônimos em Luanda e em Mussuca



Fonte: Elaboração própria.

As porcentagens expostas no gráfico revelam, à princípio, uma distribuição não harmônica nas duas comunidades observadas no que se refere ao emprego do artigo definido diante de antropônimos, com a estrutura mais frequente em Mussuca sendo a ausência de artigo definido diante de antropônimo, ao contrário do que se observa nos dados de Luanda.

Entende-se que essa variação pode ser influenciada por diversos motivos, inclusive geográficos, conforme postulado por Callou (2000, p. 22), que, ao estudar a variação do uso do artigo junto a nomes próprios de pessoas, afirma que “parece mais produtivo observar seu comportamento internamente, em cada cidade, a fim de verificar se os mesmos condicionamentos, em maior ou menor porção atuam em cada uma delas”. O fator variação regional foi estudado por Campos Júnior (2011), Braga (2012), Lima e Moraes (2019) e Siqueira (2020). Siqueira (2020) ainda afirma que os estudos sobre a importância da região geográfica nesse fenômeno variacional ainda são poucos, se comparados ao grande número de comunidades de fala distintas do PB.

Quando optamos por comparar os resultados obtidos em Luanda e numa comunidade quilombola brasileira, visamos perceber quais são as marcas deixadas pelo contato linguístico nesse fenômeno realizado nas duas comunidades. Para tal, fez-se necessário analisar estatisticamente os dados das variáveis linguísticas mais relevantes quanto ao uso do artigo antes de nomes próprios nas comunidades estudadas.

Variáveis linguísticas

Função sintática

Os estudos de Callou e Silva (1997), Silva (1998), Callou (2000), Alves (2008) e Sedrins, Pereira e Silva (2017) consideraram a função sintática em seus trabalhos e apontaram a relevância desse fator em relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos. Com isso, nosso objetivo é verificar em qual posição no sintagma nominal (SN) o nome próprio aparece favoravelmente para o aparecimento de artigo definido.

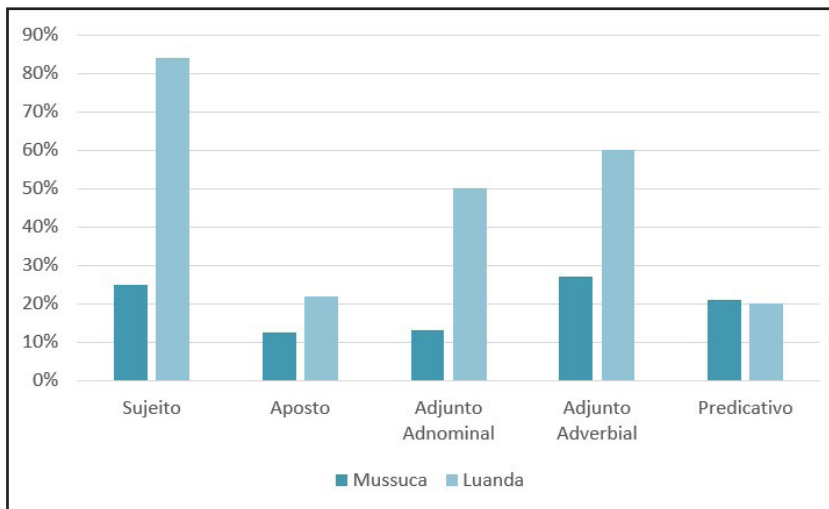
Tabela 1: Uso de artigo definido diante de antropônimos em Luanda e Mussuca de acordo com a função sintática dos nomes próprios

	Luanda		Mussuca	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sujeito	21/25	84%	17/69	25%
Aposto	2/9	22%	2/16	12%
Adjunto adnominal	4/8	50%	6/47	13%
Predicativo	1/5	20%	3/14	21%
Adjunto adverbial	3/5	60%	4/14	29%

Fonte: Elaboração própria.

A fim de uma melhor visualização dos resultados supra apresentados, segue o gráfico:

Gráfico 2: Distribuição do artigo definido de acordo com a função sintática do antropônimo em Luanda e em Mussuca



Fonte: Elaboração própria.

A comparação entre os fatores de função sintática mostra o uso do artigo muito mais frequente em Luanda, se comparado à Mussuca, em quase todos os aspectos comparados, sendo a exceção uma diferença pouco significativa entre Mussuca (21%) e Luanda (20%) na função de predicativo.

A Tabela 1 mostra como função sintática mais relevante para a realização de artigo definido diante de antropônimos em Luanda a função de sujeito, que corresponde a uma posição sintática argumental (Sedrans; Pereira; Silva, 2019), apresentando uma realidade linguística mais próxima de Portugal, onde o uso do artigo em contextos como esse tornou-se categórico ao longo do tempo, especialmente quando se refere a indivíduos que não fazem parte da memória histórico-cultural coletiva (Mira Mateus *et al.*, 1983). Em Mussuca, porém, a ausência de artigo sobrepõe-se à presença, revelando uma proximidade maior à realidade brasileira, especialmente da região Nordeste, onde é mais comum o apagamento do artigo antes de nomes próprios (Callou; Silva, 1997). Os exemplos a seguir ilustram os fatos mencionados:

(4) **A Rosa** disse “então, gostaste da minha prima” e ele disse “sim”
(A. E. R., Faixa I, A, LUAN.)

(5) **Marcelino** disse que só vivia lá, por isso que eu perguntei
(B., Faixa III, A, MUSS.)

Entre os fatores de função sintática, o Goldvarb X identificou dois nocautes nos dados de Mussuca, sendo eles: *objeto direto* e *objeto indireto*. Os antropônimos que foram nocauteados são marcados pela ausência do artigo definido. Num comparativo, o item *objeto direto* teve frequência de 60% de uso de artigo nos dados de Luanda, enquanto *objeto indireto* foi desconsiderado da análise por insuficiência de dados nas falas da capital angolana.

As ocorrências com o antropônimo exercendo função de *item de enumeração* em Luanda também foram descartadas por ter dados insuficientes, resultado que não se repetiu em Mussuca. Nos dados da comunidade quilombola brasileira, o fator item de enumeração é o único fator sintático que privilegia o uso de artigo, numa frequência de 56% de uso contra 44% de ausência.

Presença/ausência de preposição diante do artigo definido

Callou e Silva (1997) evidenciam a independência das variáveis *presença de preposição* e *função sintática*, visto que nem sempre os artigos figuram em adjuntos e genitivos. Na Tabela 2 a seguir, observa-se que enquanto em Luanda a ocorrência de preposição favorece a presença de artigo em 57% dos casos, um resultado que demonstra equilíbrio se comparado aos 60% de frequência de antropônimos sem artigo, em Mussuca temos uma frequência muito baixa de artigo em contextos não preposicionados (25%) e ainda menor em contextos preposicionados (15%).

Tabela 2: Uso do artigo definido diante de antropônimos em Luanda e em Mussuca, de acordo com a presença/ausência de preposição

	Luanda		Mussuca	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Presença de preposição	8/14	57%	10/67	15%
Ausência de preposição	27/45	60%	31/125	25%

Fonte: Elaboração própria.

Sedrina, Pereira e Silva (2017, p. 27) observaram “o quanto a preposição ‘de’ parece interferir na realização do artigo quando o SN com antropônimo apresenta a função sintática de adjunto adnominal”. Em Luanda, temos alguns exemplos da preposição “de” exercendo influência no uso de artigo:

(6) Tem aí a novela **da Beth** feia, não sei que agora já parou ou não. (D. C., Faixa I, A, LUAN.)

(7) O trabalho **da Ju** aqui e só cuidar da cozinha (J.M., Faixa I, A, LUAN.)

Em Mussuca, por outro lado, a preposição “de” somente aparece contraída com artigo definido quando o antropônimo é precedido por qualificativo, conforme os exemplos:

(8) E aqui já foi herança **do** finado **Malaquias** (N., Faixa III, A, MUSS.)

(9) Ela casou com o filho **da** vereadora **Mazé** (R., Faixa III, B, MUSS.)

Os resultados coadunam com o que é demonstrado por Braga (2012), que indica que o artigo definido pode ser mais usado diante de antropônimos que são antecidos por determinantes qualificativos.

Os antropônimos precedidos por qualificativos, vale destacar, tiveram 80% de presença de artigo definido em Luanda, constituindo um contexto favorecedor para o uso, e 53% de presença em Mussuca, apresentando um leve favorecimento. O uso do termo “finado(a)” demonstrou ser bastante favorecedor ao uso do artigo em Mussuca, conforme os exemplos:

(10) E o **finado Antônio Carlo Franco** foi prefeito (N., Faixa III, A, MUSS.)

(11) Esse vestido foi costurado em Laranjeira com **a finada Zefinha** (M., Faixa III, B, MUSS.)

Esses dados de Mussuca nos interessam, pois, assim como para Cunha e Cintra (1985), o artigo definido deve ser sempre empregado em qualificativos, o que nos permite demonstrar o favorecimento do fenômeno nesse contexto na comunidade.

No exemplo (10), a informante se refere a um ex-prefeito da cidade, ou seja, um referente distante. Nesse sentido, Vasconcelos (1928) afirma que o título também deve vir precedido de artigo conforme o grau de intimidade e que as alcunhas também devem vir acompanhadas de artigo, pois sem o artigo, elas podem ser confundidas com um apelido. Amaral (2007) ainda observa que a utilização de título junto a antropônimo pode ou não estar associada à proximidade do falante com o referente. Se o fator intimidade for relevante quanto ao uso de artigo diante dos antropônimos, são os qualificativos dos antropônimos que irão denotar uma carga maior de intimidade ou familiaridade.

Variáveis extralinguísticas

Proximidade com o referido

A checagem desse grupo de fatores se justifica nos trabalhos de Callou e Silva (1997) e Amaral (2007). Cunha e Cintra (1985) e Bechara (2004) também relacionam a presença do artigo definido diante de antropônimo com a familiaridade ou afetividade do falante com o referente. Por outro lado, Alves (2008, p. 109) afirma que “existe uma relação inversamente proporcional entre o uso do artigo e os diferentes graus de intimidade: quanto menor o grau de intimidade do entrevistado com o referente, maior o índice de ocorrência do artigo”.

Tabela 3: Uso do artigo definido diante de antropônimos em Luanda e em Mussuca, de acordo com o grau de proximidade com o referido

	Luanda		Mussuca	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Próximo do falante	28/44	63%	37/162	23%
Distante do falante	7/15	46%	4/30	13%

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados apontam para a presença do artigo sendo favorecida (63%) quando os informantes de Luanda se referem a pessoas do meio social em que vivem. Os resultados das análises nesta pesquisa também demonstram que o uso do artigo definido sofre um leve desfavorecimento na ocorrência quando o falante se refere a pessoas famosas, personagens e pessoas públicas da região. Os resultados de Mussuca fornecem-nos uma visão semelhante: uma maior porcentagem de uso do artigo junto ao nome de pessoas próximas (23%) em detrimento ao uso junto ao nome de pessoas distantes (13%). É importante ressaltar que a frequência de uso de artigo junto a nomes próprios de pessoas em Mussuca é baixa em ambos os contextos referenciais.

Esses resultados divergem de Alves (2008) e convergem com aqueles obtidos por Amaral (2003) e Callou e Silva (1997), nos quais constata-se que a ausência de artigo definido nas comunidades estudadas está diretamente ligada ao grau de intimidade por uma correlação semelhante, ou seja, quanto *maior* o grau de intimidade do entrevistado com o referente, *maior* o índice de ocorrência de artigo no contexto.

Ainda assim, o grau de familiaridade, ou fator de intimidade, conforme apontado por gramáticas tradicionais para explicar o uso do artigo, não garante o seu uso na fala, uma vez que os falantes de diferentes variedades do português podem alternar o uso/

não uso do artigo junto a antropônimos, independentemente da proximidade que possuem com o referido.

Faixa etária

O comportamento do grupo *faixa etária* aponta indícios de processos inversamente proporcionais de mudança linguística no fenômeno analisado nas duas comunidades de fala. Conforme observado na Tabela 4 a seguir, enquanto em Mussuca a frequência de uso é maior na Faixa III (25%) e quase nula na Faixa I (3%), em Luanda o uso do artigo parece ganhar força com o passar do tempo, com o maior percentual entre os mais jovens (73%) e um percentual menor entre os mais velhos (61%).

Tabela 4 - Uso do artigo definido diante de antropônimos em Luanda e em Mussuca, de acordo com a faixa etária dos falantes

	Luanda		Mussuca	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Faixa Etária I (18 a 35 anos)	14/19	73%	1/29	3%
Faixa Etária II (36 a 50 anos)	10/22	45%	2/9	22%
Faixa Etária III (acima de 51 anos)	11/18	61%	38/154	25%

Fonte: Elaboração própria.

Os dados supramencionados levantam a hipótese de que Luanda pode estar a caminho da categorização do artigo definido antes de antropônimos na língua falada, sobretudo porque registramos uma taxa percentual de uso superior a 70% entre os mais

jovens. Mussuca, por outro lado, parece fazer o caminho reverso, com o uso do artigo diminuindo progressivamente dos mais velhos para os mais jovens, seguindo para um provável apagamento por completo do artigo nesse contexto. Nossa hipótese é que estamos lidando com casos de mudanças regulares relacionadas à idade, conforme postulado por Labov (1994).

Grau de escolaridade

A análise da variável relativa ao grau de escolaridade se deu com base nos estudos de Silva (1998), que argumenta existir uma relação significativa entre o nível de escolaridade e o uso de artigo diante de pronomes possessivos, onde quanto maior o grau de escolaridade, maior o uso de artigo. Embora nosso fenômeno seja outro, decidimos verificar a hipótese partindo do mesmo pressuposto.

Tabela 5: Uso do artigo definido diante de antropônimos em Luanda – Angola, de acordo com a escolaridade dos falantes

	Frequência	Porcentagem
Baixa ou nula	28/45	62%
Culta	7/14	50%

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6: uso do artigo definido diante de antropônimos em mussuca, de acordo com a escolaridade dos falantes

	Frequência	Porcentagem
Nula ou analfabeto	25/118	21%
Baixa	16/74	22%

Fonte: Elaboração própria.

Em Luanda, o fator *escolaridade* foi dividido entre *Baixa ou nula* e *Culta*, sendo a frequência de uso do artigo mais alta (62%)

na fala dos indivíduos de baixa escolaridade. Em Mussuca, visto que não foram entrevistados falantes com alto grau de escolaridade, decidimos categorizar entre *Nula ou analfabeto* e *Baixa*. A frequência de uso da comunidade aparece equilibrada entre escolaridade nula/analfabetos (21%) e baixa escolaridade (22%). Os resultados demonstram que o fator analisado não parece ser relevante na amostra.

Considerações finais

Neste trabalho, buscou-se investigar, a partir da análise de dois *corpora* constituídos de gravações de entrevistas realizadas com moradores de Luanda, capital de Angola, e de Mussuca, comunidade quilombola situada no estado de Sergipe, Brasil, os fatores que determinavam a ausência ou a presença de artigo definido diante de antropônimos. Nosso objetivo era descrever os critérios variacionais de uso do artigo nesse contexto nas localidades em pauta, comparando-os; partindo da hipótese de que compreender o processo de formação socio-histórica do português falado nessas comunidades de fala poderia ser relevante para nos fazer compreender os padrões para a realização do fenômeno em comunidades de fala formadas em situação de contato linguístico.

Observamos que, enquanto Luanda se caracteriza por favorecer o uso de artigos definidos ao emitir nomes próprios de pessoas, Mussuca se caracteriza por omitir o artigo, uma vez que a frequência de realização do artigo na comunidade quilombola é baixa, apenas 21%, sendo a ausência de artigo a tendência local.

A principal hipótese a ser levantada numa tentativa de justificar a baixa frequência do uso do artigo nesse contexto seria o fato de que “o uso do artigo definido no português do Brasil seria reduzido em comunidades mais diretamente afetadas pelo contato entre línguas” (Oliveira, 2011, p. 87-88). Esse comportamento, então, aponta para uma situação de conservadorismo linguístico,

onde a fala preserva algumas formas em comunidades colonizadas mais cedo. Callou e Silva (1997) já apontavam para esse fator de colonização mais antiga para justificar a ausência do artigo diante de antropônimos em algumas localidades da Região Nordeste, que é a região que abriga a comunidade de Mussuca.

É sabido que, ao longo dos anos, houve uma mudança no português falado em Portugal em relação ao uso do artigo definido diante dos contextos de possessivos pré-nominais e de antropônimos, conforme indicado por Castro (2006), em que o uso do artigo nesses contextos passou a ser categórico; portanto, é natural que locais de colonização mais antiga não tenham aderido ao uso do artigo junto a antropônimos, enquanto locais de colonização mais recente, como Luanda, são mais prováveis de fazer uso do artigo.

Nessa perspectiva, apesar das confluências sócio-históricas existentes entre Brasil e Angola, encontramos uma divergência no padrão linguístico. Há, ainda, uma notória mudança em curso no sentido de implementação do artigo em Luanda, pois o fenômeno apresenta maior percentual de uso entre os mais jovens, traçando um caminho inverso ao de Mussuca.

Referências

ALVES, Ana Paula Mendes. *Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na fala dos jovens de Barra Longa-MG que residem em Belo Horizonte*. 2008. 155 f.. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. A importância do fator intimidade na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. *Veredas online*, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 116-127, jan. 2007.

- BAXTER, Alan; LOPES, Norma. O artigo definido. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BRAGA, Luciene Maria. *Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores de Mariana e Uberaba – MG*. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012
- CALLOU, Dinah. *A variação no Português do Brasil: O uso do artigo definido diante de antropônimo*. Faculdade de Letras da UFRJ. vol. 9. Rio de Janeiro: Série Conferência, 2000.
- CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Demerval da (org.). *Diversidade Linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 11-27.
- CAMPOS JÚNIOR, Heitor da Silva. *A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba*. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Curso de Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.
- CASTRO, Ana. On Possessives in Portuguese. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Universite Paris 8, Saint-Denis, 2006.
- COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII ao século XVI. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (org.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 284-306.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. *Sociolingüística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change: internal factors*. Cambridge: Blackwell, 1994.
- LABOV, William. *Padrões sociolingüísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LIMA, Alcides Fernandes de; MORAES, Ronaldo Nogueira de. Uso do artigo definido diante de nome próprio nas capitais do norte do Brasil. *Revista Moara*, Belém, n. 54, p. 69-93, ago. 2019.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MAGALHÃES, Telma Vianna. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. *Leitura*, n.47. Maceió, 2011, p. 123-143.

MENDES, Andréia Almeida. *A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó – MG*. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da Língua portuguesa*: elementos para a

descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual. Coimbra: Almedina, 1983.

MÜLLER, Ana Lúcia de Paula; NEGRÃO, Esmeralda Vaillati. O uso do artigo definido antes do nome próprio em português: uma análise semântica. *Estudos Linguísticos Anais de Seminários do Gel*, São Paulo, v. XVII, p. 530-540, 1989.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: BRAGA, Maria Luíza; MOLLIKA, Maria Cecília (org.). *Introdução à Sociolinguística*: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Luanda Almeida Figueiredo de. *O uso variável do artigo definido na comunidade rural afro-brasileira de Helvécia-BA*. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PETTER, Margarida. *Variedades linguísticas em contato*: português angolano, português brasileiro e português moçambicano. Tese (Livre Docência em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali.; SMITH, Eric. Goldvarb X: *A variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto: Department of Linguistics, University of Toronto, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 09 mai. 2023.

SEDRINS, Adeilson Pinheiro; PEREIRA, Déreck Kássio; SILVA, Cláudia Roberta. O uso do artigo definido diante de antropônimos e pronomes possessivos em duas cidades do sertão pernambucano. *Caleitroscópio*, n. 8, Ouro Preto, p. 12-33, 2017.

SEDRINS, Adeilson Pinheiro; PEREIRA, Déreck Kássio; SILVA, Cláudia Roberta. A função sintática e o licenciamento de artigos definidos diante de antropônimos e de possessivos pré-nominais. *Domínios de Lingu@Gem*, [s.l.], v. 13, n. 3, p. 1266-1295, 8 out. 2019. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/dl39-v13n3a2019-17>.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

SIQUEIRA, M. Efeitos do contato entre normas na variação linguística. *Porto das Letras*, v. 6, n. 1, p. 8-33, 17 abr. 2020.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1997.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias (org.). *Diálogos entre Brasil e Angola: o português d'aquém e d'além-mar*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017.

VASCONCELOS, José Leite de. *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, e vida do conjunto dos nomes próprios, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

O ESTUDO DO GERÚNDIO E DO INFINITIVO GERUNDIVO EM LUANDA-ANGOLA: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS COM O PB E O PE

Abimael Ferreira dos Santos
(UEFS-PPGEL)

Norma Lúcia Fernandes de Almeida
(UEFS-PPGEL)

1. Considerações iniciais

É premissa básica da Sociolinguística que língua e sociedade são duas realidades que se inter-relacionam e que, portanto, são indissociáveis. Ao estudar a língua no escopo de uma dada comunidade de fala (Labov, 2008 [1972]), constatamos a existência da variação linguística e, sobretudo, que essa variação é ordenada, ou seja, “não é aleatória, mas regulada, governada por um conjunto de regras» (Naro, 2003, p. 15). Essa heterogeneidade ordenada está associada a diversos fatores, tais como: gênero, escolaridade, idade e local de nascimento.

Diante dessas afirmações, nesta pesquisa, abordamos a variação entre as formas nominais *gerúndio* e *infinitivo gerundivo*, por meio de dados orais do português falado em Luanda (PL), mais precisamente em 24 entrevistas pertencentes ao projeto *Em busca das raízes do português brasileiro*, atualmente coordenado pela professora Dra. Silvana Araújo e sediado na Universidade

Estadual de Feira de Santana - Bahia. Para tanto, tomamos por base os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008 [1972]).

Investigamos, neste estudo, a forma contínua do verbo em língua portuguesa, o *gerúndio*, isto é, um processo verbal não finalizado. O verbo no *gerúndio* é composto pela raiz do verbo + *ndo*, exemplo: Falar = *fal* + *ndo* = *falando*. Além disso, trataremos, também, da forma infinitiva em equivalência funcional,¹ denominada *infinitivo gerundivo* (a + *infinitivo*). Para melhor elucidar o que foi dito, exemplificamos as construções verbais a seguir:

1. “Eu estou **conversando** com você.” (*Gerúndio*)
2. “Eu estou a **conversar** com você.” (*Infinitivo gerundivo*)

A temática da variação entre o *gerúndio* e o *infinitivo gerundivo* já vem sendo analisada há bastante tempo com dados do português brasileiro (PB) e do português europeu (PE), conforme atestam trabalhos como Barbosa (1999) e Mothé (2014). No que concerne ao português falado em outras variedades transcontinentais, a exemplo das variedades africanas, percebe-se que ainda há uma carência desse tipo de investigação. Nesse sentido, este estudo contribui para sanar essa lacuna, já que traz a caracterização de aspectos do português falado em Luanda — capital e maior cidade de Angola.

Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo geral identificar fatores linguísticos e extralinguísticos que interferem no uso do *gerúndio* e do *infinitivo gerundivo*, verificando, primeiramente, quais fatores de ordem linguística atuam na regulação ou não do uso da forma perifrástica em Luanda e, na sequência, analisar fatores sociais. Como objetivo específico, propõe-se realizar estudos sobre variação, mudança e sócio-história de uma variedade não brasileira: o português luandense; além de investigar as

1 Partindo da constatação que há verbos, na língua portuguesa, que se fazem acompanhar sempre de um verbo funcional, cuja presença tem caráter obrigatório, ou seja, é a parte integrante do próprio verbo. Neste trabalho, analisaremos os verbos tradicionalmente chamados de “verbos preposicionais”.

semelhanças e as diferenças qualitativas e quantitativas entre o português brasileiro, o português europeu e o português falado em Luanda-Angola quanto ao uso do gerúndio e do *infinitivo gerundivo*.

Nesse contexto, a língua portuguesa no território luandense coabita com várias línguas nativas, carregando as marcas de uma política de imposição linguística do PE. Em razão dessa imposição, temos como hipótese principal deste estudo que o modo de falar de Luanda, no que tange ao uso do gerúndio, se aproximará do modo de falar do PE. Isso significa dizer que a variante *infinitivo gerundivo* será mais frequente do que a forma nominal do gerúndio.

2. Aspectos teórico-metodológicos

Esta pesquisa teve como fundamento a teoria da Sociolinguística Variacionista, que foi estabelecida por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e Labov (2008 [1972]). Tal corrente teórica concebe a língua como um sistema heterogêneo, sendo essa heterogeneidade linguística ordenada, a qual está em constante variação e mudança. Essa teoria foi adotada por aferir, por meio de sua metodologia de cunho quantitativo, a interferência de fatores estruturais e sociais na regulação de fenômenos linguísticos em variação.

Vale ressaltar que, para iniciar as discussões sobre a Teoria da Variação, é necessário compreender, antes de tudo, que as línguas são organismos vivos plurisseculares e que, ao longo de seu tempo histórico, elas sofreram/sofrem algumas alterações, as quais os sociolinguistas denominam de processos de variação e mudança. A língua muda em diferentes níveis, há mudanças fônicas, mórficas, sintáticas, morfossintáticas e léxico-semânticas, dentre essas mudanças, que constituem objetos de estudos da Sociolinguística, a morfossintática é a que nos interessa nesse trabalho.

O presente trabalho baseia-se em dados de fala espontânea gravados em Luanda por voluntários nativos da cidade, com dura-

ção de 10 a 60 minutos, cada entrevista, realizada de acordo com as técnicas de pesquisa sociolinguística propostas por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e Labov (2008 [1972]), a fim de se captar a fala vernácula de uma dada comunidade de fala. Nesta pesquisa, os dados da variável dependente estudada, isto é, o uso do *infinitivo gerundivo*, foram levantados a partir de 24 entrevistas gravadas em Luanda-Angola nos anos de 2008 e 2013.

Os *corpora* utilizados pertencem ao projeto *Em busca das raízes do português brasileiro: estudos morfossintáticos*, atualmente coordenado pela professora Dra. Silvana Silva de Farias Araújo, sediado no Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Para a realização das 24 entrevistas, houve a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UEFS). O número do Parecer favorável à sua realização é 140.511. As entrevistas aqui escolhidas foram coletadas com qualidade técnica e já serviram ao desenvolvimento de numerosos trabalhos, como Rodrigues (2012), Lemos (2014), entre outros.

A amostra utilizada foi constituída levando em consideração o preenchimento de variáveis sociolinguísticas como sexo, diferentes níveis de escolaridade (baixa escolaridade, Ensino Médio e Ensino Superior), três faixas etárias e o local de nascimento (capital e outras localidades), conforme elucidamos no quadro a seguir:

Quadro 1: Estratificação do corpus do português urbano falado em Luanda-Angola

Faixa etária	A – 21 a 35 anos	B – 36 a 51 anos	C – 52 anos em diante
Baixa escolaridade	2 H 1 M	1 H 2 M	1 H 1 M
Ensino Médio	1 H 1 M	1 H 2 M	2 H 1 M
Ensino Superior	1 H 1 M	2 H 1 M	1 H 2 M

Fonte: Elaboração própria.

3. Análise dos dados

Como descrito na metodologia, foram levantadas e codificadas todas as ocorrências das formas nominais do verbo, o *gerúndio* e o *infinitivo gerundivo*, sendo desconsideradas e excluídas as construções que não se enquadravam nos critérios previamente estipulados. É importante reiterar, ainda, que os dados foram levantados e codificados de acordo com os grupos de fatores linguísticos e sociais estabelecidos, sendo os percentuais de uso das variantes alcançados por meio do Programa Goldvarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005).

A hipótese inicialmente levantada era de que a forma nominal *infinitivo gerundivo* teria um uso majoritário no português falado em Luanda-Angola. No bojo dessa discussão, é válido ressaltar que nem sempre “inovar” é sinônimo de “afastar-se” da norma-padrão. Nesse sentido, por não ser um fenômeno marcado socialmente,² não há uma forma padrão ou não padrão da variável estudada, mas procuramos destacar qual a forma nominal mais utilizada pelos falantes, a dita conservadora (*gerúndio*) ou a inovadora (*infinitivo gerundivo*).³

Feita essa discussão inicial, apresentamos, na Tabela 1, o cômputo geral dos dados e a distribuição das ocorrências levantadas, seguidos de explicações:

2 pesar de não ser marcado socialmente, algumas regiões de Portugal demonstram preconceito com a forma conservadora, como citado na seção sobre o fenômeno.

3 Celso Cunha (1986) cita o uso do gerúndio como um dos casos de conservação no português brasileiro. Ainda sobre essa questão Júlio Moreira (1907 *apud* Simões, 2007, p. 88) diz que “uma forma de inovação que se deu no português europeu, que, a partir do português clássico desenvolveu a forma a + infinitivo em construções que em português arcaico poderiam ser expressas por gerúndio”.

Tabela 1 - Distribuição geral dos resultados encontrados na amostra do português luandense referente ao uso variável do *infinitivo gerundivo* e do *gerúndio*

VARIANTES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Infinitivo gerundivo	303/395	76.7%
Gerúndio	92/395	23.3%

Fonte: Elaborado por Santos (2022).

Antes da análise em torno dos resultados obtidos, é preciso tecer algumas considerações sobre o número de dados. Foram coletadas 395 ocorrências de gerúndio e do *infinitivo gerundivo*. Conforme pode ser observado na Tabela 1, a forma perifrástica tem sido mais utilizada pelos falantes luandenses, visto que de um universo de 395 dados, 303 foram do *infinitivo gerundivo*, o que representa, em termos percentuais, 76,7%. Esses resultados apontam para uma convergência com o português falado em Portugal, como atesta Mothé (2014) e, por outro lado, uma dessemelhança com o PB, o qual utiliza a forma conservadora, segundo Cunha (1986). Entretanto, de acordo com os percentuais verificados na Tabela 1, segundo as regras propostas por Labov (2008), a hipótese de que esse seria um fenômeno variável foi confirmada.

Conforme anteriormente analisado, houve um menor número de ocorrências do uso do gerúndio, de forma mais específica, um total de 92 ocorrências/dados de universo de 395, dentro do corpus estudado, isto é, um percentual de 23,3%. Vale ressaltar, então, a preferência pelo uso do *infinitivo gerundivo*, tanto na norma culta quanto na popular. A partir da Tabela 1, observamos que as ocorrências com a forma perifrástica são as mais frequentes, perfazendo, como já dito e demonstrado, um total de 76,7%. Os resultados quantitativos da forma nominal *infinitivo gerundivo* no português falado em Luanda-Angola revelam uma distribuição já atestada em diversos trabalhos desenvolvidos com dados do PE

(Mothé, 2007, 2014). Por outro lado, esses resultados mostram uma dessemelhança com o PB (Barbosa, 1999).

A seguir, são apresentados alguns exemplos, retirados da amostra analisada, da forma *infinitivo gerundivo*, variante mais produtiva no corpus.

(1) “Não é fácil isso porque o papel de mãe exige muito tempo. Eu, quando acordo de manhã cedo, tenho um horário apropriado, não consigo sair, devido à questão de hábito já no consigo acordar assim tarde... 3h, 3h:30m eu já no tenho sono, ainda que naquele horário não consigo levantar e **fico ai na cama a ler a bíblia**, fazer uma oração, lá pras 5 tomo banho, tenho que bater as portas dos quartos os meninos ver como aqui dormiram” (M.C. F, 2, 4, C).

(2) “essa luta da mulher como sabe não é uma luta só em Angola, é uma luta no mundo inteiro, todo mundo, mas **estamos a falar** de Angola, vamos falar o que é nosso, quero referir em resumo que nós demos um passo passos muito grande, passos devido à luta de libertação nacional, passos devido à política do MPLA, sobretudo aquele partido que fez uma abrangência de luta no território, passos dados com a independência com a constituição” (C.C. M, 3, 6, C).

(3) “É sim. É porque a nossa sociedade tá tão mudada, já não é a mesma coisa que nos anos anteriores. Agora a pessoa tem que educar os filhos de uma maneira mais atenciosa porque há muita criminalidade. As crianças **tão a roubar e a praticar** autovandalismo muito cedo. Os pais têm que ser rígidos mesmo” (E.M. F, 1, 5, C).

O *infinitivo gerundivo* alterna, na amostra de fala do português urbano de Luanda, com o gerúndio, com percentuais menores de uso como colocado anteriormente. A fim de ilustrar, seguem alguns exemplos retirados do corpus:

(4) “Olha, quanto mais evolução, quanto mais globalidade houver né, as pessoas vão se **transformando** até no seu modo de viver, de pensar e isso acaba **influenciando** também porque assistimos à TV, há exemplos que tiramos de lá negativos e trazemos pra vida real” (A. F, 3, 6, I).

(5) “Angola desde que assumiu a sua independência esse direito tem sido extensivo a todos os cidadão, sem exceção de sexo **incluindo** as mulheres e eu penso que isto faz parte duma, dum luta, quer dizer, faz parte da mulher da participação da mulher exatamente, na escolha da sua, dos seus dirigentes na escolha da sua direção participação **incluindo** na gestão do país” (A. A. F, 3, 6, C).

É importante destacar, também, que, no comportamento linguístico do mesmo informante, há variação entre o *infinitivo gerundivo* e o gerúndio:

(6) “Eu tenho notado, **comparando** com o passado, tenho **estado a notar** uma... uma redução na qualidade. Eu acho... diria redução da qualidade de um lado e também exigências do outro. É que, anteriormente, né, no nosso tempo, as crianças, os pais, pra já, obrigavam muito as crianças, né, tinham aquela rigorosidade. Os pais tinham muito tempo pras crianças.” (F. M. M, 1, 5, C).

A produtividade da variante *infinitivo gerundivo* na realidade linguística de Angola pode ser compreendida como uma influência da norma europeia, visto que essa é a língua de referência linguística para a referida nação. Segundo Mingas (2002), falar o português sem traços do contato linguístico e sem influências das línguas africanas é uma condição primordial para ter uma progressão em Angola. Em razão disso, levantamos a hipótese de que essa convergência entre o PE e a norma objetiva de Luanda em relação ao fenômeno em análise seja uma tentativa de aproximação com a língua do antigo colonizador.

No ensejo dessa discussão, esses dados linguísticos precisam ser compreendidos à luz da sócio-história de Angola. Ressaltamos, aqui, o sistema plurilinguístico do país, pois esse abriga línguas da família bantu, a saber: umbundo, oxindonga, quimbundo, entre outros — vatwa, khoi e san. Conforme destaca Mingas (2000), diferentes línguas locais desenvolveram-se de forma distinta, ao passo que, no período colonial, os assimilados precisavam aprender a língua do colonizador como forma de ascender socialmente. Por conseguinte, a proibição das línguas dos assimilados destacava uma política de imposição linguística, já que, como nos afirma Teixeira e Almeida (2011), falar bem o português era ter domínio da estrutura de modo a estar à vontade nela, com o intuito de evitar interferências.

Nessa perspectiva, os resultados gerais desses dados coadunam, então, uma semelhança com a variante europeia, pois, assim como em Barbosa (1999), Mothé (2014) e L. Oliveira (2017), o PE tende a inovar com a forma perifrástica, logo, aparentemente, esse cenário linguístico também se apresenta no português urbano falado em Luanda-Angola, o crescimento da forma inovadora.

Feitas essas observações gerais acerca dos dados analisados, passa-se à descrição dos contextos significativos que condicionam a variação. No conjunto das sete variáveis consideradas na análise das formas nominais, foram selecionadas como relevantes duas variáveis linguísticas e uma variável social. Tendo como valor de aplicação o *infinitivo gerundivo*, o programa computacional Goldvarb X selecionou, em nível de relevância em termos estatísticos, as seguintes variáveis: estrutura verbal; tipo sintático de oração; escolaridade.

Os resultados concernentes ao controle desses grupos de fatores são comentados nas subseções a seguir. Primordialmente, abordam-se as variáveis estaticamente relevantes no condicionamento do fenômeno.

4. As variáveis estaticamente relevantes no condicionamento do fenômeno

Como citado anteriormente, o programa estatístico selecionou três variáveis como relevantes, duas linguísticas e uma extralinguística. A seguir, discutiremos os resultados obtidos.

Aplicação do infinitivo gerundivo segundo a variável estrutura verbal

De início, antes de discutir os resultados quantitativos oferecidos pelo Programa, vale ressaltar que, neste trabalho, foram considerados dados não apenas do fenômeno em estruturas oracionais formadas por grupos verbais (estruturas formadas por um verbo auxiliar e um verbo pleno), mas também com verbos plenos. A fim de ilustrar o que foi dito, seguem dois exemplos retirados da amostra de fala:

(7) “Foi no natal, todo mundo **a passar**⁴ suas festa e eu não tinha nada a dar de comer para meus filho, naquela altura meu marido também não tinha, não tinha emprego também em casa e eu fiquei assim **a imaginar** e foi daí que percebi que o mundo acabou, me senti fraca, eu não conseguia nem que eu tivesse a atravessar uma estrada, não conseguia correr, não conseguia correr, me sentia a fraqueza dentro de mim, num sei o que, eu sempre eu dizia ‘Deus que me ajuda’” (A. E. F, 1, 4, C).

(8) “Gostei, até quero até lá um próximo ano de novo lá. Gostei, gostei do meu serviço. Para além... pronto é assim eu to aqui faço trabalho de pesca, meu pai já é falecido né, me deixou uma embarcação assim idêntica. E eu como filho mais velho **tô a tomar**⁵ conta do mesmo, da mesma empresa praticamente. Para

4 Estrutura com verbo pleno.

5 Estrutura formada por um verbo auxiliar e um verbo pleno.

além daquele trabalho, para além do que ele me deixou, eu tomo conta onde tem outro serviço. Trabalho fim de semana, sábado e domingo” (A. F. M, 2, 5, C).

Feito esse esclarecimento, passamos a analisar os resultados obtidos referentes à variável linguística “estrutura verbal” que estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Aplicação do *infinitivo gerundivo* segundo a variável estrutura verbal

FATORES	APLICAÇÃO/ TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
Verbo auxiliar ficar	11/12	91%	.67
Verbo auxiliar estar	190/209	90%	.66
Outros verbos auxiliares	31/35	88%	.61
Verbo pleno (estrutura sintética)	51/84	60%	.40
Verbo auxiliar vir	3/5	60%	.31
Verbo auxiliar ir	5/38	13%	.02

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Como podemos visualizar na Tabela 2, conforme evidenciado pelos pesos relativos, os verbos auxiliares “ficar”, “estar” e “Outros verbos auxiliares” favorecem a forma inovadora, isto é, *infinitivo gerundivo*. Esses resultados são convergentes às análises de Mothé (2014), a qual atestou o crescimento e uso categórico desses verbos no PE, no que se refere à forma inovadora.

Em relação ao fator “Verbo auxiliar ficar”, de um total de 12 ocorrências, 11 foram com a forma perifrástica, o que representa, em termos percentuais, 91%. Esse favorecimento é confirmado pelo peso relativo de .67. Nos exemplos, é possível verificar a produtividade do *infinitivo gerundivo* diante desse verbo.

(9) “[...] e agora **ficou a dizer**... uma história também com meus filho né?! quando eles estão sentados eu converso com eles, eu gostava muito de dançar, gostava muito de ir à discoteca e ele me perguntava: ‘a discoteca é o que?’ Donde tem música, tipo assim, uma festa a pessoa fica à vontade, aí vai dançar, vê o tempo passar, mas aquilo só toca sexta até domingo” (A. E. F, 1, 4, C).

(10) “Isso de atirar pedra uns aos outros, dei com pedra no outro. Depois, eu fui pra casa e **ficaram a me ralhar** bastante até chegar ao ponto de me bater mesmo.” (C. C. M, 3, 6, C).

O outro fator favorecedor da forma perifrástica foi o “verbo auxiliar *estar*”, o qual obteve peso relativo .66. A análise da frequência de uso mostra que esse foi um verbo muito produtivo na amostra de fala do português luandense, visto que, com esse vocábulo verbal, de um total de 209 ocorrências, 190 foram da variante inovadora, evidenciando que, com a referida lexia verbal, essa forma é altamente favorecida, como pode ser certificado nos exemplos (11) e (12).

(11) “**Estava a brincar** né? experimentar em termos de construção daquelas casas de areia, em certa medida também jogar bola, jogo, areia mesmo são brincadeiras que mais marcaram, brincar aquelas escondidinhas, no é?” (A. J. M, 3, 5, I).

(12) “E essa luta da mulher como sabe não é uma luta só em Angola, é uma luta no mundo inteiro, todo mundo, mas **estamos a falar** de Angola, vamos falar o que é nosso, quero referir em resumo que nós demos um passo, passos muito grande, passos devido à luta de libertação nacional, passos devido à política do MPLA, sobretudo aquele partido que fez uma abrangência de luta no território, passos dados com a independência, com a constituição. As mulheres hoje não ocupam os lugares cimeiros desejados, mas a mulher, hoje, em Angola, é agradável vê-la, ela a concorrer pra todas as posições em pé de igualdade com o homem” (A. E. F, 1, 4, C).

Nos exemplos (11) e (12), observamos o uso do verbo auxiliar *estar* como favorecedor do *infinitivo gerundivo*. Esse verbo, conhecido como “auxiliar clássico” em trabalhos como o de Mothé (2014), é associado, tradicionalmente, ao *infinitivo gerundivo* no PE, tal construção é definida, por alguns autores, como construção progressiva.

O uso expressivo do *infinitivo gerundivo* diante do verbo auxiliar *estar* foi uma das nossas hipóteses apresentadas na metodologia, pois, como previsto, esse fator favorece a forma inovadora. É perceptível a semântica de não conclusão da ação verbal, mas essa não é caracterizada pela terminação *ndo*, mas na forma do *infinitivo gerundivo*. Ademais, percebe-se que o verbo auxiliar *estar* é seguido por uma preposição *a* e, por fim, o verbo principal, constituindo uma locução verbal.

Outro fator que favorece a forma inovadora é “Outros verbos auxiliares”, visto que essa variante obteve peso relativo de .61. A porcentagem confirma esse favorecimento evidenciado pelo peso, posto que de 35 ocorrências, 31 favorecem o uso da forma perifrástica. Seguem, a fim de ilustrar, alguns exemplos desse fator.

(13) “Como toda a geração da Ilha, aos 8 anos já **começam a aprender** a nadar. Se encontrar uma criança com 8, 9, 10 anos e olhares para a praia, e ela nadar é porque nasceu na Ilha.” (L. R. M, 3, 5, C).

(14) “Logo vinha um, um...uma Toyota Corola ai de cima do Morro da Luz, com alta velocidades logo ao chegar memo onde se acumulou tantos miúdos ali onde que ele apanhou o carro de ignição, desvia da estrada e então **começou a limpar** os miúdos.” (D. C. M, 1, 4, I).

(15) “Só é difícil quando a pessoa não trabalha. Digo assim né. Diz... se a pessoa **tiver a trabalhar**.” (A. F. M, 2, 5, C).

Para além das construções anteriores, o verbo auxiliar *ficar*, apesar de poucas ocorrências, demonstrou uma grande produtividade da forma inovadora, pois das 12 ocorrências encontradas no corpus, 11 favorecem a forma perifrástica. Exemplifica-se a seguir essas afirmações:

(16) “Que eu me lembro eu [ININT] a minha pressa e agora **ficou a dizer**. Um história também com meus filho né?! quando eles estão sentados eu converso com eles, eu gostava muito de dançar, gostava muito de ir à discoteca e ele me perguntava: ‘Antonica a discoteca é o que?’ Donde tem música tipo assim uma festa a pessoa fica à vontade aí vai dançar vê o tempo passar, mas aquilo só toca sexta até domingo, aí então Antonica [ININT] vocês também terão vosso tempo quando vocês crescerem vão vê quando a gente passamos.” (J. J. M, 1, 4, C).

(17) “Isso de atirar pedra uns aos outros, dei com pedra no outro. Depois, eu fui pra casa e **ficaram a me ralhar** bastante até chegar ao ponto de me bater mesmo.” (D. C. M, 1, 4, I).

Por outro lado, a forma inovadora é inibida quando o verbo auxiliar é o “vir”, pois esse fator obteve peso relativo de .31. Mas o baixo número de ocorrência desse fator não nos permite fazer afirmações conclusivas. Além disso, as *estruturas sintéticas*, com peso relativo de .40, como se pode atestar, se apresentam como desfavorecedoras para o uso do *infinitivo gerundivo*. Coincidentemente, nos estudos de Mothé (2014), esse grupo de fatores também se mostrou desfavorecedor à forma inovadora.

Outrossim, é necessário reiterar o uso categórico das estruturas com o verbo auxiliar *continuar*. Esse resultado pode estar relacionado ao grande avanço da forma perifrástica no século XX no PE ou, também, devido à regência do verbo. Por exemplo, em Mothé (2007), o corpus que era formado por jornais do PB, ou seja, dados escritos, comprovou o uso de 80% de emprego de

a + infinitivo em estruturas com o semiauxiliar *continuar* (Mothé, 2007, p. 147-148).

Portanto, os resultados supramencionados atestam os verbos auxiliares como fatores favorecedores para o uso do *infinitivo gerundivo*. Para além da variável estrutura verbal, o programa estatístico também apontou o tipo de oração como favorecedor da forma inovadora. Assim, apresentamos e descrevemos a seguir os resultados.

Aplicação do *infinitivo gerundivo* segundo a variável tipo oração

Antes da análise dos resultados, expostos na Tabela 3, convém ressaltar que elaboramos esse grupo com o intuito de contrastar os resultados obtidos nesta pesquisa com os de Barbosa (1999), o qual teve como corpus as cartas de comércio do século XVIII e com os resultados de Mothé (2007). Barbosa (1999) atesta o uso das orações adverbiais como favorecedoras ao uso do *infinitivo gerundivo*. Em contrapartida, Mothé (2007) constata, por meio dos seus resultados, que as orações adverbiais não se mostraram favorecedoras ao uso da forma inovadora.

Ao analisarmos esses resultados e compararmos com os nossos, vemos que os percentuais de uso de cada tipo de oração são próximos aos resultados de Barbosa (1999) e divergentes aos de Mothé (2007). A saber, apresentamos os dados de Barbosa (1999) a seguir:

Tabela 3: Peso relativos da 1ª rodada - tipo de enunciado

FATORES	Total de dados variáveis	Total de <i>infinitivo gerundivos</i>	Peso relativo
Coordenadas	162	8 / 5 %	.35
Temporais	10	4 / 40 %	.88
Modais	28	3 / 11 %	.84
Condicionais	14	2 / 14 %	.88
Relativas	35	5 / 14 %	.57
Principais	13	2 / 5 %	.50

Fonte: Barbosa (1999).

A partir dos resultados de Barbosa (1999), evidenciam-se construções sintáticas com orações adverbiais como favorecedoras da forma inovadora. Apesar de termos feito um levantamento com essas orações de modo geral, e não detalhadamente, entendemos, por meio dos resultados estatísticos, que elas condicionam o uso do *infinitivo gerundivo*.

Assim como no trabalho supramencionado, as orações que possuem maior peso relativo são, em ordem de relevância, as subordinadas adverbiais com peso relativo (.74), as orações absolutas com peso relativo (.60); e as coordenadas sindéticas com o peso relativo de (.56):

Tabela 4: Aplicação do *infinitivo gerundivo* segundo a variável tipo oração

FATORES	APLICAÇÃO/ TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
Oração Subordinada Adverbial	30/33	90%	.74
Oração Absoluta	77/87	88%	.60
Oração Coordenada Sindética	98/123	79%	.56
Oração Principal	8/9	88%	.47
Oração Coordenada Assindética	77/87	88%	.44
Oração Clivada	17/23	73%	.33

Fonte: Elaborado por Santos (2022).

A partir dos dados apresentados na Tabela 4, confirmamos as orações subordinadas adverbiais como, segundo o programa estatístico, o contexto mais favorável no que se refere à forma perifrástica. Essa afirmação é comprovada por intermédio do **maior peso relativo** do grupo de fatores, especificamente (0.74). A seguir, apresentamos dois trechos das entrevistas, os quais elucidam o uso do *infinitivo gerundivo* nas orações subordinadas adverbiais:

(18) “As minha brincadeira que eu fazia com minhas amiga era assim jogar, jogava uma garrafinha no trinta e cinco, **quando eu já estava a crescer com os meu 17 anos**” (A. E. F, 1, 4, C).

(19) “Êpa, eu acho... eu acho que o namoro atual, não é... não é a mesma coisa que o namoro de antigamente, pelo que os mais velhos dizem, acho que há muita diferença porque atualmente os jovens agora já são mais... ficam mais à vontade, tanto faz os rapazes ou as meninas já não tem aquela vergonha de esconder, **quando está a namorar já conta...** e também, já... talvez pela evolução, os filhos agora quando tão fora é amigo dos pais, já tem a coragem de conversar com os pais, de pedir às vezes opinião e não sei quê, enquanto que antigamente era diferente porque era uma coisa escondida e pronto.” (I. L. F, 2, 5, I).

Segundo Perini (2010, p. 209), o uso do infinitivo, na língua portuguesa, apresenta forma recorrente nas orações subordinadas. À luz dessa perspectiva, depreende-se esse grupo como favorecedor da forma perifrástica no português falado em Luanda. Esse resultado do uso do *infinitivo gerundivo* sendo favorecido pela oração subordinada vem ao encontro da discussão de Perini que nos alerta que, o uso do infinitivo, de modo geral, em língua portuguesa, é recorrente em orações subordinadas. Isso justifica, portanto, o fato de ser esse tipo de oração a favorecedora da forma perifrástica no português falado em Luanda.

Outro fator favorecedor da forma inovadora foram as orações absolutas, ou seja, de 87 orações absolutas no corpus, 77 foram utilizadas no contexto de uso do fenômeno citado, por exemplo:

(20) “cabe à mulher **a mobilizar** as outras que então o papel dela está aí nas eleições, nenhuma eleições não só aqui no nosso país, nenhuma eleições puderam ter o seu êxito quanto ele a não tiver a mulher como base, e nós, sobretudo, nós, sobretudo, por quê? Precisamente por falta desta emancipação diríamos assim” (C. M, 3, 4, C).

Em suma, além das variáveis linguísticas, o Goldvarb X também apontou uma variável extralinguística como relevante. Assim, apresentamos os resultados a seguir e os respectivos exemplos.

Aplicação do *infinitivo gerundivo* segundo a variável escolaridade

Para a variável escolaridade, a nossa hipótese era a de que as formas perifrásticas encontradas no corpus seriam realizadas, principalmente, pelos informantes menos escolarizados. Além disso, esperamos que o *infinitivo gerundivo* fosse, igualmente, distribuído, isto é, estivesse presente tanto na fala dos informantes

da norma popular quanto da norma culta,⁶ com a finalidade de novamente se confirmar a aproximação de tais normas.

Na Tabela 5, é perceptível o uso majoritário do *infinitivo gerundivo* entre os falantes de escolaridade baixa ou sem escolarização. Com maior exatidão, das 143 ocorrências das formas nominais do verbo, na escolaridade baixa, 124 ocorrências foram de *infinitivo gerundivo*. Esses resultados comprovam, mais uma vez, estarmos diante de um fenômeno linguístico que não está associado ao prestígio social, mas principalmente aos fatores sociais e históricos.

Diante desse cenário, a apresentação do peso relativo .66 revela um fator extralinguístico como favorecedor da forma inovadora. Assim, ilustramos os resultados a seguir:

Tabela 5: Aplicação do *infinitivo gerundivo* segundo a variável escolaridade

FATORES	APLICAÇÃO/ TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
Baixa escolaridade	124/143	86%	.66
Superior	109/144	75%	.42
Ensino médio	70/108	64%	.37

Fonte: Elaborado por Santos (2022).

Os resultados dispostos na tabela anterior indicam que a forma inovadora se sobressai também quando o fator em análise é a escolarização dos informantes, isto é, há um comportamento particular na realização da forma perifrástica com informantes de escolaridade baixa. No que diz respeito ao número de ocorrências

6 Usamos o termo norma culta como definida no âmbito do projeto NURC (Norma Urbana Culta). No entanto, sabemos da discussão que vem ocorrendo com relação a essa terminologia, feita, entre outros, por Faraco (2008).

e percentual, 86% dos falantes com baixa escolarização utilizaram, com maior frequência, a forma nominal *infinitivo gerundivo*. Além disso, 75% dos falantes do ensino superior fazem uso desse tipo de forma nominal. Para ilustrarmos estes aspectos, apresentamos, a partir do corpus, alguns trechos das entrevistas dos falantes de escolaridade baixa, grupo de fator favorecedor para forma perifrástica:

(21) “Prontos. Isso é sério, é sério que é verdade que as crianças agora não aprendem muita coisa na escola porque também estraga isso, é menos amigas hum... crianças iguais, crianças... é que também tão **a aprender** só as coisas assim na rua todas coisas, então, aquelas coisas todas faz com que as crianças mas com a ajuda de Deus, as coisas tudo se alivia um bocado.”⁷ (D. C. M, 1, 4, I).

(22) “Tem muita diferença, não se compara os jovens estão assanhados demais pra não dizer a 100% a 500% porque naquela altura, eu me recordo eu no podia conversar com o meu namorado e o meu irmão **a vir** por ali, meu irmão, no é meu pai é menor... no é mais velho. Eu tinha que fugir, despistar porque se eu continuasse ali de pé com o mesmo namorado e **ele a passar** havia de sair luta e caso no saísse o meu irmão entrava em casa tinha que ir levar o recado rápido no pai e quando eu havia de entrar era surra então eu tinha que fugir ou então ele tinha que me esconder para ele não se aperceber que eu estou ali.”⁸ (M. C. F, 2, 4, C).

(23) “Eu diria que as coisas que está **a fazer** nada, fazer mal... você deve fazer isso e cumprir com as leis. As coisas são feitas por Deus, né?”⁹ (A. C. M, 3, 4, C).

Diante disso, os resultados exemplificados em (21), (22) e (23) podem ser explicados pela marcante interação entre a capital e

7 Entrevistado pertencente à escolaridade baixa, Faixa I.

8 Entrevistado pertencente à escolaridade baixa, Faixa II

9 Entrevistado pertencente à escolaridade baixa, Faixa III.

os espaços geográficos considerados como “interior”, no contexto das províncias luandenses, havendo uma integração entre pessoas de diferentes estratos sociais, “letrados” e “não letrados”. Nesse sentido, podemos concluir que os menos escolarizados tendem a manter os padrões de uso do *infinitivo gerundivo*, herança da língua colonizadora, logo, aproximam-se no que diz respeito ao português falado em Portugal. Isso pode ser justificado, também, dentro do aspecto social e geográfico, pois aqueles que não possuem a alta escolaridade tendem a residir, em grande parte, em zonas mais distantes, ou seja, de difícil acesso e com a tendência de manter as particularidades linguísticas deixadas pelos portugueses no período de colonização do território angolano, como nos afirma Mingas (2000).

Complementarmente a essa discussão, vale destacar que, em Mothé (2014), o *infinitivo gerundivo* teve uso significativo até mesmo nas regiões, historicamente, mais conservadoras de Portugal, a saber, Algarve e Alentejo. Esse caráter inovador atesta o crescimento no uso dessa forma, independente dos contextos mais descentralizados.

Em suma, em relação ao uso da forma perifrástica, vimos um número semelhante e significativo tanto na capital quanto nas outras localidades. No que se refere ao gerúndio, observamos um menor uso, apesar de algumas alternâncias entre os falantes. Assim, o infinitivo gerundivo tem uso geral no português de Luanda, independente das características sociais/geográficas dos falantes.

Considerações finais

Nesta pesquisa, teorizamos e analisamos o uso do *gerúndio* e do *infinitivo gerundivo* no português falado em Luanda-Angola, buscando identificar elementos sobre seu uso a partir da realidade sociolinguística e sócio-histórica dessa comunidade, mediante a análise das variáveis linguísticas e socioculturais. Nesse

sentido, para a compreensão dos diferentes usos, utilizamos os dados produzidos por meio de entrevistas sociolinguísticas da comunidade de fala luandense, com informantes do sexo masculino e feminino de diferentes faixas etárias. Feito o devido tratamento dos dados, buscamos uma discussão teórica que nos permitiu chegar a importantes considerações sobre o tema, como o resultado envolvendo a escolaridade dos informantes, e a forma inovadora se mostrou recorrente com os informantes de escolaridade baixa.

Inicialmente, buscamos por respostas que pudessem colaborar com a hipótese de que o uso do *infinitivo gerundivo*, no PL, fosse mais frequente, ou seja, uso majoritário. O uso majoritário dessa variante, dita como inovadora no território lusitano, pode ser justificada pela sócio-história de Angola, a qual é marcada pelo contato da língua portuguesa, imposta por Portugal, com os processos de transmissão linguística irregular, mas regras rígidas para que seus falantes fossem considerados assimilados.

Posteriormente, para ampliar a análise dos dados, foram abordados alguns conceitos da gramática normativa sobre o fenômeno, além de anteriores pesquisas sobre o *gerúndio* e o *infinitivo gerundivo* no Brasil e em Portugal, visto que em Luanda não encontramos, na literatura, trabalhos específicos sobre a temática aqui estudada.

Outrossim, considerando os pressupostos teóricos e metodológicos, nos preocupamos em apresentar os principais conceitos da Sociolinguística, área central dessa pesquisa, além de detalharmos a análise e descrição do corpus, pertencente ao Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa- NELP/UEFS. Além disso, pontuamos as variáveis explanatórias, bem como seu tratamento estatístico.

Por fim, na seção intitulada “Análise dos dados”, descrevemos e analisamos as formas conservadoras e inovadoras do PL. Esses dados foram levantados e codificados de acordo com os grupos de

fatores linguísticos e sociais estabelecidos mediante ao Programa Goldvarb X.

A partir dos resultados obtidos pela análise dos dados, percebemos o uso frequente da forma inovadora no português luandense, ou seja, sua semelhança à língua colonizadora, PE contemporâneo, visto que, de um universo de 395 dados, 303 foram do *infinitivo gerundivo*. Assim, comprova-se a natureza inovadora, neste fenômeno, no português falado em Luanda. Por isso, apontamos a seguir os principais resultados e nossas principais considerações por meio deles:

- O programa estatístico apontou a estrutura verbal como um dos fatores que favorecem o uso da forma perifrástica, mais especificamente, as construções perifrásticas: verbo auxiliar ficar (.67), verbo auxiliar estar (.66) e outros verbos auxiliares (.61);
- O verbo auxiliar *estar* apresentou um número significativo de construções, pois de uma natureza total de 303 ocorrências com *infinitivo gerundivo*, 190 dessas apresentaram esse verbo auxiliar;
- Ainda de acordo com os resultados obtidos a partir dos nossos dados, verificamos que a *oração subordinada adverbial* apresentou o maior peso relativo (.74), a qual configura um contexto bastante favorecedor ao emprego do *infinitivo gerundivo*;
- Quanto aos tipos sintáticos de oração, além das adverbiais, as orações coordenadas e as absolutas favorecem o uso da variante inovadora, tal como os resultados obtidos por Barbosa (1999);
- A variável escolaridade também foi selecionada pelo programa como favorecedora do *infinitivo gerundivo*. Desse modo, os informantes de escolaridade baixa demonstraram uma maior frequência quanto ao uso inovador em comparação à forma conservadora. Resumidamente, apresentaram peso relativo (.66);

- Alguns grupos de fatores não foram selecionados como relevantes. Apesar disso, precisamos deixar registrado para futuras pesquisas, são eles: posição do clítico; sexo; faixa etária e local de nascimento.

De maneira geral, nossos resultados revelam a semelhança do PL com o PE no que se refere ao uso da forma perifrástica, isto é, um maior uso do *infinitivo gerundivo*. Assim, compreendemos que os principais fatores que favorecem esses resultados são de ordem linguística e social, resumidamente: a estrutura verbal, o tipo de oração e a escolaridade do falante. Ademais, é importante pontuar, por fim, que, apesar do *infinitivo gerundivo* ser a forma mais frequente, alguns falantes ainda alternam as formas nominais aqui estudadas. Isso mostra que há, ainda, algumas marcas da forma conservadora no PL ou influência recente do português brasileiro, que chega através das novelas, de programas diversos, e do uso por parte de religiosos, entre outros.

Apesar dos resultados encontrados, não podemos de maneira alguma generalizar para a língua como um todo. Outros estudos poderão ser realizados por meio desse, além de afirmações cada vez mais abrangentes e com outras variedades africanas. Concluindo, para além dos resultados quantitativos, nossa pesquisa traçou aspectos históricos e sociais de Luanda, além de reflexões acerca da sua realidade sociolinguística. Para isso, futuras pesquisas, assim como desejamos, serão feitas por meio desse trabalho.

Referências

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.

ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): a história externa

em foco. In: Colóquio da Lusofonia, v 13, e Encontro Açoriano, v 5, 2010, Florianópolis. *Atas do...* Florianópolis, 2010.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. A concordância verbal nos continua sociolinguísticos do português brasileiro e do luandense. *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, p. 25- 46, 2016.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; LUCCHESI, Dante. Um estudo contrastivo sobre a concordância verbal em Feira de Santana e em Luanda. *Papia*, v. 26, p. 71-99, 2016.

ARMANDO, Antônio Francisco. *O português de Angola*. São Paulo: Laços, 2014.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma História do Português Colonial: Aspectos Linguísticos em Cartas de Comércio*. 1999. 484f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2001.

BELINE, Ronald. A variação linguística. In.: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística*. I. Objetos teóricos. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 121-140.

CÂMARA JR., Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, Petrópolis, 1970.

CÂMARA JR., Mattoso. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1976.

CARRILHO, Ernestina; PEREIRA, Sandra. Sobre a distribuição de construções sintáticas não-padrão em Português Europeu. In: *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. CD-ROM. Lisboa: APL, 2011. p. 125 – 139.

CASTRO, Ivo. *Introdução à História do Português*. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

CUNHA, Celso. Conservação e Inovação no Português do Brasil. *O Eixo e a Roda*: revista da literatura brasileira. Belo Horizonte: Publicação do Departamento de Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 199-232. 5v. 1986.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

GONÇALVES VIANA, Aniceto dos Reis. Emprego dos verbos auxiliares estar, ir, vir, seguidos de gerúndio. *Revista lusitana II*. Porto: Livraria Portuense, 1890-1892. p. 76- 77.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1963.

LABOV, William. *The stratification of English in New York*. Washington: Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LEMONS, Dayane M. *Português brasileiro e português angolano: variação na concordância nominal de número*. PPGE/UEFS. 2014

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. *D.E.L.T.A. – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-132, 2001.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro*. v. 1. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002. p. 443-464.

MENDONÇA, Raimundo. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MINGAS, Amélia. *Interferência do kimbundo no português falado em Luanda*. Luanda: Caxinde, 2000.

MOTHÉ, Nubia Graciella Mendes. A Variação Histórica entre a Forma Nominal Gerúndio e o Infinitivo Gerundivo: o Português Brasileiro e o Português Europeu em Contraste. *Revista Inicia*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2004.

MOTHÉ, Nubia Graciella Mendes. Variação e mudança aquém e além mar: gerúndio versus infinitivo gerundivo no Português dos séculos XIX e XX. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MOTHÉ, Nubia Graciella Mendes. Notícias de além-mar: variação e mudança no uso de infinitivo gerundivo no português europeu ao longo do século XX. 2014. 428 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamentos estatísticos. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15-25.

OLIVEIRA, Fátima. Tempo e aspecto. In: MATEUS Maria Helena M. *et al.* (org.). *Gramática da Língua Portuguesa*. 6. ed. Editorial Caminho, Lisboa. p. 129-178. 2003.

OLIVEIRA, Lelia Alves. Perífrases com gerúndio e com infinitivo preposicionado: revisitando um dos aspectos da hipótese conservadora da formação do PB. *Revista Argumento*, v.18, n. 27. 2017.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

RODRIGUES, Evani P. *A concordância nominal de gênero em Sintagmas Nominais: um estudo contrastivo entre comunidades rurais baianas e Luanda-Angola*. PPGEL/UEFS. 2012.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 08 jan. 2022.

SANTOS, Abimael F. dos. *A variação entre as formas nominais gerúndio e infinitivo gerundivo no português falado em Luanda-Angola: um estudo sociolingüística*. Feira de Santana: PPGEL/UEFS, 2022.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. *Sociolingüística: teoria y análisis*. Madrid: Alhambra Universidad, 1998.

SIMÕES, José da Silva. *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA, Mencilha Mariza. Formas verbo-nominais latinas ressonâncias em português. *Cadernos do CNLF*, Série VII, no 11, Rio de Janeiro. 2003.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. Sentenças relativas. In: TEIXEIRA, Eliana Pitombo; ARAÚJO, Silvana. S. de Farias. (org.). *Diálogos entre Brasil e Angola: o português d'aquém e d'além-mar*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017. p. 49-79.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. A indeterminação do sujeito no português angolano: uma comparação com o português do Brasil. *Revista PAPIA* 21(1), p. 99-111, 2011.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TIMBANE, Alexandre António; TAMBA, Pansau. A política linguística na África e situação das línguas autóctones na educação: uma análise crítica das Constituições. *Revista Digital de Políticas Lingüísticas*, Universidad Nacional de Córdoba, v. 12, n. 12, p. 85-105, out. 2020. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RDPL/article/view/30707>. Acesso em: 17 jan. 2022.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

A ATUAÇÃO DAS VARIÁVEIS SOCIAIS NA ORDEM DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA-ANGOLA

Manoel Crispiniano Alves da Silva
(UEFS/PPGEL/CAPEs)

1. Considerações iniciais

A ordem dos clíticos pronominais na norma europeia é condicionada apenas por fatores estruturais, não exercendo relevância, em termos estatísticos, os grupos de fatores de natureza extralinguística (Biazolli, 2016; Lobo, 1996; Vieira, M., 2011, 2016; Vieira, S., 2002). Por outro lado, estudos variacionistas mostram que, nas variedades não europeias do Português, as variáveis socioculturais atuam na colocação pronominal, o que evidencia que há um paralelo entre a língua portuguesa falada nessas ex-colônias (Caetano, 2019; Silva, 2022; Silva; Araújo, 2022; Vieira, M., 2011).

Assim, a fim de ampliar o conhecimento sobre a ordenação dos clíticos no contexto das variedades africanas do português, esta investigação tem como objetivo principal discutir a atuação das variáveis sociais no condicionamento da ordem dos clíticos pronominais no português urbano falado em Luanda, capital de Angola, analisando os contextos oracionais formados por apenas uma única forma verbal.

Conforme aponta Mattos e Silva (2004), a colocação pronominal é um fenômeno linguístico variável muito debatido desde o século XIX entre os estudiosos do PE e do PB. Estudos a respeito da temática já foram feitos com dados diacrônicos (Carneiro, 2005; Lemos, 2019; Lobo, 1996; Martins, A., 1994; Martins, M., 2009; Pagotto, 1992, entre outros) e sincrônicos do PE (Biazolli, 2016; Vieira, M., 2011, 2016; Vieira, S., 2002, entre outros) e do PB (Araújo; Silva, 2019; Biazolli, 2016; Carneiro, 2016; Vieira, M., 2011; Vieira, S., 2002, entre outros), utilizando, para tanto, diferentes amostras e quadros teóricos-metodológicos.

A literatura produzida a respeito desse fenômeno em lexias verbais simples, isto é, em estruturas verbais constituídas por apenas um único verbo (**me diga** a verdade/**diga-me** a verdade) ou em complexos verbais (**estou me organizando/estou-me organizando/estou organizando-me** para ir à festa), possibilita fazer certas generalizações acerca do “português d’aquém” e “d’além-mar”, como afirmar que a posição dos clíticos diferencia a variedade brasileira da europeia.

Essa singularidade do PB frente ao PE pode ser notada nos contextos sintáticos em que o clítico está adjungido ao verbo. Em linhas gerais, a ordem não marcada no PE é a ênclise, posto que a próclise é produtiva em contexto com atratores (Biazolli, 2016; Vieira, M., 2011, 2016; Vieira, S., 2002). Por outro lado, há uma tendência no PB falado a generalizar a variante proclítica, inclusive em contexto de verbo em posição inicial absoluta na língua falada (Biazolli, 2016; Vieira, M., 2016; Vieira, S., 2002), ambiente sintático enclítico na história da língua portuguesa (Galves; Brito e Paixão de Souza, 2005; Lobo, 1992, 1996; Martins, A., 1994; Martins, M., 2009) e no PE contemporâneo (Biazolli, 2016; Vieira, M., 2016; Vieira, S., 2002).

Em síntese, pode-se afirmar que os grupos de fatores que atuam são diferentes nas duas variedades, visto que, na norma europeia, o fenômeno é condicionado por fatores apenas lingüísti-

cos, como o elemento que antecede o verbo. Por outro lado, tanto as variáveis sociais quanto as estruturais condicionam a ordem dos clíticos pronominais no PB.

No que tange às variedades africanas do português, generalizações ainda não podem ser feitas acerca do fenômeno. Isso não significa dizer que não há estudos descritivos da ordenação dos clíticos pronominais nessas variedades, mas, levando em consideração o número de pesquisas científicas desenvolvidas desde o século XIX com dados do PE e do PB, é evidente a necessidade de investigações desenvolvidas com amostras de fala e de escrita constituídas nos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Nesse sentido, este trabalho, fundamentado nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2003; Weinreich; Labov; Herzog, 2006[1968]), busca contribuir para o conhecimento da norma objetiva usada na cidade de Luanda, capital e maior centro urbano de Angola, ao investigar as variáveis sociais que atuam na ordenação dos clíticos pronominais em lexias verbais simples nessa comunidade de fala.

Este capítulo estrutura-se em quatro seções. Além desta introdutória, na segunda, realiza-se uma descrição do quadro teórico-metodológico utilizado, na terceira, a apresentação e a discussão das variáveis sociais que condicionam o fenômeno no português luandense e, por fim, na quarta, estão as considerações finais.

2. Aspectos teórico-metodológicos

Para investigar a ordem dos clíticos pronominais em estruturas oracionais com um único verbo no português urbano falado em Luanda-Angola, foi utilizado o arcabouço teórico metodológico da Teoria da Variação e Mudança Linguística proposto por Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) e Labov (2003, 2008[1972]).

Essa corrente teórica foi a selecionada por compreender a língua como um sistema heterogêneo de regras variáveis, em que a variabilidade e a mudança são concebidas como fenômenos engendrados no sistema da língua, os quais são condicionados por fatores estruturais (lingüísticos), socioculturais (extralingüísticos) e estilísticos. Assim, por meio de sua metodologia quantitativa, é possível verificar a atuação de cada variável sob o fenômeno em variação, evidenciando que “[...] a ausência de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional” (Weinreich; Labov; Herzog, 2006[1968], p. 36).

Labov (2003, p. 243) propõe uma categorização das formas em variação. Segundo ele, um fenômeno da língua pode ser considerado variável quando uma das variantes apresentar um percentual de 5% a 95% do total das ocorrências. No momento em que uma das formas alternantes perfaz um índice de 95% a 99% dos dados, considera-se como uma regra semicategórica, e quando apenas uma forma lingüística é utilizada, ou seja, 100% das ocorrências são de uma das formas em variação, esses resultados apontam que não há um processo de variação e sim uma regra categórica. Diante disso, cabe analisar qual dessas regras se aplica quanto à colocação pronominal em lexias verbais simples na amostra de fala do português de Luanda-Angola.

Para realizar a referida pesquisa, os dados foram coletados em um corpus constituído por 32 entrevistas sociolingüísticas gravadas na cidade de Luanda, com participantes que declararam ter o português como L1, nos anos 2008 e 2013, o qual pertence ao projeto *Em busca das raízes do português brasileiro - Fase III estudos morfossintáticos* — aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão no ano de 2009 (Consepe, 0036/09) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em 27/11/2012 (Cae nº 04641412. 7.0000. 0053). Atualmente, esse projeto está sob a coordenação da Professora Doutora Silvana Silva de Farias Araújo e é vinculado ao Núcleo de Estudo de Língua Portuguesa (NELP) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Para a execução desta pesquisa, foram trilhados os seguintes caminhos metodológicos: (i) levantamento das ocorrências dos clíticos pronominais em contextos de apenas um verbo na amostra; (ii) codificação das ocorrências com base no envelope de variação anteriormente elaborado; (iii) submissão ao tratamento estatístico do programa Goldvarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005) e, por fim, (iv) descrição e análise dos resultados obtidos.

Vale ressaltar que os resultados aqui sistematizados são parte da dissertação de mestrado do autor, defendida e aprovada em 2022 no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS). Neste trabalho, devido à limitação do espaço, serão sistematizados apenas os dados das variáveis sociais selecionadas pelo referido programa computacional como estatisticamente relevantes (Silva, 2022).

Doravante, passa-se à apresentação das variáveis sociais controladas. A variável dependente estudada é binária, ou seja, na norma objetiva de Luanda, na amostra analisada, a variação consiste na alternância entre próclise e ênclise. No Quadro 1, estão as variáveis socioculturais controladas.

Quadro 1: Estratificação da amostra de fala do português falado em Luanda segundo as variáveis sociais

Sexo do informante	Masculino Feminino
Faixa etária	Faixa A (21 a 35 anos) - Média 28 anos Faixa B (36 a 51 anos) - Média 43 anos Faixa C (a partir de 52 anos) - Média 58 anos
Escolaridade	Nível 1- Baixa ou nula Nível 2- Ensino Médio Nível 3- Ensino Superior
Local de nascimento	Interior Capital

Fonte: Silva (2022, p. 76).

A seguir, no Quadro 2, há a apresentação de como as células foram preenchidas, totalizando 32 participantes que constituíram a amostra. As células foram preenchidas, quando possível, por quatro participantes, sendo dois do sexo feminino e dois do masculino, distribuídos por três níveis de escolaridade (Baixa ou nula, Ensino Médio e Ensino Superior) e três faixas etárias.

Quadro 2: Constituição da amostra de fala do português luandense dos informantes que declararam ter o português como L1

Faixa etária	A – 21 a 35 anos	B – 36 a 51 anos	C – 52 anos em diante
Baixa ou nula escolaridade	2 H 2 M	1 H 2 M	1H 2 M
Ensino Médio	2 H 2 M	2 H 2 M	2 H 1M
Ensino Superior	2 H 2 M	2 H 2 M	1H 2M

Fonte: Silva (2022, p.74)

Além das variáveis sociolinguísticas clássicas apresentadas no Quadro 1, tendo em vista a realidade multilíngue de Luanda, em que a língua portuguesa, adotada como oficial, convive com línguas africanas angolanas, em especial do grupo bantu, o autor controlou o grupo de fatores “Língua de Interação”, idealizado por Brandão (2011) para a variedade são-tomense do português. Apesar de a amostra ser formada apenas por participantes que declararam ter o português como L1, nas entrevistas, eles afirmam entender e falar, também, línguas nacionais africanas. Brandão (2011) postula, para essa variável, quatro variantes:

- i. “Fala apenas o português (o indivíduo não compreende nenhuma das línguas locais)”;
- ii. “Fala o português e, em alguns contextos, uma ou mais das línguas locais”;
- iii. “Fala o português e apenas compreende, mas não fala, uma ou mais das línguas locais”;
- iv. “Fala mais uma das línguas locais do que o português”.

3. Descrição e análise da colocação dos pronomes clíticos no português urbano falado em Luanda-Angola: a atuação dos fatores sociais

Nesta seção, serão divulgados os resultados obtidos por Silva (2022), no âmbito da sua Dissertação de Mestrado, referentes à ordenação dos clíticos pronominais em lexias verbais simples com verbo na forma finita e infinita na amostra do português luandense e a atuação das variáveis sociais.

A seguir, são apresentados os resultados obtidos em relação à variável dependente.

Tabela 1: Distribuição geral dos resultados da ordem dos clíticos pronominais no português luandense com um constituinte verbal

VARIANTES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Próclise	516/723	71,4%
Ênclise	207/723	28,6%
Mesóclise	0/723	0%

Fonte: Silva (2022, p. 88).

Conforme pode ser visualizado na Tabela 1, a variação, na amostra do português luandense, consiste na alternância entre a próclise e a ênclise. De um universo de 723 dados, 516 foram da variante próclítica e 207 da enclítica, sendo, em termos percentuais, respectivamente, 71% de próclise e 28% de ênclise, o que evidencia que a próclise é a posição preferencial. Esses resultados precisam ser compreendidos segundo os seus condicionamentos para resultados mais conclusivos, pois, dessa forma, será possível depreender a tendência do português de Luanda quanto ao fenômeno em análise.

Para a Sociolinguística, a variação não é livre e nem aleatória, mas condicionada por grupo de fatores que podem ser estruturais, sociais e estilísticos. Partindo desse pressuposto, os dados, conforme descrito na seção de metodologia, foram submetidos a uma análise quantitativa utilizando, para isso, o programa computacional Goldvarb X. Essa ferramenta computacional selecionou, em nível de relevância estatística, as seguintes variáveis: (i) Tipo de oração; (ii) Elemento que antecede o verbo; (iii) Modo e forma verbais; (iv) Tipo de clítico; (v) Escolaridade e (vi) Língua de Intercomunicação (Silva, 2022, p. 90). Vale destacar que, nessa rodada, o nível de significância foi de 0.015 e o input de 0.884. Cumprindo o objetivo principal deste trabalho, será sistematizada apenas a atuação dos grupos de fatores sociais no condicionamento da próclise.

Como descrito na seção de aspectos metodológicos, além da “Escolaridade” e da “Língua de Intercomunicação”, foram controladas outras variáveis extralinguísticas, mas os seguintes grupos de fatores não foram relevantes, em termos estatísticos, na atuação da seleção da variante próclítica: (i) Sexo; (ii) Faixa etária e (iii) Local de Nascimento.

A seleção das variáveis sociais — Escolaridade e Língua de Intercomunicação — sugere que os condicionamentos do fenômeno em Luanda apresentam uma tendência diferente da va-

riedade europeia, pois nesta o fenômeno é condicionado apenas por grupo de fatores de natureza estrutural (Biazolli, 2016; Lobo, 1996; Vieira, M., 2011, 2016; Vieira, S., 2002), não exercendo as variáveis sociais relevância estatística.

Nota-se, por outro lado, um paralelo entre os condicionamentos no português angolano (PA) e nas outras variedades não europeias, posto que, no PB, as variáveis extralinguísticas atuam sob o fenômeno (Araújo, Silva, 2019; Lobo, 1996; Vieira, M., 2016; Vieira, S., 2002, entre outros). Isso se evidencia, também, no português moçambicano (PM), conforme constatou o estudo de Caetano (2019), em que a variável “Faixa etária” foi selecionada e no português de São Tomé (PS), como atestou M. Vieira (2016), na qual a variável extralinguística “Sexo do participante” mostrou-se relevante do ponto de vista estatístico, sendo, inclusive, a primeira a ser selecionada.

Doravante, passa-se à análise do papel da escolarização formal na ordem dos clíticos pronominais e da “Língua de Intercomunicação”.

Na tabela 02, estão os resultados obtidos referentes à variável “Escolaridade”.

Tabela 2: Aplicação da variante proclítica segundo a variável “escolaridade”

Fatores	Aplicação/ Total	Porcentagem	Peso relativo
Baixa ou nula	211/239	88%	.63
Ensino Médio	146/224	65%	.45
Superior	159/260	61%	.40

Fonte: Silva (2022, p. 111).

A hipótese aventada para essa variável era de que, quanto maior fosse o grau de instrução formal do participante, a próclise diminuiria, pois maior seria a frequência da posição enclítica, sendo essa adquirida via processo de escolarização.

Observando os resultados expostos na Tabela 2, essa hipótese foi ratificada, porque a próclise, conforme indica o peso relativo de .63, é favorecida no comportamento linguístico dos participantes que têm pouca ou nenhuma escolaridade. Por outro lado, os indivíduos que concluíram ou cursam o “Ensino Médio” e o “Superior” inibem a variante proclítica, como aponta o peso relativo de .45 e .40, respectivamente, para esses níveis de escolaridade. Advoga-se que a ênclise não faz parte do vernáculo dos luandenses, sendo uma forma adquirida via escola, o que leva a concluir que, na sociedade luandense, é uma forma de prestígio. Logo, quanto mais alto for o nível de escolaridade, menor será a ocorrência do pronome clítico em posição proclítica em estruturas verbais constituídas por apenas um único verbo, caindo de 88% para 61%.

Apesar de os pesos relativos apontarem favorecimento da anteposição do clítico apenas na faixa “Baixa ou nula”, a análise dos percentuais nos outros níveis chama a atenção. Tendo em vista a alta produtividade da próclise, tanto no fator “Nível Médio” quanto “Superior”, essa colocação ocupa, em média, 60% dos dados. Esses resultados sugerem que a ordem não marcada do português urbano de Luanda é a próclise. Essa afirmação vai ao encontro do que conclui Silva (2022, p. 123), pois o autor chega à conclusão de que, no PA, não há, na amostra analisada de fala de Luanda, um efeito proclisador: “Os percentuais evidenciam que não há, na amostra do português luandense, um efeito efetivamente proclisador, visto que a próclise é produtiva em todos os ambientes sintáticos, inclusive diante de elementos não proclisadores tradicionais”.

Os percentuais, para todos os níveis de escolaridade, apontam, conforme definido por Labov (2003), que, independentemente

do nível de escolaridade do participante, a colocação pronominal constitui uma regra variável, com um nítido favorecimento da próclise.

Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 48), “Os anos de escolarização de um indivíduo e a qualidade das escolas que frequentou também têm influência em seu repertório sociolinguístico”. Em razão disso, cruzou-se a variável “Escolaridade” com “Elemento que antecede o verbo”, com a finalidade de observar se, à medida que o grau de instrução formal do sujeito aumentasse, há obediência à prescrição gramatical no que tange à ordem dos clíticos pronominais. Analisando os contextos, segundo o nível de escolarização do participante, Silva (2022, p. 113) chega a esta conclusão:

Logo, o cruzamento das variáveis “Elemento que antecede o verbo” e “Escolaridade” do participante evidencia a pressão da norma escolar no aprendizado de determinadas estruturas que convergem com a prescrição gramatical, como ênclise em posição inicial absoluta, aumento da ênclise diante de fatores não atratores e um uso preferencial da variante proclítica quando o verbo vem precedido de elementos proclisadores.

Portanto, os resultados obtidos por Silva (2022) sugerem que a escola interfere no comportamento linguístico dos participantes. Isso porque falar o português sem influência das línguas africanas locais em Luanda é condição basilar para o indivíduo conseguir uma progressão social (Mingas, 2000).

A seguir, na Tabela 3, há a apresentação dos resultados obtidos na análise quantitativa referente à variável “Língua de Intercomunicação”.

Tabela 3: Aplicação da variante proclítica segundo a variável “Língua de Intercomunicação”

Fatores	Aplicação/ Total	Porcentagem	Peso Relativo
Fala o português e apenas compreende, mas não fala, uma ou mais das línguas locais.	102/105	97%	.90
Fala o português e, em alguns contextos, uma ou mais das línguas locais.	304/427	71%	.47
Fala apenas o português (o indivíduo não entende nenhuma das línguas locais).	110/191	57%	.27

Fonte: Silva (2022, p. 113-114).

Essa variável, idealizada por Brandão (2011), difere das variáveis clássicas controladas neste trabalho (Sexo, Escolaridade e Faixa etária), pois a “Língua de Intercomunicação” não foi distribuída por células. Em algumas entrevistas, o documentador perguntou ao participante se, além da sua língua materna, ele falava ou compreendia as línguas africanas angolanas, no entanto, em algumas entrevistas, esse questionamento não foi feito. Porém, o controle dessa variável é relevante, pois sugere o papel do multilinguismo característico da ecologia de Luanda na atuação desse fenômeno.

Além dos fatores apresentados na Tabela 3, conforme descrito na metodologia, a variável “Língua de Intercomunicação” é constituída, também, pela variante “Fala mais uma das línguas locais do que o português”. Porém, durante as entrevistas sociolinguísticas, nenhum luandense declarou usar mais uma das línguas africanas do que o português. Esse resultado já era de se esperar, tendo em

vista que falar o português, sem influência das línguas da terra, é tido como condição principal para uma ascensão social.

Ademais, é preciso pontuar a predominância do português em relação às línguas locais nas áreas urbanas. Nesse contexto, as pessoas que vivem em áreas urbanas, como foi o caso dos 36 participantes, são as que mais têm domínio e uso da língua portuguesa nos domicílios. Tal domínio e uso podem ser um fator para a ausência da variante “Fala mais uma das línguas locais do que o português”.

Como pode ser visualizado na Tabela 3, o único fator, selecionado como relevante estatisticamente, foi “Fala o português e apenas compreende, mas não fala, uma ou mais das línguas locais”, com peso relativo de .91. Chama a atenção a produtividade da variante proclítica no comportamento sociolinguístico desses participantes que fizeram essa afirmação, visto que, de um total de 105 ocorrências, 102 foram da variante proclítica. Esses resultados sugerem que há uma tendência à generalização da próclise entre os informantes que falam o português luandense como L1. A posição pré-verbal, nesse fator, constitui uma regra semicategórica, posto que o percentual chega a 97%.

Por outro lado, a variante proclítica é desfavorecida entre os participantes que declararam que “Fala o português e, em alguns contextos, uma ou mais das línguas locais”, conforme evidencia o peso relativo de .47. Porém, vale ressaltar a alta produtividade da próclise entre esse público, visto que de um universo de 427 dados, 71% (304) foram da anteposição do clítico em relação ao verbo. Estatisticamente, o fator “Fala apenas o português, mas não compreende nenhuma língua africana”, também, inibe o uso da próclise (peso relativo de .27).

Em suma, nota-se que há uma similaridade entre os três fatores, posto que todos os participantes, que responderam qual era a sua língua materna, declararam que utilizam mais a língua por-

tuguesa do que as línguas locais. Apesar dos resultados díspares apresentados pelos pesos relativos, é importante pontuar que, em todos os fatores, a variante proclítica é muito produtiva, chegando, nas variantes não selecionadas como relevantes estatisticamente pelo programa computacional, a um percentual de 71% e de 57%, o que sugere que a posição não marcada do português luandense é a próclise. Assim, é válido pontuar que, segundo a categorização proposta por Labov (2003), a variante proclítica constitui uma regra variável, com uma clara preferência pela próclise.

Portanto, os resultados alcançados em relação a essa variável sugerem que o contato linguístico exerce influência sobre fatos linguísticos, no entanto os resultados aqui apresentados não são conclusivos, mas podem ser compreendidos como uma pista para a necessidade do controle do estatuto do português como L1 e L2 e a relação de outras variáveis em relação à “Língua de Interação”, como a escolaridade do participante. Essas lacunas serão preenchidas em estudos futuros.

O controle dessa variável é importante porque evidencia o multilinguismo que sempre houve em África e, particularmente, em Luanda. Foi acrescentada a essa realidade sociolinguística, a partir do século XV, a língua portuguesa que, posteriormente, foi adotada como língua oficial, ou seja, passou a ser a única língua da comunicação oficial, da grande mídia, do sistema de ensino, enfim, do prestígio, enquanto o uso das línguas africanas ou do português com marcas de uma aquisição imperfeita era um fator de estigmatização social e seus falantes passaram a ser vítimas de comentários racistas, devido à hierarquização provocada pelas políticas linguísticas do empreendimento colonial em Angola, como pode ser verificado nas palavras de Mingas (2000, p. 16):

Durante a época colonial, esta variante (português falado em Angola) era errada e ironicamente designada “pretuguês”, “português de preto”, “português

moreno” e/ou “dialecto”, o que criou não só condições ótimas para a promoção do português como também, por um lado, a ideia de que as línguas locais eram inferiores ao português e por outro, um sentimento de vergonha por parte de alguns Angolanos ao admitirem ter uma língua sem prestígio como primeira e/ou materna.

Em vista disso, as Políticas Linguísticas europeias em Angola criaram nas línguas africanas uma ideia de inferioridade em relação à norma do ex-colonizador. Esse conjunto de Políticas e Planejamentos Linguísticos tiveram implicações sociolinguísticas:

(i) O censo, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), em 2014, mostra que 71% da população fala a língua portuguesa e, nas áreas urbanas, esse número aumenta, chegando a 85% da população. Por outro lado, nas áreas rurais, há uma mudança substancial, visto que 49% falam essa língua. Em síntese, fica evidente que o português tem se tornado, nos centros urbanos, a língua hegemônica.

(ii) As línguas locais, por não terem o estatuto de oficial, assim como o português, não são utilizadas para fins legais e na administração pública, sendo utilizadas em espaços familiares. Esse fato mostra que a não oficialização das línguas da terra relegou a elas o lugar da informalidade. Tal afirmação fica evidente no trecho da entrevista em que o documentador questiona onde a participante, falante de umbundo, utiliza essa língua, conforme pode ser visto a seguir, no trecho retirado de Silva (2022, p. 115): “Prontos. Eu falo o Umbundu com quem, quer dizer, com os meus amigos, conforme que a gente estamos unidos. Esses todos como a nossa língua são o mesmo, falamos todos memo o nosso dialecto” (M, Faixa A, Nível I, I, falante de umbundo). ”.

Portanto, apesar das Políticas e dos Planejamentos Linguísticos impostas pelo sistema colonial europeu, as línguas africanas

continuam sendo faladas em Luanda e, de forma mais acentuada, nas províncias, o que possibilitou o controle dessa variável.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo principal sistematizar os condicionamentos sociais que atuam na ordem dos clíticos pronominais no português urbano falado em Luanda, capital e maior cidade de Angola.

Os estudos desenvolvidos a respeito da ordem dos clíticos pronominais em lexias verbais simples em variedades do português mostram tendências díspares quanto ao PB e ao PE. No PB, há, na modalidade oral, uma generalização da próclise em todos os contextos sintáticos e uma diferença significativa entre a língua falada e a escrita (Biazolli, 2016; Vieira, S., 2002;). Por outro lado, no PE, a posição dos clíticos está condicionada ao contexto sintático. No contexto em que o verbo está em Posição Inicial Absoluta (V1), a ênclise é categórica, a variante proclítica é produtiva diante de elementos considerados proclisadores clássicos. Na ausência desses elementos que atraem a próclise, a ênclise é a posição preferencial.

Em relação às variedades africanas do Português, estudos vêm sendo desenvolvidos, mas advoga-se que, devido à ausência de pesquisas em diferentes realidades e amostras — de fala e de escrita — ainda não é possível afirmar, com segurança, as tendências quanto ao fenômeno nessas variedades. Nesse sentido, esta pesquisa soma-se a outras que focalizam a colocação dos pronomes em tais variedades e traz evidências empíricas para o conhecimento da norma objetiva do PA.

A distribuição geral dos resultados sugere que a ordem não marcada do PA é a próclise. Diferentemente do que apontam os estudos do PE, as variáveis sociais são relevantes estatisticamen-

te. No português falado em Luanda, os grupos de fatores “Escolaridade” e “Língua de Intercomunicação” atuam na colocação pronominal.

Quanto à variável “Escolaridade”, os resultados quantitativos mostram que a variante proclítica é favorecida no comportamento dos indivíduos que possuem baixa ou nenhuma escolarização. À medida que o nível de instrução formal do participante aumenta, a próclise diminui, o que evidencia o papel da escola no ensino da norma padrão europeia.

No tocante à variável “Língua de Intercomunicação”, os resultados mostram que o multilinguismo interfere na colocação pronominal. No entanto, os resultados encontrados apontam para o cruzamento dessa variável com outras para resultados mais conclusivos.

Referências

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; SILVA; Manoel Crispiniano Alves da. A sintaxe dos pronomes clíticos no português falado em Feira de Santana-BA: uma comparação com o português luandense. *Revista Eletrônica do Netti*, v. 8, n. 2. Jul-Dez, 2019.

BIAZZOLI, Caroline Carnielli. *Posição de clíticos pronominais em duas variedades do português*: inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CAETANO, Ana Carolina Alves. *Análise Variacionista da Ordem dos Clíticos Pronominais no Português de Moçambique*. Monografia (Graduação em Letras, Português-Literaturas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CARNEIRO, Zenaide. *Cartas Brasileiras: um estudo linguístico-filológico*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira. Colocação de clíticos em orações finitas em duas vertentes do português oral feirense: um contexto não variável. In: ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; TEIXEIRA, Eliana Pitombo; CARNEIRO, Zenaide Oliveira Novais (org.). *Variação Linguística em Feira de Santana*. v. 1. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

GALVES, Carlote; BRITTO H.; PAIXÃO DE SOUZA, Maria Clara. The change in clitic placement. From classical to modern european portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. Unicamp, 2005 ([2002, 2003]).

LABOV, William. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, Christina Bratt; TUCKER, G. Richard. (org.). *Sociolinguistics: the essential readings*, 234-250. Oxford: Blackwell, 2003.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008[1972].

LEMONS, Maiara da Silva. *A colocação dos clíticos em sentenças finitas*: um estudo sócio-histórico das vertentes do PB em cartas do sertão baiano (Século XX). Dissertação (Mestrado em) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

LOBO, Tânia. *A colocação dos pronomes clíticos em português: duas sincronias em confronto*. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Histórica) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

LOBO, Tânia. A sintaxe dos clíticos. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (org.). *A Carta de Caminha*: Testemunho linguístico de 1500. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.

MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na História do Português*. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

MARTINS, Marco Antônio. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MINGAS, Amélia Arlete. *Interferência do Kimbundo falado em Lwanda*. Luanda: Editorial Caxinde, 2000.

PAGOTTO, Emílio Pagotto. *A posição dos clíticos em português*: um estudo diacrônico. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1922.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. GoldvarbX: a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>: Acesso em: 12 abr. 2021.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da. A colocação dos pronomes clíticos no português falado em Luanda-Angola: um estudo sociolinguístico e sócio-histórico. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2022.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. A atuação dos elementos antecedentes ao verbo na colocação pronominal no português oral luandense: breve comparação com variedades da língua portuguesa. *Cuadernos de la Alfal*, v. 01, p. 161-180, 2022.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. *Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana*: para a definição da natureza do clítico em Português. 2002. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, Maria de Fatima. *A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no português europeu oral contemporâneo*: uma investigação sociolinguística. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VIEIRA, Maria de Fátima. A ordem dos clíticos pronominais nas variedades urbanas europeia, brasileira e são-tomense: uma análise sociolinguística do português no início do século XXI. 2016. 238 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução de Marcos Bagno, São Paulo: Parábola Editorial, 2006[1968].

ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO SOBRE O MULTILINGUISMO E A CONCORDÂNCIA VERBAL EM VARIEDADES MOÇAMBICANAS

Karen Cristina da Silva Pissurno
(UFRJ/PPGLEV)

1. Considerações iniciais

O fenômeno da concordância verbal de número em variedades africanas vem sendo investigado em trabalhos descritivos (António, 2011; Bavo, 2011; Jeque, 1996; Justino 2015; Moreno; Tuzine, 1998; Nhongo, 2005; Stroud; Gonçalves, 1997, 1998) e quantitativos (Pissurno, 2017, 2019, 2020, 2022) que revelam as tendências de uma das áreas em que, segundo Gonçalves (2010), os falantes de português em Moçambique mais encontram dificuldades de aprendizagem.

Nesse sentido, em termos qualitativos, os estudos apontam a existência de ocorrências sem marcas de pluralidade em estruturas de natureza variada (com sujeitos antepostos e pospostos, com sujeitos inanimados e animados, com verbos de alta e baixa saliência, com verbos de todos os tipos de transitividade, etc.), diferentemente do que ocorre em variedades europeias do português, cujos raríssimos dados sem marcas padrão ocorrem apenas em contextos considerados universais, ou seja, em estruturas que levam à ausência de número em qualquer língua natural,

como a posposição do sujeito, o sujeito possuir traço semântico [- humano], a baixa saliência fônica dos verbos, e os verbos serem inacusativos/inergativos.

Já em termos quantitativos, observa-se que os índices de concordância verbal em variedades urbanas são bastante altos, muito próximos daqueles obtidos em variedades europeias, revelando uma preferência geral pela implementação das marcas. No entanto, além do olhar qualitativo para os dados demonstrar que há ocorrências sem marca em diversos contextos, verifica-se que os aspectos sociais referentes aos falantes investigados também indicam níveis diferentes de implementação das marcas a depender, principalmente, da frequência com a qual o indivíduo utiliza as línguas que são faladas no território, se ele é falante de português como língua materna ou não, e da sua escolaridade. Em outras palavras, falantes de português como primeira língua, que possuem pouco ou nenhum contato com as línguas faladas localmente e que possuem alto nível de escolaridade são aqueles que, de fato, produzirão níveis praticamente categóricos de implementação das marcas, enquanto os indivíduos de padrão oposto serão os responsáveis pelos índices variáveis de concordância, aqueles que produzem as diversas ocorrências sem pluralidade apontadas nos estudos.

Desse modo, as pesquisas acerca da variedade moçambicana devem, sempre que possível, relacionar os usos linguísticos às questões multilinguísticas da sociedade, que vive em situação de contato linguístico desde a chegada dos colonizadores, em 1498, em regiões onde mais de 20 línguas bantu eram (e ainda são) faladas (cf. Nhampoca, 2015). A obrigatoriedade do uso do português, em determinados contextos (escola e trabalho), surgiu somente em 1975, quando da Independência do país, muitos anos após a chegada dos portugueses, e não eliminou a presença dessas outras línguas, que são faladas até hoje pela grande maioria da população moçambicana.

De acordo com o Censo de 2017 (INE, 2017), apenas 16% dos moçambicanos falam português como língua materna, o que significa que o uso de línguas bantu (emakhuwa e changana, principalmente), é altamente frequente, especialmente em contextos familiares e religiosos. Além disso, há uma grande disparidade entre as zonas rurais e urbanas do país em relação ao conhecimento de língua portuguesa. Enquanto nas zonas urbanas 23% dos recenseados afirmam não saber falar português, nas áreas rurais, chega-se ao total de 65,3% de sujeitos com esse perfil. Assim, dos 22.243,37 indivíduos recenseados na região, 53% declaram não saber falar a língua tida como oficial no país (cf. Pissurno, 2022).

Portanto, o presente capítulo¹ apresenta uma investigação dos padrões de concordância verbal de terceira pessoa do plural do português de Moçambique (PM), com base em dados orais contemporâneos de três amostras de fala diferentes — uma urbana, uma rural e uma com informantes de regiões intermediárias em relação às características de urbanização (que serão apresentadas nas próximas seções) —, considerando os aspectos do contexto multilíngue, com o intuito de observar se o contato com línguas bantu em cada localidade pode estar relacionado a diferentes índices de aplicação das marcas de pluralidade nas variedades moçambicanas.

2. Aspectos teórico-metodológicos, hipóteses e objetivos

Para a análise de dados, a investigação adota a Sociolinguística Quantitativa, de orientação laboviana (Labov, 1972, 1994, 2003; Weinreich; Labov; Herzog, 1968) como pressuposto geral. Tal arcabouço é, ao longo do estudo, associado a subáreas relacionadas à compreensão de situações de multilinguismo (Sociolinguística de Contato) e ao tratamento do fenômeno variável da concordância.

1 Esse estudo é apenas um recorte adaptado da Tese de Doutorado de Pissurno (2022), que está disponível na íntegra em <https://posvernaculas.letras.ufrj.br/teses-qua-drenio-2024-2021/>

A Teoria da Variação e Mudança postula que a língua é passível de sistematização, porque a variação é inerente à língua, e que a variação ocorre consoante à atuação de fatores linguísticos e sociais que a restringem.

A análise quantitativa dos dados é realizada a partir do programa Goldvarb X, seguindo as etapas de uma análise multivariada clássica da sociolinguística, isto é, segundo os seguintes procedimentos: (i) coleta de dados de três amostras; (ii) codificação dos dados segundo variáveis preestabelecidas; (iii) execução de rodadas segundo o programa estatístico escolhido; (iv) interpretação dos resultados quantitativos à luz de hipóteses sociolinguísticas formuladas anteriormente.

No que tange aos materiais investigados, a pesquisa vale-se de três *corpora* diferentes, a saber: (i) Corpus Moçambique-PORT: *amostra urbana* (Vieira; Pissurno, 2016), construído no âmbito do Projeto Concorância — *Estudo comparado de padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e portuguesas: a natureza das restrições e o contato linguístico*, cujas entrevistas foram realizadas na cidade de Maputo; (ii) Corpus Cuamba, coletado e cedido pela Professora Dra. Cláudia Roberta Tavares Silva (Silva, 2018), como parte do projeto *Padrões de concordância no português falado e escrito por moçambicanos: da produção à percepção*, com informantes de áreas rurais; e, por fim, (iii) Corpus Moçambique-Port: *amostra online* (Vieira; Pissurno; Costa, 2021), coletado por meio de entrevistas realizadas online,² com informantes de diferentes províncias de Moçambique, independentemente de possuírem perfis mais ou menos urbanos.

Os informantes de cada amostra foram distribuídos conforme o quadro a seguir:

2 Os informantes foram contatados via aplicativo de mensagens e, posteriormente, as entrevistas foram gravadas na plataforma do Google Meet, mediante aprovação dos entrevistados, registrada no fim de cada entrevista.

Quadro 1: Distribuição dos perfis de informantes entrevistados nos *corpora*.

Corpus Moçambique-Port - Amostra Maputo (Vieira; Pissurno, 2016)	Corpus Cuamba (Silva, 2018)	Corpus Moçambique-Port - Amostra Online (Vieira; Pissurno; Costa; 2021)
34 participantes	14 participantes	6 participantes
Português L1 ou L2	Português L1 ou L2	Português L2
Diferentes línguas bantu	Mesma língua bantu – emakhuwa	Diferentes línguas bantu
Diferentes localidades de origem	Todos da mesma localidade	Diferentes localidades de origem
3 faixas etárias (18-35, 36-55 e acima de 55 anos)	1 faixa etária (18-35 anos)	3 faixas etárias (18-35, 36-55 e acima de 55 anos)
3 níveis de escolaridade (Fundamental, Médio e Superior)	2 níveis de escolaridade (Fundamental e Médio)	1 nível de escolaridade (Fundamental)

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível notar, não há uma distribuição igualitária quanto à quantidade e quanto ao perfil de indivíduos entrevistados em cada amostra, motivo pelo qual as amostras precisam ser tratadas separadamente, como se verá na análise dos dados. Além disso, a falta de estratificação das amostras inviabilizou a análise de outras variantes extralinguísticas, como a idade e o sexo dos informantes, por exemplo. Por outro lado, a descrição de todo material moçambicano disponível é de suma importância para que se possa, ao menos, mapear o fenômeno como um todo e traçar novos objetivos para estudos futuros. Sobre a heterogeneidade das amostras, Pissurno (2022, p. 164) explica:

Cabe ressaltar que a referida heterogeneidade dos perfis dos *corpora*, especialmente quanto à proficiência e à frequência de uso da Língua Portuguesa e das outras línguas, foi cuidadosamente registrada, a partir dos relatos dos informantes durante as

entrevistas, o que também permitiu certas interpretações acerca do que é ser falante de Português como L1 ou L2 na sociedade moçambicana. Sendo assim, entende-se que essas peculiaridades, mais relacionadas à caracterização social dos indivíduos entrevistados, são de extrema relevância para que se compreenda a real situação linguística em questão. Nesse sentido, é preciso compreender que a não estratificação sistemática dos *corpora* quanto ao perfil dos informantes também seja reflexo da própria complexidade da situação multilíngue moçambicana; em outras palavras, para representar bem a realidade sociolinguística que se quer descrever, não parece cientificamente viável elaborar corpora que sigam criteriosamente os mesmos modelos das outras variedades do Português.

Por fim, um aspecto bastante relevante para que se compreenda os resultados alcançados é entender o panorama geral das localidades dos participantes em análise. Hansine e Arnaldo (2019) classificam cidades das províncias moçambicanas de A a D,³ a partir de índices de desenvolvimento humano, como tipo de atividades laborais, vida econômica, social e cultural, densidade populacional, índices de escolarização, entre outros aspectos. Desse modo, os autores distribuem as localidades da seguinte maneira:

3 A classificação adotada para as províncias mencionadas no trabalho refere-se àquela dada pelos autores Hansine e Arnaldo (2019) para suas capitais, ou seja, Beira (capital de Sofala), Pemba (capital de Cabo Delgado), Xai-Xai (capital de Gaza) e Cuamba (capital de Niassa), cidades de onde advém os entrevistados.

Quadro 2: Panorama das localidades estudadas de acordo com classificação do Banco Mundial

Índices de desenvolvimento urbano (Hansine; Arnaldo, 2019)	Amostra urbana	Maputo	A
	Amostra online	Sofala	B
		Cabo Delgado	C
		Gaza	C
	Amostra rural	Cuamba	D

Fonte: Banco Mundial (2010, adaptado *apud* Hansine; Arnaldo, 2019).

Nessa distribuição, apenas Maputo, capital do país, é classificada com alto índice de urbanização, enquanto as outras cidades de Moçambique são ordenadas nos outros níveis, sendo D o menor nível de urbanização, relacionado, em geral, às cidades que não são capitais de província. A partir dessa segmentação, entende-se que indivíduos das áreas mais urbanizadas tendem a possuir taxas de alfabetização e de escolarização mais altas e um contato menos frequente com línguas bantu do que os habitantes de áreas menos urbanizadas como Cuamba.

Assim, enquanto a amostra de Maputo seria, por hipótese, aquela que exibiria índices mais altos de concordância entre seus indivíduos, a de Cuamba, por sua vez, seria responsável pelo comportamento oposto, ou seja, apresentaria graus elevados de não concordância, uma vez que seus informantes seriam menos urbanizados e, consequentemente, teriam menos escolaridade e menor frequência de uso da língua portuguesa.

Já a amostra online, constituída de informantes das províncias de Sofala, Cabo Delgado e Gaza, representaria um grupo de perfis intermediários de urbanização, segundo as características levantadas pelos autores citados. Dessa maneira, não seriam tão urbanizados quanto os informantes de Maputo, mas também não tão rurais quanto os de Cuamba. Na teoria, portanto, os informantes dessas áreas deveriam apresentar índices também intermediários

de concordância. Além disso, diferentemente de Maputo, onde o uso do português é mais frequente, nessas regiões, o bilinguismo percorre as situações linguísticas da comunidade de forma mais abrangente, podendo demonstrar mais nitidamente os efeitos do contato com as línguas bantu.

Pissurno (2022, p. 170) destaca a relevância de comparar as três amostras como um fator imprescindível para a discussão acerca da pluralidade de normas existente em Moçambique:

Ademais, a comparação entre as amostras pode trazer luzes à discussão sobre a pluralidade de variedades existente em Moçambique. Em outras palavras, os resultados, caso sejam muito diferentes entre as amostras, podem gerar novas interpretações sobre aquilo que se considera “Português de Moçambique”, no sentido de que pode nos encaminhar para uma compreensão de que as normas de uso se configurem a depender também da localidade na qual o indivíduo vive, já que, dentre outros fatores, as interferências do contato multilinguístico podem ser mais nítidas em certas áreas do que em outras.

Em suma, acredita-se que a comparação entre as amostras selecionadas indique, em primeiro lugar, se os dados sem marcas de número se relacionam realmente a uma oposição diatópica entre falares rurais e urbanos e/ou, em segundo lugar, se o comportamento dos sujeitos que não se encaixam em perfis mais ou menos urbanos (amostra online) pode nos levar à interpretação de que a implementação das marcas de concordância padrão está mais relacionada a questões de frequência de uso de línguas bantu, ou seja, a questões específicas da situação de multilinguismo. Assim, a investigação possui duas motivações principais: (i) observar se a regra de aplicação das marcas de número no PM é variável, conforme Labov (2003), e se há uma pluralidade de normas, seme-

lhante ao que ocorre em variedades brasileiras, conforme aponta Lucchesi (2015); (ii) verificar se a oposição rural versus urbano é confirmada ou se as questões relacionadas ao multilinguismo se sobrepõem.

Ademais, o desenvolvimento da análise conta com três perguntas específicas que ajudam a determinar a situação do português falado em Moçambique, quais sejam: (i) quais são os índices gerais de concordância nas amostras analisadas?; (ii) que variáveis se mostram influentes no cancelamento da marca de número em cada amostra?; (iii) como localizar as variedades moçambicanas dentro de um continuum de padrões de concordância?

Para a primeira pergunta, objetiva-se apresentar os resultados estatísticos das amostras em estudo, somados aos debates qualitativos, para que seja possível confirmar (ou não) a hipótese de que a amostra urbana pode ter índices mais altos de concordância padrão. Já para a segunda questão, pretende-se identificar as variáveis que restringem o fenômeno, para verificar se, como se espera, os condicionamentos sociais (escolaridade, localidade, frequência de uso de língua bantu, português como segunda língua ou língua materna) serão mais relevantes para os resultados de não concordância do que os linguísticos. Por fim, para responder ao terceiro questionamento, propõe-se a construção de um continuum de padrões de concordância que localizem o PM em relação a variedades brasileiras e europeias, para averiguar se, como a hipótese prevê, os dados em observação revelarão comportamento de oposição (rural versus urbano), sendo os índices da amostra urbana mais próximos do português europeu (PE) e os da amostra rural semelhantes ao português brasileiro (PB).

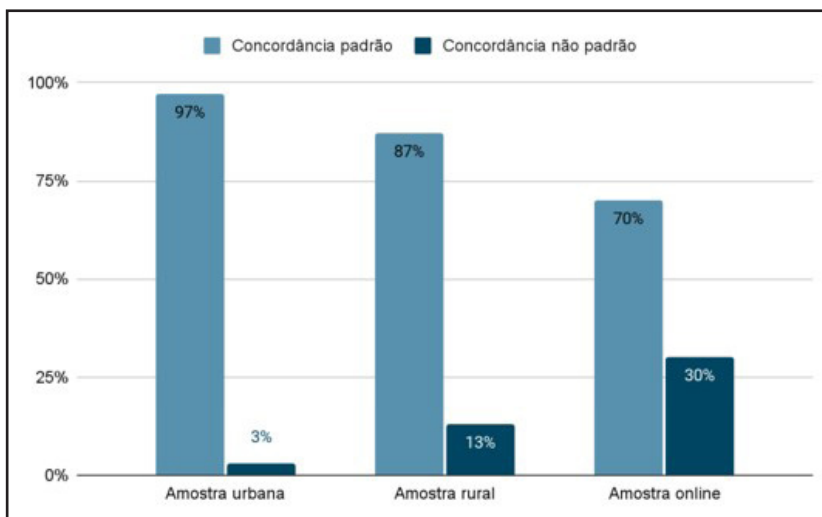
3. Análise da concordância verbal nas amostras

Considerando as três amostras em conjunto, o banco de dados investigado possui 4.961 ocorrências de verbos em 3ª pessoa do

plural, com ou sem marcas de pluralidade, retiradas das entrevistas, segundo esta distribuição: 3.985 dados da amostra Maputo, 763 dados da amostra Cuamba e 213 dados da amostra online.

Depois de realizado o tratamento estatístico dos dados, os resultados gerais obtidos foram os seguintes: (i) a amostra urbana apresenta comportamento de regra semicategórica, consoante Labov (2003), totalizando 97% de concordância padrão, já que, dos 3.985 dados, 3.866 verbos apresentam marcas de número, ao passo que 119 deles não possuem pluralidade; (ii) a amostra rural, por sua vez, tem comportamento de regra variável, com índice de 87% de concordância padrão, sendo 662 dados com marcas de pluralidade e 101 sem marcas, no universo de 763 dados; e, por fim, a amostra online também representa índices de uma regra variável, sendo 70% das ocorrências com marca. Em números absolutos, esses percentuais referem-se a 150 verbos com pluralidade e 63 sem a mesma. O Gráfico 1, a seguir, resume esses resultados:

Gráfico 1: Distribuição dos dados com e sem marca verbal de P6 nas amostras urbana, rural e online



Fonte: Elaboração própria.

Com base nesse gráfico, seria possível dizer que a hipótese inicial do estudo é parcialmente confirmada, uma vez que, ao comparar as amostras rural e urbana, nota-se que a localidade realmente exerce algum tipo de influência sobre os resultados, já que os sujeitos da área rural apresentam índices mais baixos de concordância do que os urbanos. No entanto, o resultado da amostra online indica que o comportamento dos informantes quanto à aplicação das regras de concordância pode não se relacionar necessariamente ao fato de o sujeito ser de um perfil mais ou menos rural, mas a outros fatores sociais que serão explorados na análise particular das amostras.

Entretanto, antes de proceder ao detalhamento de cada amostra e de tecer comparações generalizantes, é importante que algumas informações sobre o tratamento estatístico dos dados sejam levantadas. Em primeiro lugar, entende-se que, por se tratar de amostras de tamanhos e especificidades distintas, a amostra online não pode ser equiparada às outras duas da mesma forma. Desse modo, optou-se por iniciar a apresentação dos resultados por uma comparação entre as amostras rural e urbana e, em um segundo momento, utilizar os resultados da amostra online como complementares, para auxiliar na interpretação dos resultados gerais, indicando se o que atua com mais peso sobre os dados são as questões relativas ao contato linguístico ou à distinção rural versus urbano.

Além disso, cabe destacar que também houve diferenças em relação à seleção de variáveis para cada amostra, tendo em vista que, apesar de terem sido realizados os mesmos procedimentos nas três, a amostra urbana demonstrou comportamento distinto do esperado, não permitindo a realização de rodadas estatísticas estáveis.⁴ Com isso, optou-se por apresentar tabelas com percen-

4 Pissurno (2022, p.176) explica que “o alto índice de concordância padrão encontrado, aliado a características da amostra, que não é sistematicamente estratificada, não permitiu a realização de rodadas com bons índices de significância e nas quais houvesse estabilidade na seleção de variáveis (as mesmas variáveis eram, por vezes,

tuais de variáveis relevantes para o estudo de Pissurno (2017), que analisou parte das entrevistas do mesmo Corpus, e em outros estudos sobre o fenômeno em diferentes variedades. Já para as amostras rural e online, as variáveis serão apresentadas conforme a ordem de seleção do programa estatístico.

Depois dessas observações, passa-se, agora, ao detalhamento das amostras. Assim, a sequência a ser apresentada será a seguinte: (i) resultados da amostra urbana; (ii) resultados da amostra rural; (iii) resultados da amostra complementar; (iv) debate final acerca dos resultados obtidos na análise.

Distribuição dos dados na amostra urbana – Maputo

Tendo em vista não ter sido possível gerar pesos na presente amostra, que teve comportamento semicategórico e totalizou 97% de concordância padrão, a análise dos 119 dados sem marcas de número verificados nos informantes urbanos toma como base a investigação de Pissurno (2017), na qual se usou um recorte (18 informantes) da amostra Maputo. Nessa pesquisa, portanto, pesos relativos foram gerados e as seguintes variáveis foram selecionadas: *língua(s) dominada(s) pelo informante, posição do sujeito, saliência fônica, escolaridade, paralelismo e transitividade*. A observação dessas variáveis demonstra que os fatores que desfavorecem a presença de pluralidade nos verbos são: baixa escolaridade, maior contato com línguas bantu, sujeitos pospostos e sem marcas de plural, verbos de baixa saliência, assim como os copulativos e os inergativos/inacusativos.

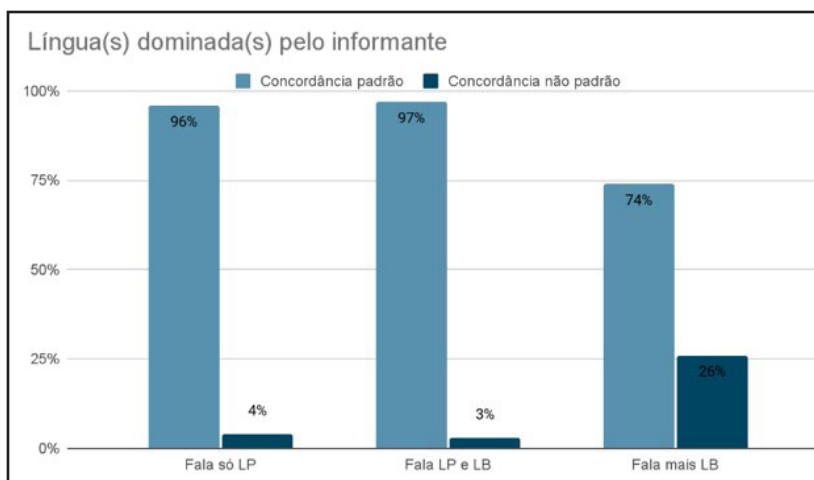
Iniciando a apresentação dos dados pelas variáveis sociais

selecionadas e depois descartadas e, em algumas tentativas, nenhuma variável era selecionada”. Além disso, justifica que “optou-se por testar rodadas estatísticas mesmo que o índice geral de concordância tenha sido semicategórico (Labov, 2003), tendo em vista que se observou que a natureza qualitativa dos dados sem marca de plural na amostra era bastante variável. Tal cenário permitiria, supostamente, a verificação dos condicionamentos da regra, conforme foi possível em Pissurno (2017), que também encontrou resultado variável abaixo dos 5%” (Pissurno, 2022, p. 176).

(*língua(s) dominada(s) pelo informante e escolaridade*), destaca-se que, para a organização da heterogeneidade dos perfis da amostra, os 34 informantes foram subdivididos em três grandes grupos, a partir de suas declarações quanto ao uso de línguas, referente à variável *Língua(s) dominada(s) pelo informante*, na qual os indivíduos são agrupados da seguinte maneira: (i) fala só português; (ii) fala português e fala ou apenas compreende línguas bantu; e (iii) fala mais frequentemente línguas bantu do que português. Tal distribuição torna a discussão mais coerente, já que permite o agrupamento de sujeitos com traços semelhantes em relação às influências do contato multilinguístico.

O Gráfico 2, adiante, mostra o comportamento desses grupos de falantes, considerando todos os dados com e sem concordância coletados na amostra.

Gráfico 2: Distribuição dos dados com e sem marca verbal de P6, de acordo com a variável *Língua(s) dominada(s) pelo informante* na amostra urbana



Fonte: Elaboração própria.

Como é possível notar, ser falante frequente de línguas bantu é fator preponderante para os resultados da amostra, haja vista

que o grupo “fala mais línguas bantu do que português” apresenta comportamento variável para o fenômeno (74%), além de revelar um índice de não marcação (26%) que se distancia consideravelmente dos outros dois grupos. Acredita-se, assim, na relevância de interpretar os resultados gerais da amostra a partir dessa subdivisão, já que, ao que parece, considerar as influências do contato multilinguístico ajuda a compreender e interpretar de forma mais ampla os resultados obtidos.

Em vista disso, outra variável que demonstra atuação conjunta à frequência de uso de línguas é a *escolaridade*. A Tabela 1 mostra um cruzamento entre as duas variáveis, apontando que 61 ocorrências das 119 sem pluralidade são produzidas por indivíduos que só possuem ensino fundamental. Por outro lado, algo bastante interessante de se observar é que não há diferença entre o comportamento do ensino médio e do superior, ambos indicando 2% de dados sem marcas de número.

Tabela 1: Índices de não marcação de 3ª pessoa do plural verbal de acordo com o cruzamento das variáveis *Escolaridade* e *Língua(s) dominada(s) pelo informante* na amostra urbana

	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior	
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%
Fala só português	15/267	6%	0/49	-	0/119	-
Fala português e compreende ou fala língua bantu	35/722	5%	25/1325	2%	32/1460	2%
Fala mais língua bantu do que português	11/44	26%	-	-	-	-
Total	61/1032	6%	25/1374	2%	32/1579	2%

Fonte: Pissurno, 2022.

Quanto às variáveis linguísticas, a Tabela 2 resume os resultados referentes aos contextos linguísticos indicados em diferentes estudos (no PM: Pissurno, 2017, 2019, 2020; Vieira; Brandão, 2014, 2018; em outras variedades: Araújo; Lucchesi, 2016; Brandão; Vieira, 2012; Malta, 2019; Vieira: Bazenga, 2015) como relevantes para o fenômeno: *posição do sujeito*, *animacidade do sujeito*, *saliência fônica*, *transitividade verbal* e *paralelismo*.

Tabela 2: Índices de não marcação de 3ª pessoa do plural verbal de acordo com as variáveis *Posição do sujeito*, *Animacidade do sujeito*, *Saliência Fônica*, *Paralelismo* e *Transitividade* na amostra urbana

Variáveis		Fala só português		Fala português e compreende ou fala língua bantu		Fala mais língua bantu do que português		TOTAL	
		Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%
Posição do sujeito ⁵	Anteposto	6/206	3%	36/1923	2%	6/12	50%	48/2141	2%
	Posposto	5/33	15%	27/326	8%	1/5	20%	33/364	9%
Animacidade do sujeito	Animado	12/385	3%	61/2859	2%	11/42	26%	84/3286	3%
	Inanimado	4/50	8%	31/648	5%	0/1	-	35/699	5%
Saliência Fônica	Grau 1 <i>come(m)/fala(m)</i>	10/235	4%	63/1953	3%	4/11	36%	77/2199	4%
	Grau 2 <i>faz/fazem</i>	2/34	6%	10/345	3%	0/1	-	12/380	3%
	Grau 3 <i>dá/dão</i>	2/79	3%	5/430	1%	2/7	29%	9/516	2%
	Grau 4 <i>comeu/comeram</i>	1/53	2%	9/326	3%	4/17	24%	14/396	4%
	Grau 5 <i>é/são</i>	1/34	3%	5/453	1%	1/7	14%	7/494	1%

5 É importante ressaltar que os dados restantes, que não aparecem na presente tabela para fechar o número total de ocorrências, são de sujeitos não expressos, fator que não foi controlado nas variáveis *posição do sujeito* e *paralelismo*, já que a ausência de um sujeito foneticamente realizado não permite tais análises.

Transitividade	Inergativos/ Inacusativos	1/54	2%	35/489	7%	3/7	43%	39/550	7%
	Transitivos	12/311	4%	41/2283	2%	7/26	27%	60/2620	2%
	Copulativos	3/70	4%	16/735	2%	1/10	10%	20/815	2%
Paralelismo	Sujeitos com marcas de plural	6/201	3%	32/1889	2%	3/9	33%	40/2099	2%
	Sujeitos sem marcas de plural	1/6	17%	4/56	7%	3/3	100%	8/65	12%

Fonte: Pissurno, 2022.

Primeiramente, observa-se, na coluna total, o comportamento geral da amostra urbana em cada condicionamento linguístico escolhido. Em um segundo momento, verificam-se ainda os índices de não marcação em cada agrupamento de indivíduos, conforme sua frequência de uso das línguas envolvidas.

De maneira geral, pode-se notar que, em relação ao cruzamento com a variável *língua(s) dominada(s) pelo informante*, é no grupo “fala mais línguas bantu do que português” que se verificam os índices mais altos de não concordância, em todas as variáveis e em todos os seus fatores. Esse resultado confirma as hipóteses da pesquisa quanto ao contato linguístico, tendo em vista que revela que a maior frequência de uso das línguas bantu leva ao maior cancelamento das marcas de pluralidade nos verbos de 3ª pessoa.

Ademais, percebe-se que o comportamento linguístico dos dados reforça as hipóteses levantadas para cada variável, confirmando que a ausência de concordância será favorecida quando os sujeitos são pospostos (9%), inanimados (5%), não possuem marcas explícitas de plural (12%) e quando os verbos são de baixa saliência fônica (grau 1 – 4%) e são do tipo inergativo/inacusa-

tivo (7%), contextos que, por si só, propiciam o cancelamento de número.

Contudo, é interessante perceber que há uma quantidade razoável de verbos sem marca em contextos que vão contra a tendência geral atestada. Em outras palavras, dentre os 119 dados em análise, há ausência de concordância em 48 verbos com sujeitos em posição anteposta, 84 verbos com sujeitos animados, 14 verbos de alta saliência fônica, 60 verbos do tipo transitivo e 40 verbos cujos sujeitos aparecem com todas as marcas de plural.

Os exemplos a seguir demonstram esse comportamento:

1. os mais antigos **faz** muita confusão na profissão polícia (PMC1M)
2. seus pais é velho tudo lá a pedir esmola (PMC1H)
3. eles **diz** que conseguiam distinguir uma pessoa do sul ela diferente da pessoa do norte só pelo andar (PMC1M)
4. [os governantes] porque eles **tinha** que ser () ou ser uma coisa pra ele pelo menos sentir que ele fez algo (PMA1M)
5. são as crianças **nasceu** na minha vida (PM-C1H)
6. [os filhos] **foi** pra escola... o que morreu em dezembro tinha até 11^a (PM-C1H)
7. mas depois **veio** essas outras que nós nem estávamos habituado acho que vem alguém e forma uma igreja e/ou vai cobrar o dízimo (PM-C1M)
8. [criar meus filhos] da mesma forma que minhas mãe/o me/os meus pais me **criou** (PM-A1Mb)

9. essas pessoas são raparigas muito jovens... **engravidou**... depois... nem tinha planos de engravidar dois anos depois engravidou de uma outra pessoa depois voltou a engravidar (PM-B3Hc)

10. há mercados ai que **vende** produtos grossista né (PM-C1M)

11. as palavras **acaba**... machucando (PM-A3Hb)

12. os machanganas... **era** daqueles que por exemplo (PM-B2Mb)

Como se pode notar, os exemplos de (1) a (4) são de sujeitos antepostos e animados, de (5) a (9) estão dispostos verbos de saliência grau 4, o (10) é um verbo transitivo e as ocorrências (11) e (12) possuem sujeitos com marcas explícitas de plural. Em todos os exemplos destacados, os verbos não apresentam marcas de número, ainda que estejam em contextos favorecedores da presença de pluralidade.

Assim, os resultados verificados corroboram a conclusão de Pissurno (2022, p. 201):

apesar de as hipóteses gerais previstas terem sido confirmadas, de maneira geral, na amostra urbana, a natureza desses dados é diferente daquilo que se relata em relação a amostras da variedade europeia. Ao que parece, a depender de fatores sociais, como a escolaridade e a frequência de uso das línguas *bantu*, essas tendências linguísticas podem ser mais evidentes ou mais brandas.

A seguir, apresentam-se os resultados da amostra rural e, sempre que possível, tecem-se comparações em relação aos índices verificados na urbana.

Distribuição dos dados na amostra rural – Cuamba

A amostra rural apresentou comportamento de regra variável (87%), consoante Labov (2003), totalizando 101 ocorrências de verbos sem pluralidade, dentre os 662 coletados. Nesse sentido, cabe destacar que, se comparado aos índices da amostra urbana (119 dados sem pluralidade), a quantidade de ocorrências sem marcas de número na amostra rural é bastante alta. Em outras palavras, considerando que o número total de dados na amostra urbana (3.865) é bem mais alto que o da rural (662), proporcionalmente é significativo que a quantidade de ocorrências sem marca seja aproximada nas duas amostras (119 na urbana versus 101 na rural).

Quanto às variáveis, o programa estatístico selecionou a seguinte ordem de fatores: *paralelismo*, *saliência fônica*, *escolaridade* e *língua materna*. Como realizado na amostra urbana, a ordem de apresentação das variáveis será primeiro as sociais e, em seguida, as linguísticas.

No que diz respeito à escolaridade, a Tabela 3 mostra que os sujeitos do Ensino Fundamental desfavorecem o uso de marcas padrão (.66 para não marcação), ao passo que os informantes com mais escolaridade tendem a favorecer os usos com marcas (.43 para não marcação).

Tabela 3: Aplicação da variante ausência de marca de 3ª pessoa do plural verbal segundo *Escolaridade* na amostra rural

Escolaridade	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Fundamental	45/213	21%	.66
Médio	54/527	10%	.43

Fonte: Pisurno, 2022.

Esse resultado confirma a hipótese de que menos anos de escolaridade favorecem a produção de dados sem marca, assim como atesta um comportamento comum nas amostras moçambicanas, que também se assemelha às variedades brasileiras, como aponta Pissurno (2022, p. 212)

[...] a escolaridade é um fator extralinguístico que quase sempre é estatisticamente significativo e que revela as mesmas tendências: quanto menos anos de escolaridade o informante possuir, mais chances ele terá de usar verbos sem marcas. No caso de Moçambique, isto se torna ainda mais evidente, tendo em vista que, para os informantes que não têm o Português como língua materna, a exposição às regras de uso da língua só vem através do ensino formal.

Desse modo, a variável *língua materna* também tem resultados fundamentais para a interpretação das particularidades que descrevem as variedades moçambicanas. Como é visto na Tabela 4, ser falante de português como segunda língua é, de fato, um traço social que favorece as concorrências sem pluralidade (.54 para não marcação), confirmando a hipótese de que falantes de português L1 tendem a utilizar mais marcas padrão (.35 para não marcação).

Tabela 4: Aplicação da variante ausência de marca de 3ª pessoa do plural verbal segundo *Português L1 versus L2* na amostra rural

Português L1xL2	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Português L1	13/158	8%	.35
Português L2	86/559	15%	.54

Fonte: Pissurno, 2022.

Na análise detalhada da amostra urbana, Pissurno (2022) investiga de forma breve a variável *língua materna*, revelando que os dados se comportam da mesma maneira verificada aqui na amostra rural. Tal comportamento em ambas as amostras reforça a hipótese que o aprendizado de português tardio, isto é, depois de já terem adquirido uma língua bantu, faz com que os indivíduos sejam mais propícios a produzirem dados sem pluralidade.

No que tange às variáveis linguísticas selecionadas pelo programa, *paralelismo* e *saliência fônica*, as hipóteses gerais são confirmadas, já que as tendências apontam para os caminhos esperados: sujeitos sem marcas explícitas de plural e verbos com baixo grau de saliência fônica favorecem a não marcação.

Tabela 5: Aplicação da variante ausência de marca de 3ª pessoa do plural verbal segundo *Paralelismo* e *Saliência fônica* na amostra rural

Variáveis		Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Paralelismo	Marcas explícitas de plural	43/454	10%	.41
	Sem marcas explícitas de plural	7/20	35%	.85
Saliência Fônica	GRAU 1 (come/comem)	76/485	16%	.58
	GRAU 2 (faz/fazem)	9/50	18%	.69
	GRAU 3 (dá/dão)	9/81	11%	.53
	GRAU 4 (comeu/comeram)	5/79	6%	.27
	GRAU 5 (é/são)	2/68	3%	.11

Fonte: Pissurno, 2022.

Dessa maneira, sintagmas com marcas explícitas de plural favorecem a pluralidade (.41 para não marcação), enquanto sintagmas sem marcas desfavorecem-na (.85 para não marcação); verbos de saliência fônica baixa (graus 1, 2 e 3) tendem a favorecer a ausência de marcas (.58, .69, .53, respectivamente, para não marcação), ao passo que os de grau alto (4 e 5) levam à presença de marcas (.27 e .11, respectivamente, para não marcação).

Por outro lado, ao analisar os dados qualitativamente, tal qual se fez com as ocorrências de amostra urbana, Pissurno (2022) ainda levanta dados sobre as variáveis *posição do sujeito*, *animacidade do sujeito* e *transitividade*, que não foram selecionadas estatisticamente, mas que apresentam resultados semelhantes aos atestados na amostra urbana. Em outras palavras, a autora verifica que

[...] dos 101 dados sem marcas, 50 são com sujeitos em posição anteposta aos verbos, 84 são com sujeitos animados e 68 com verbos do tipo transitivo, contextos estes que geralmente levam à marcação de plural. Logo, nota-se que, à semelhança do que ocorre nos dados da amostra urbana, há dados sem pluralidade em contextos não verificados no PE (Pissurno, 2022, p. 219).

Nos exemplos retirados da amostra, nota-se que os sujeitos são animados, que estão todos em posição anterior ao verbo e possuem marcas explícitas de plural. Além disso, os verbos de (14) a (18) são transitivos.

13. os pais **deve** muito prestar atenção nas crianças (PC-A2M)

14. outras crianças **senta** no chão... há falta de carteiras (PC-A1Hb)

15. alguns pais... **acaba** por já optando dando suas filhas pra o casamento quando são mais novas (PC-A2Hd)

16. os professores não **tá** a (atormentar) os alunos e os alunos costuma ter (PC-A1Hd)

17. esses polícias da (fia)... eles não **deixasse** de andar à noite (PC-A2H)

18. vai ser bem melhor para as pessoas **perceber** aquelas que não sabem... falar... português (PC-A2Mb)

Resumidamente, pode-se dizer que as hipóteses do estudo são confirmadas por dois motivos: (i) o status de regra variável atestado na amostra pode estar diretamente relacionado ao fato de os indivíduos serem falantes, em sua maioria de português como segunda língua e, conseqüentemente, por terem contato frequente com sua língua materna. Esse perfil de falantes é semelhante ao de alguns informantes da amostra urbana e seu comportamento tende a ser o mesmo — cancelam mais a marca do que os indivíduos com outros perfis (falantes de português língua materna e que usam pouco [ou não usam] línguas bantu no dia a dia); (ii) as estruturas produzidas por esses perfis específicos de falantes são típicas de variedades populares, demonstrando a possível existência de uma norma distinta daquela praticada por indivíduos mais urbanos e que afirmam ter pouco (ou nenhum) contato linguístico com idiomas bantu.

Para respaldar os resultados até agora apresentados, vejam-se agora os resultados referentes à amostra complementar, que permitirá compreender se os dados estatísticos encontrados estão mais relacionados a questões de urbanidade ou a questões próprias do contato linguístico.

Distribuição dos dados na amostra online

Conforme mencionado no início desta Seção, a amostra online conta com 213 dados de verbos de terceira pessoa do plural,

dos quais, 150 possuem marcas de plural e 63 são verbos sem pluralidade. Assim, totalizam-se 70% de verbos com marcas de plural padrão, o que configura um status de regra variável para a amostra, segundo Labov (2003).

Na rodada estatística selecionada, quatro variáveis foram destacadas pelo programa, na seguinte ordem: *língua(s) dominada(s) pelo informante*, *saliência fônica*, *paralelismo* e *transitividade*. Da mesma maneira que se fez com as outras amostras, os resultados das variáveis sociais serão apresentados primeiro, seguidos dos resultados linguísticos e uma breve análise qualitativa dos dados.

Assim sendo, a primeira varável a ser discutida é *língua(s) dominada(s) pelo informante*. Como a Tabela 6 mostra, a hipótese do estudo é, mais uma vez, confirmada, tendo em vista que as tendências ao favorecimento da não marcação são verificadas no grupo de falantes que utiliza mais línguas bantu do que português.

Tabela 6: Aplicação da variante ausência de marca de 3ª pessoa do plural verbal segundo *Língua(s) dominada(s) pelo informante* na amostra online

Língua(s) dominada(s)	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Fala LP e LB	9/122	7,4%	.20
Fala mais LB	55/92	59,8%	.85

Fonte: Pisurno, 2022.

Desse modo, os indivíduos que declaram falar mais língua bantu do que português apresentam peso relativo de .85 para a não marcação de plural, enquanto aqueles que falam português e línguas bantu no dia a dia produzem apenas nove dados sem marca de número (.20 para não marcação).

Além disso, uma breve verificação do comportamento dos informantes da amostra demonstra que B1H e C1H, sujeitos advin-

dos da província de Sofala, são os que mais produzem dados sem marca (65,3% e 69%, respectivamente). A1Hb e A1M, informantes de Cabo Delgado, produzem alguns dados sem pluralidade (21% e 15%, respectivamente). A1H, advindo de Gaza, produz apenas cinco verbos sem marca (9%) e, por fim, B1M, única informante de Maputo, não cancela a marca em nenhum verbo.

A distribuição desses percentuais por informante é de extrema relevância para o estudo, uma vez que, através desses resultados, nota-se que considerar apenas a localidade de origem do indivíduo (mais ou menos rural) não é suficiente para definir seu comportamento linguístico. Isso porque, de acordo com as características específicas de cada província, conforme Quadro 2 (cf. Seção 2), Sofala é a localidade com índices de urbanização mais próximos dos atestados em Maputo. Contudo, são os indivíduos de Sofala que mais apresentam dados sem pluralidade. Ademais, conforme a distribuição feita por Hansine e Arnaldo (2019), Cabo Delgado e Gaza são localidades cujas cidades são consideradas menos urbanas, mais próximas das características de Cuamba, mas os percentuais de não marcação dos indivíduos dessas áreas são mais baixos do que os verificados nos informantes de Cuamba. Assim, pode-se dizer que, ao que tudo indica, o que parece fazer diferença efetiva para os resultados das amostras em análise é o contato linguístico que os informantes possuem entre o português e suas línguas maternas.

Quanto às variáveis linguísticas, destacam-se os mesmos comportamentos verificados nas outras amostras, ou seja, as tendências são confirmadas, haja vista que os fatores que levam ao cancelamento da marca são aqueles que apresentam maiores índices de não marcação na amostra.

Dessa maneira, como mostra a Tabela 6, (i) graus mais baixos de saliência fônica (pesos relativos de .77 no grau 1, .70 no grau 2 e .56 no grau 3, para não marcação); (ii) sujeitos sem marcas explícitas de plural (.85 para não marcação); e, (iii) verbos copu-

lativos, intransitivos/inergativos (.51 e .80, respectivamente), são os contextos que levam à ausência de marca.

Tabela 7: Aplicação da variante ausência de marca de 3ª pessoa do plural verbal segundo *Saliência fônica*, *Paralelismo* e *Transitividade* na amostra rural

Variáveis		Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Saliência Fônica	GRAU 1 (come/comem)	41/83	49,4%	.77
	GRAU 2 (faz/fazem)	3/8	37,5%	.70
	GRAU 3 (dá/dão)	10/32	31,2%	.56
	GRAU 4 (comeu/comeram)	6/41	14,6%	.43
	GRAU 5 (é/são)	4/50	8%	.10
Paralelismo	Marcas explícitas de plural	32/112	28,6%	.49
	Sem marcas explícitas de plural	20/25	80%	.85
Transitividade	Inergativo/ Inacusativo	15/31	48,4%	.80
	Transitivo	31/104	29,8%	.38
	Copulativo	18/79	22,8%	.51

Fonte: Pissurno, 2022.

Por outro lado, tal qual foi atestado nas outras duas amostras, na online também são verificados dados sem marca em estruturas que são, a priori, favorecedoras da presença de marcas. Em poucas palavras, Pissurno (2022) mostra que há ocorrências sem marca em 53 verbos com sujeito anteposto, em 48 com sujeitos animados, em 32 sujeitos com marcas explícitas de plural e em 31 verbos transitivos.

A seguir, alguns exemplos que demonstram essas tendências:

19. alguns não **entendia** bem aquele português (PO-B1H)

20. outras pessoas não **consegue** [hospital bom] (PO-A1M)

Os resultados da amostra complementar permitem a confirmação das hipóteses de pesquisa, especialmente no que tange ao contato linguístico, e traz luzes ao debate acerca da pluralidade de normas que parece circular em Moçambique, como Pissurno (2022, p. 231) conclui:

[...] para os dados em questão, é mais relevante observar a relação do indivíduo com o uso das línguas que domina do que atentar para sua localidade, se mais rural ou mais urbana. Em outras palavras, atestou-se que o local de origem do indivíduo parece ter menos peso sobre os resultados do que o fato de serem falantes mais frequentes de línguas *bantu* ou de Português, o que confirma a hipótese da pesquisa de que o contato linguístico mais intenso com as línguas autóctones pode levar à ausência de concordância nos verbos de Língua Portuguesa. Além disso, tal confirmação corrobora a ideia de que haveria, ao que tudo indica, uma norma para os falantes que usam mais o Português, outra para os que declaram usar LP e LB na mesma proporção e ainda outra para os que usam com mais frequência as línguas *bantu*, cenário que expõe uma realidade de pluralidade de normas no chamado PM.

Debate sobre os resultados e construção do continuum de padrões de concordância

De acordo com os resultados observados ao longo do capítulo, nota-se que as particularidades sociais parecem ser as verdadeiras responsáveis pelas diferenças encontradas nas amostras. Isso porque os dados sem pluralidade são produzidos, preferencialmente, por falantes de português como segunda língua, que possuem contato frequente com línguas bantu e que têm pouca escolaridade.

Dessa maneira, entende-se que não só um, mas dois *continua* poderiam ser criados a partir dos resultados obtidos: (i) um que considere as questões referentes à oposição rural x urbano e (ii) outro no qual se destacam os resultados referentes à pluralidade de normas que se verifica na análise individual dos entrevistados.

Assim, no primeiro continuum, que considera os percentuais de concordância em variedades europeias, brasileiras e moçambicanas, em um dos extremos, encontra-se o português europeu, cujas pesquisas realizadas, em sua maioria, apontam o comportamento de uma regra semicategórica (acima dos 95% de aplicação das marcas), e naquelas em que há variação registrada (entre 90% e 94%), a ausência de marcas ocorre por fatores considerados universais, como, por exemplo, a posposição do sujeito. Já no outro extremo, destaca-se o Português do Brasil, sobre o qual as investigações da concordância (cf. Vieira; Bazenga, 2015) já revelaram percentuais de 16% a 94% de marcação de plural, em contextos linguísticos muito variáveis e também com influência das questões sociais, principalmente a escolaridade e o grau de urbanidade.

Sobre o comportamento específico das variedades moçambicanas, cujos resultados estão distribuídos na Figura 1, Pissurno (2022, p. 245-246) resume:

O Português de Moçambique, por sua vez, assumiria posições intermediárias dentro do *continuum*, a depender das características específicas de cada amostra investigada. Dessa maneira, os índices de marcação de plural da amostra urbana, assim como em Pissurno (2017), que havia alcançado 96,8% de concordância padrão, são semelhantes aos do PE, sugerindo comportamento semicategórico, mas apresentando dados de ausência de concordância qualitativamente parecidos com os encontrados nas variedades brasileiras e que não se limitam aos contextos universais que favorecem a ausência de marcas. Já nas amostras rural e *online*, o comportamento variável dos dados não chega aos percentuais mais baixos já verificados em amostras brasileiras, mas tanto suas configurações estatísticas, quanto a natureza variada de dados nos quais a marca é cancelada, apontam para mais semelhanças com o PB do que com o PE. Tal cenário, ao que tudo indica, encontra sua motivação no contato linguístico com as línguas *bantu*, uma vez que, nessas amostras, quase todos os informantes são falantes de Português como segunda língua e, além disso, aqueles que declaram usar mais língua *bantu* do que Português são os responsáveis pelo maior número de dados sem marca de número.

Figura 1: Continuum de marcação de pluralidade verbal do Português (PB, PM, PE)

[- concordância]		-----→ [+concordância]			
	PB	PM <i>online</i>	PM rural	PM urbano	PE
CV	16% - 94%	70%	86,8%	97%	90%-95%

Fonte: Pissurno, 2022, p. 246.

Desse modo, os índices de concordância verificados nas amostras revelam que as questões relacionadas ao contato multilinguístico têm maior peso sobre as diferenças identificadas do que as geográficas, já que a oposição rural versus urbano não atua, sozinha, sobre os índices mais variáveis de marcação verificados no comportamento individual dos entrevistados. Assim, os resultados apontam a relevância de traços sociais que justificam a hipótese de que há uma pluralidade de normas de uso da língua portuguesa no PM, semelhante ao que ocorre em variedades brasileiras (Lucchesi, 2015).

Logo, a partir de um conceito de continuum de normas mais ou menos cultas ou populares, o PM parece ter, no que tange à concordância, pelo menos duas normas em circulação, considerando os perfis individuais de frequência de uso de línguas bantu e português, e de escolaridade, variáveis que se mostraram significativas para a caracterização das três amostras.

Figura 2: Continuum de marcação de pluralidade verbal segundo escolaridade, frequência de uso de línguas bantu e norma praticada

[+ norma popular] -----> [+ norma culta]			
	[- escolarizados]	[<u>perfis</u> intermediários]	[± escolarizados]
	[+ frequência de língua <i>bantu</i>]		[- frequência de língua <i>bantu</i>]
CV	31%-74%	79%-91%	99%-100%

Fonte: Pissurno, 2022, p. 249.

Como a Figura 2 mostra, de um lado, encontram-se os indivíduos com alto índice de escolaridade e com menor (ou nenhuma) frequência de uso de línguas bantu, que apresentam índices (quase) categóricos de aplicação das regras de concordância padrão nas amostras. Esses seriam praticantes de uma norma culta. De outro lado, localizam-se os sujeitos menos escolarizados e que usam línguas bantu com maior frequência no seu cotidiano. Esses informantes têm alto índice de não marcação e produzem as mais variadas estruturas sem pluralidade, o que representaria a prática de uma norma mais popular. Por fim, no meio do continuum estariam os indivíduos com perfis intermediários, com escolaridade média e diferentes frequências de uso de línguas bantu, responsáveis pela produção de ocorrências variáveis, mas sem índices quantitativos que os aloquem nos extremos. Esses indivíduos poderiam ser classificados como falantes de outras tantas normas que podem vir a ser verificadas em novos estudos sobre essas variedades.

Considerações finais

Depois do detalhamento dos resultados e do debate levantado acerca do comportamento das variedades moçambicanas, conclui-se o estudo retomando as perguntas de pesquisa, com suas hipóteses e objetivos, que foram levantadas na Seção 2 deste capítulo.

- Quais são os índices gerais de concordância nas amostras analisadas?

A hipótese levantada foi parcialmente confirmada, já que os índices de concordância na área rural são mais baixos (86,8%) do que na urbana (CV: 97%). No entanto, os índices na amostra online, que possui informantes de áreas intermediárias de urbanização, são os mais baixos (70%). Isso significa que há diferenças entre o continuum rural versus urbano, mas esse não parece ser o fator mais relevante para os dados, já que ter mais contato com línguas bantu é uma variável que demonstrou valor mais preponderante para as amostras em questão.

- Que variáveis se mostram influentes no cancelamento da marca de número em cada amostra?

A hipótese para a pergunta foi confirmada, uma vez que, de fato, as variáveis *escolaridade*, *língua(s) dominada(s) pelo informante* e *língua materna*, são essenciais para entender os resultados das três amostras. Por outro lado, alguns condicionamentos linguísticos também são bastante relevantes para os *corpora*: *parallelismo*, *posição do sujeito*, *animacidade do sujeito*, *saliência fônica*, *transitividade*, tendo em vista que, mesmo nos fatores que, geralmente, propiciam a presença de marcas, encontraram-se verbos sem pluralidade. Assim, confirma-se que a natureza dos dados sem marcas de número no PM é bastante variada, semelhante ao comportamento que se verifica em variedades populares brasileiras.

- Como localizar as variedades moçambicanas num continuum de padrões de concordância?

A hipótese para essa pergunta também foi confirmada, já que, em Maputo observou-se uma regra semicategórica, com com-

portamento mais próximo de variedades europeias, ao passo que Cuamba apresentou comportamento de regra variável, similar ao de variedades brasileiras. No entanto, os dados da amostra online mostram que a questão diatópica não abarca todo o cenário moçambicano, dando margem à criação de um segundo continuum (normas praticadas).

- O PM se espelha na norma do PE ou indica a existência de uma pluralidade de normas, como no PB?

Os resultados qualitativos apontam que não há semelhança total com os dados do PE, uma vez que são verificados dados sem marca em contextos que não propiciam o cancelamento da concordância. Por outro lado, parece haver diferentes normas circulando em Moçambique, a depender de fatores sociais como a escolaridade e o uso de línguas bantu. Os dados aqui apresentados apontam que, no mínimo, duas normas podem ser verificadas: (i) uma mais culta, praticada por informantes de maior escolaridade e menor frequência de uso de línguas bantu e (ii) uma mais popular, praticada pelos indivíduos com pouca escolaridade e que possuem contato constante com as línguas bantu.

Referências

ANTÔNIO, Tuaha. *Estratégias de ensino da concordância verbal em número à população universitária moçambicana*. 76 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; LUCCHESI, Dante. Um estudo contrastivo sobre a concordância verbal em Feira de Santana e em Luanda. *Papia*, São Paulo, v. 26, p. 71-99, 2016.

BAVO, Názia. *Prática de estruturas: Concordância verbal em número*. 2011. Disponível em: www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/N.Bavo_FINAL20Abril2012.pdf. Acesso em: 17 dez. 2015.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo (org.). *Duas variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. A concordância verbal e nominal no português do Brasil e no português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. *Papia*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 7-40, 2012.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. The agreement continuum in urban samples of African, Brazilian and European varieties of Portuguese. In: LÓPEZ, Laura Alvarez; GONÇALVES, Perpétua; AVELAR. Juanito Ornelas. (orgs.). *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/the Netherlands: John Benjamins Publishing Co, 2018, p. 267-289.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. The agreement continuum in urban samples of African, Brazilian and European varieties of Portuguese. In: LÓPEZ, Laura Alvarez; GONÇALVES, Perpétua; AVELAR. Juanito Ornelas. (orgs.). *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/the Netherlands: John Benjamins Publishing Co, 2018, p. 267-289.

COSTA, Bianca Ferreira da. Estudo sociolinguístico da concordância de primeira pessoa do plural no português moçambicano. 170f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,, 2022.

COSTA, Bianca Ferreira da. *A gênese do Português de Moçambique*. Lisboa: INCM, 2010.

GONÇALVES, Perpétua. *A gênese do Português de Moçambique*. Lisboa: INCM, 2010.

HANSINE, Rogers; ARNALDO, Carlos. Natureza demográfica e consequências do crescimento urbano em Moçambique. Conferência “Desafios para Moçambique: dez anos pensando no país”. 2019. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/art_rhanscarnaldo.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

INE. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *IV Recenseamento Geral da População e Habitação – 2017: Indicadores Sócio-Demográficos*, Moçambique, Maputo, Instituto Nacional de Estatística. 2017.

JEQUE, Avelino. O enfraquecimento da morfologia flexional verbal (pessoa e número) no português de Moçambique. 102 f. Dissertação (Licenciatura em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1996.

JUSTINO, Victor. Concordância verbal em número: da descrição linguística à avaliação no contexto de ensino-aprendizagem. In: BASTOS, Mónica; MARQUES, José; MONTEIRO, Ana; SIOPA, Conceição. (orgs.). *Ensinar a língua portuguesa em Moçambique: Desafios, possibilidades e constrangimentos*. Textos selecionados das VII Jornadas da Língua Portuguesa, p. 166-186. Porto: Porto Editora, 2015.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, William . Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, Christina Bratt; TUCKER, Richard G. (orgs.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 235-250.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MALTA, Daniela Paula de Lima Nunes. *A natureza da morfologia de flexão verbal e o parâmetro do sujeito nulo em dados escritos de variedades africanas do português: uma análise contrastiva*. 238 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MORENO, Albertina; TUZINE, António. Distribuição social de variáveis linguísticas no Português Oral de Maputo. In: STROUD, Christopher; GONÇALVES, Perpétua. (orgs.) *Panorama do Português oral de Maputo. Volume II – A construção de um Banco de “Erros”*. INDE – Cadernos de Pesquisa nº 24. Maputo: Moçambique, 1998, p. 71-91.

NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal. Ensino bilíngue em Moçambique: introdução e percursos. *Working papers em linguística*, Santa Catarina, v. 2, n. 16, p. 82-100, 2015.

NHONGO, Názia. *A concordância verbal em número no discurso escrito de estudantes universitários moçambicanos*. Dissertação (Licenciatura em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2005.

PISSURNO, Karen Cristina da Silva. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural na variedade moçambicana do Português: uma abordagem sociolinguística*. 222 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PISSURNO, Karen Cristina da Silva. *A influência do contato linguístico na concordância verbal de terceira pessoa no Português Moçambicano*. Trabalho apresentado no Congresso Abralín 50. Maceió, 2019.

PISSURNO, Karen Cristina da Silva. Uma análise sociolinguística sobre a concordância verbal de terceira pessoa do plural e o contato linguístico no Português L2 na variedade moçambicana. *Revista Tabuleiro de Letras*, Salvador, v. 14, p. 20-25, 2020.

PISSURNO, Karen Cristina da Silva. *Estudo sociolinguístico do Português em Moçambique: a concordância e o multilinguismo*. 275 f. Tese (Doutorado em

Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Claudia Roberta Tavares (org.). *Corpus Cuamba*. Pernambuco: Faculdade de Letras/UFRP, 2018.

STROUD, Christopher; GONÇALVES, Perpétua. (orgs.). Panorama do Português oral de Maputo, V. I – Objectivos e Métodos. *INDE – Cadernos de Pesquisa* n° 27. Maputo, 1997.

STROUD, Christopher; GONÇALVES, Perpétua. (orgs.) Panorama do Português oral de Maputo, V. III – Estruturas Gramaticais do Português: Problemas e Aplicações. *INDE – Cadernos de Pesquisa* n° 27. Maputo, 1998.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BAZENGA, Aline Maria. A concordância de terceira pessoa plural: padrões em variedades do Português. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues (org.) *A concordância verbal em variedades do Português*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2015, p. 29-75.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: a concordância em português. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 81-112, 2014.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; PISSURNO, Karen Cristina da Silva (orgs.). *Corpus Moçambique-PORT* (2016). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. Disponível em: www.corporaport.letras.ufrj.br. Acesso em: 01 dez. 2019.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; PISSURNO, Karen Cristina da Silva COSTA, Bianca Ferreira da (orgs.). *Corpus Moçambique-PORT (2021)*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. *Em construção*.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for theory of linguistic change. In: LEHMANN, Winfred.; MALKIEL, Yakov. (orgs.) *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968, p. 97-195.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE TRÊS VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS: UM OLHAR SOBRE O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO

Daniela Paula de Lima Nunes Malta
(UFPE/ PPGL)

Claudia Roberta Tavares Silva
(UFRPE/PROGEL/GETEGRA-CNPq)

1. Considerações iniciais

Nas últimas duas décadas, tem sido crescente o interesse de linguistas por investigar diversas áreas da gramática das variedades africanas do português. Segundo pontua Hagemeijer (2018, p. 07), a “investigação sobre o português em África é um fenômeno essencialmente pós-colonial que se encontra em franca expansão devido a uma conjuntura favorável que se foi desenvolvendo ao longo das últimas décadas”. Nessa mesma linha de raciocínio, destaca Petter (2015, p. 315):

O estudo das variedades faladas na África desfruta de uma situação privilegiada, pois as línguas africanas ainda são faladas e interagem com o português. É interessante observar essa situação, pois ela pode fornecer dados cruciais para o entendimento dos contatos linguísticos e dos processos de mudança em toda a área de expansão da língua portuguesa.

As variedades africanas do português começaram a consolidar-se a partir da independência dos países na segunda metade do século XX, sobretudo, após a oficialização do português. No entanto, um dos grandes desafios aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a saber: Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial, é garantir que o estatuto de língua oficial do português não redunde no silenciamento e no desaparecimento das línguas nacionais. Faraco (2016) alerta-nos para que abandonemos o “jacobinismo linguístico” pautado no pressuposto de que há somente a garantia de unidade nacional se houver monolinguismo.

Nos últimos 20 anos, não apenas o número de falantes do português tem aumentado, como também assistimos a uma crescente nativização dessa língua em Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe:

A crescente nativização da antiga língua colonial em Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe é um fenómeno que não se verifica em relação a outras línguas ex-coloniais em África e pode ser explicado através de fatores comuns e diferenciados. Fatores como o estatuto neutro, de L2, do português face à fragmentação linguística das L1, a massificação do ensino, o aumento da mobilidade social, a timidez das políticas linguísticas efetivas em prol das línguas nacionais, assim como o prestígio do português enquanto língua de ascensão social, terão sido fundamentais na maior difusão do português (Hagemeijer, 2016, p. 46-47).

Ademais, defendendo aqui que as variedades africanas do português se constituem em um contexto multilíngue que lhes é específico, não faz sentido assumirmos, de forma generalizante e reducionista, as denominações “Português de(a) África” ou “Português Africano”. Observamos, por um lado, que o português

em São Tomé e Príncipe é preferencialmente adquirido como L1 (Agostinho; Lima; Araújo, 2016; Hagemeyer, 2009); de outro lado, em países como Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau, é adquirido como L2 (Alexandre, 2018; Costa, 2014; Gonçalves, 2015; Nzau, 2011), valendo referirmos que, no último país, é adquirido majoritariamente em contexto de instrução formal (Barbosa, 2011; Sani; Oliveira, 2014), uma situação que se assemelha, em certa medida, ao que ocorre na aquisição do português em Timor-Leste (PTL) (Batoreo, 2010; Martins, 2016).

Falantes moçambicanos, por exemplo, podem também adquirir o português como L2 na comunicação diária, não deixando de lado o fato de que a qualidade e o tempo de exposição ao input da norma europeia do português apresentam-se deficitários, conforme verifica Gonçalves (2015, p. 27): “[...] nas sociedades pós-coloniais, declara-se oficialmente como padrão a norma europeia da língua ex-colonial, mas, na comunicação diária, as comunidades locais nem sempre estão expostas a amostras robustas desse padrão”. No caso de Moçambique, “o português é adquirido durante a infância por via instrucional, embora nas cidades haja também condições para a sua utilização em meio natural, através de conversas entre companheiros de bairro, dos meios de comunicação social, etc.” (Gonçalves; Chimbutane, 2004, p. 01).

Tendo em mente o papel do input no processo de aquisição de uma língua natural, assumimos com Silva, Magalhães e Marcelino (2023) a proposta de Roeper (2007) para a existência de “Gramáticas Múltiplas” ou “Bilinguismo Universal”, segundo a qual

todo falante possui um conjunto de minigramáticas para diferentes domínios de forma que todo falante é bilíngue, pois, exposto a diferentes gramáticas, cria variações de uma mesma gramática, a modelo do que faz o aprendiz exposto a duas línguas (Silva; Magalhães; Marcelino, 2023, p. 96).

Em seu estudo sobre a intrínseca relação entre o input e o desenvolvimento linguístico, os autores, ao compararem o português moçambicano (PM) com o PTL, concluem:

[...] enquanto em Moçambique o português pode ser adquirido como L1 (em menor frequência) e como L2 por via instrucional (em maior frequência) ou não; em Timor-Leste, só é adquirido como L2 por via instrucional. Nesse sentido, o *input* apresenta-se mais robusto em Moçambique do que em Timor-Leste, o que nos leva a propor a existência de diferentes bilíngues: a) em Moçambique: nativos de variadas línguas + português (L1 ou L2); e b) em Timor-Leste: nativos de línguas variadas + português (L2) (Silva; Magalhães; Marcelino, 2023, p. 105).

Essa conclusão encontra-se respaldada no distinto comportamento de sujeitos nulos e plenos nessas variedades no âmbito do Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN) (também chamado de Parâmetro *pro-drop*), proposto por Noam Chomsky durante as Conferências de Pisa, em 1981, o qual será discutido na próxima seção. Assumindo que os parâmetros possuem valores binários (+) e (-), Chomsky (1981) classifica as línguas em: (i) línguas *pro-drop* que fixam o valor positivo e cuja morfologia de flexão verbal rica legitima e identifica sujeitos nulos ao longo do paradigma pronominal (ex.: italiano); e (ii) línguas *não-pro-drop* que fixam o valor negativo e cuja morfologia apresenta-se pobre (ex.: inglês). Para tanto, argumenta-se que, para a fixação de um desses valores durante a aquisição, os falantes devem estar expostos ao input linguístico. Diante disso, ergue-se um questionamento: a ativação da GU para a fixação dos valores paramétricos de uma L2 comporta-se de forma semelhante à aquisição de uma L1? Para essa pergunta, adotaremos o modelo de aquisição proposto por Schwartz e Sprouse (1996) discutido mais adiante.

Vale referirmos que o comportamento de sujeitos nulos e plenos tem sido objeto de estudo em muitas variedades do português. Pesquisas mostram que sujeitos nulos são muito frequentes no português europeu (PE) (Duarte, 1995, 2000), no entanto, em alguns países do PALOP, há variedades que se aproximam mais dessa variedade do que outras. Muitas são as evidências linguísticas que sustentam essa observação, destacando-se, por exemplo, o comportamento da morfologia de flexão verbal em diferentes variedades e suas implicações no que se refere à identificação e ao licenciamento de sujeitos nulos.

Em relação, por exemplo, ao PTL adquirido somente por via da escolarização, essa variedade está em contato com o Tétum, língua oficial *não-pro-drop* e língua franca falada “como L1 por 18% da população, enquanto 82% da população leste-timorense possui alguma fluência nele” (Albuquerque, 2011, p. 47-48). A morfologia de flexão verbal nessa língua apresenta-se pobre porque há apenas uma forma verbal usada para todas as pessoas do paradigma pronominal (Albuquerque, 2011; Santos, 2009). Ao contrário do PE, *uma língua-pro-drop*, Martins (2016, p. 30) verifica que “o sistema verbal (dessa variedade) é de difícil aquisição para os falantes timorenses”.

- No que se refere às variedades africanas do português, Mota, Miguel e Mendes (2012, p. 168) verificam, no âmbito da morfologia de flexão verbal, que “[...] os dados da norma urbana culta em Angola e Cabo Verde dão indícios de esta ser mais próxima da do PE do que da brasileira [...]”. No entanto, quanto aos falantes com pouca ou nenhuma escolarização, há usos, na língua falada, que se distanciam do PE, destacando-se a ausência de concordância verbal, o que implica considerarmos, nesse caso, um reflexo da pouca exposição desses falantes a amostras robustas do português e maior frequência de uso de sua L1:

(1) a. PM: “**O meu pai não conseguem** saber como é que isso aconteceu assim.”

(Gonçalves; Stroud, 1998, p. 123)

b. PA:¹ “Oh, paizinho, **você** não **fizeste** isso.”

(Teixeira, 2012, p. 151)

c. PA: “**eu vive** p’a Luanda // vim votar aqui [-] Kaxito // assim vou voltar já // [...]”

(Adriano, 2014, p. 225)

d. PGB:² “**A minha namorada estive** em Portugal.”

(Couto; Embaló, 2010, p. 52)

e. PGB: “**Eu tens** mais tris história.”

(Couto; Embaló, 2010, p. 52)

f. PST:³ “**eu nō viu** nenhum governo que tá judá nós”

(Figueiredo, 2010, p. 96)

g. PCV:⁴ “**nós vai** continuar o meu trabalho”

(Bacelar do Nascimento *et al.*, 2008, p. 56)

Bravin dos Santos (2006, 2010) observa que o PM é uma língua de sujeito nulo prototípica, no entanto, a pesquisa recente de Veríssimo (2017) aponta que essa variedade se encontra em um estágio intermediário entre o PE, uma língua de sujeito nulo consistente e outras variedades do português, a saber: o PA e o português brasileiro (PB), sendo esta última uma língua de sujeito nulo parcial. É obtido um percentual de 42% de sujeitos plenos, sendo a terceira pessoa o fator que mais favorece o uso desses sujeitos, sobretudo, na fala dos menos escolarizados (43% / 0.57).

1 Português Angolano.

2 Português de Guiné-Bissau.

3 Português de São Tomé e Príncipe.

4 Português de Cabo Verde.

Por sua vez, no PA, Oliveira e Santos (2007) verificam que há preferência por sujeitos nulos como o PE, um resultado que decorre do fato de a concordância, segundo Teixeira (2012, p. 153), não ter sido drasticamente enfraquecida se comparada a do PB: “[...] o uso do sujeito ‘a gente’ de referência definida [...] não é expressivo” e o pronome “nós” resiste a ser realizado foneticamente. Não obstante, conforme será evidenciado adiante, dados de escrita monitorada de falantes angolanos com nível médio completo apresentam um percentual de sujeitos pronominais plenos elevado se comparado ao que é verificado na gramática internalizada do PE por Duarte (2000), o que nos leva a supor que o PA parece estar alocado em uma faixa intermediária entre o PB e o PE. Partindo dessa hipótese, ampliaremos a discussão neste capítulo ao contrastarmos o PA com o PGB e o PST, sendo o enfoque na língua escrita, mais particularmente, em dados extraídos de redações produzidas por alunos angolanos, guineenses e são-tomenses em seu país de origem quando submetidos ao exame vestibular para ingresso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), localizada na cidade de Redenção no Ceará. A escolha por essa modalidade da língua decorre do fato de que há pesquisas que apontam para dificuldades, sobretudo, no âmbito da concordância verbal, enfrentadas por alunos universitários em Moçambique. Retomando várias pesquisas, Bavo (2015, p. 47) conclui:

Estas dificuldades decorrem fundamentalmente da situação do português como L2, da fraca exposição à língua portuguesa e ainda da deficiente qualidade do processo de ensino-aprendizagem (GONÇALVES, 2010; GONÇALVES & SIOPA, 2005; FIRMINO, 2002). Entre as várias dificuldades identificadas, sobressai a área da concordância verbal, mais particularmente, a concordância de número (NHONGO, 2005).

- Partindo dessas considerações e, levando em conta que o português é adquirido: (i) em São Tomé, prioritariamente, como L1, (ii) em Guiné-Bissau como L2 via instrução formal, assemelhando-se, em certa medida, ao que observamos em Timor-Leste e (iii) em Angola, como L2 por via instrucional (em maior frequência) e também como L1 (em menor frequência), à semelhança de Moçambique, esperamos que o PGB apresente um maior distanciamento em relação ao PE do que as demais variedades no que concerne ao PSN.

2. Aspectos teórico-metodológicos

Quadro teórico da gramática gerativa: breves incursões

Ancorado em uma abordagem inatista da linguagem, o quadro teórico da gramática gerativa que embasa este estudo prevê a existência de um órgão presente na mente-cérebro a que se denomina Faculdade da Linguagem (FL). Trata-se, portanto, de “uma componente particular da mente humana” (Chomsky, 1986, p. 22) constituída da Gramática Universal (GU). A GU, considerada o estágio inicial da aquisição da linguagem, é formada por princípios (propriedades invariantes entre as línguas) e por parâmetros (locus de variação entre as línguas) cujos valores binários (+) e (-) deverão ser fixados pela criança quando exposta ao input de determinada língua natural: “a GU disponibilizará apenas uma classe finita de gramáticas nucleares possíveis, em princípio. Isto é, a GU fornecerá um conjunto finito de parâmetros [...]”⁵ (Chomsky, 1981, p. 11, tradução própria). Ao fixar os valores paramétricos, a criança adquire a gramática nuclear (do inglês, *core grammar*) da língua a que está exposta.

Nesse sentido, adquirido o conhecimento internalizado da língua (Língua-I), entendido como o conhecimento gramatical

5 UG will make available only a finite class of possible core grammars, in principle. That is, UG will provide a finite set of parameters [...].

altamente estruturado e complexo atingido no estágio final, o falante-ouvinte é capaz não só de fazer intuições sobre sua língua e julgamentos de gramaticalidade, como também de produzir e entender sentenças nunca antes ouvidas. Sobre esse conhecimento, três questões são formuladas por Chomsky (1986, p. 23):

- (i) O que constitui o conhecimento da língua? (NATUREZA)
- (ii) Como é adquirido o conhecimento da língua? (ORIGEM)
- (iii) Como é usado o conhecimento da língua? (USO)

Dentre os princípios da GU, destacamos, neste capítulo, o Princípio de Projeção, proposto inicialmente por Chomsky (1981) e revisitado por ele em 1982 a partir de argumentos que evidenciam que a posição de sujeito é sempre projetada nas línguas naturais. Com base nesse princípio, “[...] as estruturas sintáticas (em todos os níveis de representação) são a projecção da estrutura temática e de subcategorização dos itens nucleares do léxico, e que a posição de sujeito de IP é obrigatória [...]” (Raposo, 1992, p. 301). Sob o viés da sintaxe comparativa, associado a esse princípio está o Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN) em que línguas se distinguem no que se refere ao preenchimento dessa posição: ou sujeitos nulos (*pro*) ou pronomes plenos ocupam-na. A motivação para a escolha dessas categorias tem sua explicação associada inicialmente à natureza da morfologia de flexão verbal (Rizzi, 1988, 1997; Taraldsen, 1978). Em línguas como o italiano, essa morfologia é rica e, portanto, identifica e licencia sujeitos nulos (cf. (2a)), o que a caracteriza como uma *língua pro-drop*, ao contrário de línguas como o inglês, uma *língua não-pro-drop* (cf. (2b)):

- (2) a. (Io) parlo italiano.
 “Eu falo italiano.”
 b. I speak English.
 “Eu falo inglês.”
 (Rizzi, 1997, p. 269).

A esse parâmetro, associa-se um conjunto de propriedades verificadas por Rizzi (1982) em línguas *pro-drop* como o italiano, a saber: (i) possibilidade de sujeito nulos referenciais definidos em sentenças finitas (cf. (2a)) e de sujeitos nulos não-referenciais (cf. (3a)); (ii) inversão “livre” do sujeito (cf. (4a) e (4a’)); (iii) ausência de efeito *that-trace* (isto é, permissão de extração WH- de sujeitos encaixados com complementador visível) (cf. (5a)) e (iv) verbos finitos com morfologia flexional rica (cf. (6a)):

- (3)a. __ piove. (It⁶)
 “Chove.”
 a’. *Ciò piove. (It)
 “Ele chove.”
 b. * __ rained. (Ing⁷)
 “Choveu.”
 b’. It is raining. (Ing)
 “Está chovendo.”
- (4)a. __ è stato dato un premio al presidente. (It)
 “Foi dado um prêmio ao presidente.”
 a’. __ ha telefonato Gianni. (It)
 “Telefonou o João.”
 b. * __ was given a prize to the president. (Ing)
 “Foi dado um prêmio ao presidente.”
 b’. * __ telephoned John.”(Ing)
 “Telefonou o João.”

6 Italiano (It).

7 Inglês (Ing).

(5)a. Chi credi che __ telefonerà? (It)

“Quem achas que telefonará?”

b. *Who do you think that __ will telephone? (Ing)

“Quem você acha que telefonará?”

(6)a. *It.*: parl-o, parl-i, parl-a, parl-iamo, parl-ate, parl-ano.

b. *Ing.*: speak, speak-s

(Rizzi, 1997, p. 271-272).

Partindo da possibilidade de haver sujeitos nulos referenciais e sujeitos nulos expletivos em algumas línguas particulares, Rizzi (1986) propõe dois princípios que estabelecem as condições estruturais necessárias para que esses diferentes tipos de *pro* sejam produzidos na gramática de uma dada língua particular: (i) *princípio de licenciamento formal*: *pro* está sob concordância ou sob regência do núcleo flexional (X°) I (Flexão, do inglês *Inflection*) capaz de atribuir-lhe caso nominativo, e (ii) *princípio de identificação*: *pro* herda os traços de número-pessoa de Agr (do inglês, *Agreement*) contidos na categoria I.

Observando o comportamento de outras línguas naturais a partir de estudos desenvolvidos sobre o chinês, o hebraico e o alemão, por exemplo, Holmberg, Nayudu e Sheehan (2009), argumentam que o Parâmetro *pro-drop* é formado por quatro sistemas de línguas *pro-drop*, a saber:

(i) *línguas de sujeito nulo consistente*, como o espanhol, em que sujeitos nulos são produzidos em decorrência da riqueza da morfologia de flexão verbal (Taraldsen, 1978);

(ii) *línguas de sujeito nulo radical*, como o chinês, em que sujeitos nulos são produzidos sob restrições discursivas (Huang, 1989);

(iii) *línguas de sujeito nulo parcial*, como o hebraico (Borer, 1989), o finlandês e o português brasileiro (Holmberg, 2005), em que sujeitos nulos encontram-se submetidos a contextos estruturais específicos;

(iv) *línguas de sujeito nulo expletivo*, como o alemão, em que apenas expletivos são nulos (Roberts; Holmberg, 2009).

No âmbito das variedades do português, Kato e Duarte (2014, p. 08-10), por exemplo, apresentam as seguintes evidências no PB de sua natureza como língua de sujeito nulo parcial:

(i) sujeito nulo em sentenças encaixadas (cf. (7a)) em variação com sujeitos pronominais (cf. (7b)):

- (7)a. O João*i* disse que Ø*i*/**j* comprou um carro ontem.
b. O João*i* disse que *elei*/*j* comprou um carro novo.

(ii) sujeito nulo genérico (cf. (8a)) em variação com sujeitos genéricos pronominais (cf. (8b)) e (8c)):

- (8)a. Ø*gen* não pode fumar aqui.
b. *A gente* não pode fumar aqui.
c. *Você* não pode fumar aqui.

(iii) nulo expletivo (cf. (9a)) em variação com construções pessoais (cf. (9b)):

- (9)a. Ø*expl* está entrando água por essas janelas.
b. *Essas janelas**i* estão entrando água [*t*]*i*.

No PE, por ser uma língua de sujeito nulo consistente, a morfologia de flexão verbal é rica, licenciando e identificando *pro*. Em línguas dessa natureza, quando sujeitos plenos são produzidos, recebem acento enfático, geralmente, uma leitura contrastiva que os opõe a outros sujeitos pragmaticamente possíveis no domínio do discurso (Gonçalves, 1994). O PB, por sua vez, não apresenta essa restrição e pronomes plenos aumentam sua frequência substancialmente na segunda metade do século XX, conforme consta na pesquisa diacrônica de Duarte (2000) cujo corpus compõe-se de frases extraídas de peças teatrais populares: 1845 (20%), 1882

(23%), 1918 (25%), 1937 (46%), 1955 (50%), 1975 (67%) e 1992 (74%). Ademais, ficando a ordem Verbo-Sujeito (VS) restrita a contextos monoargumentais no PB (Berlinck, 1988), Duarte (1995, 2000) apresenta estratégias de preenchimento da posição pré-verbal de sujeito no PB, destacando-se, a grande produtividade de construções com duplicação do sujeito em que sujeitos são redobrados por um pronome resumptivo que ocupa a posição argumental de sujeito na estrutura frásica. Nessas construções, os sujeitos duplicados são encontrados em orações subordinadas ou não, podem ser (in)definidos e o corte entonacional não é obrigatório entre eles e o pronome resumptivo:

(10) **Eu**_i, a Maria, uma vez **eu**_i convidei só pra ver se ela vinha.
(Figueiredo Silva, 1996, p. 84)

(11) a Eu acho que **um trabalho sério**_i **ele**_i teria que começar por aí.
b. **Você**_i, no Canadá, **você**_i pode ser o que quiser.
(Duarte, 2000, p. 28-29)

(12) a. [**Toda criança**]_i **ela**_i aprende rápido a gostar de Coca-Cola.
b. [**Todo homem**]_i **ele**_i odeia se sentir fraco.
(Britto, 2000, p. 202)

Ao contrário do PB, em línguas de sujeito nulo consistentes como o PE, construções com duplicação do sujeito são pouco produtivas, ficando restritas a contextos não subordinados (cf. (13)). Além disso, os sujeitos necessitam de uma interpretação de foco, não podendo haver adjacência sintática entre eles e o pronome resumptivo e, portanto, a presença de um corte entonacional é obrigatória (cf. (14)):

- (13) Eu acho que **o povo brasileiro ele** tem uma grave doença.
(PB *PE)

- (14) A: Quem foi à praia?
B: **O Pedro...ele** foi, os outros não sei.
(Costa; Galves, 2002, p. 115-119)

Entendendo que a aquisição do PB e do PE se dá, em grande proporção, no contexto de uma L1 e que dois sistemas de línguas *pro-drop* distinguem essas duas variedades, uma questão se coloca neste capítulo: como compreendermos o comportamento do PSN no PA, no PST e no PBG, levando em conta a existência de quatro sistemas de línguas *pro-drop* na GU? Conforme já enunciado, em São Tomé e Príncipe, o português tem sido adquirido prioritariamente como L1, ao contrário de Guiné-Bissau e de Angola. Nesse último caso, estudos de base gerativista têm argumentado a favor da hipótese que a GU também regula a aquisição da L2, sendo a L1 dos falantes seu estágio inicial. Essa hipótese foi proposta por Schwartz e Sprouse (1996) cujo modelo de aquisição denomina-se: “Transferência total/Acesso total” (do inglês “*Full Transfer/Full Access*”), modelo este adotado por Gonçalves e Chimbutane (2004, p. 2) em cuja pesquisa se defende que “[...] o conhecimento da gramática das [Línguas Bantu] LBs por aprendentes de Português como língua segunda (L2) interfere no processamento do *input*, dando origem a uma nova gramática do Português (cf. GONÇALVES 1990, 2002)”. Evidências dessa interferência podem ser verificadas nos seguintes contextos em que há, por exemplo, uma “reanálise da preposição *em* do PE como marcador morfológico de caso semântico locativo, e não como núcleo de um SP [Sintagma Preposicionado]” (Gonçalves; Chimbutane, 2004, p. 06):

- (15) a. **em casa dele** é aqui em frente (= a casa dele é...)
b. conheci **em casa dela** (= ... a casa dela)

De mais a mais, não podemos deixar de lado o fato de, ao serem expostos ao input da língua-alvo, os falantes, em fase de aquisição de uma L2, vão construindo estágios intermediários das gramáticas de interlíngua que atravessa uma reestruturação gramatical rumo ao modelo dessa língua, segundo propõem Klein e Martohardjono (1999). No caso do PM, Dias (2009 *apud* Companhia, 2018), em seu estudo sobre o PSN cujos dados foram extraídos de redações produzidas por aprendentes do português L2, verifica que a interlíngua apresenta três estágios:

- (16) a. Eu **inventou** uma palhota (=... inventei...)
 - b. Eu **leva** e **foi** vender aquela bola (=... levei...fui...)
 - c. Arranjei uns dois paus.
- (Companhia, 2018, p. 9)

Conforme verificado, no primeiro estágio (cf. (16a)), não há o licenciamento do sujeito nulo, mas a produção de um pronome pleno de primeira pessoa do singular e de uma morfologia de flexão verbal com traços de terceira pessoa do singular cujo traço de pessoa, portanto, não concorda com o traço de pessoa do pronome sujeito; no segundo estágio (cf. (16b)), persiste a não verificação de concordância entre o traço de pessoa da morfologia de flexão verbal (3ª p. sing.) e o traço do pronome pleno sujeito (1ª p.sing), no entanto o sujeito nulo passa a ser produzido na oração coordenada e a coexistir com o sujeito pleno localizado na primeira oração e, no terceiro e último estágio (cf. (16c)), o valor positivo do PSN é totalmente fixado por atender às condições de licenciamento e identificação da categoria vazia *pro* pela morfologia de flexão verbal propostas por Rizzi (1986).

Um estudo recente que evidencia também estágios intermediários no âmbito do PSN é a pesquisa de Oliveira Júnior (2021) que analisou esse parâmetro a partir de dados escritos, em particular, de redações produzidas por estudantes leste-timorenses que se submeteram ao vestibular para ingresso na UNILAB-CE. Seus re-

sultados mostram que há 50% de sujeitos nulos e 50% de sujeitos plenos, sendo a regra de concordância verbal variável (77,4%), o que implica considerarmos que a morfologia de flexão verbal se apresenta enfraquecida no corpus da pesquisa. Vale dizermos que, embora seu foco da análise esteja voltado aos contextos declarativos finitos, esse autor realiza uma análise qualitativa em separado para 33 contextos frasais onde sujeitos plenos aparecem em oração raiz com verbos no infinitivo, um contexto muito produtivo durante a aquisição de línguas naturais por crianças de 2 a 3 anos de idade (Guasti, 2002). Esse autor chama a atenção para o fato de que, na escrita de uma mesma aluna, são encontradas evidências de três estágios, pois não só há sujeitos plenos com o traço de primeira pessoa do singular em oração raiz com verbos no infinitivo (cf. (17a)) e em contextos onde há concordância com a morfologia de flexão verbal (cf. (17b)), como também sujeitos nulos com esse mesmo traço concordando com os traços da morfologia de flexão verbal (cf. (17c)):

- (17) a. eu *aprender* a lingua portuguêsa (=...aprendo...) b. Eu *vou* de curso de UNILAB
c. *pro* creio conseguir vira a ter recurso nos meus estudos na UNILAB

Em sua conclusão, Oliveira Júnior (2021, p. 124) argumenta que o valor positivo do PSN não foi totalmente fixado:

Nas ocorrências do PTL, observo que adultos escolarizados, em textos escritos monitorados, produziram, em alternância com verbos finitos, construções com verbos no infinitivo. Isso me leva a afirmar que esses timorenses ainda não fixaram totalmente o valor do PSN da língua-alvo, o português, por interferência da sua gramática internalizada, o tétum — que (1) não admite sujeitos referenciais nulos em orações raízes e (2) não possui um paradigma de flexão verbal rico (DEUS, 2011) [...] Desse modo, os dados com verbos

no infinitivo são uma evidência adicional no sentido de revelar que o PTL se afasta do PE em relação ao PSN, pois diferentes estágios de desenvolvimento do parâmetro podem ser percebidos nos dados, desde construções infinitivas a construções finitas com sujeitos plenos e nulos. Vale ressaltar ainda que muitos dos escreventes não produziram verbos no infinitivo, mas aqueles que produziram evidenciaram uma alternância entre verbos finitos e infinitos.

Partindo do fato que, em uma variedade não europeia do português como o PTL, há evidências de estágios intermediários das gramáticas de interlíngua no que se refere à fixação do valor positivo associado ao PSN, verificaremos se, nos dados de escrita monitorada do PST, do PA e do PGB, o valor positivo desse parâmetro foi totalmente fixado.

Os procedimentos metodológicos

Para a realização da análise, os dados escritos do PST, do PA e do PGB foram extraídos da pesquisa desenvolvida por Malta (2019). Esses dados estão contidos em redações produzidas por vestibulandos africanos, entre o período de 2013 a 2016, como requisito para seu ingresso na UNILAB-CE. Vale referirmos que, em 2018, essa pesquisa recebeu a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (CAAE: 3 82085517.7.0000.5208). Ao todo, foram coletadas 300 redações, sendo 100 redações de cada país (50 produzidas pelo sexo masculino e 50, pelo sexo feminino), das quais foram elaborados os *corpora* constituídos de sujeitos nulos e sujeitos pronominais plenos, perfazendo um total geral de 1.927 contextos declarativos finitos, sendo: (i) o corpus do PST constituído de 468 ocorrências, (ii) o do PA, de 862 ocorrências e (iii) o do PGB, de 597 ocorrências. Observem-se, a seguir, dados extraídos do corpus do PA (cf. (18)), do PST (cf. (19)) e do PGB (cf. (20)):

- (18) a. “Diante de tudo, **pro** perdi a crença na mudança económica de Angola”.
- b. “**pro** Saiu do controle!”
- c. “**pro** Somos angolanos fortes e lutadores”.
- d. “Os jovens vivem ali em busca de boas oportunidade, **pro** vêm dos vários distritos e **pro** são meninos de famílias muito carentes”.
- e. “**Eu** penso na Paz de Angola como consideração económico e soial⁸ do século XXI”.
- f. **Ela** dedicou-se, também, nas áreas económicas, agrícolas, industrial eno Projeto de Urbanização”.
- g. Agora **nós** vamos olhar Angola como um país para viver e desenvolver”.
- h. “**Eles** estão a trabalhar para termos uma Angola melhor para todos”.
- (19)a. **pro** Penso nas mulheres violentadas em suas família
- b. Todo agressor que bate é porque **pro** sente-se fraco”.
- c. Contudo **pro** podemos dizer que São Tomé foi e **pro** está sendo um país de guerrilheiros para o bem estar de todos”.
- d. “**pro** Estão a cumprir a determinação do governo”
- e. “**Eu** desejo um São Tomé com novas universidades com opções de cursos”.
- f. “**Ela** é está repleta de ilhas maravilhosas”.
- g. “Actualmente **nós** apostamos no turismo de muitas belezas naturais”.
- h. **Elas** buscam ajuda no governo e na educação para a violência sofrível”.
- (20)a. “**pro** calei a voz a falar”.
- b. “O reitor disse aos jovens que **pro** estava contente com um novo começo para UNILAB”.
- c. “Nós devemos ter a nossa língua como arma de defesa, em qualquer parte do mundo, **pro** desenvolvemos o crescimento de Guiné

8 Reproduzimos a grafia do estudante tal como consta em sua produção escrita.

- d. “**pro** Não ouvem nem em casa nem na rua o grande problema
fa língua portuguesa neste país”.
- e. “**Eu** estou a garantir um diploma com qualidade estudando no
Brasil para cargos públicos”.
- f. Por isso **ela** deve saber francês no emprego”.
- g. “**Nós** não devemos valorizar a outra língua estrangeira não ser
a do nosso país”.
- h. “**Eles** aprendem esta língua e também a nor-
ma da escrita e a pronúncia”.

Constituídos os *corpora* desta pesquisa, analisaremos, na próxima seção, os dados das três variedades, enfocando os seguintes aspectos: (i) contextos de duplicação do sujeito, (ii) ordem VS e (iii) comportamento da flexão verbal e do paradigma pronominal.

3. Análise

Visando compreendermos o comportamento dos sujeitos nulos e plenos em três variedades do português, realizaremos, neste capítulo, uma análise descritiva, deixando, para trabalhos futuros, a submissão dos dados a uma análise multivariada em termos labovianos.

Conforme enunciado na introdução, estudos apontam que estruturas produzidas por falantes que possuem grau de escolarização elevado tendem a ser próximas às da norma europeia do português (Brandão; Vieira, 2012; Gonçalves, 2015; Mota; Miguel; Mendes, 2012). Nesse sentido, partindo da constituição dos *corpora* advindos da língua escrita de estudantes que possuem um grau de escolarização elevada (a saber: o Ensino Médio completo), apresentamos, de início, o seguinte quadro com o quantitativo geral de ocorrência e de percentual de sujeitos pronominais nulos e plenos:

Quadro 1: Quantitativo geral de sujeitos nulos e plenos nos *corpora* da pesquisa

VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS	SUJEITOS			
	NULOS		PLENOS	
	Oco.	%		
PST	248,04/468	(53%)	219,04/468	(47%)
PA	439,62/862	(51%)	422,38/862	(49%)
PGB	119,20/596	(20%)	476,80/596	(80%)

Fonte: Elaboração Própria.

Um fato comum é que todas as variedades investigadas produzem sujeitos nulos, no entanto, a pergunta central é a seguinte: estariam todas incluídas no sistema de língua de sujeito nulo consistente? Para essa pergunta, apresentamos algumas evidências que apontam, por ora, para uma resposta negativa.

É possível verificarmos, no Quadro 1, que o PGB apresenta um comportamento muito distinto do PA e do PST, visto que, enquanto nestas últimas, os percentuais apresentam resultados muito próximos para o uso de sujeitos nulos e plenos, naquela há uma diferença considerável: 20% de sujeitos nulos e 80% de sujeitos plenos, um resultado, por um lado, muito próximo ao que se verifica para o PB na pesquisa diacrônica realizada por Duarte (2000) que obtém 74% de sujeitos plenos no ano de 1992.

Por outro lado, se comparado o resultado percentual de 86% obtido por Magalhães (2000) para o uso de sujeitos nulos advindos de dados escritos do PB no último ano de escolarização do Fundamental II (isto é, a 8ª série), verificamos que estes se afastam dos resultados do PGB nesta pesquisa. Para essa autora, a escolarização atua como uma espécie de freio na língua escrita às inovações linguísticas presentes na gramática internalizada dos falantes brasileiros, portanto, sujeitos nulos referenciais, existentes na escrita, mas não encontrados na fala, são recuperados pela aprendizagem escolar, o que implica assumirmos com

Tarallo (1996) e Kato (2005) que há um extremo caso de “diglossia” no Brasil onde a gramática da fala se distingue sobremaneira da “gramática” da escrita. Contrariamente ao PB, essa distinção não se confirma nos dados do PGB aqui coletados possivelmente por razões relacionadas à pouca exposição dos guineenses a amostras robustas da língua-alvo, ao uso frequente da L1 e à educação que se apresenta deficitária nesse país, segundo observam Silva e Sampa (2017).

A divergência apontada, no Quadro 1, ainda nos chama a atenção porque todos os estudantes foram submetidos às mesmas condições de produção escrita que exigiam um maior grau de monitoramento de sua escrita por estarem submetidos a um exame vestibular para ingresso em uma instituição superior de ensino, quando observamos os percentuais de sujeitos plenos produzidos no PE para a 1ª pessoa (35%), a 2ª pessoa (24%) e 3ª pessoa (21%) obtidos por Duarte (2000), verificamos que é inferior ao que se observa no PA (51%) e no PST (53%).

Tendo em mente que, em São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Angola, o português está em contato com outras línguas, vale referirmos que, no primeiro país, o santomense, língua falada por cerca de 72,4% da população maior de 5 anos (Censo de 2010), é uma língua *não-pro-drop* (Hagemeijer, 2007), à semelhança do guineense (Castro, 2013), língua falada no segundo país por cerca de 80% da população (Oliveira; Baio; Injai, 2013). Nessas línguas, há apenas uma única forma verbal para todas as pessoas do paradigma pronominal e, portanto, a morfologia de flexão é pobre, não sendo verificadas as propriedades elencadas por Rizzi (1982).

Em se tratando de Angola, além de falantes que adquirem o português como L1 e como L2 (Inverno, 2004, 2009; Teixeira, 2012), as línguas bantu são a L1 (Censo de 2014) da maioria dos falantes que vivem em região rural, a exemplo do umbundo e do quimbundo. Conforme verificado em Teixeira (2012), em uma língua como o quimbundo, a forma verbal usada para a segunda

e a terceira pessoas é homófona (cf. (21a)), distinguindo-se estas da primeira pessoa (cf. (21b)), o que implica dizermos que a morfologia de flexão verbal não é rica, ao contrário do PE:

- (21)a. Eye **udya** / Mwene **udya**
 “Tu comes” / “Ele come”
 b. Eme **ngidya** / Etu **tudya**
 “Eu como” “Nós comemos”
 (Teixeira, 2012, p.152)

Partindo dessa breve explanação, verifiquemos como dados dos *corpora* se comportam frente aos seguintes aspectos: (i) contextos de duplicação do sujeito, (ii) ordem VS e (iii) comportamento da flexão verbal e do paradigma pronominal.

Conforme já enunciado, em línguas de sujeito nulo consistente, contextos de duplicação do sujeito são pouco frequentes na língua falada e estão submetidos a restrições, no entanto, encontramos um quantitativo geral de oito contextos apenas nos dados da escrita monitorada do PA (cf. (22)) e do PST (cf. (23)), uma situação não prevista para o PE:

- (22)a. “**Angola**, nos últimos anos, **ela** apresentou níveis de crescimento económico”

- b. “**A crise económica ela** é devido o desequilíbrio de recursos naturais, porque somente **ele o petróleo** pode salvar essa nação de crise”

- (23)a. “**São Tomé e Príncipe, as ilhas, ela** mostra recorrente a violência doméstica em contextos rurais”

- b. “**O santomense ele** sabe o português para uma educação de melhoria”.

Quanto ao comportamento dos sujeitos duplicados, verificamos que, à semelhança do PE, todos são definidos e não ocorrem

em contextos de subordinação, no entanto, o corte entonacional (grafado pela vírgula) entre o sujeito duplicado e o pronome resumptivo não ocorre em todos os contextos (cf. (22b) e (23b), indo ao encontro do que é verificado no PB (Duarte, 2000; Silva, 2004).

Em se tratando de sujeitos pós-verbais, encontramos uma frase com sujeito pronominal pleno no PST construída com um verbo copulativo (cf. (24)), valendo referirmos que sujeitos, sob a forma de sintagmas nominais em posição pós-verbal, embora não computados para esta análise, foram verificados, sobretudo, em contextos monoargumentais, indo na direção do que é verificado por Berlinck (1988) para o PB e ao contrário do que se observa no PE em que sujeitos pós-verbais ocorrem com verbos (in)transitivos (Ambar, 1992; Costa, 1998):

(24) “**Somos nós** vítimas de muitos agressores”.

Sobre o PA, embora não estejam computados também sujeitos realizados sob a forma de sintagmas nominais, são eles que ocorrem em posição pós-verbal, em particular, em contextos monoargumentais, à semelhança do PST. Por sua vez, o PGB apresenta um comportamento peculiar: sujeitos pós-verbais, pronominais ou não, não são produzidos, o que o assemelha ao guineense.

Centrando nossa atenção, agora, no comportamento da morfologia de flexão verbal e no paradigma pronominal, é importante dizermos, de antemão, que, por serem produzidas redações com tipologia dissertativa predominante, o enfoque volta-se ao referente, ao tratamento de alguma temática. Portanto, não encontramos sujeitos de segunda pessoa com referência definida (*Tu* e *vós*), havendo o predomínio de sujeitos de primeira e de terceira pessoa no singular e no plural. Em se tratando da referência à primeira pessoa do plural, não foi encontrada nos *corpora* a forma pronominal *a gente*. Constatamos ainda, em um total geral de quatro ocorrências no PA, a estratégia de preenchimento da posição

pré-verbal do sujeito pelo pronome *você(s)* com interpretação genérica, conforme mostram os exemplos:

- (25)a. “**Você**, numa visão mas ampla, fará o futuro de Angola com a Educação certa”.
 b. **Vocês** esperam uma educação de Angola com independência e crescimento de alfabetismo”.

Segundo Teixeira (2008) e Teixeira e Almeida (2011), tem sido comumente usado o pronome **você** no tratamento íntimo ou universal por falantes angolanos, sobretudo, por jovens pouco escolarizados, principalmente, falantes nativos das línguas nacionais. Além desse uso com referência definida, a autora observa que os angolanos já utilizam esse pronome para indeterminar o sujeito, fato que pode estar demonstrando o encaixamento estrutural de uma mudança no PA. Ademais, tal como já verificado por Galves (2001) e Kato e Duarte (2014) para o PB, a categoria vazia *pro* foi usada no corpus do PA como estratégia de indeterminação do sujeito (cf. (26)), uma situação que não converge com a norma europeia do PE que exige a presença do clítico –se nesses casos:

- (26) Nos dias de hoje, não **pro** usa o bom senso na educação angolana”

Sendo a sentença anterior produzida por um estudante conculinte do ensino médio, verificamos que as inovações gramaticais da língua falada no PA começam a atingir a língua escrita de falantes escolarizados, afastando-a do PE, e fortalecendo assim seu processo de nativização.

No âmbito da morfologia de flexão verbal, foram encontrados, nos dados do PST (cf. (27a)) e do PGB (cf. (27b) e (27c)), contextos em que não há concordância morfológicamente visível entre o pronome sujeito e a flexão verbal, tendo esse pronome, em geral,

o traço de terceira pessoa do plural:

- (27)a. “**Eles acredita** na dedicação da força de vontade dos alunos estrangeiros.”
 b. “**Eles estamos** só consolidado então a língua portuguesa na Guiné-Bissau em todo setor de ensino porque é dele que sai todos os formandos para poder estabilizar o nosso país e desenvolvê-lo.”
 c. “**Eles tinha** a oportunidade de participar de grandes encontros entre Guiné- Bissau e Brasil.”

Verificamos ainda que, se ampliarmos os *corpora* desta pesquisa para sujeitos realizados sob a forma de sintagmas nominais, o número de ocorrências sem concordância verbal eleva-se.

O exemplo (27b), em particular, nos chama a atenção, pois parece convergir com o resultado de Oliveira Júnior (2021) para o PTL, evidenciando uma estrutura que pode apontar para um estágio de gramática da interlíngua em que a morfologia de flexão verbal, em particular, seu traço de pessoa não identifica e licencia o traço de pessoa do sujeito. Esse tipo de estrutura está previsto para ocorrer na fala de pessoas com pouca ou nenhuma escolarização em variedades não europeias do português, mas o curioso é encontrarmos essa estrutura na escrita monitorada de um falante concluinte do Ensino Médio, o que nos leva a argumentar que o que parece estar em jogo, além do nível de instrução, tem a ver com questões relacionadas à qualidade e ao tempo de exposição ao input, conforme defendem Silva, Magalhães e Marcelino (2023, p. 100) ao contrastarem o PM com o PTL:

Ao verificarmos o tempo de exposição dos falantes moçambicanos e timorenses ao *input* do português, é possível dizermos que há uma fraqueza bem maior dessa exposição em Timor-Leste pelo fato de os falantes só terem acesso via instrução, sendo esse *input* insuficiente, segundo Almeida (2008), o que

nos leva a inferir que o PM e o PTL apresentarão um comportamento distinto no que se refere ao PSN, sendo a segunda variedade do português bem mais afastada do PE.

Tendo em consideração a descrição realizada nesta seção, é plausível supormos, por ora, que a gramática da “escrita” do PGB aproxima-se da gramática da fala do PB no que concerne à produção de sujeitos plenos, mas não com a gramática da “escrita” desta última (Magalhães, 2000). Apesar de haver semelhança entre o PB e o PGB concernente ao pouco uso de sujeitos nulos, esta não apresentou, como estratégias de preenchimento da posição pré-verbal de sujeito: (i) a duplicação do sujeito e (ii) o uso do pronome *você(s)* como estratégia de indeterminação, ao contrário do que se observa nos dados escritos do PA que o coloca, em um nível intermediário, entre o PB e o PE. Ademais, o PST só apresenta a primeira estratégia, estando um pouco mais afastada do PB e mais próxima do PE. Isso nos leva a pensar na possibilidade de haver um continuum de variedades do português no que se refere ao PSN onde o extremo à esquerda do polo representado pelo PGB representaria a variedade que mais se afastaria do PE e se aproximaria do PB, ao passo que o PST seria a variedade que mais se aproximaria do PE localizado no extremo à direita, estando o PA localizado na intermediação entre o PB e o PST, uma hipótese que precisará ser testada em futuros trabalhos:

Figura 1: Continuum de variedades do português, tomando por base o Parâmetro *pro-drop*

PGB	PB	PA	PST	PE
(menos propriedades observáveis do PSN)			(mais propriedades observáveis do PSN)	

Fonte: Elaboração própria.

Sobre o PA e o PST, embora haja mais preferência por sujeitos nulos, seu percentual é inferior ao que se observa em dados orais do PE. Adicionalmente, a produção de sujeitos duplicados no PA e no PST aponta para o fato de não se enquadrarem na classificação de língua de sujeito nulo consistente como o PE. Ao que tudo indica, os dados escritos, mesmo produzidos por angolanos e santomenses concluintes do Ensino Médio em um contexto monitorado, espelham as inovações gramaticais que ocorrem na língua falada, evidenciando o processo de nativização do PA e do PST.

Considerações finais

A análise descritiva neste capítulo advinda de uma perspectiva contrastiva entre o PA, o PST e o PGB está longe de ser conclusiva, haja vista considerarmos necessária, em estudos vindouros, a submissão dos dados dos *corpora* a uma análise multivariada sob a ótica do modelo laboviano, a fim de que possamos refinar a análise a partir da observância dos condicionamentos linguísticos e sociais que motivam o uso de sujeitos nulos e plenos nessas três variedades.

Sob a ótica da sintaxe comparativa e, partindo dos quatro sistemas de *línguas pro-drop*, os resultados apontam que o PA e o PST apresentam um comportamento similar: sujeitos nulos são mais frequentes do que sujeitos plenos, embora essa frequência esteja abaixo do que é observado na variedade europeia do português, o que nos levou a propor um continuum que prevê possíveis

aproximações com uma língua de sujeito nulo parcial como o PB e com uma língua de sujeito nulo consistente como o PE.

O resultado obtido para o PGB, em particular, parece estar associado (i) à pouquíssima exposição dos estudantes a amostras robustas da norma europeia do português indo ao encontro do que é defendido por Silva, Magalhães e Marcelino (2023) e (ii) à maior frequência de uso da L1, destacando-se o guineense, uma língua *não-pro-drop*. Essa variedade distingue-se bastante do PA e do PST e sinaliza para uma maior interferência do conhecimento da gramática do guineense pelos estudantes no processamento do input.

Por fim, reiteramos nossa posição pela não adoção dos termos “Português Africano” ou “Português de(a) África”, tendo em vista a existência de diferentes variedades africanas do português cujo processo de formação associa-se, como apontam várias pesquisas, a uma sócio-história e a um contexto multilíngue que lhes são específicos. Ademais, esperamos que este trabalho investigativo possa não só ampliar os estudos voltados ao PSN, como também suscitar futuras investigações no âmbito da sintaxe comparativa entre diferentes variedades do português.

Referências

- ADRIANO, Paulino Soma. *Tratamento morfossintático de expressão e estruturas frásicas do português em Angola: divergências em relação à norma europeia*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Évora, Évora, 2014.
- AGOSTINHO, Ana Lúcia dos Santos; LIMA, Manuele Bandeira de Andrade; ARAÚJO, Gabriel Antunes de. O português na educação de São Tomé e Príncipe. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 3, n. 55, p. 591-610, set.-dez. 2016.
- ALBUQUERQUE, Davi Borges de. *Esboço gramatical do Tetun Prasa: língua oficial de Timor-Leste*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- ALEXANDRE, Nélia. Aquisição de Português L2 em Cabo Verde: alguns aspetos morfossintáticos do contacto. In: OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de; Araújo,

Gabrie Antunes de. (orgs.). *O Português na África Atlântica*. São Paulo: Editora Humanitas, 2018. p. 139-164.

AMBAR, Maria Manuela. *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. 1992. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

BARBOSA, Gabriela Miranda. *Educação para todos na Guiné-Bissau*. Que princípios metodológico-didáticos para a aula de Língua Portuguesa? 2011 – Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2996/1/Barbosa_Bizarro_COOPEDUI_2.8.pdf Acesso em: 14 dez. 2018.

BATORÉO, Hanna *Ensinar português no enquadramento poliglóstico de Timor-Leste*. Palavras. n. 37. Lisboa: Associação de Professores de Português, 2010. p. 55-65.

BAVO, Názia. Prática de estruturas: concordância verbal. In: GONÇALVES, Perpétua; SIOPA, Conceição (orgs.). *Caderno de pesquisa n.1 - Didática do português L2*. Universidade Eduardo Mondlane: Maputo, 2015. p. 47-58.

BERLINCK, Rosane de Andrade. A ordem VSN no português do Brasil: sincronia e diacronia. 1988. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

BORER, Hagit. Anaphoric AGR. In: JAEGGLI, Osvaldo; SAFIR, Ken. (eds.). *The null subject parameter*. Dordrecht, London: Kluwer Academic Publishers, 1989. p. 69-109.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *Alfa*, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 1035-1064, 2012.

BRAVIN DOS SANTOS, Ângela Marina. O sujeito anafórico de 3ª pessoa na fala culta carioca: um estudo em tempo real. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRAVIN DOS SANTOS, Ângela Marina. O português moçambicano entre o português brasileiro e o português europeu. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 12, n. 1, p. 27-39, 2010.

BRITTO, Helena. Syntactic codification of categorical and thematic judgments in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary Aizawa.; NEGRÃO, Esmeralda Vailati (eds.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid: Iberoamericana, 2000. p. 195-222.

CASTRO, Pollyanna Pereira de. *As construções interrogativas, de tópico e de foco na língua crioula de Guiné-Bissau*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. 2. ed. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. Nova Iorque: Praeger, 1986.

COMPANHIA, Carlito Antonio. Panorama geral dos estudos sobre a aquisição do Português L2 em Moçambique. *Odisseia*, v. 3, n. 1, p. 1-15, jan.-jun., 2018.

COSTA, João. *Word order variation: a constraint-based approach*. Holanda: Holland Academic Graphics, 1998.

COSTA, Paula Mendes. *Descrição fonológica do crioulo guineense*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014.

COSTA, João; GALVES, Charlotte. External subjects in two varieties of Portuguese evidence for a non-unified analysis. In: BEYSSADE, Claire *et al.* *Romance languages and linguistic theory 2000*, Utrecht, 30 November-2 December. v. 232. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002. p. 109-125.

COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. *Papia*, v. 20, n. 1, p. 11-253, jan./dez. 2010.

DIAS, Hildizina. O parâmetro do sujeito nulo em aprendentes do Português em Moçambique. In: DIAS, Hildizina(org.). *Português moçambicano: estudos e reflexões*. Maputo: Livraria Universitária, 2009. p. 17 -46.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio 'evite pronome' no português brasileiro*. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. The loss of the 'avoid pronoun' principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary Aizawa; NEGRÃO, Esmeralda. Vailati (eds.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid: Iberoamericana, 2000, p. 17-36.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães. *A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de Almoxarife*, São Tomé (Desenvolvimento das regras de concordância variáveis no processo de transmissão-aquisição geracional). 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Macau, Macau, 2010.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas: Ed.UNICAMP, 1996.

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001.

GONÇALVES, Maria Lobo. *Para uma redefinição do parâmetro do sujeito nulo*. 1994. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

GONÇALVES, Perpétua. Afinal, o que são erros de português? In: GONÇALVES, Perpétua.; SIOPA, Conceição (orgs.). *Caderno de pesquisa n.1 - Didática do português L2*. Universidade Eduardo Mondlane: Maputo, 2015. p. 21-36.

GONÇALVES, Perpétua.; CHIMBUTANE, Feliciano. O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direcionais. *Papia*, n. 14, p. 7-30, 2004.

GONÇALVES, Perpétua.; STROUD, Christopher (orgs.). *Panorama do português oral de Maputo*. v. 3. Estudos gramaticais do português: problemas e exercícios. Moçambique: INDE, 1998. (Cadernos de Pesquisa, 27)

GUASTI, Maria Teresa. *Language acquisition*. Cambridge: MIT Press, 2002.

HAGEMEIJER, Tjerk. *Clause structure in Santome*. 2007. Tese (Doutoramento em Letras) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

HAGEMEIJER, Tjerk. As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, v. 1, n. 1, p. 1-27, jan./dez, 2009

HAGEMEIJER, Tjerk. O português em contacto em África. In: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina (orgs.). *Manual de linguística portuguesa*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2016. p. 43-67.

HAGEMEIJER, Tjerk. Prefácio. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo (org.). *Dois variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018. p. 7-9.

HOLMBERG, Anders. Is there a little pro? Evidence from Finish. *Linguistic Inquiry*, v. 36, n. 4, p. 533 – 564, 2005.

HOLMBERG, Anders; NAYUDU, Aarti.; SHEEHAN, Michelle. Three partial null subject languages: a comparison of Brazilian Portuguese, Finnish and Marathi. *Studia Linguistica*, v. 63, n. 1, 59-97, 2009.

HUANG, James. Pro-drop in Chinese: a generalized control theory. In: JAEGGLI, Osvaldo.; SAFIR, Ken (eds.). *The null subject parameter*. Dordrecht, London: Kluwer Academic Publishers. p. 185-214, 1989.

INVERNO, Liliana. Português vernáculo do Brasil e português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística. In: FERNÁNDEZ, Mauro; FERNÁNDEZ-FERREIRO, Manuel; VEIGA, Nancy Vazquez (eds.). *Los Criollos de*

base ibérica: ACBLPE. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert, 2004. p. 201-213.

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, Ana Maria (ed.). *Português em contato*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert, 2009. p. 87-106.

KATO, Mary Aizawa. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, Maria Aldina et al. (orgs.). *Ciências da linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM, 2005. p. 131-145.

KATO, Mary Aizawa Kato; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Restrições na distribuição de sujeitos nulos no português brasileiro. *Revista Veredas*. v. 18, n. 1, p. 1-22, 2014.

KLEIN, Elaine; MARTOHARDJONO, Gita. Investigating second language grammars: some conceptual and methodological issues in generative SLA research. In: KLEIN, Elaine; MARTOHARDJONO, Gita. (eds.) *The development of second language grammars: a generative approach*. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

MAGALHÃES, Telma Moreira Vianna. Aprendendo o sujeito nulo na escola. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MALTA, Daniela Paula de Lima Nunes. A natureza da Morfologia de flexão verbal e o Parâmetro do sujeito nulo em dados escritos de variedades africanas do português: uma análise contrastiva. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MARTINS, Benedita. *Interferências linguísticas na aprendizagem do português por falantes do Tétum*. Dissertação (Mestrado em Português Língua Não Materna (PLNM) – Português Língua Estrangeira (PLE) / Língua Segunda (L2)) – Universidade do Minho, Braga, 2016.

MOTA, Maria Antónia; MIGUEL, Matilda; MENDES, Amália. A concordância de P6 em português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância. *Papia*, v. 22, n. 1, p. 161-187, 2012.

NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do et al. Aspectos da unidade e diversidade do português: as variedades africanas face à variedade europeia. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, v. 9, p. 35-60, mai. 2008.

NZAU, Domingos Gabriel Dele. A. 2011. *A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estado e da sua nacionalização*. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Beira Interior, Covilhã, 2011.

OLIVEIRA JÚNIOR, Rogério. Concordância e parâmetro do sujeito nulo em redações produzidas por timorenses. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de; BAIO, João Paulo; INJAI, Basílio Félix. A inserção do “contínuo português guineense” às variedades africanas do português. *Todas as Letras: Revista de Língua e Literatura*, v. 15, n. 1, p. 130-137, 2013.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de; SANTOS, Eduardo Ferreira dos. Pronomes nulos na posição de sujeito no português de Angola – um estudo preliminar. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 9, p. 85-101, 2007.

PETTER, Margarida Maria Taddoni (org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

RIZZI, Luigi. *Issues in Italian syntax*. Dordrecht: Foris, 1982.

RIZZI, Luigi. Null Objects in Italian and the Theory of pro. *Linguistic Inquiry*, v. 17, p. 501-557, 1986.

Rizzi, Luigi. The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar. In: 10th ADVANCED COURSE “LANGUAGE AND COGNITION”. Foundation Archives Jean Piaget, Geneva, p. 1-20, October 10, 1988.

RIZZI, Luigi. A parametric approach to comparative syntax: properties of the pronominal system. In: HAEGEMAN, Liliana. (ed.). *The new comparative syntax*. London, New York: Longman, 1997. p. 268-285.

ROBERTS, Ian; HOLMBERG, Anders. Introduction: parameters in Minimalist Theory. In: BIBERAUER, Teresa. et al. *Parametric variation: null subject in Minimalist Theory*. Cambridge University Press, 2009.

ROEPER, Tom. *The prism of grammar: how child language illuminates humanism*. Mass: MIT, 2007.

SANTOS, Ana Sofia Rodrigues dos. A influência da L1 no processo de aquisição da L2: um estudo sobre a transferência de parâmetros morfológicos e sintáticos. Textos Seleccionados. In: *XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, p. 467-481, 2009.

SANI, Quecoi; OLIVEIRA, Marlize Rubim. Educação superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau: contribuições, limites e desafios. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 16, n. 33, p. 127 - 152, jul./dez. 2014.

SCHWARTZ, Bonnie; SPROUSE, Rex. L2 Cognitive states and the full transfer/full access model. *Second Language Research*, n. 12, p. 40-72, 1996.

SILVA, Claudia Roberta Tavares. A natureza de Agr e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2004.

SILVA, Ciro Lopes da; SAMPA, Pascoal Jorge. Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n. 31, 2017.

SILVA, Claudia Roberta Tavares; MAGALHÃES, Telma; MARCELINO, Marcello. *Input* e desenvolvimento linguístico: questões linguístico-educacionais em torno do parâmetro do sujeito nulo em variedades do português. In: SIBALDO, Marcelo Amorim (org.). *O ensino de línguas: relatos de experiência e propostas pedagógicas*. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2023. p. 89-112.

TARALDSEN, Knut Tarald. *On the NIC, vacuos application and the that-trace filter*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1978.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian.; KATO, Mary Aizawa (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996. p. 69-105.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. O pronome você no português de Luanda. In: LIMA-HERNANDES, Mária Célia et al. (orgs). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. A representação do sujeito pronominal no português popular angolano. *Papia*, v. 22, n. 1, p. 141-159, 2012.

TEIXEIRA, Eliana Sandra Pitombo; ALMEIDA, Norma Lúcia. Fernandes. A indeterminação do sujeito no Português Angolano: uma comparação com o Português Brasileiro. *Papia*, v. 21, n. 1, p.99-11, 2011.

VERÍSSIMO, Victor. O sujeito nulo em duas variedades africanas do Português. *Revista Letras Escreve*, Macapá, v.7, n.2, 2017.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Abimael Ferreira dos Santos - Licenciado em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Mestre em Linguística nesta mesma instituição. É, também, especialista em Filosofia e Sociologia (Uniasselvi), graduando em Pedagogia (IBRA) e pós-graduando em Gestão e Coordenação (IBRA). Atua como docente de Língua Portuguesa e Redação em três instituições privadas de Feira de Santana, Empreendedor no Curso Português com AB e, por fim, atuou como pesquisador no Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa-UEFS. Atualmente, interessa-se por estudos na área da sociolinguística, especialmente, pesquisas sobre as línguas africanas e o português brasileiro.

Alexandre António Timbane - Pós-Doutorando na Universidade Federal de Sergipe, Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela UNESP-Brasil, Mestre em Linguística e Literatura moçambicana (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique. É professor Permanente da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês, Bahia. Tem experiência no ensino e na pesquisa na área de Sociolinguística e Dialectologia com enfoque na variação e mudança lexical do Português (Estudos do Léxico), Contato linguístico e Línguas Bantu. Membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e Cidadania Global. Editor-chefe da Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.

Claudia Roberta Tavares Silva - Graduiu-se em Letras e doutorou-se em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas, tendo realizado o doutorado sanduíche na Universidade Nova de Lisboa. É também pós-doutora (estágio Sênior no Exterior/CAPES) em Linguística pela Universidade de Lisboa e desenvolveu uma pesquisa sobre contato linguístico na Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. É pesquisadora de dois grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, a saber: a) Programa de Estudos Linguísticos e b) Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA). Integra a Comissão Científica na área de Sintaxe da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Atualmente, é professora Associada 3 do Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e insere-se como docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFRPE e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atuando nas áreas de Letras e Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, centrando a atenção principalmente nos campos da sintaxe, da morfologia, da variação linguística e do contato linguístico.

Daniela Paula de Lima Nunes Malta - Doutoranda e Mestra em Letras (2019) pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, com ênfase em Linguística, especialista em Programação do Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade de Pernambuco - UPE/FFPP (2004), em Cultura e Literatura pela Universidade da Cidade de São Paulo - UNICID (2014) e em LIBRAS pela Universidade Barão de Mauá (2016) e é graduada em Letras (2002) e Pedagogia (2020) pela Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada. Atualmente é docente de Português da Rede Pública de Serra Talhada – PE e docente colaboradora do curso de Especialização “Lato Sensu” em Letras e Literatura pela Autarquia Educacional de Serra Talhada. Atua não só como Educadora de Apoio da Rede estadual de Pernambuco, como também é idealizadora e mediadora do clube de leitura “LEIA MULHERES SERTÃO” em Serra Talhada - PE. Tem experiência profissional na área de Letras e Linguística, principalmente nos seguintes temas: Língua Portuguesa e suas interfaces, morfossintaxe, contato linguístico e variação linguística.

Emilly Sampaio Silva Veloso - Formada em Letras - Língua Portuguesa pelo Instituto de Humanidades e Letras na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e mestra em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL-MEL/UEFS).

Gabryella Fraga de Oliveira - Doutoranda em Linguística, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE - Campus Recife), com o enfoque na linha de pesquisa: Descrição e Análise Estrutural e Histórica De Línguas. Mestra em Linguística (2019), na UFPE, na mesma linha de pesquisa do doutorado. Graduada em Letras (2016) com habilitação em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e suas respectivas literaturas, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE - Campus Recife). Na condição de bolsista, trabalhou nas linhas de pesquisa das práticas de letramento e uso dos gêneros discursivos. Foi bolsista pela Capes - Pibid UFRPE (2012-2013), atuando na Escola Estadual Dom Bosco. De 2013 a 2016, foi bolsista do PET/FNDE/UFRPE, trabalhando com as práticas de letramento em contexto multidisciplinar e professora efetiva na rede municipal do Cabo de Santo Agostinho, região metropolitana do Recife.

Jean Marcel Oliveira Araujo - Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense. Docente da Educação Básica, na rede estadual no Colégio Polivalente, em Santo Estêvão-Bahia e professor universitário efetivo no campus XIII da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Desenvolve estudos na área da sócio-história do português brasileiro.

Juliete Bastos - Doutoranda e Mestre em Estudos Linguísticos do programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, na UEFS. É Pós-Graduada em Língua Portuguesa - Linguística, Letras e Artes (SIGNORELLI), Pós-Graduada em Revisão de Texto - Análises da língua Portuguesa (UNYLEYA), tem Curso de Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa: Compreensões da fonética, fonologia e morfologia (Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo - FAMEESP). Licenciada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas (UNEB) e

Complementação Pedagógica - Licenciatura em História (Faculdade de Tecnologias de Candeias - FAC).

Karen Cristina da Silva Pissurno - Professora concursada da prefeitura de Petrópolis (SME). Doutora em Letras Vernáculas (UFRJ). Em 2015, iniciou a pesquisa de mestrado sobre a variedade de Português falada em Moçambique, pouco explorada até então, o que resultou em uma pesquisa de campo, realizada em 2016, juntamente com Sílvia Rodrigues Vieira, para a elaboração de um *corpus* linguístico da variedade em questão, através da execução de entrevistas sociolinguísticas em Maputo, Moçambique. Os resultados da investigação foram apresentados na dissertação de mestrado, defendida em 2017. A pesquisa de doutorado, defendida em 2022, desenvolveu a Fase 2 do Projeto ALFAL (Estudo comparado de padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias do Português: a natureza das restrições e o contato linguístico), dando atenção especial à situação de multilinguismo, fortemente observada na variedade em estudo, considerando outras variedades moçambicanas. Durante esse período, mais uma construção de *corpus* de própria autoria foi realizada, através de entrevistas *online*, para a ampliação das atividades do projeto ALFAL.

Manoel Crispiniano Alves da Silva - graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e mestre em Estudos Linguísticos pela mesma instituição. Atualmente, é estudante do curso de Doutorado em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da UEFS e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desenvolve trabalhos na área da Sociolinguística, com ênfase na variação morfossintática no intercâmbio sociolinguístico entre o português falado em Luanda, capital de Angola e o português brasileiro (PB) falado na região do semiárido da Bahia, analisando as semelhanças e as diferenças entre ambas as variedades do português, investigando os efeitos do contato linguístico na formação dessas variedades.

Matheus de Araujo Azevedo – Mestrando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL/UEFS). Graduado em Letras com Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Foi bolsista de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/UEFS), com subprojeto em Língua Inglesa. Foi bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/FAPESB/UEFS), desenvolvendo pesquisas na área da Linguística. Integra o projeto de pesquisa “Em busca das raízes do português brasileiro”, sediado no Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP/UEFS). É associado-estudante ao GELNE - Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, principalmente nos seguintes temas: Contato Linguístico, Morfossintaxe da Língua Portuguesa, Português Angolano e Português Afro-Brasileiro. Atuou ainda como revisor linguístico para o livro “Educação Freireana: Tecer pertencimentos, circular experiências e internalizar esperanças”, do Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE/BA).

Norma Lúcia Fernandes de Almeida - Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1992), mestrado em Letras pela Universidade Federal da Bahia (1997) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2005). É professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Linguística Histórica e Dialetoлогия, atuando principalmente nos seguintes temas: variação linguística, formação do português popular brasileiro, mudança linguística e, recentemente, tem trabalhado com a formação do léxico do português brasileiro. Membro do PROHPOR (Programa para a História do Português/UFBA) e NELP (Núcleo de estudos de Língua Portuguesa/UEFS). Foi membro do projeto PHPB (projeto para a história do português brasileiro). Participou da comissão de elaboração e implantação do mestrado em estudos linguísticos da UEFS. Foi coordenadora de Iniciação Científica da UEFS (2009-2012). Foi coordenadora de pesquisa da UEFS (2012-2015). Foi membro da câmara de assessoramento das áreas de Linguagens e Artes da Fundação

de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Foi Vice-Reitora da UEFS (gestão 2015-2019). Foi Diretora do Departamento de Letras e Artes, da UEFS (2019-2021).

Paula Freitas de Jesus Torres – Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (UEFS); Mestra em Estudos Linguísticos (UEFS); Especialista em Língua Inglesa (UNICID) e Metodologia do Ensino em Língua Inglesa (UNINTER). É professora efetiva da SEC/NTE e da rede privada de Feira de Santana - BA. Desenvolve estudos na área da Teoria da Variação e Mudança Linguística. Se interessa pela sócio-história do Português Brasileiro e de variedades africanas do Português, em especial de Angola.

Raquel Meister Ko Freitag - Professora do Departamento de Letras Vernáculas, do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Letras, Mestre e Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, estuda o processamento da variação linguística, observando pistas corporificadas de esforço, atenção e emoções. Atua em estudos de reprodutibilidade em linguística e em psicologia experimental, em iniciativas de grandes grupos, participa da constituição da Rede Brasileira de Reprodutibilidade na Ciência. É Pesquisadora Associada da Rede Nacional de Ciência para Educação (CpE) e editora-chefe da Revista da ABRALIN. Também desenvolve atividades de popularização da ciência e estímulo à pesquisa na educação básica, com o projeto Cienart e com a organização da Feira Científica de Sergipe durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e a publicação da revista Feira de Ciência & Cultura, específica para a publicação de relatos de pesquisa desenvolvida pela educação básica. Atualmente, é coordenadora da área de Letras/Linguística do Comitê de Assessoramento do CNPq (2021-2024) e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe.

Silvana Silva de Farias Araujo - Professora Titular-Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na área de Língua Portuguesa e Linguística do Departamento de Letras e Artes, atuando em cursos de Graduação e de Pós-Graduação (PPGEL). É Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Realizou dois estágios de pós-doutorado: um em Linguística, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), com bolsa PDJ/CNPq, e outro em Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLEV/UFRJ). É membro do GT de Sociolinguística da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) e de outras associações acadêmicas. Juntamente com a Professora Dra. Silvia Brandão (UFRJ), coordena o projeto 21 da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL). Tem experiência na área de Sociolinguística, investigando, principalmente, os seguintes temas: contatos linguísticos, fenômenos morfossintáticos, variedades linguísticas quilombolas e africanas do português. Suas pesquisas estão alicerçadas na documentação linguística em comunidades de fala e de prática, tanto no Brasil como em Angola. É membro do comitê científico de alguns periódicos e é coeditora da Revista A cor das Letras. Tem desenvolvido trabalhos em parceria com pesquisadores de diversas regiões do Brasil e do exterior.

Silvia Figueiredo Brandão - É Professora-Titular e pesquisadora da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre e Doutora pela mesma instituição, com pós-doutorado na Universidade de Lisboa, pesquisadora-bolsista do CNPq, atua, desde 1990, no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas. Coordenadora de projetos de pesquisa nacionais e internacionais, sua produção bibliográfica conta com diversos artigos em periódicos, capítulos e autoria e organização de livros, dentre os quais *A geografia linguística no Brasil* (Ática, 1991), *Ensino de gramática: descrição e uso* (Contexto, 2007), *Duas variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas* (Blucher, 2018). Desenvolve pesquisas nas áreas da Sociolinguística e da Dialetoлогия, considerando as áreas de Fonética-Fonologia e Morfossintaxe, com especial interesse na comparação de variedades africanas, brasileiras e europeias do português.

Silvia Rodrigues Vieira - É Professora-pesquisadora da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre e doutora pela mesma instituição, pesquisadora-bolsista CNPq e FAPERJ, atua no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas e no Mestrado Profissional em Letras (Profletras). Coordenadora de projetos de pesquisa nacionais e internacionais, sua produção bibliográfica conta com diversos artigos em periódicos, capítulos e organização de livros, dentre os quais se destacam *Ensino de gramática: descrição e uso* (Contexto, 2007), *Ensino de Português e Sociolinguística* (Contexto, 2014), *Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas* (Blucher, 2018) e *Variação, gêneros textuais e ensino de Português: da norma culta à norma-padrão* (Letras UFRJ, 2019). Atua principalmente nas áreas de Sociolinguística, sobretudo no que se refere à variação morfossintática, descrição de variedades do Português e Ensino de gramática.

